História Ambiental e Migrações: Diálogos

Marcos Gerhardt
Eunice Sueli Nodari
Samira Peruchi Moretto
(Orgs.)

História Ambiental e Migrações: Diálogos

2017

Sumário

Apresentação

Este livro tem um tema específico: aborda os possíveis diálogos entre dois campos do conhecimento histórico. De um lado, os estudos sobre migrações humanas; de outro, as pesquisas em história ambiental, que ganharam importância na historiografia brasileira das últimas década. Este diálogo é promovido, desde 1992, pelo Laboratório de Imigração, Migração e História Ambiental (LABIMHA), vinculado ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), que reúne, também, pesquisadores de outras universidades e programas de pós-graduação *stricto sensu* em História.

Os diálogos possíveis entre esses dois campos consideram os movimentos populacionais pretéritos e contemporâneos, a movimentação de grupos humanos das etnias Kaingang e Guarani por seus territórios, as grandes ondas de imigração de população de origem europeia não ibérica iniciadas no século XIX, as migrações internas posteriores dos descendentes de imigrantes europeus instalados, principalmente, no sul do Brasil e as emigrações, imigrações e deslocamentos atuais, de grupos humanos movidos por razões econômicas ou socioambientais. Consideram, ainda, a atração que os bens naturais disponíveis em outros lugares exerceram, como possibilidade de subsistência ou de ganho econômico, as condições favoráveis e as limitações do meio ambiente aos grupos humanos que passaram a habitá-lo e, com mais ênfase, as transformações que esses grupos migrantes realizaram nos ambientes que ocuparam ou repovoaram.

O capítulo de Sandro Dutra e Silva, José Luiz de Andrade Franco e José Augusto Drummond, abordando *Colonização, desflorestamento e a expansão da fronteira agrícola em Goiás nas décadas de 1930 e 1940*, abre o livro. Ele aborda a história ambiental do desmatamento e da transformação de vegetação nativa do bioma Cerrado, isto é, foca a história das florestas de Goiás, conhecidas como o "Mato Grosso de Goiás", um enclave de Floresta Estacional Decidual no Cerrado que recebeu, no século XX, um fluxo de imigrantes e sofreu profundas transformações econômicas e socioambientais.

O segundo capítulo, escrito por Marcos Gerhardt, apresenta e interpreta *O relato de Wilhelm Vallentin*, um viajante alemão que percorreu parte

do Brasil no início do século XX e publicou suas impressões e propostas. O capítulo analisa os discursos e argumentos presentes nesta narrativa de viagem e associados à geopolítica alemã, à germanidade e ao aproveitamento dos bens naturais do território brasileiro, especialmente a chamada "floresta virgem", pelos imigrantes de origem teuta.

João Klug, no capítulo *Da Alemanha para a floresta subtropical brasileira: as propostas do Dr. Paul Aldinger para as colônias alemãs no sul do Brasil*, propõe-se "a ampliar o conhecimento da rica e complexa história do Vale do Itajaí " e compreender a importância de Paul Aldinger, um dos atores, "para a região e o cenário no qual atuou", isto é, a Hansa Hamônia entre 1901 e 1927. Entre os diversos aspectos abordados no texto, ligados à colonização, está a relação de Aldinger e dos colonos com o meio ambiente.

O quarto capítulo, *A construção do espaço rural nas colônias de imigrantes do sul do Brasil*, escrito por Manoel P. R. Teixeira dos Santos, discute algumas experiências de colonização por imigrantes no estado de Santa Catarina, em meio às florestas da Mata Atlântica. O autor afirma, ao final da discussão, que a "implantação de colônias de imigrantes do sul do Brasil resultou em significativas transformações ambientais, econômicas e culturais, mas esteve distante de atingir muitos dos objetivos idealizados por seus incentivadores ".

Também com foco em Santa Catarina, Eunice Sueli Nodari escreveu o capítulo *Entre florestas e parreirais: a vitivinicultura no Alto Vale do Rio do Peixe/SC*, que aborda aspectos da história da produção de uvas e vinhos, por imigrantes da etnia italiana e seus descendentes no Brasil, em parte das terras da bacia hidrográfica do Rio do Peixe, especialmente o espaço colonial dos municípios de Videira, Tangará e Pinheiro Preto/SC . As paisagens e o meio ambiente destes lugares, conforme a autora, foram transformadas pelo desmatamento, pela agricultura colonial e pelo cultivo dos vinhedos familiares desde o início do século XX.

Os pinhais da fazenda Quatro Irmãos/RS e a Jewish Colonization Association é o título do texto de Isabel Rosa Gritti, tratando da história da *Jewish Colonization Association*, uma companhia colonizadora criada em 1891 para viabilizar a emigração dos judeus vítimas de discriminações no leste europeu e assentá-los na Fazenda Quatro Irmãos, com área aproximada de 93 mil hectares, no estado do Rio Grande do Sul. No assentamento colonial, contudo, uma das principais atividades foi o desmatamento da Floresta com

Araucárias para a extração de madeira, contrastando com os propósitos iniciais do projeto.

Samira Peruchi Moretto, em seu capítulo, relacionou a *História Ambiental e as migrações no Reino Vegetal*, com ênfase na "domesticação e a introdução de plantas". Discute, assim, as possibilidades de tomar o transporte ou migração de plantas, a sua introdução em ambientes diferentes do original e a sua domesticação e dispersão, como objetos de pesquisa da história ambiental. Discute, também, a domesticação e dispersão de vegetais relacionadas com os interesses e as migrações de grupos humanos.

Para Marlon Brandt, autor de *Paisagem e uso comum da Floresta Ombrófila Mista pela população cabocla do oeste de Santa Catarina*, as paisagens daquele espaço, onde predominou a Floresta Ombrófila Mista, foram modeladas pela prática do "uso comum da terra pela população cabocla". O autor sustenta que "a extração da erva-mate e a criação de animais em comum, além de conservar morfologicamente a paisagem florestal, eram uma prática costumeira e uma importante fonte de renda para diversas famílias caboclas da região", isto é, o modo de vida caboclo incluia "técnicas de manejo da floresta e seus recursos através da policultura itinerante, extração da erva-mate e a criação de animais 'à solta', moldando o que pode ser chamado de paisagem cabocla na região". Abordando a história da mesma formação florestal, no capítulo *O aumento da população humana (colonização e crescimento vegetativo) e os impactos sobre a floresta com araucária, séculos XIX e XX*, Miguel Mundstock Xavier de Carvalho defende que "o aumento da população humana na região da araucária, seja pelo crescimento vegetativo ou devido ao fluxo migratório, teve um impacto de grande alcance na floresta".

Em *Movimentações e relações com a natureza dos Kaingang em territórios da bacia hidrográfica Taquari-Antas e Caí, Rio Grande do Sul*, Luís Fernando da Silva Laroque analisa deslocamentos populacionais de grupos humanos da etnia Kaingang, do século XIX ao tempo contemporâneo. A cosmologia indígena, sua relação com o meio ambiente, a territorrialidade e a reterritorialização Kaingang também são objetos de análise neste capítulo. Estudando a história do mesmo grupo étnico, Sandor Fernando Bringmann escreveu o capítulo *Entre decretos, disputas judiciais e conflitos armados: batalhas entre Estado, camponeses e indígenas pela posse da Reserva Florestal de Nonoai/RS*. Nele, narra e analisa o conflituoso processo histórico de criação da Reserva

Florestal de Nonoai, no norte do estado do Rio Grande do Sul, com destaque para o protagonismo indígena.

María Cecilia Gallero, uma historiadora argentina que vem dialogando com os pesquisadores brasileiros, escreveu o texto *La yerba mate en el prisma de la historia ambiental*, no qual objetiva mostrar as transformações ambientais ocorridas na província de Misiones, Argentina, a partir da introdução dos ervais cultivados, no início do século XX. Estuda o caso da Cooperativa de Productores de Yerba Mate de Santo Pipó, fundada por imigrantes vindos da Suíça que se dedicaram à produção de erva-mate.

Considerando outro espaço, o vale do Rio Doce, no estado de Minas Gerais, o capítulo *"O tempo é a minha testemunha": só as pedras estavam aqui, todo o resto é imigrante*, de Haruf Salmen Espindola e Maria Terezinha Bretas Vilarino, aborda as sucessivas transformações naquele ambiente, ao longo de dois séculos. Parte dessas transformações socioambientais, em particular aquelas que atingiram as florestas do vale, esteve ligada à imigração e à formação de colônias. Outras transformações foram provocadas por diferentes processos históricos, grupos e atores sociais, com destaque para a mineração, que "produziram uma paisagem híbrida no vale do Rio Doce".

Fechando o livro, por ter um recorte temporal contemporâneo, o capítulo *A imigração senegalesa: dimensões históricas, econômicas e socioambientais*, de João Carlos Tedesco, discute a saída de população do Senegal, na África e sua imigração para a América, em especial para o centro-sul do Brasil e para a área metropolitana de Buenos Aires, na Argentina. Tedesco explica, nos limites do texto, "a dimensão histórica da atual diáspora senegalesa". Dentre suas complexas, "múltiplas e correlacionais" causas, estão os problemas socioambientais, isto é, a "emigração passa a ser uma estratégia para permitir o equilíbrio entre a população e as possibilidades do meio em fazer face às dificuldades socioeconômicas".

Aos leitores, agradecemos o interesse pelo livro que organizamos e desejamos proveitosa leitura. Esperamos que ele sirva para aprofundar a compreensão das muitas interfaces possíveis entre os processos migratórios, um tema há muito tempo estudado, e a jovem história ambiental brasileira.

Marcos Gerhardt (UPF)
Eunice Sueli Nodari (UFSC)
Samira P. Moretto (UFFS)
Organizadores

Colonização e desflorestamento: a expansão da fronteira agrícola em Goiás nas décadas de 1930 e 1940

Sandro Dutra e Silva
José Luiz de Andrade Franco
José Augusto Drummond

Introdução

Vários textos de história ambiental brasileira examinam o desmatamento e a transformação de formações vegetais naturais (DEAN, 1996; DRUMMOND, 1997; ARRUDA, 2000; MILLER, 2000; PÁDUA, 2004; NODARI; KLUG, 2012; NODARI, 2012; CABRAL, 2014). Eles focalizam a Mata Atlântica, o bioma brasileiro que mais sofreu os impactos da presença humana, já que ela foi "o *locus* fundamental do encontro biofísico e cultural que remodelou a terra e a vida a partir da chegada dos europeus..." (CABRAL, 2014, p. 25).

Este artigo se insere nessa linha da história ambiental do desmatamento e da transformação de vegetação nativa, mas trata de outro bioma, o Cerrado. A pesquisa enfoca florestas de Goiás, conhecidas como o "Mato Grosso de Goiás" (MGG), um enclave de floresta estacional decidual no Cerrado. Este bioma apresenta uma expressiva variedade de paisagens e fitofisionomias, estruturadas em um grande mosaico que reflete "a distribuição das manchas do solo, também em mosaico [e] a incidência irregular das queimadas e de outras formas de ação do homem" (COUTINHO, 1990, p. 24).

A grande extensão e a rica diversidade florística são as características geográficas e ecológicas mais marcantes do Cerrado. Porém, o seu estudo precisa considerar também o intenso processo de devastação iniciado nas primeiras décadas do século XX e que vem alterando radicalmente as suas paisagens. O termo "devastação" surgiu na historiografia brasileira na primeira metade do século XX (MARTINEZ, 2006). O seu uso se vincula aos modelos agronômicos e historiográficos que estudam a expansão agrícola

e a consequente modificação das paisagens nativas no oeste do Brasil. Foi nos EUA, sobretudo nos estudos sobre a história de ocupação e expansão demográfica para o oeste, que o interesse pelo tema amadureceu; textos de história do oeste e história ambiental focalizaram o tema (TURNER, 2010; WEBB, 2003; SMITH, 2009; NASH, 1982; WORSTER, 1994). Pensando no que ocorreu nos EUA, buscamos aqui estudar a devastação em conexão com a expansão das fronteiras do oeste brasileiro, onde solos, mananciais, águas, vegetação e minérios estimularam o uso desregrado dos recursos naturais.

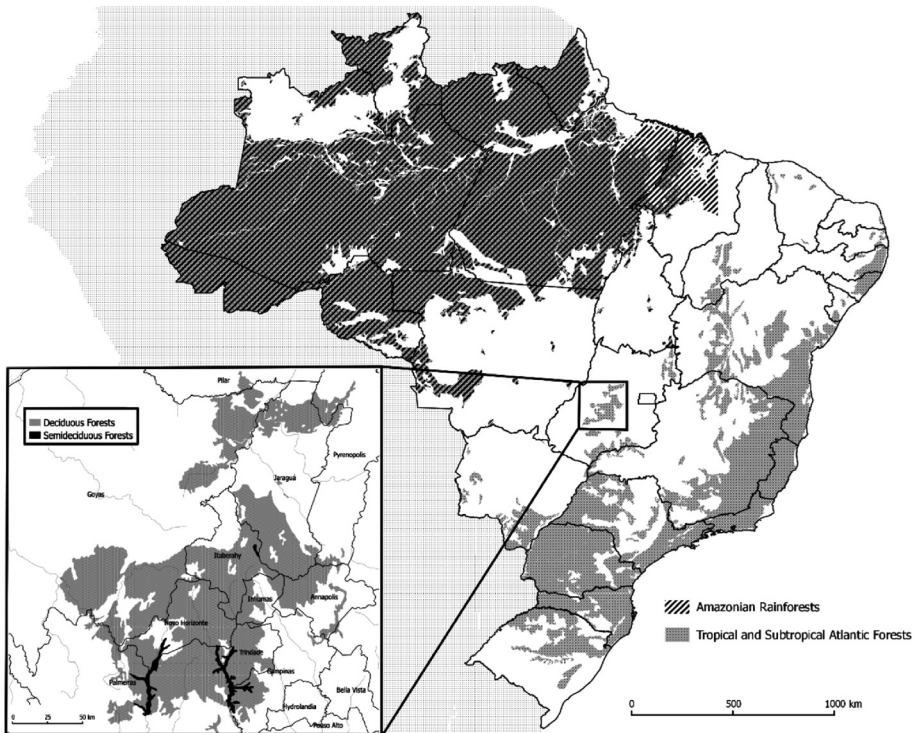
O objetivo deste artigo é compreender a ocupação e a colonização da área do MGG, que durante o século XX recebeu grande influxo migratório e passou por marcantes transformações econômicas e ambientais. Foram usadas fontes que descrevem o MGG nos séculos XIX e XX e eventos que determinaram a sua ocupação na década de 1940, sobretudo a implantação da Colônia Agrícola Nacional de Goiás (CANG). A Mata de São Patrício (MSP), na parte norte do MGG, recebe atenção especial, por ser objeto de relatos numerosos. As fontes usadas descrevem a floresta antes do desflorestamento e permitem entrever a grosso modo a sua composição florística, a sua ocupação acelerada e o seu corte raso. Foram usados relatos de viajantes, estudos geográficos, matérias jornalísticas e outros documentos de época. Trata-se de um estudo sobre a história da devastação de uma formação florestal singular situada no interior do bioma Cerrado.

O Mato Grosso de Goiás – a ecologia de uma formação florestal singular

O MGG compreendia uma área de floresta estacional decidual (floresta tropical caducifólia), encravada no bioma Cerrado (Mapa 1), no sul do antigo território de Goiás.[1] Essa região foi ocupada apenas esparsamente nos séculos XVIII e XIX. Os povoamentos ocorreram em torno do MGG, que estava em contato com outros tipos de vegetação, nas chamadas áreas de tensão ecológica, caracterizadas por contatos entre matas mistas e campestres do Cerrado. De acordo com uma conhecida classificação da vegeta-

[1] Atualmente, a área do MGG está no centro-norte de Goiás, por causa do desmembramento de Tocantins, ocorrido em outubro de 1988. As fontes usadas, anteriores à criação de Tocantins, situam o MGG no sul do estado.

ção brasileira (VELOSO; RANGEL FILHO; LIMA, 1991), a floresta estacional decidual se relaciona com um regime de duas estações climáticas bem definidas: uma é chuvosa, seguida por um período igual de estiagem. Na estiagem, as plantas com folhas são predominantemente caducifólias; a queda foliar gira em torno de 50%. As florestas deciduais no Brasil estão presentes nos domínios florísticos tropicais e subtropicais, ocupando grandes áreas descontínuas, o que as coloca em contato com diferentes domínios florísticos, como ocorre com o Cerrado na nossa área de estudo (Mapa 1).

Mapa 1: Mapa de vegetação do Brasil – destaque para o Mato Grosso de Goiás

Fonte: Adaptado por D.C. Cabral, baseado no mapa de vegetação natural do Brasil, database RADAM/IBGE.

O desaparecimento do MGG, embora recente, dificulta a sua classificação florística e biogeográfica e a estimativa da sua área original. Veloso e coautores enquadram o MGG em um ou mais entre quatro grupos de flo-

restas estacionais deciduais: floresta estacional decidual aluvial, encontrada em terrenos próximos às calhas dos rios; floresta estacional decidual das terras baixas, encontrada entre 5 e 100 metros de altitude; floresta estacional decidual submontana, que varia com a latitude e ocorre entre 30 e 600 metros de altitude; e floresta estacional decidual montana, situada entre 400 e 2.000 metros de altitude (VELOSO; RANGEL FILHO; LIMA, 1991). Segundo esses autores, o MGG pertence ao grupo de florestas estacionais deciduais submontanas, que tem as seguintes características fisionômicas:

> [...] situada ao norte de Goiás e sul do Estado de Tocantins, entre a floresta Estacional Semidecidual do Sul do Pará e a Savana (Cerrado) de Goiás, mais especificamente no vale do rio das Almas e seus afluentes, ocorre uma fisionomia ecológica com mais de 50% de seus ecótipos sem folhas na época desfavorável. Esta formação, denominada "Mato Grosso de Goiás", apresenta fisionomia ecológica de mesofanerófitos, nela predominando uma mistura de ecótipos savânicos [...] de alto porte com outros caducifólios florestais (VELOSO; RANGEL FILHO; LIMA, 1991, p. 79).

Essa mistura de ecótipos[2] savânicos e de floresta de alto porte e a classificação dessa fisionomia como de mesofanerófitos indica a predominância de árvores cujas alturas variam entre 20 e 30 metros. Em Goiás, essas características são exclusivas e predominantes na região do MGG (Mapa 1). Sano et al. (2007) julgam ser essa fisionomia de ecótipos caducifólios. Eles relacionam as formações caducifólias com "solos férteis ou eutróficos, derivados de rochas metamórficas e intrusivas básicas e/ou ultrabásicas granulitizadas, mas que, geralmente, são pouco profundos" (SANO et al., 2007, p. 90). Ainda assim, parte do MGG, relacionada com solos mais profundos, tem uma fisionomia bem menos caducifólia, designada como floresta estacional semidecidual. Esses autores registram solos argilosos e nitossolos na parte norte do MGG, nos municípios de Barro Alto, Ceres e Rubiataba, na localidade de Vale do São Patrício. Esta informação é significativa, pois, mesmo com predominância caducifólia, o MGG apresentava disjunções de floresta estacional semidecidual, sobretudo nos municípios citados, que correspondia à MSP. Mesmo com predominância de área florestada decidual, a parte norte do MGG apresentava características

[2] De acordo com o *Manual Técnico da Vegetação Brasileira*, ecótipo significa um conjunto de indivíduos de uma comunidade (no caso florística) dotada de um mesmo padrão genético. Ver: IBGE – Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Manual técnico da vegetação brasileira. Série manuais técnicos em geociências, número 1. Rio de Janeiro, IBGE, 1992.

de floresta estacional semidecidual, por causa do seu solo rico. Segundo Ribeiro; Walter (1998), era uma "mata seca sempre verde".

Faissol (1952) chamou o MGG de "Zona da Mata" de Goiás. Segundo ele, o nome "Mato Grosso", usado desde o século XVIII, era genérico, relacionado à fisionomia florestal. Porém, havia nomes diferentes para algumas partes do MGG, geralmente ligados aos nomes dos rios mais próximos. Faissol dividiu o MGG em três partes, adotando os nomes usados localmente. O norte do MGG recebeu o nome de MSP. Era a parte mais preservada em fins dos anos 1940, mas já ocorriam desflorestamento e ocupação humana ligados à criação da CANG. O oeste do MGG foi chamado de Mata de Santa Luzia ou São Domingos, por estar perto do Rio São Domingos, em Anicuns. A parte meridional, na região de Guapó, foi chamada de Mata da Posse; ficava perto de Goiânia e começou a ter altos índices de desflorestamento a partir da década de 1930.

Faissol oferece a única estimativa fundamentada da área original do MGG: 20.000 km^2. Ela pode ser considerada diminuta se comparada ao território de Goiás e aos extensos campos cerrados predominantes. Foi esse contraste entre campos cerrados extensos e o MGG relativamente pequeno que chamou a atenção dos primeiros observadores. A antiga província e o antigo estado de Goiás tinham cerca de 617.800 km^2 (soma das áreas atuais de Goiás e Tocantins). Com 20.000 km^2, o MGG cobria apenas 3,23% dessa área. Mesmo com o desmembramento de Tocantins, em 1989, a área do MGG (a essa altura devastada) corresponderia a apenas 5,88% da área atual de Goiás. Apesar de aparentemente pouco significativa, essa área original do MGG corresponde a cerca de 50% do atual território do estado do Rio de Janeiro (FAISSOL, 1952).

A classificação florística e biogeográfica do MGG é também duvidosa, pela sua quase completa destruição e pela escassez de materiais biológicos coletados. O uso de mapas digitalizados (de vegetação, geologia, clima e solos) revela que o MGG pode ter tido contato com as formações do bioma Mata Atlântica no sul de Goiás, no eixo do Rio Paranaíba, fronteira com o "Triângulo Mineiro". A confirmação disso teria duas implicações. O MGG não seria um encrave isolado de floresta no bioma Cerrado, mas uma extensão extrema do bioma Mata Atlântica, e a estimativa de Faissol da área do MGG seria alterada para cima (DUTRA E SILVA et al., 2015).

O século XX em Goiás foi marcado pelas primeiras manifestações de uma política de modernização e integração com o sudeste do Brasil, por

meio da expansão ferroviária. Nas duas primeiras décadas, ferrovias e rodovias substituíram as antigas rotas de tropeiros e boiadeiros. Nos anos 1930, a expansão rodoferroviária já chegara ao sul do MGG; em 1933, a nova capital de Goiás, Goiânia, começara a ser construída nas bordas do MGG. Em 1935, a ferrovia chegou a Anápolis. Isto causou forte valorização das terras e estimulou um significativo fluxo migratório para a área do MGG.

Alguns registros dos anos 1920 e 1930 descrevem as migrações e a natureza ainda preservada do MGG. Destacamos dois relatos feitos por duas pessoas que mudaram para a região na esteira do surto de valorização fundiária: o advogado brasileiro Carlos Pereira de Magalhães (1881-1962) e a atriz e escritora norte-americana Joan Lowell (1902-1967).

Magalhães nasceu em São Paulo. Mudou-se para Goiás em 1918 e dedicou-se à compra de uma fazenda de 135 mil hectares na região vizinha à MSP, próximo ao Rio das Almas. A negociação foi feita em nome de importante família paulista, os Monteiro de Barros. Magalhães comprou para essa família uma propriedade dos irmãos Brockes[3], descendentes de imigrantes alemães, oriundos de Blumenau, Santa Catarina. Os relatos de Magalhães sobre a MSP foram publicados, juntamente com as suas cartas, escritas entre 1918 e 1925 (NEIVA, 1984; MAGALHÃES, 2004; DUTRA E SILVA, 2008).

Os relatos de Magalhães antecederam o grande fluxo migratório da década de 1940. As cartas mencionam a MSP – paisagens, fauna, flora, estradas e caminhos. Em carta de 26 de junho de 1919, Magalhães escreve: "Senti-me emocionado com a grandiosa barreira verde da floresta primeva, que se desdobra pela serra da divisa a mais de 5 léguas de fundo e estende-se do Rio das Almas ao Morro dos Bois, mais de 15 léguas sem solução de continuidade" (MAGALHÃES, 2004, p. 92). Descreveu a exuberante vida selvagem (onças, anacondas, pássaros e outros animais) e a vegetação florestal em estado bruto. Ele constrói uma narrativa sobre a beleza natural que tanto o impressionava.

Em carta de 12 de maio de 1919, Magalhães relata um banho no Rio das Almas: "Entrei na faixa florestal que guarnece as margens do rio a menos de um quilômetro do nosso rancho. Sentei-me à sombra do gigante

[3] A fazenda "Lavrinha" foi comprada em 1906 pelos irmãos Brockes, para instalar uma colônia alemã, seguindo o modelo de Blumenau. Eles abandonaram o projeto e venderam a fazenda para a família Monteiro de Barros, de São Paulo (Dutra e Silva, 2015).

arvoredo, hipnotizado pela beleza virgem da selva" (MAGALHÃES, 2004, p. 75). Em 30 de junho de 1919, relatou outra experiência, uma caminhada até um antigo cafezal. Na companhia de vizinhos, atravessou rios e riachos, seguindo trilhas em meio ao denso arvoredo, até chegar a uma área úmida onde tinham sido plantados pés de café; outros pés cresciam espalhados à sombra da abóboda fechada, possivelmente a partir de sementes espalhadas por aves como o jacu. Descreve ricamente a fauna e a flora da MSP e a maneira como os sertanejos colhiam o café: "Estranhei o modo de colher café, cortando-se a facão o cafeeiro. [...] Por estas poucas linhas, poderá o amigo avaliar a inépcia da atualidade e a expectativa do futuro desse desprezado rincão" (MAGALHÃES, 2004, p. 97).

As cartas de Magalhães acusam, também, o início da devastação florestal, causada pela abertura das primeiras estradas, ligando as minas de Crixás a Jaraguá, passando pela fazenda Lavrinha. Preocupado, Magalhães sugeriu ao governo goiano a criação de um parque nacional, algo inovador para a época.

Anos depois, Lowell registrou em suas memórias (publicadas nos EUA, em 1948, com o título de *Promised Land*) as suas experiências no MGG (LOWELL, 1952). Nascida em Berkeley, Califórnia, morreu no Brasil. Teve curta carreira no cinema mudo, iniciada em 1919, na *Goldwyn Studios*, atuando em filmes como *The Gold Rush*, de Charlie Chaplin, em 1925. Em 1935, ela se mudou para o Brasil, acompanhando o seu segundo marido, o Capitão Bowen, contratado pela mesma família Monteiro de Barros para abrir uma estrada ligando a fazenda Lavrinha a Jaraguá.

O livro de Lowell, posteriormente publicado no Brasil, descreve a chegada de novos habitantes, no final da década de 1930, sobretudo na MSP, ainda bem preservada: "O Rio das Almas tinha-se insinuado pelas florestas de Lavrinha e São Patrício. [...] A sudoeste da crista da montanha, podíamos ver a nossa nova fronteira. Centenas de milhas de floresta de boa madeira cobriam rica terra vermelha" (LOWELL, s/d, p. 62-63). Ela narra as visitas à floresta para observar fauna e flora. Como Magalhães (2004), descreve uma caminhada ao antigo cafezal e a colheita do café na MSP.

O texto de Lowell é uma narrativa romântica sobre a natureza indômita e a chegada dos primeiros pioneiros encarregados de dominá-la. Lowell descreve vividamente a chegada dos colonos à CANG nos anos 1940. Misturando ficção e realidade, os relatos dela documentam a intensa ocupação da área e destacam a função das rodovias nesse processo.

Expansão agrícola e colonização do oeste brasileiro

O cenário natural impôs desafios e deu estímulos para a abertura da fronteira goiana. A ocupação concentrou-se, no século XVIII, nas localidades auríferas. Com a decadência do ouro, a pecuária extensiva virou a principal atividade produtiva, ocupando áreas de campo cerrado e evitando as poucas formações florestais.

David McCreery (2006) considera a pecuária extensiva o principal vetor de ocupação de Goiás no século XIX e classifica Goiás como a "fronteira da fronteira". As áreas de campos cerrados eram queimadas regularmente para servir de pastagem para o gado, mercadoria que não precisava ser transportada, apenas conduzida (CAMPOS, 1985; BORGES, 1990; PALACIN; MORAES, 1994). A atividade agrícola em escala comercial era inviável, devido às grandes distâncias e à inexistência de vias de escoamento da produção. As elites locais não se interessavam pelas áreas florestadas, pois elas dificultavam a formação de pastagens. Combinado com a ampla oferta das pastagens nativas dos campos cerrados, esse desinteresse garantiu a preservação das formações florestais. No entanto, nas primeiras décadas do século XX, a expansão de ferrovias e estradas estimulou a imigração de pessoas interessadas na agricultura comercial, inclusive no MGG.

Para Faissol (1952), em meados do século XX o MGG era a região mais importante de Goiás para expansão agrícola e colonização. Apontava os fatores propícios, como o capeamento sedimentar composto de rochas eruptivas básicas; solos resultantes da decomposição dessas rochas, com apreciável riqueza em humo; e um forte crescimento populacional, comparável somente ao do norte do Paraná naquele momento. O crescimento demográfico acelerado chamou a atenção de Faissol. Os dados relevantes constam da Tabela 1. Faissol destacou quatro fatores que o estimularam: a construção da nova capital (Goiânia), iniciada em 1933; o avanço da ferrovia, que chegou a Anápolis em 1935; o início do povoamento da CANG, na MSP, em 1941; e a ligação rodoviária entre a CANG e a estação ferroviária de Anápolis, concluída em 1944 (FAISSOL, 1952).

Tabela 1: População do Estado de Goiás e do Mato Grosso de Goiás: 1920, 1940 e 1950

Ano	População de Goiás (1)	População do Mato Grosso de Goiás (2)	(2)/(1) %
1920	511.919	80.000	15,62
1940	661.226	200.157	24,20
1950	1.010.880	400.000	39,56

Fonte: Adaptado de Faissol, 1952.

Sobre os dados da Tabela 1, deve ser notado que as cifras válidas para o MGG (coluna 3) não registram apenas os residentes na área florestada. Para 1940, por exemplo, os municípios considerados foram Anápolis, Anicuns, Goiânia, Goiás, Inhumas, Itaberaí e Jaraguá. Eles eram grandes e muitas populações recenseadas moravam longe do MGG. De toda forma, em 1920 a área de estudo já hospedava uma população razoavelmente grande, considerando o seu caráter remoto e o difícil acesso. No entanto, a quarta coluna demonstra que entre 1920 e 1950 a população da área de estudo cresceu mais aceleradamente do que a do resto do estado – a sua participação percentual mais do que duplicou naqueles 30 anos.

A "Marcha para o Oeste" foi lançada pelo governo Vargas em 1938. Visava, entre outros objetivos, ocupar e colonizar o oeste do Brasil, inclusive Goiás. Em 1940, o governo goiano, colaborando com o programa, doou à União áreas próximas à MSP, por meio do Decreto-Lei n. 3.704/1940. O interventor estadual Pedro Ludovico pretendia facilitar a instalação de um núcleo colonial. O artigo 1º do decreto dizia o seguinte: "Ficam doadas ao Governo da União as terras necessárias para a instalação de um Núcleo Colonial e compreendidas dentro dos seguintes limites: Rio das Almas, S. Patrício, Carretão, Divisor Daguas, Areas e Ponte Alta, Rio Verde até confluência com Rio das Almas, [...]" (GOIÁS, 1940). O governo goiano, ao fazer essa doação, obviamente não levou em conta a riqueza florestal da Mata de São Patrício. Na verdade, evitou conflitos com as oligarquias locais, pois a doação da área florestada não ameaçava os domínios dos grandes donos de terra, formados por campos cerrados.

Em 1943, as obras de instalação da CANG avançavam, e a região recebia muitos colonos. Em artigo publicado pelo *Correio Oficial*, em 26 de

dezembro, a CANG foi definida como "o primeiro marco da nova política colonizadora do Presidente Vargas". A matéria invocava os objetivos nacionalistas da CANG, que estimulavam o deslocamento de pessoas para o oeste, descrito como "vasto patrimônio, uno e indissolúvel" (GOIÁS, 1943). O artigo destacava o andamento das obras da colônia e da rodovia de acesso, destacando a inspeção feita pelo engenheiro José de Oliveira Marques, diretor da Divisão de Terras e Colonização do Ministério da Agricultura. A matéria informava que avançavam rapidamente as obras na rodovia que ligaria a CANG aos principais centros consumidores de Goiás.

A imprensa goiana via a CANG por diversos ângulos. Enquanto a imprensa oficial da capital via nela um símbolo de brasilidade e da "Marcha para o Oeste", em sintonia com a propaganda do governo federal, os jornais do interior viam na colonização da MSP a possibilidade de desenvolvimento regional, expresso na construção de rodovias. A imprensa de Goiânia dava mais ênfase à construção e ao batismo cultural da nova capital; situava a CANG no contexto da "Marcha", como extensão dos benefícios do governo federal e do interventor estadual. A imprensa de Anápolis, por sua vez, celebrava a abertura de estradas que permitiriam o acesso do município ao norte de Goiás e do país.

O jornal *O Anápolis*, de 25 de dezembro de 1943, saudou o início das obras da rodovia que ligava a CANG a Anápolis e Goiânia como sinal de progresso regional (O ANÁPOLIS, 1943). Em 1º de outubro de 1944 apresentava a CANG como "uma obra que conquista aplausos"; a abertura da rodovia era considerada uma iniciativa vitoriosa, pois permitia o contato da CANG "com o ponto terminal da Estrada de Ferro de Goiaz, nesta cidade" (O ANÁPOLIS, 1944). A ferrovia transformara Anápolis em polo atacadista, e por isso os jornais locais elogiavam a ampliação da malha rodoviária na direção da MSP. O assunto era recorrente, como se vê numa matéria sobre as vistorias feitas por um técnico do Ministério da Agricultura nas obras da CANG:

> Agora que visitou a Colônia, um técnico do Ministério da Agricultura, [...] o dr. Honorato de Freitas, concedeu uma entrevista ao Departamento de Imprensa e Propaganda de Goiaz, [informando] que os excelentes 143 quilômetros de rodovia abertos desta cidade à Mata de S. Patrício é obra sólida, visto que não se intercala de mata burros de madeira, comumente usados, mas por boeiros e pontilhões de concreto armado; que a população da [CANG] já atingiu 8.000 habitantes, constituída por 1.056 famílias, já tendo sido cultivada uma área de 5.000 hectares [...]: 400 hectares de cana, 2.400 de arroz e 2.200 de feijão e milho (O ANÁPOLIS, 1944, s/p).

Freitas informava ainda que era forte o afluxo de colonos. Reafirmava a intenção do governo federal de ocupar os 5.000 lotes da CANG, ampliando a população e a produção agrícola. Elogiava a atuação do engenheiro Bernardo Sayão (administrador da CANG) na implantação da colônia e na construção da rodovia.

A edição de *O Anápolis* de 28 de novembro de 1943 publicou entrevista em que Sayão relatava o andamento das obras da colônia e da rodovia de acesso à MSP. Ele usou a retórica característica da "Marcha para o Oeste". Confirmava o andamento das obras e garantia que a finalidade das colônias era "melhorar o padrão de vida dos nossos patrícios do interior [...] que foram, são e serão os esteios mestres nos quais se apoiam (sic) nossa economia" (O Anápolis, 1943a, s/p). Sayão dava cifras precisas sobre os trechos concluídos e em construção da rodovia. Ele informava também que a rodovia chegaria a Sant'Ana (Uruaçu), no norte de Goiás. *O Anápolis* previa que ela ligaria o sul e o norte do Brasil e seria a via de escoamento da produção agrícola goiana para o sul do país, tendo Anápolis como centro distribuidor. O trecho norte da estrada, a 270 km de Anápolis, era dado como quase concluído. Sayão defendia a extensão da rodovia até o Maranhão, afirmando que chegar a Carolina permitiria o acesso "a Santo-Antônio-das-Balsas, porto navegável do rio Parnaíba; de lá, por meio de pequenos veleiros, se chegaria a Belém, no Pará", de onde se poderia "embarcar para os Estados Unidos [...] a imensa riqueza latente que até o presente saía oneradíssima para o porto de Santos" (O ANÁPOLIS, 1943a, s/p). Vale notar que esse traçado foi usado na construção da rodovia Belém-Brasília, no final da década de 1950 (DUTRA E SILVA, 2014).

Sayão apoiava as reivindicações do prefeito de Anápolis, Joaquim Câmara Filho, interessado na ligação rodoviária da CANG com Goiânia, via Anápolis e Nerópolis. Informava que as obras seriam iniciadas em dezembro de 1943. Ele descrevia a expansão da infraestrutura e das atividades produtivas na CANG:

> [...], já existe em funcionamento na Colônia uma serraria [...], com marcenaria anexa; olaria [...]; máquina de beneficiar arroz; moinhos; esburgador; debulhadores; máquinas forrageiras; armazém para fornecimento, base da futura Cooperativa; serviço de assistência médica, dentária e escola primária. [...] Existem na Colônia 1.056 famílias [...] em plena atividade agrícola. A safra 1943/44 de arroz está estimada em 70 mil sacas, além de produção bastante acentuada de café, feijão, toucinho, milho, tubérculos, etc.. [...] será instalada uma das usinas do IAA em Goiaz. Ela terá capacidade para 20.000

> sacas de açúcar cristal e 10.000 litros diários de álcool motor [...]. Para isso estão sendo plantados [...] cerca de 1.000 hectares de canas [...] (O ANÁPOLIS, 1943a, s/p).

O relato de Sayão sugere os efeitos perturbadores dos colonos sobre a área florestada. A destruição da MSP fora evitada, no passado, pela dificuldade de remover a floresta e pelo fato de que a pecuária extensiva evitava investimentos onerosos – preferia-se queimar o cerrado ao corte raso da flora. Todavia, a eficiência das máquinas trazidas para o desmatamento na CANG ficava evidente nos tamanhos das safras de 1943/44. O desmatamento continuaria nas décadas de 1950 e 1960. Embora os colonos contassem com tratores para desmatar, eles não abandonaram métodos rudimentares de devastação florestal e cultivo, como o sistema de corte e queima. Outro estímulo a esse sistema foi o desvio do maquinário da CANG para a construção de estradas. Nas áreas próximas, fora da CANG, os fazendeiros também praticavam o corte e queima.

Colonização e destruição florestal do Mato Grosso de Goiás

Os registros dos episódios mais contundentes do desflorestamento do MGG foram feitos nos anos 1940 e 1950 por geógrafos estudiosos da colonização e da migração. Esses estudos foram iniciados pelo Conselho Nacional de Geografia (CNG), sobretudo pela equipe coordenada pelo geógrafo alemão Leo Waibel (1888-1951). Entre 1941 e 1944, Waibel foi *Visiting Professor* na University of Wisconsin, Madison (EUA). O CNG o contratou em 1945 para orientar geógrafos brasileiros em estudos de colonização no Brasil. Waibel conheceu alguns desses geógrafos em Madison, quando estudaram lá. O contato de Waibel com eles, principalmente Orlando Valverde e Fábio de Macedo Soares Guimarães, propiciou o convite para que ele trabalhasse como consultor do CNG, entre 1946 e 1950. De acordo com Alexandre Camargo (2009), os geógrafos do IBGE, Jorge Zarur, Fábio de Macedo Soares Guimarães, Orlando Valverde, José Veríssimo da Costa Pereira, Lúcio de Castro Soares e Lindalvo Bezerra, foram indicados em 1944 para cursar mestrado e doutorado em universidades norte-americanas (University of Wisconsin, Northwestern University e University of Chicago). Esse contato com professores nos Estados Unidos aproximou o IBGE desses pesquisadores, promovendo, inclusive a vinda de Leo Waibel para o CNG (CAMARGO, 2009; WAIBEL, 1979; ABRANTES, 2013; BELL, 2014)

Nas pesquisas de campo sobre a colonização em Goiás, coordenadas por Waibel, foi aplicada uma abordagem nova em estudos geográficos, com detalhada metodologia de organização de notas, diários de campo, fotografias e croquis. Um dos primeiros trabalhos planejados por Waibel e equipe foi o de compor um *Atlas geral da colonização do Brasil*, para localizar áreas propícias para a colonização e indicar sítios adequados para a instalação da nova capital do Brasil (PEREIRA, 1950; VALVERDE, 1948; WAIBEL, 1949). Além dos geógrafos, o trabalho de campo teve a participação de fotógrafos profissionais, contratados pelo CNG no final da década de 1940, com destaque para Tibor Jablonsky, Tomas Somlo e Stivan Faludi. Eles iam ao campo, registrando aspectos da colonização e do desflorestamento do MGG (ABRANTES, 2013; PEREIRA, 1950)

Para Abrantes (2013), os fotógrafos foram atores importantes na construção da memória institucional do IBGE pelo precioso acervo iconográfico. Os fotógrafos participavam também da organização e do arquivamento das fotografias, registros valiosos da paisagem goiana em transformação durante a expansão da fronteira agrícola. A fotografia de Jablonsky no MGG (Figura 2) é exemplar dos resultados do trabalho coordenado por Waibel.

Figura 2: Roça de arroz, Mato Grosso de Goiás, nas proximidades de Goiânia (GO), 1957

Autores: Tibor Jablonsky e Speridião Faissol, 1957. Fonte: Acervo dos trabalhos geográficos de campo, Biblioteca Central do IBGE, IBGE, 1957.

De acordo com Valverde, a pesquisa geográfica no Brasil se divide em duas fases: antes e depois de Leo Waibel (VALVERDE, 1958). As suas pesquisas de campo começaram em Goiás, onde ele se interessou pela colonização do MGG, em curso. Em artigo de 1947, Waibel explicou porque iniciou os seus trabalhos no Brasil em Goiás:

> A resposta é simples: estando eu interessado em colonização, tinha que ir para o interior; estando, além disso, interessado no conhecimento da vegetação original e sua transformação pela atividade humana, decidi ir a uma região onde a influência humana fosse reduzida ao mínimo. Preferia começar o meu trabalho por Mato Grosso. Mas, como a parte central deste estado não é acessível por estrada de ferro, tive que ir a Goiás, onde a linha férrea penetra mais para o interior (WAIBEL, 1947, p. 314).

O artigo resultou de pesquisas realizadas em 1946 no centro-sul de Goiás. Waibel teve Faissol e Osvaldo Lôbo como assistentes de campo. Ao pesquisar o interior "longínquo e selvagem" de Goiás e os efeitos da colonização e das mudanças nas paisagens naturais, Waibel analisou a expansão agrícola nas regiões florestadas de Goiás. Chamou a atenção dele o fato de que a área passava por uma expressiva expansão agrícola, depois de ter sido ocupada esparsamente desde o século XVIII. Ele afirmava que a exploração da pecuária ocupara muitas faixas de campo, sem, no entanto, ser "povoada no sentido estrito do termo" (WAIBEL, 1958, p. 133). Outra consideração importante de Waibel diz respeito à expansão demográfica, que, devido ao avanço da ferrovia vinda do Triângulo Mineiro, gerou um novo modelo de ocupação, caracterizado pelo "pequeno lavrador que cultiva a terra que ele próprio possui e que produz [...] para o mercado. Ele naturalmente se interessou pelas terras com melhor solo, as florestas que os fazendeiros de gado haviam menosprezado" (1958, p. 133).

Entre 1946 e 1948 Faissol participou das visitas de campo coordenadas por Waibel e fez extensa pesquisa no MGG. Constatou grande crescimento populacional e expressiva expansão agrícola. Avaliou que a área original do MGG era de cerca de 20.000 km^2. Faissol notou que o nome da formação expressava bem o contraste dela com o resto da paisagem de cerrado típico que caracteriza Goiás. Afirmou que, "[...] além de ser um nome conhecido e usado tanto na região como na literatura existente, êle exprime bem o que ela representa no Estado: A Zona da Mata" (FAISSOL, 1952, p. 7).

Com relação ao uso do solo e à expansão agrícola, Faissol chamava a atenção para as formas de exploração agrícola na faixa pioneira do MGG, apontando a necessidade de cuidados com o manejo, para conservar as

riquezas originais da terra. Os seus estudos focalizavam as políticas de colonização e criticavam o modelo adotado no MGG, especialmente nas zonas de ocupação oficial na MSP:

> No Rio Grande do Sul e em Santa Catarina observamos áreas colonizadas por europeus há cerca de cinquenta anos, com lotes de 25 hectares, tais como os da [CANG]. A atual situação de algumas destas áreas é de estagnação, quando não de decadência; esta situação deve ser atribuída aos métodos agrícolas usados [...]. Se novos fatores não alterarem a evolução normal da paisagem e dos métodos agrícolas da CANG, dentro de cinquenta anos [...] teremos o esgotamento dos solos e [...] a produção diminuída e a imigração para novas áreas florestais (FAISSOL, 1952, p. 118).

Faissol apontava problemas que causavam a decadência de áreas de fronteira e geravam novos deslocamentos para áreas florestadas. No entanto, ele não se preocupava com a preservação das matas. Propunha a manutenção do potencial agrícola pelo uso racional do solo. Sugeria ampliar as áreas dos lotes para 100 hectares ou mais e substituir a rotação de terras pela rotação de culturas. Para ele, a realização da vocação agrícola da "Zona da Mata" goiana – que ele considerava crucial para o desenvolvimento econômico de Goiás – dependia de uma política de transporte e viação.

Considerações finais

Cerca de 60 anos se passaram desde a publicação do relatório de Faissol. A região do extinto MGG tem hoje uma alta densidade populacional, pois faz parte da região metropolitana de Goiânia e inclui cidades da Mesorregião central de Goiás. A paisagem florestada foi substituída por pastagens formadas com gramíneas de braquiária. Há também extensas lavouras de cana-de-açúcar, sobretudo na microrregião de Ceres (antiga CANG), localizada na área da MSP, outro indicador da devastação da vegetação original.

Os apontamentos deixados pela pesquisa dos geógrafos e fotógrafos do CNG constituem fonte ainda inexplorada para estudos de história ambiental. As suas análises previram um cenário de "devastação" em decorrência do crescimento populacional e da expansão agrícola. Essa previsão estava inserida em textos típicos dos discursos de progresso e desenvolvimento da região Centro-Oeste. Ainda assim, consideramos que o chamado para a exploração racional dos recursos indica que houve atenção incipiente para as consequências danosas do modelo de desenvolvimento prevale-

cente. A proposta do advogado paulista Magalhães (2004), no início do século XX, de que a região da MSP fosse transformada em um parque nacional, se executada, teria permitido a preservação de uma parcela representativa daquela singular formação florestal que foi o MGG. Foi uma sugestão inovadora para a época que, caso aceita, teria feito com que Goiás hospedasse o primeiro parque nacional brasileiro.

Referências

ABRANTES, Vera Lucia Cortes. O arquivo fotográfico do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística e o olhar de Tibor Jablonszky sobre o trabalho feminino. *História, Ciências, Saúde: Manguinhos*, Rio de Janeiro, v. 20, n. 1, p. 289-306, 2013.

ARRUDA, Gilmar. *Cidades e sertões*. Bauru: EDUSC, 2000.

BELL, Stephen. Processos Making Tracks Toward the Environmental History of Brazil: A Personal Journey in Historical Geography. *Fronteiras*: Journal of Social, Technological and Environmental Science, Anápolis, v. 3, n. 2, p. 15-33, 2014.

BORGES, Barsanulfo Gomides. *O despertar dos dormentes:* estudo sobre a Estrada de Ferro de Goiás e seu papel nas transformações das estruturas regionais (1909-1922). Goiânia: Cegraf, 1990.

CABRAL, Diogo de Carvalho. *Na presença da Floresta:* Mata Atlântica e história colonial. Rio de Janeiro: Garamond, 2014.

CAMARGO, Alexandre de Paiva Rio. A Revista Brasileira de Geografia e a organização do campo geográfico no Brasil (1939-1980). *Revista Brasileira de História da Ciência*, Rio de Janeiro, v. 2, n. 1, p. 23-39, 2009.

CAMPOS, Francisco Itami. *Questão agrária:* bases sociais da política goiana (1930-1964). Tese (Doutorado em Ciências Sociais). Universidade de São Paulo, São Paulo, 1985.

COUTINHO, Leopoldo Magno. O Cerrado e a Ecologia do fogo. *Ciência Hoje*, Rio de Janeiro, v. 12, n. 68, p. 22-30, 1990.

DEAN, Warren. *A ferro e fogo:* a história e a devastação da Mata Atlântica brasileira. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

DRUMMOND, José Augusto. *Devastação e preservação ambiental no Rio de Janeiro*. Niterói: EDUFF, 1997.

DUTRA E SILVA, Sandro. Os estigmatizados: distinções urbanas às margens do rio das Almas em Goiás (1941-1959). Tese (Doutorado em História). Universidade de Brasília, Departamento de História, Brasília: 2008.

DUTRA E SILVA, Sandro. O desbravador do Oeste e as narrativas do enfrentamento e devastação da natureza na construção da Rodovia Belém-Brasília. *Fronteiras:* Revista Catarinense de História, Florianópolis, n. 23, p. 21-36, 2014.

DUTRA E SILVA, Sandro; FRANCO, José Luiz de Andrade; DRUMMOND, José Augusto. Devastação florestal no oeste brasileiro: colonização, migração e a expansão da fronteira agrícola em Goiás. *Revista de História Iberoamericana*, v. 8, n. 2, p. 10-31, 2015.

FAISSOL, Speridião. *O "Mato Grosso de Goiás"*. Rio de Janeiro: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE); Conselho Nacional de Geografia, 1952.

LOWELL, Joan. *Promised Land*. New York: Duell, Sloan and Pearce; Boston: Little, Brown and Company, 1952.

LOWELL, Joan. *Terra prometida*. São Paulo: Edições Melhoramentos, s/d.

MCCREERY, David. *Frontier Goiás, 1822-1889*. Stanford, Califórnia: Stanford University Press, 2006.

MAGALHÃES, Carlos Pereira. *Cartas de Goiás no princípio do século XX*. São Paulo: Editora De Letra em Letra, 2004.

MARTINEZ, Paulo Henrique. *História Ambiental no Brasil:* pesquisa e ensino. São Paulo: Cortez, 2006.

MILLER, Shawn William. *Fruitless Trees:* Portuguese Conservation and Brazil's Colonial Timber. Stanford: Stanford Univervity Press, 2000.

NASH, Roderick Frazier. *Wilderness and the American mind*. New Haven, London: Yale University Press. 1982.

NEIVA, Ivany Camara. *O outro lado da colônia:* contradições e formas de resistência popular na Colônia Agrícola Nacional de Goiás. Dissertação (Mestrado em Ciências Humanas). Universidade de Brasília, Instituto de Ciências Humanas, Brasília, 1984.

NODARI, Eunice Sueli. "Mata Branca": o uso do machado, do fogo e da motosserra na alteração da paisagem no Estado de Santa Catarina". In: NODARI, Eunice Sueli; KLUG, João (Eds.) *História ambiental e migrações*. São Leopoldo: Oikos, 2012, p. 35-53.

NODARI, Eunice Sueli. "As florestas do sul do Brasil: entre discursos de preservação e ações de devastação". In: FRANCO, José Luiz de Andrade; DUTRA E SILVA, Sandro; DRUMMOND, José Augusto; Galvão Tavares, Giovana (Eds.) *História ambiental:* fronteiras, recursos naturais e conservação da natureza. Rio de Janeiro: Garamond, 2012, p. 241-260.

PÁDUA, José Augusto. *Um sopro de destruição*: pensamento político e crítica ambiental no Brasil escravista (1786-1888). Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2004.

PALACIN, Luiz; MORAES, Maria Augusta de Sant'Anna. *História de Goiás*. Goiânia: Ed. da UCG. 1994.

PEREIRA, José Veríssimo da Costa. Expedição a São Paulo, Mato Grosso, Goiás e Minas Gerais. *Revista Brasileira de Geografia*, Rio de Janeiro, n. 3, p. 429-444, 1950.

RIBEIRO, J. F.; WALTER, B.M.T. "Fitofisionomia do bioma Cerrado". In: SANO, S. M.; ALMEIDA, S. P. (Eds.). *Cerrado:* ambiente e flora. Planaltina: Embrapa-CPAC, 1998.

SANO, Edson Eyji; DAMBRÓS, Luiz Alberto; OLIVEIRA, Geraldo César De; BRITES, Ricardo Seixas. Padrões de cobertura de solos do Estado de Goiás. In: FERREIRA JR., Laerte Guimarães Jr. *A encruzilhada socioambiental:* biodiversidade, economia e sustentabilidade no cerrado. Goiânia: Ed. da UFG, 2007, p. 85-100.

SMITH, Henry Nash. *Virgin Land: the American West as Symbol and Myth*. Cambridge, Massachusetts/London, England: Harvard University Press, 2009.

TURNER, Frederick Jackson. *The frontier in American history*. Mineola, New York: Dover Publications Inc., 2010.

VALVERDE, Orlando. "Excursão à região colonial antiga do Rio Grande do Sul". *Revista Brasileira de Geografia*, Rio de Janeiro, v. X, n. 4, p. 477-534, 1948.

VALVERDE, Orlando. "Apresentação". In: *Capítulos de Geografia Tropical e do Brasil*, editado por Leo Waibel. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Conselho Nacional de Geografia. Rio de Janeiro: Serviço Gráfico do IBGE, 1958.

VELOSO, Henrique Pimenta; RANGEL FILHO, Antonio Lourenço Rosa; LIMA, Jorge Carlos Alves. *Classificação da vegetação brasileira, adaptada a um sistema universal*. Rio de Janeiro: IBGE, Departamento de Recursos Naturais e Estudos Ambientais, 1991.

WAIBEL, Leo. Uma viagem de reconhecimento ao sul de Goiás. *Revista Brasileira de Geografia*, Rio de Janeiro, n. 3, p. 313-342, 1947.

WAIBEL, Leo. "Princípios da colonização europeia no sul do Brasil". *Revista Brasileira de Geografia*, Rio de Janeiro, v. XI, n. 2, p. 159-222, 1949.

WAIBEL, Leo. *Capítulos de Geografia Tropical e do Brasil*. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Conselho Nacional de Geografia. Rio de Janeiro: Serviço Gráfico do IBGE, 1958.

WAIBEL, Leo. *Capítulos de Geografia Tropical e do Brasil*. 2 ed. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Conselho Nacional de Geografia, Rio de Janeiro: Serviço Gráfico do IBGE, 1979.

WEBB, Walter Prescott. *The great frontier*. Reno, Las Vegas: University of Nevada Press, 2003.

WORSTER, Donald. *Under Western Skies:* Nature and History in the American West. New York: Oxford University Press, 1994.

Fontes

GOIÁS. *Decreto-Lei n. 3.074*, de 04 de novembro de 1940. Jornal Correio Oficial: Órgão dos Poderes do Estado de Goiaz, 06 de nov. 1940, Ano 104, n. 4.097. Goiânia: Imprensa Oficial do Estado de Goiaz.

GOIÁS. Imprensa Oficial do Estado de Goiaz. *Rasgando a rodovia para a Colônia Agrícola de Goiaz*. Correio Oficial, 107, n. 4.675, Goiânia, 1943, s/p.

IBGE – Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Manual técnico da vegetação brasileira*. Série manuais técnicos em geociências, n. 1. Rio de Janeiro, IBGE, 1992.

Jornal O ANÁPOLIS. Iniciada a ligação Goiânia-Colônia Agrícola Nacional. O Anápolis, Ano IX, n. 431, Anápolis, 1943, s/p.

Jornal O ANÁPOLIS. A colônia agrícola nacional: uma obra que conquista aplausos. O Anápolis, Ano X, n. 469, Anápolis, 1944, s/p.

Jornal O ANÁPOLIS. A colônia agrícola nacional e o progresso do Estado de Goiaz: autorizadas revelações do engenheiro administrador da C.A.N.G ao Anápolis. O Anápolis, Ano IX, n. 427, Anápolis, 1943a, s/p.

O relato de Wilhelm Vallentin: meio ambiente e imigração

Marcos Gerhardt

Introdução

Diversos viajantes europeus percorreram o território americano durante o século XIX e no início do XX. Seus relatos e impressões variam conforme o lugar visitado e o olhar lançado sobre as terras, paisagens, ambientes e gentes americanas. Wilhelm Vallentin é mais um destes viajantes que viu, interagiu, experimentou, avaliou e relatou aos europeus sua passagem pela América meridional. Várias foram suas publicações sobre este território: *Chubut: im Sattel durch Kordillere und Pampa Mittel-Patagoniens* (1906), *Argentinien und seine wirtschaftliche Bedeutung für Deutschland* (1907), *Ein unerschlossenes Kulturland: Nëuquén und Rio Negro* (1907), *Paraguay: das Land der Guaranís* (1907) e *In Brasilien* (1909).[1] Antes desses, Vallentin publicou outros livros sobre a história da África e o colonialismo europeu. Todos foram publicados pela editora Hermann Paetel, de Berlim.

Os relatos de viajantes ou a literatura de viagem são, hoje, uma importante fonte de pesquisa para os historiadores, especialmente aqueles dedicados à História Ambiental, pois as descrições de paisagens, as informações sobre o mundo biofísico e os comentários sobre a interação humana com o ambiente são características marcantes em muitos deles. O testemunho do viajante, contudo, precisa ser tomado com cuidado pelo historiador, pois pode conjugar realidade e ficção. Por vezes, "muitos fatores conscientes ou inconscientes, sociais, culturais e religiosos, tolheram a visão do viajante", ou "o olhar de certos viajantes nos permite ver o que outros via-

[1] Em português: a) Chubut: sobre a sela pela cordilheira e pelo pampa da Patagônia central; b) Argentina e seu significado econômico para a Alemanha; c) Uma terra inexplorada: Nëuquén e Rio Negro; d) Paraguai: a terra dos Guarani; e) No Brasil. Tradução livre, desta e das demais citações contidas no capítulo.

jantes não viram, geralmente, pelas suas viseiras ideológicas", razão pela qual a crítica historiográfica e a análise intertextual são necessárias e permitem "ajustar os exageros" e "corrigir certas apropriações indevidas" (CORREA, 2008, p. 16-17).

Wilhelm Julius Vallentin nasceu em 1862 e veio ao Brasil como emissário diplomático alemão no início do século XX. Antes, viveu na África alemã, como chefe da colônia dos Camarões (LISBOA, 2013), que existiu de 1884 a 1916. Seus livros são pouco conhecidos entre os historiadores brasileiros, possivelmente por serem escritos no idioma alemão e não terem edição traduzida.

Este texto apresenta e discute a narrativa de Vallentin, publicada no livro *In Brasilien*, com dois focos específicos: como o autor representou o meio ambiente do sul do Brasil e como narrou a transformação desse ambiente pela ação de imigrantes europeus e de seus descendentes nascidos no país.

Pelo Brasil

Vallentin iniciou sua viagem e sua narrativa por Pernambuco, onde destacou a produção agrícola, especialmente a do açúcar. Quando citou o consumo de carne seca, o charque, fez referência à produção do Rio Grande do Sul, onde imigrantes alemães se instalaram como agricultores (VALLENTIN, 1909, p. 9). Identifica-se assim, logo no início, o foco central da obra: os teuto-brasileiros e a germanidade (*Deutschtum*) no sul do Brasil. Nosso viajante prosseguiu para a Bahia, comentou sua variada produção agrícola, pecuária e mineral. Viajou pelo rio Paraguaçu e visitou Feira de Santana (1909, p. 49). Em muitos dos lugares, caracterizou o clima, registrou a altitude, comparou preços e ressaltou a fertilidade dos solos.

A seguir, dirigiu-se ao Rio de Janeiro e descreveu diversos aspectos urbanos, da economia e da paisagem. Registrou que, antes, o clima do estado era saudável, mas, a partir de 1850, a febre amarela proliferou no ambiente úmido e quente. Ressaltou que, naquele estado, viviam cerca de 20.000 alemães, dos quais 8.000 estavam em Petrópolis e proximidades (1909, p. 66).

No Capítulo IV, Vallentin narrou sua passagem por Minas Gerais, visitando Belo Horizonte e diversas cidades do interior, onde observou a composição étnica da população, suas práticas culturais, o clima e regis-

trou a riqueza mineral do estado: manganês, ouro e diamante, que comparou com as riquezas disponíveis na África do Sul.

Em São Paulo, voltou a comentar sobre o clima, o solo e observou a "floresta virgem selvagem" (1909, p. 97). Descreveu a capital, onde viviam cerca de 300.000 pessoas, das quais, aproximadamente, 4.000 eram alemães, a maioria destes artesãos e operários. Enfatizou a produção de café, argumentando que o produtor mais importante, proprietário de 35 fazendas, tinha ascendência alemã. Somente este cafeicultor, segundo Vallentin, produzia 150.000 sacas por ano, enquanto a produção de toda a África era de apenas 180.000 sacas anuais de café (1909, p. 101). O autor se referiu a Francisco Schmidt, nascido na Prússia, imigrante e cafeicultor em Ribeirão Preto, conhecido como um dos "reis do café" (RIBEIRÃO PRETO, 2005). No estado de São Paulo produzia-se, ainda, cana-de-açúcar, algodão, cevada, arroz, feijão e hortaliças.

Nosso viajante esteve também em Campinas e registrou a existência da colônia Campos Salles. Passou por Santos, no litoral paulista, bem como pelo vale do Rio Ribeira: Cananéia, Santos, Jacupiranga, Iguape, Sete Barras..., ao qual dedicou um capítulo do livro. Partindo de Xiririca (hoje Eldorado/SP), destacou o solo fértil e a abundância de água e de florestas contendo madeiras úteis e plantas curativas (1909, p. 132). Esteve atento, também, aos minerais e à agricultura da região que percorreu.

Vallentin utilizou muitas imagens em seu livro, 49 fotografias de boa qualidade gráfica, que reforçam a narrativa. Nem sempre, contudo, a fotografia está na parte correspondente do texto. A imagem de São Félix (1909, p. 57), por exemplo, município situado na Bahia, na margem do Rio Paraguaçú, foi publicada no capítulo que aborda a passagem pelo Rio de Janeiro. No capítulo dedicado a São Paulo, há uma fotografia do Corcovado carioca (1909, p. 104). Por vezes, o autor contrapõe imagens comparando realidades distintas. Uma fotografia da estação ferroviária de São Paulo foi publicada na mesma página com a imagem de rudimentares carretas de tração animal (*Ochsenkarren*), ressaltando as extremidades de uma realidade plural (1909, p. 128). As imagens constituem um discurso à parte, paralela e não diretamente vinculado ao texto. A fotografia de um esqueleto humano encontrado em um sambaqui está acompanhada da imagem de uma caverna com estalactites, pois ambas são curiosidades apresentadas ao leitor europeu (1909, p. 160).

No sul do Brasil

A viagem prosseguiu do sudeste do estado de São Paulo para Paranaguá, e pouco percorreu do interior do Paraná. Em Santa Catarina, Vallentin escreveu sobre São Francisco e, mais detidamente, sobre Florianópolis. Descreveu sua paisagem, seu ambiente e sua economia. Registrou a presença de cerca de 600 alemães em uma população de 13.000 a 14.000 habitantes e destacou as atividades do empresário teuto-brasileiro Karl Hoepcke (1909, p. 145). Seguiu dali para Joinville, Blumenau e espaços próximos, narrou parte da história da colonização alemã na região e transcreveu falas que disse ter ouvido dos imigrantes alemães: "Nós estamos satisfeitos; o início foi difícil; aqui nós alcançamos aquilo que, em casa [no país de origem], nunca poderíamos alcançar" (1909, p. 148). Vallentin comentou o desmatamento, a queimada, o plantio da roça, a pequena pecuária, enfim, a reconstrução do ambiente por meio do trabalho do colono imigrante. Fiel aos seus valores e ao etnocentrismo, enfatizou: "E lá onde, há meio século antes, ainda viveu o índio, vive hoje, pacificamente, o homem branco, o europeu, em seu próprio solo, trabalhando em sua propriedade, em uma esplêndida, fértil e saudável natureza" (1909, p. 151).

Vallentin informou que o estado de Santa Catarina, por suas características "naturais", era denominado o "paraíso brasileiro" (1909, p. 156). Ele comentou ainda as particularidades das terras altas, especialmente de São Bento, das quais destacou a presença de população teuto-brasileira e da araucária (*Araucaria angustifolia*), tema que não aprofundou naquele capítulo. A colônia Hamônia, igualmente situada no vale do Rio Itajaí, recebeu atenção na narrativa deste viajante, que comentou, mais uma vez, a relação humana com a "floresta virgem" (*Urwald*). Comparou a altitude de Blumenau (26 metros acima do nível do mar) com a de Joinville (apenas 6 m), que foi construída, em grande parte, sobre um terreno alagadiço. Visitou o vale do Rio dos Cedros, que superou, em "beleza natural", tudo o que o viajante havia visto nas áreas de imigração (1909, p. 169). Registrou, por outro lado, os principais produtos de exportação do vale do Itajaí e de Joinville: manteiga, banha, erva-mate, tabaco e açúcar. Encerrou o capítulo escrevendo sobre o desenvolvimento econômico gerado pelo trabalho humano, percebido na existência de comércio, fábricas, moinhos, destilarias, igrejas e escolas.

Vallentin iniciou o Capítulo IX escrevendo sobre a "bela" Itajaí, que deixou para trás. Repetiu o padrão de sua narrativa: descreveu a paisagem

e o clima, comentou sobre a população e destacou aspectos da economia. A seguir, passou a abordar a atividade econômica rio-grandense, o protagonismo teuto-brasileiro e perguntou: "O que seria o estado do Rio Grande do Sul sem os alemães?". Respondeu imediatamente: "Seguramente não a metade do que é hoje econômica e culturalmente" (1909, p. 175). Adiante explicou:

> Aqui, no mais sulino dos estados brasileiros, denominado Rio Grande do Sul, já vivem centenas de milhares de alemães. Eles ainda falam, pensam e sentem em alemão. Quando lhes contamos sobre a "velha pátria", sua grandeza e desenvolvimento, seus olhos brilham. Eles ainda são orgulhosos de seus antepassados alemães. Ajudemos a manter seu espírito alemão! (VALLENTIN, 1909, p. 176).

Esta avaliação é, evidentemente, exagerada e etnocêntrica. A germanidade (*Deutschtum*) busca tornar compatível a etnicidade de sua origem e a cidadania brasileira, elaborando uma identidade hifenizada, teuto-brasileira (ZEYFERTH, 2000, p. 94), ou seja, plural. O historiador João Klug também definiu como hifenizada e plural a identidade destes imigrantes, ao escrever:

> Concretamente, era uma identidade híbrida, que não gozava de plena cidadania brasileira e tampouco da cidadania alemã. [...] Percebe-se que os colonos se mobilizaram, predispondo-se a superar o rótulo de "estrangeiros" que pairava sobre eles e neste esforço evidenciavam uma postura ambígua, ao requererem para si o legítimo direito de ser brasileiro e de permanecer alemão.
> [...]
> Ser teuto-brasileiro representava falar alemão como língua materna, mas aprender o português para fins econômicos/comerciais. Ter sangue alemão (*jus sanguinis*), ser "de origem", mas ser politicamente leal ao Brasil (*jus soli*) (2006, p. 343).

A imagem de imigrantes trabalhadores agregada à identidade elaborada nasceu também em oposição aos luso-brasileiros, na medida em que os imigrantes reafirmam, em discurso, sua capacidade para o trabalho e prosperidade econômica (KLUG, 2006, p. 344) . Por outro lado,

> percebe-se uma historiografia relativa ao tema, que assume, muitas vezes, tons triunfalistas, exagerando quanto à contribuição, especialmente a alemã e a italiana. O sul só teria conseguido atingir o nível e os índices atuais em função do imigrante, especialmente dessas etnias, dadas suas laboriosidade e abnegação. Trata-se de uma leitura unilateral, com base mais no senso comum do que na pesquisa, e o desafio é superá-la (ou até negá-la), visto que o senso comum não é critério de confiabilidade em história (KLUG, 2009, p. 201).

Frederik Schulze mostrou como a preservação da germanidade, entre alguns imigrantes e seus descendentes no Brasil, esteve associada ao protestantismo, formando uma “unidade inseparável”. A manutenção da germanidade no estrangeiro “é vista como tarefa e mérito da igreja e da escola” no periódico *Der deutsche Ansiedler* dirigido aos teuto-brasileiros analisado pelo autor (2008, p. 22).

No Rio Grande do Sul

Na continuação da narrativa, Vallentin apresentou uma lista de colônias alemãs, iniciando por São Leopoldo e terminando com a colônia Guarany, no noroeste do Rio Grande do Sul. Nesta visão panorâmica, abordou as fábricas rio-grandenses, a produção de charque em Pelotas, a Lagoa dos Patos e a cidade de Porto Alegre. Iniciou, a seguir, uma narrativa mais detalhada de sua viagem pelo estado. Pouco escreveu sobre as características do meio ambiente de São Leopoldo, *Hamburger Berg* (Novo Hamburgo/RS, hoje), Sapiranga e Dois Irmãos, mas enfatizou e explicou o Movimento Muker, apresentando-o como uma seita de fanáticos (1909, p. 187-189), conceito rejeitado nas interpretações mais recentes da historiografia sobre o movimento (DREHER, 2003).

A viagem prosseguiu pelo vale do Rio Jacuí, onde as minas de carvão de Arroio dos Ratos chamaram a atenção de Vallentin. Em Santa Cruz, destacou a produção feita pelos colonos, a bela localização da colônia, o clima saudável e orgulhou-se das transformações ambientais feitas pelos teuto-brasileiros. Seguiu dali para Santa Maria e Cruz Alta e fez uma detalhada descrição de algumas paisagens que viu. O narrador preocupou-se em esclarecer que ali iniciavam as terras de campo, em oposição àquelas cobertas por florestas, e explicou ao leitor europeu o significado da palavra Cruz Alta e assim classificou o lugar: “não é apenas um ninho, mas, menos ainda, uma grande cidade. Ela é uma cidadezinha de campo que, por sua localização próxima à ferrovia, ainda quer obter importância” (1909, p. 199). Por vezes, incluiu irrelevantes detalhes em sua narrativa, como o “bom dia” que recebeu de uma mulher na rua. Descreveu um estranho tipo de grama que cresce no campo, com longos penachos, chamada de “barba de bodo” (sic), uma erva nativa (*Aristida jubata*, Herter) e comum nos campos do Rio Grande do Sul. Em outros momentos, usou um tom poético para narrar sua experiência no Brasil: “O amado e saudoso sol nasce para o céu azul

e abraça a terra, a moça rosada, em sonhos, com beijo ofegante" (1909, p. 218).

Ainda em Cruz Alta, encontrou a companhia de dois colonos teuto-brasileiros, de *Neu-Württemberg* (hoje Panambi/RS), que tomavam mate. Neste ponto interrompeu a narrativa para explicar os significados econômicos e culturais da exótica bebida e seus processos de coleta e de beneficiamento. Ressaltou que o produto era obtido, exclusivamente, de ervais nativos ou florestais, mas que um teuto-americano residente no Paraguai havia descoberto como fazer a semente da erva-mate germinar e que seu cultivo se tornou possível. Vallentin possivelmente referiu-se ao colono Federico Neumann que, na colônia *Nueva Germania*, desenvolveu uma técnica para romper, artificialmente, a proteção da semente da *Ilex paraguariensis* e produzir mudas em um viveiro (GERHARDT, 2013).

Em visita à colônia privada *Neu-Württemberg*, o viajante a descreveu detalhadamente: situada na zona de florestas "virgens", com topografia ondulada, abundância de água, solo fértil e clima saudável. Neste lugar, os colonos teuto-brasileiros produziam principalmente: feijão, milho, mandioca, arroz e batatas. Com o milho alimentavam os porcos, importantes para a produção de banha e para a alimentação dos colonos. Cada casa tinha, escreveu Vallentin, uma pequena horta. Outros aspectos, ligados à economia local e à vida cultural e social, figuram no relato deste viajante, que muito valorizou esta colônia.

No Capítulo XI fez, inicialmente, uma descrição da floresta com araucária presente em parte do planalto rio-grandense, observada durante a viagem a Carazinho/RS. Na região que denominou Alto Jacui, registrou a existência de um mosaico de campo e floresta, de bons cursos de água, que podiam fornecer força motriz para transformar árvores de araucária, nas serrarias, em tábuas, pranchas e vigas. Quatro delas estavam em atividade e outras em construção (1909, p. 215). Uma imagem correspondeu ao argumento do narrador (Figura 1). Nela estão retratados: a floresta com araucária no último plano, alguns animais domésticos e, no primeiro plano, um "Engenho de serra" ou serraria, construída em madeira e movida pela força hidráulica, situada no Alto Jacuí, possivelmente no território de Passo Fundo.

Figura 1: "Engenho de serra" nas terras altas do Rio Grande do Sul

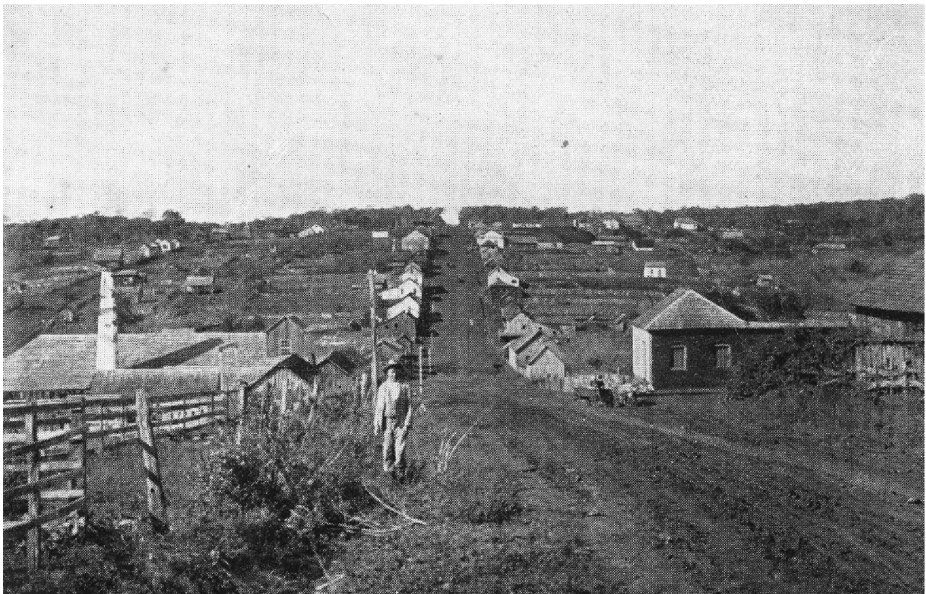
Fonte: VALLENTIN, Wilhelm J. *In Brasilien*. Berlin: Hermann Paetel, 1909, p. 240. Museu Antropológico Diretor Pestana.

Vallentin voltou para Cruz Alta e de lá seguiu para a colônia Ijuí, criada pelo governo do estado do Rio Grande do Sul. Observou o campo marcado por manchas verdes, os capões de mato e impressionou-se ao cruzar, no caminho, com uma carreta de carga puxada por dez bois de tiro, cujo condutor usava uma longa taquara (bambu), com ponta aguda de ferro, para tocar os animais e manter o ritmo da viagem (1909, p. 217). Aos poucos, a floresta tronou-se mais volumosa e alta e "alguns trechos até suscitam a impressão de estar-se andando em típico bosque alemão", escreveu ele a partir de suas referências europeias (1909, p. 218). Ao chegar em Ijuí, ressaltou as condições ambientais propícias à agricultura e à colonização. Impressionou-se com o rápido crescimento econômico da colônia recém-instalada (oficialmente em 1890) e assinalou a presença de teuto-brasileiros e de imigrantes de outras nacionalidades e etnias. Comparou esta colônia com outra:

> Em geral, na velha Europa se tem um conceito equivocado das colônias governamentais brasileiras. Negligência técnica e certo preconceito, até o momento não permitiram despertar uma idéia correta. Já havia enfatizado isso anteriormente, ao procurar a colônia governamental de Campos Salles, no estado de São Paulo. Aqui como lá, vale o mesmo: ver com os próprios olhos e depois julgar!

> Como Campos Salles, quero apresentar também Ijuhy como modelo. É seguro que aqui, faz cinco anos, foi feito grande trabalho. A colônia Ijuhy situa-se nos municípios de Cruz Alta, Palmeira e Santo Ângelo, e é banhada pelo vigoroso rio Ijuhy. Aliás, o solo está bem servido de águas e condicionado pela fertilidade. No terreno ligeiramente ondulado prevalece a mata. Há doze anos, aqui foi iniciada a colonização; 2.200 pessoas em colônias a 25 hectares cada então foram distribuídas. Hoje Ijuhy já conta com quase 9.000 almas. Dentre elas, 2.500 são alemãs ou falantes da língua alemã. Só em torno da praça vivem 675 pessoas, de forma que é realmente oportuno o enquadramento como aldeia ou localidade. Duas igrejas, uma católica e outra protestante, encontram-se no local, e na bastante vasta colônia há oito escolas estaduais e sete privadas. Produtos principais da agricultura são milho, feijão, arroz, mandioca, batata, vinho, cana-de-açúcar (própria apenas para alambiques), mel e algumas frutas tais como pêssego e outros (VALLENTIN, 1909, p. 218-219).

A colônia Ijuhy, na visão do viajante, era um modelo em termos de vias de circulação e um exemplo bem-sucedido do investimento estatal na colonização das terras florestais. Uma fotografia da colônia (Figura 2), centralizada em sua rua principal, retratou diversas edificações e reforçou os argumentos de Vallentin.

Figura 2: Colônia Ijuhy

Fonte: VALLENTIN, Wilhelm J. *In Brasilien*. Berlin: Hermann Paetel, 1909, p. 248. Museu Antropológico Diretor Pestana

Assinalou a existência das colônias Santo Ângelo e Guarani, ainda mais para o oeste rio-grandense, mas deteve-se em explicar como viviam os habitantes de uma estância dedicada à pecuária que visitou, em contraste com as áreas coloniais. Dali seguiu para Cacequi, onde permaneceu alguns dias, e viajou para Uruguaiana por meio do Rio Ibicuí, navegável no tempo das cheias, e também do Rio Uruguai. Descreveu a cidade e as gentes de Uruguaiana, onde não encontrou teuto-brasileiros, e registrou a falta de uma cervejaria. Também esteve em *Paso de los Libres* e, adiante, passou a descrever os territórios da Argentina.

O Brasil é apresentado por Vallentin, ao leitor europeu, como um lugar de florestas e campos, de clima saudável, de terras férteis, de águas abundantes, de subsolo rico e com potencialidades econômicas. O testemunho contido no livro reforça o argumento de que os bens ambientais disponíveis e utilizados, há muito tempo, por outros grupos sociais, como os Guarani, os Kaingang e os caboclos, eram um motivo para a vinda de imigrantes para o Brasil, ou seja, retoma-se um argumento publicado anteriormente: "A imigração de europeus para o sul do Brasil teve motivos mais relevantes, de cunho social, econômico, político, demográfico e cultural, mas as razões ambientais tiveram, nesse contexto, espaço significativo e podem ser consideradas pelos historiadores" (GERHARDT, 2014, p. 127).

Na mesma direção, o cronista Evaristo Affonso de Castro, cuja *Notícia descriptiva da região missioneira na província de São Pedro do Rio Grande do Sul* (1887) foi analisada por Paulo Zarth (2015), ressaltou as qualidades ambientais do planalto rio-grandense e sugeriu a instalação de colônias para receber imigrantes. Igualmente Eunice S. Nodari (2002) mostrou como as companhias colonizadoras privadas ressaltaram, por meio de anúncios nos jornais, a abundância de bens ambientais para atrair migrantes ao oeste de Santa Catarina nas primeiras décadas do século XX.

Geopolítica e imperialismo

O último capítulo do livro, de número XII, recebeu o título *Considerações finais e panorama histórico*. O autor iniciou afirmando: "O acaso deu à velha Europa um novo mundo!" (VALLENTIN, 1909, p. 238). Falava das navegações de Cristóvão Colombo e passou a narrar, resumidamente, uma história da presença europeia na América, do século XVI ao XIX. A seguir, lançou duas perguntas: Será que o povo alemão terá um papel importante,

de liderança, aqui? Será que ele vai perceber, antes que seja tarde, que nesta região do continente sul-americano existe uma parte de seu futuro? (1909, p. 249).[5] Teceu então uma longa reflexão sobre a "raça alemã", o desenvolvimento econômico, a imigração e a colonização. Em um momento da reflexão, comparou o número de alemães vivendo em colônias na África (aproximadamente 6.000 pessoas) com sua presença no Brasil: cerca de 350.000 alemães e falantes do idioma, número que parece exagerado aos olhos do historiador. A resposta às perguntas veio com o argumento de que o sul do Brasil, onde os teuto-brasileiros conservavam sua germanidade, teria grande potencial para ampliar as relações econômicas com a Alemanha.

A proposta de Vallentin não era nova. Conforme Karen Lisboa, no final do século XIX o economista Robert Jannasch "chamou a atenção para a importância das colônias alemãs no sul do Brasil comparando-as com o que ocorreu nos EUA", pois:

> A única região em que a germanidade (*Deutschtum*) resguardara sua "consciência patriótica" – e isso apesar de os imigrantes estarem já na quarta geração – era a América Latina subtropical e especialmente o sul do Brasil. Por isso, pleiteia o economista, essa região devia ser tratada com metódica política econômica, no sentido de obter lucros desse mercado cheio de potencialidades (LISBOA, 2013, p. 121-122).

Vallentin retomou os argumentos de Robert Jannasch, e propostas semelhantes podem ser encontradas em outras publicações. Analisando o periódico *Der deutsche Ansiedler*, em edições de 1864 a 1908, Schulze observou que

> o discurso apresenta o sul do Brasil como o espaço vital ideal para alemães. Um clima saudável e suave, terras férteis, uma riqueza de produtos e uma paisagem quase alemã faziam do sul do Brasil um "país do futuro" para a Alemanha. A emigração alemã tinha que ser apoiada e desviada dos Estados Unidos para o Brasil, uma vez que a preservação da germanidade no Brasil era possível como em nenhuma outra parte do mundo. A afirmação da emigração e o seu desvio para o Brasil é a tese principal de Friedrich Fabri, exposta na sua monografia "*Bedarf Deutschland der Colonien?*" (SCHULZE, 2008, p. 23).

Pode-se, ainda, associar Vallentin com Leo Waibel, importante geógrafo alemão que também iniciou sua trajetória na África, em 1911, "época

[2] No original: *Wird das deutsche Volk hierbei eine führende Rolle spielen? Wird es einsehen, ehe es zu spät ist, daß hier auf dem südamerikanischen Erdteil ein Stük seiner Zukunft liegt?*

em que estava engajado no projeto imperialista do Estado alemão, tendo em vista a necessidade de matérias-primas e de fontes de energia para a indústria, bem como a necessidade de alimentos para a população cada vez mais concentrada nas cidades" (ETGES, 2012, p. 1). Quando veio ao Brasil e aqui pesquisou temas ligados à colonização e ao uso da terra, de 1946 a 1950, o contexto histórico era outro: a derrota nas duas guerras mundiais inviabilizou as pretensões imperialistas alemãs. Waibel (1958), contudo, ainda estava atento à germanidade e preocupou-se com a "caboclização" do colono teuto-brasileiro.

Considerações finais

A narrativa de Vallentin contém relatos, descrições, avaliações, testemunhos e diálogos. Assemelha-se a muitas outras narrativas de viagem de europeus pelo Brasil. A "floresta virgem" (*Urwald*) teve destaque no texto de Vallentin, pois foi notada em diversos lugares e citada muitas vezes. Ela não existiu, mas representou, no imaginário do viajante e de muitos contemporâneos seus, um lugar intocado, reserva de bens "naturais", como a madeira e a erva-mate, aguardando o trabalho humano. Depois de milhares de anos de interação de grupos humanos indígenas com as florestas, não se pode falar em ambientes intocados.

Em oposição à "floresta virgem", o autor descreveu os lugares civilizados pela cultura e pelo esforço dos colonizadores. Diversas são as descrições e as imagens de paisagens reconstruídas, espaços "selvagens" que se tornaram produtivos e ordenados, paisagens coloniais construídas culturalmente. Como escreveram os imigrantes e seus descendentes, estabelecidos no noroeste do Rio Grande do Sul, por ocasião da comemoração dos 100 anos do início da imigração alemã no estado: "No fim da segunda década o retrato da colônia é bem mais agradável. Ao longo das ruas já não há mais a mata selvagem". Por outro lado: "Bonitas residências de colonos, rodeadas de laranjais em flor, pessegueiros e ameixeiras mostram claramente o progresso. Em verdes campos pastam vacas gordas, cavalos e terneiros" (1824-1924: Festschrift, 1924, p. 22. Tradução livre).

Para Vallentin, assim como para a maioria dos viajantes, cronistas e governantes do final do século XIX e início do XX, havia uma rígida separação entre cultura e natureza. Assim ordenavam o mundo e o compreendiam. Hoje vivemos um esforço intelectual para tornar nossa compreensão

da interação entre o cultural e o natural menos dicotômica e rígida, mais aberta e dinâmica (PÁDUA, 2010). Diversos pesquisadores dedicados à história ambiental fazem parte desse esforço e revisitam temas e documentos.

Agradecimentos: A Jaeme L. Callai e Paulo A. Zarth, pela sugestão de tema. Ao Museu Antropológico Diretor Pestana, da Unijuí, pelas imagens. À CAPES, pelo auxílio financeiro ao projeto de pesquisa *As Florestas com Araucárias no Cone Sul e a alteração das paisagens*, coordenado por Eunice Sueli Nodari, do qual este capítulo é um resultado.

Referências e fontes

1824-1924: *Festschrift zur Jahrhundertfeier der ersten deutschen Einwanderung in Rio Grande do Sul:* die Deutschen der Kolonie Serra Cadeado. Ijuhy: Livraria Serrana, 1924.

CASTRO, Evaristo Affonso de. *Notícia descriptiva da região missioneira na província de São Pedro do Rio Grande do Sul*. Cruz Alta: Typographia do Commercial, 1887.

CORREA, Sílvio Marcus de Souza. Evidências de História nos relatos de viajantes sobre a África Pré-Colonial. *Aedos*, Porto Alegre, v. 1, n. 1, p. 11-21, 2008.

DREHER, Martin N. O Movimento Mucker na visão de dois pastores evangélicos. *Protestantismo em Revista*, São Leopoldo, v. 2, p. 37-53, 2003.

ETGES, Virginia Elizabeta. O uso da terra na pequena propriedade rural: a contribuição de Leo Waibel. *Campo-Território*, Uberlândia, v. 7, n. 14, p. 1-19, ago. 2012.

GERHARDT, Marcos. *História ambiental da erva-mate*. 2013. Tese (Doutorado em História), Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2013.

GERHARDT, Marcos. História ambiental, colonização e genealogia. *História:* Debates e Tendências, Passo Fundo, v. 14, n. 1, jan./jun. 2014.

KLUG, João. A imigração alemã e a construção de uma identidade teuto-brasileira no sul do Brasil. In: WEHR, Ingrid (Ed.). *Un continente em movimiento:* migraciones en América Latina. Barcelona: Iberoamericana; Frankfurt: Vervuert, 2006.

KLUG, João. Imigração no sul do Brasil. In: GRINBERG, Keila; SALLES, Ricardo (Orgs.). *O Brasil imperial*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009.

LISBOA, Karen Macknow. Insalubridade, doenças e imigração: visões alemãs sobre o Brasil. *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*, Rio de Janeiro, v. 20, n. 1, p. 119-139, jan./mar. 2013.

NODARI, Eunice S. Persuadir para migrar: a atuação das companhias colonizadoras. *Esboços*, Florianópolis, v. 10, p. 29-51, 2002.

PÁDUA, José Augusto. As bases teóricas da história ambiental. *Estudos Avançados*, São Paulo, v. 24, n. 68, p. 81-101, 2010.

RIBEIRÃO PRETO, Prefeitura Municipal de. *Museu do Café*. 2005. Disponível em: <http://www.ribeiraopreto.sp.gov.br/scultura/museu/cafe/i14historico.php>. Acesso em: 10 maio 2017.

SCHULZE, Frederik. O discurso protestante sobre a germanidade no Brasil: observações baseadas no periódico Der deutsche Ansiedler 1864-1908. *Espaço Plural*, Cascavel, v. 9, n. 19, p. 21-28, 2008.

VALLENTIN, Wilhelm J. *In Brasilien*. Berlin: Hermann Paetel, 1909. Museu Antropológico Diretor Pestana.

WAIBEL, Leo. *Capítulos de Geografia Tropical e do Brasil*. Rio de Janeiro: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 1958.

ZARTH, Paulo A. Oferta aos colonizadores: uma região de pródiga natureza e incalculáveis riquezas. In: TEDESCO, João C.; NEUMANN, Rosane M. (Orgs.). *Colonos, colônias e colonizadoras:* aspectos da territorialização agrária no Sul do Brasil. Porto Alegre: Letra & Vida, 2015, v. IV, p. 11-25.

ZEYFERTH, Giralda. Identidade nacional, diferenças regionais, integração étnica e a questão imigratória no Brasil. In: ZARUR, George de Cerqueira Leite (Org.). *Região e nação na América Latina*. Brasília: UnB; São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, 2000.

Da Alemanha para a floresta subtropical brasileira: as propostas do Dr. Paul Aldinger para as colônias alemãs no sul do Brasil[1]

João Klug

Introdução

Em história, tratar de um determinado personagem, implica riscos. Por um lado, podemos exaltá-lo a ponto de abandonar a história e enveredar pela apologia, por outro, corremos o risco de torná-lo uma espécie de personificação do mal. Ambas as posições estão calcadas mais nas paixões e na subjetividade que na análise histórica propriamente dita. São posições extremas das quais o historiador deverá buscar afastar-se, amparando-se no ferramental teórico-metodológico, sempre consciente da carga de subjetividade com a qual terá de lidar, para então, sim, trazer à tona uma contribuição à historiografia.

É a partir destas considerações que pretendo abordar algumas facetas da vida e da ação de Paul Aldinger na colônia Hansa Hamônia e, desta forma, trazer uma pequena contribuição para ampliar o conhecimento da rica e complexa história do Vale do Itajaí. Não pretendo traçar uma biografia, ainda que resumida, de Paul Aldinger, mas compreender a sua importância para a região e o cenário no qual atuou. Compreender, portanto, o cenário, analisando um dos atores. Muitos foram os atores na colônia Hansa Hamônia, e Aldinger foi um destes, que desempenhou importante papel na história da região.

Trata-se de resultados parciais de uma pesquisa ainda em andamento. Aliás, penso que em história toda pesquisa é parcial, pois será impossível ao pesquisador "dar conta" da realidade. Assim, mesmo após "concluída", a

[1] Texto modificado, originalmente publicado em 2000 sob o título: O Pastor Dr. Paul Aldinger e a Hansa Hamônia. In: FERREIRA, Cristina; FROTSCHER, Méri. *Visões do Vale.* Perspectivas historiográficas recentes. Blumenau: Nova Letra, 2000.

pesquisa continua sendo parcial, pois novos documentos poderão vir à tona, exigindo que o pesquisador revise suas conclusões, ampliando-as ou refazendo-as.

Parto do princípio de que Paul Aldinger (ou simplesmente Dr. Aldinger, como ficou mais conhecido) foi um desses indivíduos que catalisou as necessidades do momento, tomou importantes iniciativas e imprimiu certo ritmo à história da colônia, deixando fortes marcas de sua passagem pela Hansa Hamônia entre 1901 e 1927.

Paul Aldinger nasceu em 23 de agosto de 1869 em Heutingsheim Ludwigsburg, no então Estado livre de Baden (só em 1954 deu-se a fusão com Württenberg, passando a constituir o atual Estado de Baden-Württenberg).

No período de sua juventude, a Alemanha vivia um momento muito especial de sua história, pois recém havia "costurado" sua unidade política através do chanceler Otto von Bismarck. Uma discussão muito presente então no meio acadêmico dizia respeito à necessidade de a Alemanha possuir ou não colônias, a exemplo das outras potências europeias, aspecto este que o jovem Aldinger via com muito entusiasmo.

Entre 1885 e 1887 estudou Teologia no Seminário Teológico Evangélico de Blaubeuren, continuando seus estudos teológicos na Universidade de Tübingen entre 1888 e 1892. Em 1895 alcançou o grau do Dr. Phil e trabalhou por um breve período ao lado do conceituado historiador Karl Lamprecht, na Universidade de Leipzig. Nesse contexto travou contato com membros da diretoria do *Alldeutscher Verband* (Liga Pangermânica).

Para compreender melhor o contexto no qual o P. Dr. Paul Aldinger veio para Santa Catarina, é necessário levar em conta que em 1896 Friedrich Fabri fundara em Witzenhausen, junto ao Werra, a Sociedade Central Evangélica para Colonos e Imigrantes (*Evangelischer Hauptverein für Deutsche Ansiedler und Auswanderer*), com o objetivo de

> [...] criar uma organização que, consequentemente, através da prestação de informações e de contínuos cuidados, viesse a estabelecer nossos imigrantes em tais países em que as perspectivas fossem as mais favoráveis, não só do ponto de vista econômico e social, mas também do ponto de vista nacional-alemão e evangélico (SCHLEGTENDAL apud DREHER, 1984, p. 80).

Dreher conclui que a Sociedade estava completamente influenciada pelo movimento colonial alemão e pela ideia da Alemanha maior. Portanto, sua ideologia motriz era o pangermanismo.

De acordo com Lauri Wirth, a vinda de Aldinger para o Brasil tinha duplo propósito. Em primeiro lugar, visava a adquirir experiência *in loco*, para depois colaborar com a *Sociedade Central* na preparação de futuros emigrantes. Em segundo lugar, com o apoio financeiro da referida Sociedade, Aldinger se propunha a fundar uma "escola na selva" (*Urwaldschule*), para receber os recém-egressos da Escola Colonial de Witzenhausen e prepará-los para um trabalho bem-sucedido no subtrópico. Também deveria formar jovens filhos de colonos alemães aqui nascidos, para se tornarem professores nas futuras unidades de ensino da colônia (WIRTH, 1990, p. 66). Esperava-se que a escola assumisse como ponto central de sua tarefa, a manutenção e o desenvolvimento da germanidade evangélica, e, para isso, seria fundamental a presença de colonos que tivessem passado pela Escola Colonial de Witzenhausen, os quais seriam "portadores da legítima cultura alemã e exemplos na região, do trabalho prático, líderes no exterior".

Lauri Wirth também concorda que estes objetivos estavam em harmonia com o esforço expansionista planejado pelo *Alldeutscher Verband* e pelo *Verein für das Deutschtum im Ausland* – VDA – (Associação para a Germanidade no Exterior) legitimados teologicamente pelo P. Dr. Aldinger, que havia assimilado as ideias de Friedrich Fabri, as quais preconizavam que o sul do Brasil seria o local para estabelecer colônias alemãs. A igreja e toda a ação eclesiástica eram, para Aldinger, um eficiente caminho para levar a termo a proposta de colonização alemã. Igreja e escola seriam, portanto, instituições a serviço de uma causa maior: a preservação da germanidade.

Aldinger e sua atuação no Brasil

Em 1° de maio de 1899, o Dr. Aldinger assumiu o cargo de administrador da Sociedade Central Evangélica para Colonos e Imigrantes, em Koblenz. A seguir, foi também professor na Escola Colonial de Witzenhausen no Werra, perto de Göttingen. Nesta função, viajou bastante por várias regiões da Alemanha, proferindo palestras. No outono de 1900, visitou colonos alemães no sul da Hungria, Bessarábia, Galícia e centro/sul da Rússia (WIRTH, 1990, p. 50).

Em maio de 1901, Aldinger embarcou para o Brasil, após entabular contatos com os trabalhos de colonização que aqui estavam sendo executados ou planejados. Vinha a serviço da Sociedade Colonizadora Hanseática e estava convencido de que a igreja teria que trabalhar em parceria com o

projeto de colonização. Para isso, queria conhecer concretamente os fundamentos da vida numa colônia. Seu plano era adquirir experiência no subtrópico da América, com vistas a aplicá-la posteriormente nas áreas alemãs da África. Dessa forma, juntamente com mais 47 imigrantes, Aldinger chegou a Hamônia em 21 de junho de 1901.

Na recém fundada colônia – 1897 (RICHTER, 1992), e com o objetivo de entender o significado de ser um imigrante na floresta subtropical, adquiriu seu lote de terras e lançou mão de machado, facão e enxada, para fazer a terra produzir. Quase 20 anos depois deste início, Aldinger escreveu:

> Certamente no começo o horizonte parecia nublado e escurecido. Não seria todo o esforço em vão? Não iria despencar toda a colonização devido à falta de transporte, sem ferrovia? Os índios não se tornariam novamente donos desta terra, expulsando os poucos que resolveram ficar? (ALDINGER, 1920).

Em fins de 1902, Aldinger recebera uma carta confidencial de Hamburgo, comunicando-lhe que a Sociedade Colonizadora estava mal financeiramente e corria risco de falência. Por essa razão, a carta aconselhava-o a desistir de seu projeto, antes da ruína da Sociedade. No entanto, Aldinger questionava: *Não era, justamente agora, o meu dever de pastor ficar?* (ALDINGER, 1920).

A necessidade de compreender o ambiente e o papel de escola e igreja numa colônia

De acordo com Oscar Paret, Aldinger construiu sua casa com suas próprias mãos, à sombra das palmeiras, chamando-a *Palmenhof*. Ela serviria por 25 anos como casa pastoral e escritório de trabalho e estudos. Em 1902, numa assembleia geral dos colonos de Hammonia, Aldinger foi eleito seu Pastor e Inspetor Escolar, assunto com o qual na prática já estava envolvido, pois havia fundado, em 1902, a primeira escola alemã naquela região. Paret também chama a atenção para o fato de que foi possível construir toda a estrutura escolar e eclesiástica sob sua liderança, com os colonos, sem auxílio do Estado, asseverando que, neste processo, o apoio da Alemanha foi muito acanhado (PARET, 1960, p. 50). Em Hamônia, chegou a escrever uma peça teatral para ser representada pelos alunos, intitulada "A Colonização da Hansa".

Conforme Martin Braunschweig em seu "Relatório de Viagem", escrito em 1907, nos primeiros três anos, o Dr. Aldinger foi um autêntico

colono que retirava o seu sustento da terra. Com o ingresso de um novo diretor na colônia, o trabalho do Dr. Aldinger "foi descoberto" e a direção, a partir daí, passou a conceder-lhe um subsídio anual. Com isso, era-lhe possível deixar sua atividade agrícola e dedicar-se à organização das escolas, trabalho ao qual se dedicou com afinco e zelo ao longo de sua permanência em Santa Catarina. Inicialmente esse auxílio financeiro foi colocado sob a rubrica "Para o Exercício da Cura d'almas na Forma Representativa de um Pastorado". No entanto, informa Brauschweig, no início de 1904, a Sociedade Colonizadora Hanseática suprimiu de seu orçamento as despesas com auxílio eclesiástico, razão pela qual Dr. Aldinger passou a receber sob a rubrica "Inspetor Escolar e Conselheiro da Direção da Colônia".[2]

Visitando colônias alemãs no Sul do Brasil em 1904, Wilhelm Lacmann se refere a Paul Aldinger como sendo excelente professor e pregador, conforme ele mesmo teve oportunidade de testemunhar. Pelo seu trabalho e estímulo, em pouco tempo a Colônia passou a ter uma igreja e uma associação escolar. Lacmann elogia de forma especial o fato de Aldinger ter criado uma considerável biblioteca com livros doados pelo Império Alemão, "para não deixar o espírito do erro dialogar com os colonos" (LACMANN, 1906, p. 89).

No fim de 1904, havia nove escolas na região da Hansa (quatro em Hamônia) – supervisionadas por Aldinger, que criou naquele ano a "Liga de Escolas da Hansa" *(Schulverband Hansa)*, com o objetivo de envolver e conscientizar toda a colônia em relação aos benefícios da educação. Em 13 de agosto de 1905, por exemplo, foi realizado o primeiro "dia da escola" em Hamônia – que se repetiria por vários anos – reunindo 103 alunos e seus pais. Em seu discurso naquele dia, Aldinger destacou que "uma das principais realizações da colônia são as escolas". Destacou também a presença das duas bandeiras, a alemã e a brasileira, simbolizando que "Não queremos e não podemos esquecer a pátria dos pais, sua língua e sua cultura, mas ao lado disso, temos a necessidade de sermos bons e autênticos brasileiros".[3]

Na solenidade, Aldinger elogia também o lema da bandeira brasileira, destacando que "este é também um lema que serve para uma jovem colônia alemã e sua escola", as quais, portanto, devem abraçá-lo. Na oca-

---

[2] EZA – Evangelisches Zentralarchiv – 5/2173 – Braunschweig Reise Bericht, p. 34.
[3] BAP (Bundesachiv Abteilung Potsdam) – AA Nr. 38770.

são, os alunos com o menor número de faltas e as melhores notas, foram presenteados com livros.

O jornal

Digna de destaque foi sua iniciativa de fundar, em 1904, um jornal para a colônia Hansa, o *Der Hansabote* (O Mensageiro da Hansa), através do qual dava orientação aos colonos sobre os mais diversos temas do seu cotidiano agrícola, bem como informava-os sobre o que se passava pelo mundo, especialmente quando tinha alguma relação com a Alemanha. No entanto, a ênfase do jornal recaía sobre os assuntos eclesiásticos e escolares da colônia.

Ao lado da temática principal, pode-se perceber uma grande variedade de assuntos publicados no *Der Hansabote*, todos de autoria do Dr. Aldinger e que visavam aumentar e modernizar a produção agrícola da colônia. Nestes seus artigos, ele informa sobre os preços dos produtos agrícolas praticados, preços de animais reprodutores de acordo com raça, sexo e idade, nutrição animal, novas variedades genéticas de milho, apicultura, controle de carrapatos nos bovinos etc. Vejamos alguns títulos de artigos que exemplificam este envolvimento com a produção agrícola da colônia:

Uma nova variedade de capim
Indústria de Laticínios da Nova Zelândia – um exemplo para nós
Sobre gado leiteiro
Queijaria
Sobre laticínios
A criação de terneiros
Construção e manutenção de caminhos
Criação de bicho-da-seda
Manjerona – uma planta para exportação
Experimento de cultivo de algodão e luzerna
Cooperativismo

Fica evidente, portanto, que Aldinger foi um grande incentivador da agricultura, fazendo intenso uso de seu *Der Hansabote* para divulgar novas técnicas e propor novas iniciativas nesta área. Cabe frisar, porém, sua quase obsessão pela questão de laticínios. Prova disso foi a introdução da fábrica de laticínios sob sua orientação, que, durante vários anos, foi o sustentáculo econômico da colônia, pois os valores auferidos com a exportação de laticínios, ultrapassam em muito os dos demais produtos. Seus artigos tra-

tam a respeito de tipos de queijo, processos de fabricação, instalações e equipamentos para laticínios, custos de produção, produtividade e lucro etc. Essa realidade e seu empenho na produção e industrialização do leite renderam ao pastor Aldinger o apelido de "pastor queijeiro".[4]

Considerando a baixa idade da maioria dos colonos da Hansa, é perfeitamente compreensível a alta taxa de natalidade e, consequentemente, a alta população em idade escolar. Klaus Richter afirma que em 1903 havia 910 crianças com menos de 12 anos de idade, o que equivalia a 38,3% da população da colônia.

De acordo com o Dr. Aldinger, em dezembro de 1907 Hamônia tinha uma população de 1610 habitantes, dos quais 867 homens e 743 mulheres. Em relação à faixa etária desta população, Aldinger apresenta o seguinte quadro:

Tabela 1: Faixa etária

Faixa etária	Número de pessoas
0 – 1 ano	74
1 – 10 anos	504
10 – 15 anos	201
15 – 20 anos	127
20 – 30 anos	245
30 – 40 anos	233
40 – 50 anos	151
50 – 60 anos	43
60 – 80 anos	28
Acima de 80	04

Fonte: ALDINGER, Paul. *Die ersten zwei Jahrzente der Kolonie und Gemeinde Hansa-Hammonia*. Abschiedspredigt in Hammonia am 8 August 1920. Biblioteca Municipal de Ibirama

Em seu quadro estatístico relativo à Hansa Hamônia, Aldinger menciona que 822 pessoas acima de 10 anos são alfabetizadas (dominam a leitura) e 180 são analfabetos, a maioria destes, destaca, são luso-brasileiros.

Quanto à nacionalidade, o quadro da jovem colônia era o seguinte:

[4] EZA (Evangelisches Zentralarchiv) 5/2510 – Bericht über die gegen Pfarrer Dr. Aldinger – Hammonia ehobenen Beschwerden.

Tabela 2: Nacionalidade

Nacionalidade	Número de pessoas
Brasileiros (teutos e	
luso-brasileiros)	933
Alemães do Reino	496
Austríacos	99
Suíços	26

Fonte: ALDINGER, Paul. *Die ersten zwei Jahrzente der Kolonie und Gemeinde Hansa-Hammonia*. Abschiedspredigt in Hammonia am 8 August 1920. Biblioteca Municipal de Ibirama

Quanto ao aspecto religioso, os números apontavam para a presença de 1128 protestantes e 482 católicos. Nesta mesma apresentação de dados estatísticos de Hamônia, Aldinger informa pormenores relativos à situação econômica, enfatizando, mais uma vez e de forma minuciosa, a produção animal (até o número de cães na colônia é mencionado).

Tabela 3: Produção animal

Animal	Quantidade
Vacas de leite	458
Novilhos (as)	526
Touros e bois	36
Cavalos	266
Carroças	50
Porcos	2.117
Cabras	25
Ovelhas	13
Aves	8.174
Colmeias	165
Cachorros	503

Fonte: ALDINGER, Paul. *Die ersten zwei Jahrzente der Kolonie und Gemeinde Hansa-Hammonia*. Abchiedspredigt in Hammonia am 8 August 1920. Biblioteca Municipal de Ibirama

A área geográfica de Hansa em 1907 era de 1265 km², sendo que a área efetivamente cultivada somava apenas 10 km² nessa época. Observa-se, portanto, grande quantidade de terras ainda não cultivadas na Hansa. Conforme Aldinger, essa realidade não fugia muito ao contexto, pois que no município de Blumenau como um todo, de uma área de 9.460 km² (área equivalente a mais ou menos a metade do Reino de Württenberg, destaca Aldinger), apenas 721 eram cultivados.

Nesta mesma matéria do *Der Hansabote*, ele faz uma crítica em relação à cobrança de impostos dos governos estadual e federal, afirmando que o ideal para a Hansa seria a isenção de impostos por alguns anos, a exemplo do que fizeram a Imperatriz Maria Theresa do Império Austro-Húngaro e a Imperatriz Catarina da Rússia, em relação às jovens colônias alemãs em seus respectivos domínios. Aproveita também o momento para tecer críticas em relação à atenção dos políticos quanto aos interesses da colônia, advertindo que *deve-se levar em conta que os chefes políticos do Vale do Itajaí não têm dado muita atenção aos interesses da Colônia Hansa* (DER HANSABOTE, 27 jun. 1908).

Através do seu *Der Hansabote*, Aldinger informa que em 1905 a Liga de Escolas da Hansa reunia 11 escolas com 13 professores e 217 alunos, após a fusão dos grupos do Distrito Itapocu (que reunia 04 escolas e 107 alunos) e o Distrito Hercílio (que reunia 07 escolas e 110 alunos). Faz questão de frisar também que os professores eram remunerados, dentro do possível, de forma igualitária, independentemente do número de alunos, e que a localidade de Neubremen recebera do Senado de Bremen a quantia de 500 Marcos, enquanto Hamônia recebera 543 marcos, como apoio à educação. Em seu artigo, Aldinger levanta ainda a seguinte questão:

> Alguém poderá perguntar: E o que faz o Estado brasileiro em prol de seus futuros cidadãos nas colônias? Resposta: Nada. Esse prejuízo não é justo (DER HANSABOTE, 17 mar. 1906).

Destaca também uma petição que havia feito em Florianópolis, diretamente ao secretário do governo, a qual resultou na doação de um bom número de livros de português. Na carta de agradecimento pela doação, Aldinger pede apoio financeiro para que os professores pudessem fazer um curso de português em Florianópolis ou em qualquer outro lugar, solicitação esta que não foi atendida. Explica no mesmo artigo que as férias escolares da Liga de Escolas, por ele dirigida, compreendem oito a dez dias no Natal, quatro semanas corridas no período de plantio ou dois períodos de

duas semanas cada. Lamenta que a falta às aulas é grande, o que se deve, em parte, ao mau tempo e, em partes, às lides na lavoura, onde as crianças ajudam ativamente. Destaca que, neste contexto, também as tarefas de casa ficam prejudicadas, o que torna ainda mais difícil a função do professor, somando-se ao fato de que tem de lidar com três ou quatro turmas/níveis, numa mesma sala.

Instalado na *Palmenhof*, Aldinger dirigiu uma escola para formação de professores e de formação agrícola (*Landwirtseminar*), que ele queria transformar num centro de experimentação (*Versuchanstalt*).

Em 1905 foi eleito diretor da Associação de Crédito e Poupança (*Spar und Darlehensvereins*), instituição por ele fundada. Mais tarde, tornou-se também diretor da Caixa de Auxílio Agrícola da Hansa (*Landwirtschaftliche Hilfsverein Hansa*). Ferdinand Schröder aponta ainda para a fundação, nessa mesma época, de uma Sociedade de Ginástica, uma Sociedade de Canto e uma Cooperativa (*Wirtschaftliche Genossenschaft*), sob a liderança de Aldinger. Conforme o autor, os objetivos de Aldinger com a *Palmenhof* no primeiro momento eram:

> – Criar uma estação/escola experimental agrícola, onde os imigrantes alemães passariam por um estágio prático;
> – Servir como um local para formação de lideranças (masculinas), especialmente de professores coloniais (SCHRÖDER, 1936, p. 291-292).

Destaco que um relatório do consulado alemão de Florianópolis, datado de 29 maio de 1909, indica que o Dr. Aldinger buscava recursos para fundar em Hamônia uma estação experimental agrícola, na qual se desenvolveria uma linha de ensino voltada às questões agrárias. Esta ideia, no entanto, não encontra qualquer respaldo por parte do consulado, o qual alega que já existe uma em Indaial, administrada pelo município de Blumenau, e que não há necessidade desta, planejada por Aldinger. O consulado de Florianópolis, aliás, o critica duramente por isso e também por ter se envolvido diretamente com a ideia de se criar em Stuttgart, uma "Associação para Formação de Colonos Alemães" (*Verein zur Vorbildung deutscher Ansiedler*). Hamônia seria, então, uma espécie de "campus avançado" para todos os que passassem por essa formação.[5]

Em relação à questão escolar, o mesmo relatório critica a rivalidade verificada entre o *Deutscher Schulverein für Santa Catharina* e o *Schulverband*

---

[5] BAP (Bundesarchiv Abteilung Posdtam) – AA Nr. 38774.

Hansa criado por Aldinger, pois a primeira instituição citada congregava mais de 70 escolas. Assim sendo, questiona a validade de uma organização escolar paralela, com poucas escolas e que resiste à adesão a uma organização maior. Segundo o consulado, o que estava ocorrendo é que o Dr. Aldinger estava simplesmente impondo suas ideias, o que tornava impossível uma unidade no campo escolar teuto-catarinense.

Oscar Paret afirma também que, em 1905, em função de seu empenho, Aldinger já podia relatar a respeito da instalação de um posto/estação telefônica, bem como sobre o progresso na construção de estradas. Estas iniciativas do pastor Dr. Aldinger causaram mudanças significativas na "fisionomia" da colônia, apontando em direção a um avanço modernizador no contexto da colonização alemã no Estado de Santa Catarina. Em 1906, o governador Lauro Müller visitou a colônia, para verificar *in loco* o progresso da mesma, ocasião em que foi saudado (em português) pelo Dr. Aldinger.

De volta à Alemanha em viagem de férias (1908), proferiu palestras por todo o território do Reich, buscando apoio especialmente para as questões relativas à escola e à igreja, pois em sua concepção eram instituições-chaves para o desenvolvimento material e cultural da colônia, bem como para a manutenção do *Deutschtum*. Também escreveu para vários jornais e revistas, sobre os mais variados assuntos. No *Kalender für die Deutschen in Brasilien (Almanaque para os alemães no Brasil)*, por exemplo, publicou em 1913/1914, ensaios sobre Auguste Comte e suas ideais *(Auguste Comte e seus ensinamentos, positivismo ou comtismo)*. Da mesma forma, por longos anos, colaborou com artigos para o *Christenbote – Monatsblatt für die deutschen evang. Gemeinden in Santa Catharina und Mittelbrasilien (Folha Mensal para as Comunidades Evangélicas Alemãs em Santa Catarina e no Brasil Central).*

A seu respeito, o deputado federal por Santa Catarina, Lebon Régis, não poupa elogios, quando em 1917 discursa na Câmara com o objetivo de afastar os temores relativos ao "perigo alemão" que havia se instalado nesse Estado. Aldinger é mencionado como exemplo de alguém que não mede esforços para inteirar-se da cultura nacional. Assim o deputado a ele se refere:

> Dos pastores protestantes alemães do meu Estado, Sr. Presidente, devo destacar um, o Dr. Aldinger exerce o cargo de Inspetor das escolas mantidas pela Sociedade Colonizadora Hanseática, na colônia Hansa. Entendeu que devia saber protuguez, estudou-o theroricamente, e, durante as férias escolares, em annos sucessivos, viajou, muitas vezes a pé, pelos núcleos de população nacional, a fim de praticar nosso formoso idioma, como me dizia ele.

> Fez mais ainda: fez com que dous de seus professores, o Dr. Müller e o Sr. Jené, estudassem também a nossa língua, e, quando os julgou habilitados teoricamente, por meu intermédio, solicitou um auxílio ao governo do Estado, para que pudesse residir algum tempo na capital e adquirir a prática necessária de nossa língua. O auxílio foi concedido, os professores estiveram por mais de dous mezes na capital; iam todos os dias, duas vezes à minha casa, e lá ficavam das sete às dez da manhã e das sete às dez da noite, lendo ou conversando em portuguez; ouviam as aulas da Escola Normal e ainda achavam tempo para ir à casa do professor de portuguez (REGIS, 1917, p. 13).

Em 1920, Aldinger foi substituído no pastorado, passando a ocupar-se basicamente com as questões escolares, colaborando de várias formas, especialmente auxiliando as escolas alemãs a se adaptarem às novas determinações do governo brasileiro. Neste sentido, organizou, em 1921, a 1ª Conferência de Professores e Diretorias Escolares, na localidade de Neubremen, tendo como ordem do dia três assuntos:

– A forma de organizar o horário escolar
– O significado do ensino religioso;
– A prova de português.[6]

Ao mesmo tempo, ocupou-se também com a história da germanidade no Brasil. Em sua obra "A Contribuição Teuta à Formação da Nação Brasileira", Oberacker afirma que o Dr. Aldinger foi o primeiro autor a levantar a necessidade de uma pesquisa na área da história, enfocando a contribuição alemã ao desenvolvimento geral brasileiro. Neste sentido, Aldinger concebeu um pequeno volume em 1923, *Deutsche Mitarbeit in Brasilien*, como primeira tentativa de uma exposição generalizada do trabalho alemão no Brasil, retomada em 1955 por Oberaker, o qual declara que, na sua obra, procura dar *forma ao pensamento do Dr. Aldinger* (OBERACKER, 1985, p. 28-29). Na lista que Oberacker elabora, daqueles que se salientaram no estudo da contribuição germânica, Paul Aldinger aparece em primeiro lugar.

A pesquisa, de fato, revela que Aldinger foi um escritor fecundo. Além dos variados temas abordados no *Der Hansabote*, publicou textos, tais como: "O Imperador Dom Pedro II como filho de uma mãe alemã"; "Dr. Lauro Müller, estadista brasileiro, descendente de alemães"; "A mulher alemã no Brasil"; "A questão escolar no Estado de Santa Catarina"; "100 anos de

---

[6] EZA (Evangelisches Zentralarchiv) – 5/2515 – Die Kirchliche Angelegenheit der deutschen evangelischen Gemeinden Hansa- Hammonia – ab Mai 1903.

germanismo em São Paulo"; "No navio emigrante. Dois discursos dominicais"; "O Vale do Itajaí"; "A Colonização alemã na mata virgem brasileira de Blumenau e Hansa"; "A questão indígena. A expedição de repreensão aos bugres"; "A questão dos nativos"; "Investigações sobre Major Schäffer", entre outros.

Cabe sublinhar que as opiniões e juízos em torno do Dr. Aldinger eram bastante contraditórios, pois a documentação aponta desde um "endeusamento" até uma "satanização" de sua pessoa. Em 1912, portanto após 10 anos de vivência na Colônia Hansa, pesava contra o Dr. Aldinger uma série de acusações. Era considerado por alguns um maníaco, que tem mania de grandeza com seus projetos e ideias em relação à colônia. Acusam-no também de social-democrata, que hasteia a bandeira vermelha; de que pisou sobre sua promessa de ordenação, pois tornou-se um pastor da Igreja Unida, abandonando a liturgia luterana e adotando a unida, especialmente no que tange ao Batismo, através da forma "Te batizo na mesma fé de teus pais...". De forma anônima, uma pessoa chegou a publicar num jornal, que sentia vergonha de ser considerado alemão ao lado de uma pessoa como o Dr. Aldinger. O Jornal *Deutsche Zeitung*, de São Paulo, o chama de "envenenador de poços" em relação aos interesses alemães.[7]

Martin Braunschweig, representante do Conselho Superior Eclesiástico de Berlim, elabora, em 1912, um longo relatório encaminhado ao Consistório Real Evangélico (*Königliches Evangelisches Konsistorium*) de Stuttgart, com o significativo título "Relatório sobre as queixas levantadas contra o Pastor Dr. Aldinger – Hamônia". No relatório, esta autoridade eclesiástica confirma que Aldinger é um

> [...] fantástico sonhador que não hesitou em investir sua vida na realização de seus sonhos e que seu sonho principal era, e continua sendo ainda hoje, iniciar juntamente com os fundadores da Hansa, uma nova fase da história da colonização agrícola no sul do Brasil, na qual ele se sentia vocacionado de maneira especial.[8]

Basicamente, as queixas levantadas contra Aldinger se prendiam a três pontos:

[7] EZA (Evangelisches Zentralarchiv) 5/2510 – Die deutsche evangelische Gemeinde in der Kolonie Hansa ab Dez. 1912.

[8] EZA (Evangelisches Zentralarchiv) 5/2510 – Bericht über die gegen Pfarrer Dr. Aldinger – Hammonia erhebenen Beschwerden. Porto Alegre, den 28 März 1912.

> 1) Sua conduta/relacionamento em relação a sua governanta;
> 2) Sua conduta em relação à propaganda em torno da Escola Colonial e de Hansa em geral;
> 3) Sua conduta em relação ao antigo diretor da colônia, Mörsch.

Quanto ao primeiro aspecto, afirma Braunschweig, a acusação não se fundamenta, o que é comprovado até por inimigos do pastor. Na realidade, "esta senhora foi retirada da lama juntamente com seus filhos, através do pastor Dr. Aldinger" e agora, "mantém este solteirão totalmente sob o seu chinelo". Da mesma forma, para Braunschweig não há nada que comprove o fato de que Aldinger tenha feito qualquer propaganda enganosa em relação a sua Escola Colonial e a Hansa em geral. Sobre o terceiro aspecto, existe a acusação de que ele estaria inteiramente na dependência do antigo diretor da colônia, Mörsch, o qual, segundo Braunschweig, era comprovadamente desqualificado em termos morais, e que o estreito relacionamento de Aldinger com esta pessoa o colocava também sob suspeita de incorrer nas mesmas práticas.

Conforme o parecer de Braunschweig, este contato de Aldinger com o diretor Mörsch deve ser entendido como uma forma dele conseguir apoio para realizar os seus sonhos – Aldinger chegou a tomar 300$000 emprestados de Mörsch – o que não afetou em nada seus deveres como pastor evangélico frente à comunidade. Tratava-se de um relacionamento de conveniência, com vistas à execução de seus planos, pois, se os dois entrassem em desacordo ou se combatessem mutuamente, a colônia como um todo seria a maior prejudicada. De acordo com Braunschweig, um grande número de colonos de Hamônia era de social-democratas, os quais se encontravam em renhida luta contra a Sociedade Colonizadora Hanseática e sua prática capitalista, desconsiderando muitos aspectos humanos da colonização, explorando os colonos em seus direitos.[9]

Em função dos problemas econômicos, sociais e também psicológicos que afligiam os colonos, em 1901 foi fundada uma "Liga de Colonos" (*Kolonistenbund*), sob a liderança de Julius Radeck, maquinista oriundo de Hamburgo. Em 1904 foi substituído na liderança por Karl Keim, que fora sapateiro em Munique, acusado pelo diretor Mörsch de ter sido, lá, um "agitador social-democrata". A este respeito, Klaus Richter relata:

---

[9] Idem.

> Os dois líderes, portanto, representavam o grupo de colonos recém vindos da Alemanha, oriundos de grandes centros urbanos e criados em profissões especializadas artesanais ou industriais. [...] vindos de um ambiente metropolitano e dinâmico, ao que parece, haviam sido politizados pelo movimento operário social-democrata, não se conformavam. Reinvindicavam participação na direção da colônia, o que, claro está, lhes foi negado. No auge, o movimento, segundo Mörsch, teria reunido uns 140 membros, 30 dos quais militantes, todos eles colonos imigrados da Alemanha (RICHTER, 1992, p. 77).

Dadas as grandes diferenças internas entre os radicais e os moderados, o Kolonistenbund em 1906 já estava em declínio (RICHTER, 1992, p. 78).

Estes colonos, portanto, não entendiam o silêncio de seu pastor frente ao diretor Mörsch e sua forma desumana de administrar. Assim, as queixas contra o pastor foram se avolumando na imprensa. No entanto, este não as rebateu, o que foi uma decisão acertada, segundo Braunschweig, pois *quem quer desenvolver um trabalho eclesiástico no sul do Brasil, precisa aprender a abrir mão de um bom nome.*

Neste contexto, o Consistório Real Evangélico chegou a perguntar se a demissão do pastor Aldinger viria ao encontro do interesse e do prestígio da Igreja Evangélica Alemã no Brasil, ao que Braunschweig responde com enfático "não". Ao contrário, esclarece que recomendou a comunidade de Hamônia junto ao Diretório Central da Fundação Evangélica Gustavo Adolfo de Leipzig, no sentido de que esta continuasse seu apoio financeiro à colônia.[10]

Pelo que se pode deduzir da análise documental, parece que Aldinger tinha considerável facilidade em carrear recursos para a colônia Hamônia. Lauri Wirth afirma que as fontes de recursos para seus projetos, Aldinger buscava junto a: Sociedade Colonizadora Hanseática; Consistório Evangélico (Württenberg); Conselho Superior Eclesiástico de Berlim; Associação para a Germanidade no Exterior (VDA) – Grupo Hamburgo (WIRTH, 1990. p. 69).

A questão indígena e a colônia

Polêmica, também, foi a postura de Aldinger frente à complexa questão relativa aos indígenas que habitavam a região da Hamônia. Em 1904,

[10] EZA 5/2510 – Bericht über die gegen Pfarre Dr. Aldinger – Hammonia erhebenen Beschwerden. Porto Alegre, den 28 März 1912.

por exemplo, Aldinger tomou parte de uma expedição contra os "bugres", embora ele mesmo não se considerasse um *caçador de bugres*, mas, sim, um *missionário entre os bugres*. Mais tarde contratou, às suas custas, um grupo para *fazer um reconhecimento da floresta*, guardando, no entanto, significativa distância dos círculos blumenauenses, que defendiam a ideia de que os nativos seriam mais rapidamente domesticados mediante o rápido avanço do front colonizador, com ferrovias e estradas, a exemplo de outros países (WIRTH, 1990, p. 51). Paret confirma esta expedição de Aldinger para a região habitada pelos indígenas, ressaltando, no entanto, que os seus resultados não eram conhecidos.

Em 1910 e 1911, a "questão indígena" novamente ocupava espaço, em virtude dos ataques contra colonos. Aldinger utilizou então o *Der Hansabote*, através do qual recomendava que se buscasse uma solução pacífica para o problema. Nesse sentido, participou de uma expedição com o Dr. Abbot, na região do alto Rio Hercílio, ocasião na qual foi descoberto novo afluente deste rio, batizado de "Rio Aldinger". Segundo Paret, a ação de Aldinger foi fundamental para que se estabelecesse um caminho de paz com os indígenas, mobilizando todos os esforços para instalar um posto "missionário/cultural" nos limites da colônia.

O retorno à Alemanha

Sua atuação na colônia Hansa se estendeu até 1927, quando regressou à sua pátria. Paret lembra que em 1902 Aldinger havia começado com uma modesta escola com 15 alunos e uma comunidade eclesiástica que somava 50 membros. Após 25 anos de atividade, deixava uma Liga Escolar composta por 25 escolas, com mais de 1.000 alunos e duas grandes comunidades eclesiásticas que contabilizavam mais de 6.000 membros (PARET, 1960, p. 53). Schröder indica 11 comunidades eclesiásticas em 1929, fundadas por Aldinger nesta área, e 31 escolas frequentadas por 1.266 alunos. Os números relativos à questão eclesiástica são, portanto, bastante díspares (SCHRÖDER, 1936, p. 292).

No seu retorno à Alemanha ainda foi pastor na localidade de Kleinbottwar, onde trabalhou por 17 anos. Nesse período, ao lado de sua função pastoral, sempre se dedicou ao fortalecimento do *Deuschtum* no exterior, através da imprensa, de palestras e como colaborador do *Deutsches Ausland Institut (Instituto Alemão p/ o Exterior)* em Stuttgart. Chegou a propor, em

1928, a criação de uma colônia na região de Hansa-Hamônia, composta exclusivamente por colonos da Suábia e da Francônia, chegando mesmo a definir um nome para este núcleo: *Bobidura*. A ideia não foi avante, devido à situação pouco favorável da Alemanha naquele período. Paret informa ainda que, em 1943, Aldinger dera uma palestra na Sociedade de História de Ludwigsburg, sobre o tema "Suábios no Brasil".

Aldinger faleceu em 30 de dezembro de 1944, aos 75 anos de idade, vítima de um derrame cerebral (*Schlaganfall*).

Em seu amplo estudo em torno da formação da Igreja Evangélica no Brasil, Prien conclui, com base no "relatório Brauschweig" e na obra de Schröder, que Aldinger foi um "legitimo pioneiro, como missionário, pastor, professor e colaborador no processo de desenvolvimento da região" (PRIEN, 1989, p. 81).

De fato, é possível verificar um vasto material no qual o pastor Dr. Aldinger toma uma série de iniciativas que, efetivamente, imprimem uma fisionomia *sui generis* à Hamônia. Sua atuação e influência, somadas às especificidades desta colônia, apontam para a necessidade de se pesquisar as pessoas que exerceram liderança nos vários núcleos de colonização e as particularidades de cada núcleo. A simples generalização significa perda e desconhecimento de uma riquíssima história regional que precisa vir à tona.

Referências e fontes

ALDINGER, Paul. *Das Itajahy-Tal*. Deutsche Siedlung im brasilianischen Urwald. Blumenau und Hansa. Hamburg: O. J.

ALDINGER, Paul. *Die ersten zwei Jahrzente der Kolonie und Gemeinde Hansa-Hammonia*. Abschiedspredigt in Hammonia am 8 August 1920. Biblioteca Municipal de Ibirama.

BREITENBACH, W. *Aus Südbrasilien – Erinnerungen und Aufzeichnungen*. Brackwede i.W.: Verlag von W. Breitenbach, 1913.

DELHAES-GUENTHER, Dietrich von. Einwanderung, Akkulturation und Ethnische Rivalität zu Begin des 20 Jahrhunderts in Brasilien. In: *Lateinamerika Studien – Aktuelle Perspektiven Brasiliens*. München, 1979, nr. 4.

DER HANSABOTE, Blumenau, 1904-1908. Arquivo Histórico José Ferreira da Silva (AHJFS).

DREHER, Martin N. *Igreja e Germanidade:* estudo crítico da história da Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil. São Leopoldo: Sinodal, 1984.

LACMANN, Wilhelm. *Ritte und Rasttage in Südbrasilien*. Berlin: Verlag Dietrich Reimer, 1906.

OBERACKER, Carlos H. Jr. *A Contribuição teuta à formação da nação brasileira*. 2. ed. Rio de Janeiro: Presença, 1985.

PARET, Oscar. Dr. Paul Aldinger von Heutingsheim: 1869-1944. Pfarrer und Kolonist. Ein Pioner des Deutschtums in Brasilien. In: *Ludwigsburger Geschischtsblätter*. XIX, 1960.

PRIEN, Hans-Jürgen. *Evangelische Kirchwerdung in Brasilien:* von den deutsch-evangelischen Einswanderergemeinden zur Evangelischen Kirche Lutherischen Bekenntnisses in Brasilien. Gütersloh: 1989.

REGIS, Lebon. *O perigo allemão e o problema do ensino em Santa Catarina*. Discurso pronunciado na sessão de 8 jun. 1917 pelo Deputado Lebon Regis. Rio de Janeiro: Typ. do Jornal do Comércio, 1917.

RICHTER, Klaus. *A Sociedade Colonizadora Hanseática de 1897 e a colonização do interior de Joinville e Blumenau*. Florianópolis/Blumenau: UFSC/FURB, 1992.

SCHRÖDER, Ferdiand. *Brasilien und Wittemberg*. Ursprung und Gestaltung deutschen evangelischen Kirchentums in Brasilien. Berlin/Leipzig: Verlag Walter de Gruyter & Co, 1936.

SELLIN, A. W. *Landeskunde der Vereinigten Staaten von Brasilien.* Für Deutsche Schulen in Brasilien. Hamburg: Verein für das Deutschtum im Ausland – Ortsgruppe Hamburg, 1911.

WIRTH, Lauri E. *Protestantismus und Kolonisation in Brasilien*. Erlangen: Verlag der Ev.-Luth. Mission, 1990.

A construção do espaço rural nas colônias de imigrantes do sul do Brasil

Manoel P. R. Teixeira dos Santos

Introdução

A partir do século XIX, o sul do Brasil recebeu grandes levas de imigrantes europeus com destino às colônias fundadas na região. Este processo de colonização promoveu a ocupação de extensas áreas florestais consideradas vazios demográficos pelo poder público brasileiro. Considerando isso, este trabalho tem por objetivo compreender a construção do espaço rural nas colônias de imigrantes no Brasil meridional, com destaque para Colônia Blumenau, fundada em 1850, na então província de Santa Catarina. A Mata Pluvial Atlântica era, portanto, o espaço a ser ocupado pelos imigrantes através do estabelecimento de pequenas propriedades dedicadas à policultura de subsistência e ao abastecimento do mercado interno. Este era um modelo de ocupação que contrastava significativamente com a estrutura fundiária brasileira, baseada no latifúndio monocultor. Neste sentido, procuramos identificar a transformação ambiental da região através da compreensão do processo de privatização das terras florestais e da identificação dos modelos de ocupação, colonização e propriedade adotados. Para isso, buscamos analisar mapas e plantas coloniais, assim como relacionar dados sobre o crescimento do número de proprietários rurais com a expansão das áreas de cultivo.

A primeira colônia alemã de Santa Catarina foi São Pedro de Alcântara, fundada em 1829 nas proximidades de Nossa Senhora do Desterro, atual Florianópolis. No entanto, a intensificação da colonização ocorreu somente a partir da segunda metade do século XIX como a fundação de colônias como Blumenau, Itajaí e Príncipe Dom Pedro (Brusque), no vale do Itajaí, e Dona Francisca no norte do estado. Ao refletir sobre o sentido do processo de colonização em Santa Catarina, Paulo Lago afirmou:

> Os ambientes iniciais de assentamentos foram vales da *Vertente Atlântica*. O processo de ocupação de espaços e a correspondente aplicação de técnicas

> nas relações homem/meio balizaram-se por um rumo de interiorização Leste-Oeste em direção às linhas divisoras entre a vertente Atlântica e as bacias dos rios Uruguai e Iguaçu (1988, p. 88).

A Mata Pluvial Atlântica era, portanto, o espaço a ser ocupado pelos imigrantes através do estabelecimento de pequenas propriedades dedicadas à policultura de subsistência e abastecimento do mercado interno. Este era um modelo de ocupação que contrastava significativamente com a estrutura fundiária brasileira baseada no latifúndio monocultor. A visão do Estado brasileiro era promover a ocupação do que chamava de "vazios demográficos", no entanto, a instalação de "colônias" em terras antes devolutas ou adquiridas para fins colonizadores nem sempre se encontravam de fato demograficamente vazias. "Remanescentes pré-cabralinos e posseiros luso-brasileiros, com ou sem títulos legitimados de propriedade, frequentemente miscigenando-se com os primeiros, eram comuns, ainda que muito rarefeitos" (LAGO, 1988, p. 88).

Os contatos entre indígenas e colonos foram marcados pelo "estranhamento". Desamparados pela justiça, os indígenas eram considerados intrusos em sua própria terra. Da mesma forma, os colonos que adquiriam seus lotes coloniais eram vistos pelos indígenas como os verdadeiros invasores. A participação dos lavradores nacionais (caboclos) neste contato foi pouco registrada em relatos e documentos oficiais. Entretanto, a sua presença e influência no modo de vida dos colonos pode ser percebida em aspectos da vida colonial como o modelo de construção das primeiras residências e pelas técnicas e culturas agrícolas adotadas pelos imigrantes.

> A marcha das frentes de colonização, no Leste ou no Oeste de Santa Catarina, sempre implicava na supressão de grupos ou pessoas que precediam, como habitantes sem amparo jurídico, os novos donos das terras.
> Os índios e brancos *caboclizados* pelo isolamento social não representaram resistências fortes aos avanços colonizadores, à exceção do ocorrido no Planalto, no interior de uma vasta região em que a questão dominante e central residia na própria definição de competência política (LAGO, 1988, p. 89).

Privatização das Terras Florestais

O processo de ocupação das florestas através do estabelecimento de colônias de imigrantes europeus proporcionou mudanças físicas evidentes no espaço regional, mas ao lado delas também estiveram presentes as transformações culturais e sociais. Entre os diversos aspectos significativos des-

tas mudanças está a valorização da propriedade da terra para fins comerciais. A privatização das terras florestais consolidou a ocupação deste espaço pelo colonizador europeu assim como acelerou a exclusão de índios e lavradores nacionais. Segundo Zarth*:*

> A privatização das terras florestais atingiu os lavradores nacionais que tinham como alternativa a ocupação das terras devolutas, onde poderiam sobreviver como camponeses independentes. Deste modo, na década de 1850 mais ou menos, deu-se início ao fechamento do livre acesso à terra para os lavradores pobres. A situação era curiosa: em meio a imensas áreas ociosas, os lavradores queixavam-se de não terem terras para trabalhar, eram sem-terra em meio à abundância de solos virgens (2002, p. 83).

A Lei de Terras de 1850 permitiu, em muitas províncias do Império, um grande aumento na concentração das áreas cultiváveis nas mãos de uma elite latifundiária. Entretanto, no sul do país, a mesma lei estimulou que enormes áreas de solo virgem fossem objeto de grandes negócios imobiliários com a fundação de empreendimentos coloniais particulares e a comercialização de lotes aos imigrantes.

A colonização, como empreendimento privado ou sob o gerenciamento do poder público, procurava assegurar retorno de investimentos mediante esquemas de comercialização de lotes de terras.

> As grandes glebas eram adquiridas por empresas ou particulares sob critérios semelhantes de pagamento e, em muitos exemplos, como prestação de serviços. Empreiteiras que abriam estradas de ferro ou rodovias foram, por muitos exemplos, transformadas em empresas de colonização loteando, em geral, faixas de terras linearmente dispostas ao longo das vias abertas (LAGO, 1988, p. 204).

No caso das empresas privadas, o passo inicial era a organização técnica e financeira do empreendimento. Em diversos casos essas empresas colonizadoras valiam-se de recursos oriundos de grupos capitalistas internacionais. Posteriormente, as atenções eram dedicadas às operações burocráticas junto aos governos para definição das obrigações, a indicação e a demarcação das terras para colonização. A etapa seguinte consistia na busca pelos futuros imigrantes através de campanhas publicitárias e agentes de emigração. Neste momento surgiam promessas nem sempre cumpridas pela própria empresa ou pelos setores oficiais.

A colonização era um negócio. Os investidores avaliavam os riscos e acreditavam no sucesso, baseados em concepções e planos elaborados visando aumentar o retorno dos investimentos.

> Jamais encararam a experiência colonizadora como empreendimento aventureiro. Elas partiram do pressuposto de que as possibilidades de acerto eram consideráveis, o que colocava a colonização como uma hipótese de negócio rentável, pelo menos a longo prazo (LAGO, 1988, p. 204).

No caso da Colônia Blumenau, o processo de colonização ocorreu a partir do planejamento de seu diretor[1], seguindo o que estava determinado pelo regulamento das coloniais estatais. Segundo José Ferreira da Silva, o modelo adotado "era o da imigração espontânea, vindo colonos ordinariamente, às suas próprias custas e só em casos especiais era-lhes adiantada a passagem pela direção da Colônia" (1972, p. 56).

Entre a chegada na colônia e a colheita das primeiras lavouras existia uma longa jornada, realizada, geralmente, com grandes sacrifícios. De uma forma geral, eram os pobres que emigravam da Europa, e, por isso, a aquisição dos lotes era realizada com suas poucas economias. Para sobrevivência nos primeiros meses existia um sistema de auxilio e também o parcelamento do lote adquirido.

> A direção da colônia adiantava a cada colono, inclusive aos membros de sua família, auxílio de 100 dias, por meio de diárias no valor total de 20$000 a 25$000. Após este período de 100 dias, o colono já deveria ter condições suficientes para manutenção, através do próprio trabalho. [...] O fornecimento de alimentícios era feito aos imigrantes, a crédito, estando os mesmos obrigados a restituir o respectivo valor, após as primeiras colheitas, ficando suas terras alienadas até a devolução (HILLESHEIM, 2000, p. 41).

Os colonos recém-chegados não possuíam condições de produzir, ao menos nos primeiros três meses após o recebimento do lote. De uma forma geral, até os seis meses iniciais ainda dependiam quase que exclusivamente do auxílio da direção ou dos serviços prestados a terceiros.

Uma das grandes dificuldades na relação colono/colonizadora residia nas normas das relações contratuais. As vendas dos lotes se efetuavam, geralmente, com o pagamento a longo prazo, com parcelas e juros adicionais. Ficavam presos à terra até a quitação das dívidas. Para contribuir com o pagamento era comum que os colonos atuassem na prestação de serviços, como abrir estradas e picadas para empresas e para os governos.

Em sua obra sobre atuação da Sociedade Colonizadora Hanseática em Santa Catarina, Klaus Richer apontou o que entendia como os princi-

---

[1] Neste caso, cabe destacar que a Colônia Blumenau foi transferida do Dr. Hermann Blumenau para o governo imperial em 1860.

pais problemas do sistema de venda dos lotes aplicados no Brasil. Para ele, o modelo possuía três graves defeitos:

> Primeiro, os lotes de na média 25 hectares eram grandes demais para que uma família de colonos pudesse cultivá-lo, sendo que nos primeiros dez anos em geral não mais de 20% da área seriam cultivados, enquanto que por volta de 80% permaneceriam incultos, embora o colono tivesse que pagar prestação e juros por ele também.
> Segundo, a classificação de acordo com a qualidade das terras estava sendo feita de maneira arbitrária, visando antes de tudo classificar um máximo de lotes na primeira classe de 44 mil-réis, a fim de garantir à Sociedade melhor receita.
> Terceiro, as condições de pagamento, sobretudo o curto prazo e os juros elevados, não correspondiam às possibilidades financeiras dos colonos. Consequentemente, os recém-chegados estavam sendo prejudicados no sentido de terem que empregar capital demais dos seus poucos recursos para pagar pelos seus lotes, assim que a economia da colônia Hansa não conseguia crescer tão rápida como seria de se esperar (RICHTER, 1986, p. 86).

O primeiro defeito apontado por Richter é bastante controverso. Os lotes rurais de 25 hectares eram realmente subaproveitados nos primeiros anos e isso os tornava realmente caros. No entanto, as técnicas agrícolas adotadas nas regiões coloniais eram baseadas na derrubada e queimada e na mudança frequente das áreas destinadas ao plantio, o que acabava exigindo de fato maiores extensões de terras. O uso deste sistema nas pequenas propriedades coloniais foi motivo de grandes críticas de especialistas.

As outras críticas de Richter estavam direcionadas aos interesses comerciais das companhias de colonização. A especulação imobiliária através da privatização das terras florestais ocorreu através da participação de diversas companhias colonizadoras nacionais e estrangeiras. Os modelos de colonização e ocupação dos espaços adotados nos diversos núcleos coloniais eram muito parecidos e acabaram por determinar características marcantes da vida rural colonial.

Modelos de colonização e ocupação

O estabelecimento das colônias era condicionado à demarcação dos espaços destinados aos lotes rurais e a áreas prevista para sede, fragmentada em lotes urbanos. Segundo Paulo Lago:

> A concepção deste esquema de fixação de grupos humanos foi, pioneiramente, germânica. O modelo se tornou repetitivo, com variações tanto nas

> proporções entre "lotes urbanos" e "lotes rurais" quanto nas próprias dimensões de cada unidade fundiária. Influências específicas dos sítios de assentamentos e outras relacionadas com interesses das empresas que gerenciavam a colonização bem como com suas dimensões influíram na caracterização particularizada das colônias (1988, p. 205).

Na demarcação dos lotes coloniais, a participação dos agrimensores tornou-se fundamental. A medição de lotes rurais e urbanos, abertura de picadas, medição de frente e "linhas laterais e fundos, bem como a conservação dos diferentes marcos" eram de responsabilidade do agrimensor Dentre os terrenos medidos, cujo tamanho médio era de 25 hectares[2], a distribuição era feita a livre escolha.

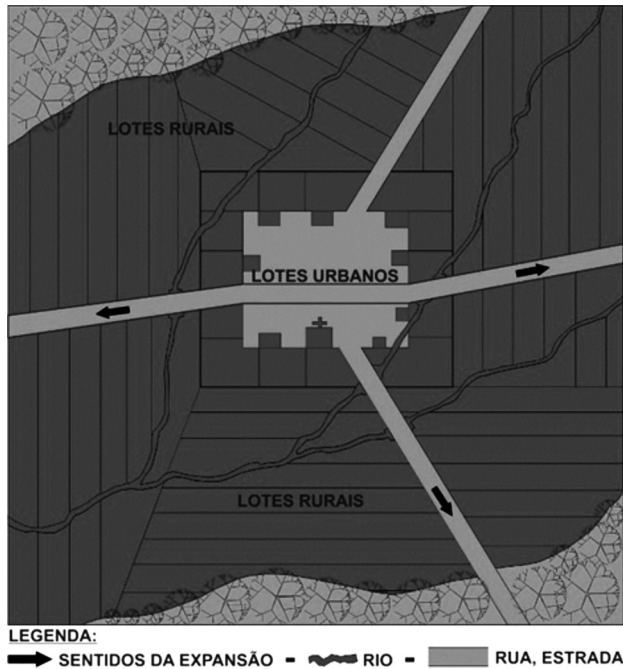
As dificuldades preliminares de demarcação e partilha dos lotes eram muito grandes. Para Paulo Lago, "os espaços eram virgens, frequentemente inacessíveis. Nada facilitava os trabalhos exaustivos dos agrimensores, a não ser a fértil disposição de referências como as linhas de umidade dos fluxos e a por vezes enganosa disposição das linhas de cumiadas" (LAGO, 1988, p. 208).

A importância e complexidade do processo de colonização fizeram com que setores administrativos fossem especialmente criados para as operações de cadastramento de propriedades, como a Companhia de Terras e Colonização vinculada ao Ministério da Agricultura. A colonização, determinou, portanto, o retalhamento demarcatório de grandes extensões de terras em milhares de pequenas unidades. Esta ação ocorreu através da aplicação de técnicas de agrimensura para se estabelecer precisão de limites e, desta forma, evitar maiores conflitos. Este tipo de ação contribuía para evitar problemas comuns nas áreas de terras adquiridas a partir da concessão de sesmarias[3].

---

[2] O tamanho médio dos lotes sofreu transformações ao longo do processo de colonização. A fundação da colônia de São Leopoldo no Rio grande do Sul, em 1824, proporcionou a concessão de propriedades com até 75 hectares de superfície. No entanto, este modelo não foi adotado por muito tempo. Após a Lei de Terras, em 1850, quando a concessão foi substituída pela compra, o tamanho médio dos lotes foi reduzido primeiro para 50 hectares e, posteriormente, para o típico minifúndio de 25 a 30 hectares. Em Blumenau, por exemplo, a maior parte dos seus primeiros, lotes divididos em 28 de agosto de 1852 pelo Dr. Blumenau, possuía por volta de 35 hectares, mas, em sua sequência, os lotes passaram a girar entre 25 e 30 hectares.

[3] Distribuídas no Brasil através de concessão desde 1530 e extintas a partir da Lei de Terras de 1850.

Figura 1: Modelo de colonização

Fonte: Adaptado de LAGO, Paulo Fernando. *Gente da Terra Catarinense – Desenvolvimento e Educação Ambiental*. Florianópolis: Ed. Da UFSC/FCC Edições /Ed. Lunardelli/UDESC, 1988

As condições geográficas e a forma de distribuição dos lotes, indicadas na figura acima, impediram que houvesse demarcação de "propriedades rurais" com dimensões homogêneas. Entre os aspectos unificadores estava a disposição longitudinal relacionada às vias de acesso (picadas, estradas, etc.) e a existência de cursos d'água. Este formato alongado fez com que, nas colônias fundadas em vales estreitos, os lotes tivessem seus fundos no alto dos morros. Desta forma, as plantações, iniciadas nas várzeas avançavam pelas encostas chegando até uma pequena reserva de mata no alto das colinas. Os morros não eram totalmente desmatados, permitindo uma reserva de madeira e lenha para propriedade. Estas paisagens podem ser identificadas até hoje nas regiões rurais do vale do Itajaí.

Esta forma de distribuição das propriedades rurais transformou-se numa das características mais marcantes desta colonização no sul do Brasil. Além de proporcionar a todos os colonos lotes com características semelhantes e providos de água, mata e ao menos mínimas condições de acesso (picadas,

estradas, etc.), este modelo também permitia uma maior aproximação física entre as casas dos colonos. Para Giralda Seyferth, o fato da propriedade rural também ser chamada de colônia é carregado de significado. Segundo ela, "a *colônia* (pequena propriedade) é concebida como um microcosmo autossuficiente na visão dos imigrantes e seus descendentes" (SEYFERTH, 1990, p. 25). A pequena propriedade colonial foi assumida, desde o início, como a unidade básica do sistema colonial. As práticas rurais adotadas pelos imigrantes eram demarcadas pelos limites de cada lote colonial.

A forma de distribuição dos lotes coloniais também pode ser entendida através dos mapas de ocupação da colônia Blumenau publicados, eventualmente, nos relatórios coloniais. Através deles observamos mais uma vez a demarcação dos lotes de forma retangular com sentido longitudinal em relação a estradas e rios.

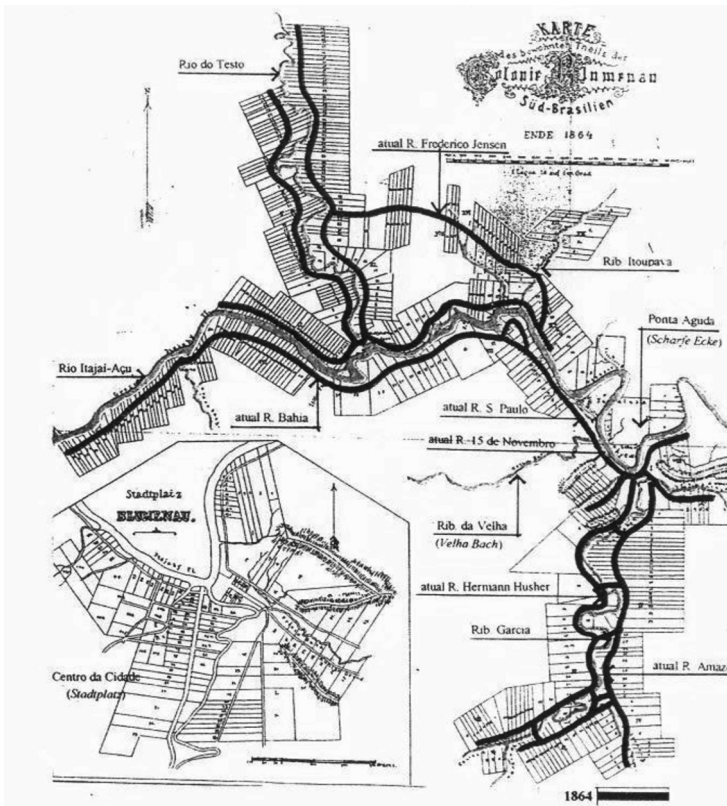
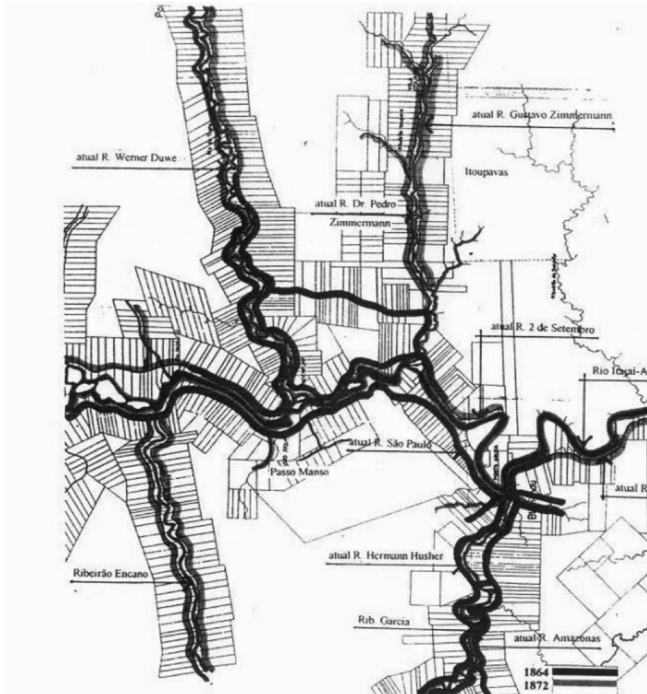
Figura 2: Planta da Colônia Blumenau – 1864

Fonte: Acervo do Arquivo Histórico José Ferreira da Silva

Figura 3: Planta da Colônia Blumenau – 1872

Fonte: Acervo do Arquivo Histórico José Ferreira da Silva

Os mapas acima também nos auxiliam a identificar o sentido da expansão territorial e da ocupação espacial da colônia, assim como aponta para as transformações ambientais desencadeadas por este processo. No curto intervalo entre os dois mapas apresentados (1864 e 1872), registra-se um grande aumento na demarcação e comercialização dos lotes coloniais. Trata-se de um período de maior desenvolvimento da colônia, já sob o controle do Império e com um aumento significativo dos recursos investidos.

Com objetivo de avançar na compreensão da ocupação espacial das áreas florestais onde foi instalada a colônia Blumenau, buscamos valiosas informações presentes nos relatórios e mapas estatísticos produzidos pela direção da colônia entre 1861 e 1880.[4] Entre os dados mais relevantes para esta análise estão a expansão das áreas de cultivo e pastagem aliadas ao número de proprietários rurais na colônia.

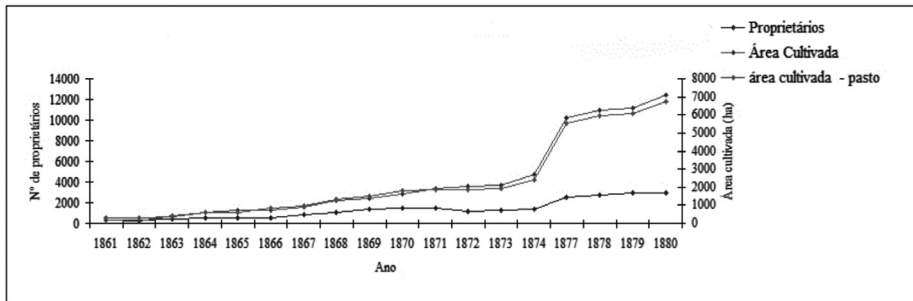
[4] Trata-se do período entre a aquisição da colônia pelo governo imperial e a emancipação de Blumenau.

Tabela 1: Dados da ocupação espacial da Colônia Blumenau (1861-1880)

Ano	Proprietários	Área Cultivada (ha)	Área cultivada pasto (ha)
1861	279	279,27	290,4
1862	362	233,8	314,6
1863	441	705,19	377,52
1864	476	1.013,5	580,8
1865	537	1.222,47	620,8
1866	574	1.215	824,49
1867	808	1.593,2	981,31
1868	1.083	2.198,2	1.344,31
1869	1.400	2.379,2	1.519,85
1870	1.423	2.854,2	1.810,28
1871	1.427	3.416	1.839
1872	1.200	3.570	1.853
1873	1.282	3.672	1.898
1874	1.388	4.752	2.428
1875	n.e	n.e	n.e
1876	2.345	n.e	n.e
1877	2.488	10.200	5.547
1878	2.727	11.000	5.982,9
1879	2.897	11.140	6.059,05
1880	2.948	12.388,2	6.737,34

n.e = dados não existentes
Fonte: HILLESHEIM, Anselmo Antônio. O crescimento do mercado interno numa colônia do Império – O caso de Blumenau: 1850-1880. (Parte 1). In: *Revista Blumenau em Cadernos* – Tomo XLI – n. 5, maio, 2000.
HILLESHEIM, Anselmo Antônio. O crescimento do mercado interno numa colônia do Império – O caso de Blumenau: 1850-1880. (Parte 3). In: *Revista Blumenau em Cadernos* – Tomo XLI – n. 7, julho, 2000.

Através da tabela acima, identificamos em números as áreas (em hectares) ocupadas pelos cultivos e pastos. Para facilitar a interpretação destes dados, elaboramos alguns gráficos que nos permitem compreender melhor a evolução do número de proprietários e das áreas de pasto e cultivo no intervalo analisado.

Gráfico 1: Expansão da ocupação espacial da Colônia Blumenau (1861-1880)

Fontes: HILLESHEIM, Anselmo Antônio. O crescimento do mercado interno numa colônia do Império – O caso de Blumenau: 1850-1880. (Parte1). In: *Revista Blumenau em Cadernos* – Tomo XLI – n. 5, maio, 2000.
HILLESHEIM, Anselmo Antônio. O crescimento do mercado interno numa colônia do Império – O caso de Blumenau: 1850-1880. (Parte 3). In: *Revista Blumenau em Cadernos* – Tomo XLI – n. 7, julho, 2000.

Entre as possíveis interpretações do gráfico acima está um dos aspectos fundamentais para esta pesquisa, a identificação da progressiva transformação das áreas florestais em espaços de produção rural pelos colonos. Observamos que a partir dos anos 1870 ocorre uma progressiva separação dos eixos que identificam o número de proprietários com os outros dois que representam os cultivos e as pastagens. Portanto, fica evidente que os métodos de cultivo baseados na derrubada e na queimada aceleravam a derrubada da mata e o abandono por alguns anos das terras em desgaste. Os dois gráficos apresentados a seguir indicam uma média de crescimento das áreas de cultivo e de pasto por cada proprietário.

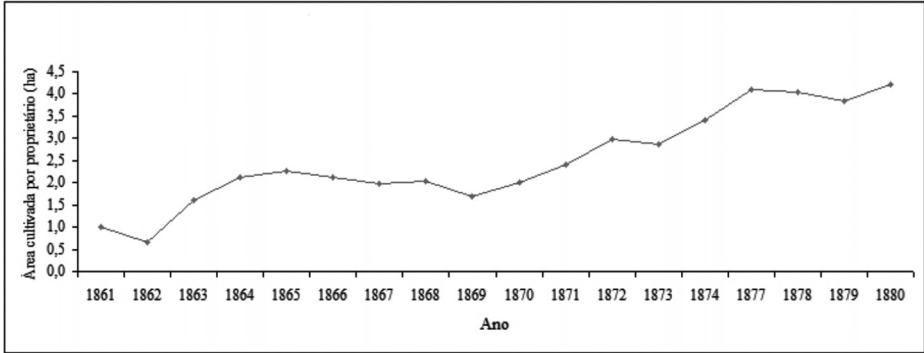
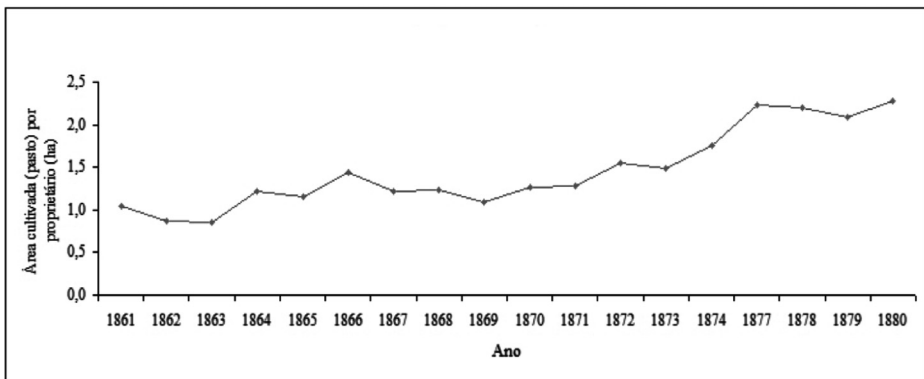
Gráfico 2: Área cultivada por proprietário (HA)

Fontes: HILLESHEIM, Anselmo Antônio. O crescimento do mercado interno numa colônia do Império – O caso de Blumenau: 1850-1880. (Parte1). In: *Revista Blumenau em Cadernos* – Tomo XLI – n. 5, maio, 2000.
HILLESHEIM, Anselmo Antônio. O crescimento do mercado interno numa colônia do Império – O caso de Blumenau: 1850-1880. (Parte 3). In: *Revista Blumenau em Cadernos* – Tomo XLI – n. 7, julho, 2000.

Gráfico 3: Área cultivada (pasto) por proprietário

Fontes: HILLESHEIM, Anselmo Antônio. O crescimento do mercado interno numa colônia do Império – O caso de Blumenau: 1850-1880. (Parte1). In: *Revista Blumenau em Cadernos* – Tomo XLI – n. 5, maio, 2000.
HILLESHEIM, Anselmo Antônio. O crescimento do mercado interno numa colônia do Império – O caso de Blumenau: 1850-1880. (Parte 3). In: *Revista Blumenau em Cadernos* – Tomo XLI – n. 7, julho, 2000.

Observamos mais uma vez que este crescimento foi progressivo. As pequenas variações apresentadas poderiam ser justificadas principalmente pelos fatores climáticos que, por diversas vezes, afetaram os blumenauenses em sua história. As chuvas excessivas e as geadas nos invernos mais rigorosos foram frequentemente registradas nos relatos e documentos oficiais.

Estrutura da pequena propriedade colonial

A fundação de colônias nas matas fechadas da então Província de Santa Catarina modificou muito a paisagem destas regiões. É evidente que a derrubada de grandes áreas florestais não foi "privilégio" destes que lá habitaram. Enormes porções de florestas nativas foram destruídas em todo território brasileiro, na maior parte dos casos feita de forma irracional pelos grandes latifundiários, visando a exploração em grande escala nas monoculturas de café (Sudeste) e cana-de-açúcar (Nordeste)[5] e, sobretudo, o crescimento desenfreado das grandes cidades.

Uma descrição da atual formação geográfica da região onde se encontram as cidades de Blumenau, Brusque e Indaial, diferiria em muito da descrição feita por colonos e viajantes durante a segunda metade do século XIX. As razões que levaram a estas mudanças estavam automaticamente ligadas às necessidades das famílias que para ali se transferiram. A mata e a lavoura não poderiam ocupar o mesmo espaço, e a roça era inicialmente seu único meio de subsistência.

Esta visão da floresta como adversária está relacionada às principais visões de desenvolvimento presentes em nossa sociedade ao longo da história. Keith Thomas, em sua análise sobre as relações do ser humano com o meio natural, assim descreveu esta relação:

> Há apenas poucos séculos atrás, a mera ideia de resistir à agricultura, ao invés de estimulá-la, parecia ininteligível. Como teria progredido a civilização sem a limpeza das florestas, o cultivo do solo e a conversão da paisagem agreste em terra colonizada pelo homem? Os reis e grandes proprietários podiam reservar florestas e parques para caça e extração de madeira, mas na Inglaterra dos Tudor a preservação artificial dos cumes incultos teria parecido tão absurda como a criação de santuários para pássaros e animais selvagens que não podiam ser comidos ou caçados. A tarefa do homem nas pala-

[5] Sobre este assunto ver mais em: DEAN, Warren. *A Ferro e Fogo:* a história e a devastação da Mata Atlântica brasileira. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

> vras do Gênesis (I.28), era "encher a terra e submetê-la": derrubar matas, lavrar o solo, eliminar predadores, matar insetos nocivos, arrancar fetos, drenar pântanos. A agricultura estava para a terra como o cozimento para a carne crua. Convertia natureza em cultura. Terra não cultivada significava homens incultos. E quando os ingleses seiscentistas se mudaram para Massachussets, parte de sua argumentação em defesa da ocupação dos territórios indígenas foi que aqueles que por si mesmos não submetiam e cultivavam a terra não tinham direito de impedir que outros o fizessem (2001, p. 17).

Ao adquirir um lote colonial, o primeiro passo, após a demarcação, era a construção de uma moradia onde fosse possível ao imigrante alojar-se com sua família. Neste momento, reconhecendo as difíceis circunstâncias, não restaria outra alternativa, senão construir sua primeira casa utilizando, basicamente, matéria-prima retirada da própria floresta. Estas e outras necessidades proporcionaram, especialmente nos primeiros tempos, uma circunstancial aproximação com a população cabocla. O modelo implantado era totalmente inspirado nas residências destes lavradores nacionais da região. O tipo primitivo da casa do colono deixava muito a desejar, e este era o retrato da vida sem privilégios a que estavam sujeitos.

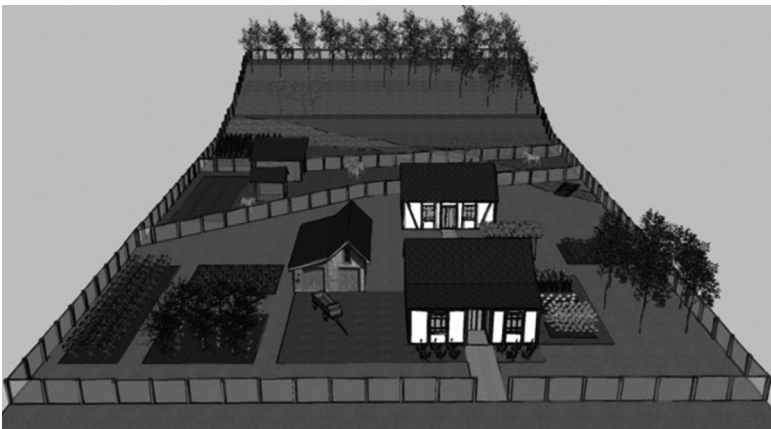
As palmeiras forneciam quase toda matéria-prima necessária à confecção da casa primitiva: os troncos partidos e ligados por cipó formavam as paredes; as folhas entrelaçadas e amarradas às ripas, serviam de teto. Uma amarração de paus e cipó encostada a uma das paredes substituía o leito. Troncos de árvores e caixotes substituíam a falta de cadeiras e mesas (FERRAZ, 1950, p. 151). Os ranchos consistiam em quatro postes que sustentavam um telhado de folhas de palmeira. Os currais para porcos e gado também eram feitos, como entre os caboclos, com varas de bambu ou palmito, ou estacas fincadas de modo a oferecer proteção contra a chuva. O interior da "casa" era dividido em dois ou três cômodos. Um deles era a cozinha e a sala de estar onde havia um fogão aberto. Simples aberturas sem vidraças, mas fecháveis, serviam para ventilação. A choupana era feita rusticamente, e o chão batido substituía o assoalho (FERRAZ, 1950, p. 151).

Com o crescimento econômico, os colonos passam a construir casas que vão se diferenciando dos ranchos de caboclos. As habitações passam a ser mais confortáveis, evidenciando suas experiências, cultura e tradições da terra de origem. Neste momento, o material de construção para casa e rancho já eram tabuas cortadas na serraria. Agora tratava-se de uma casa de madeira bem feita e construída sobre pilares. A área era retangular e de 30 a 40 metros quadrados, o chão era assoalhado. O telhado era puxado

para trás, cobrindo geralmente a cozinha. A chaminé de tijolos era levantada no lado de fora da cozinha (FERRAZ, 1950, p. 151).

Foi apenas numa terceira etapa do desenvolvimento econômico que os colonos chegaram ao modelo de habitação que melhor combinou os traços europeus com alguns novos adotados na nova pátria. "A casa de tijolos com madeiramento a mostra, tipo enxaimel, com telhado puxado para frente para cobrir uma varanda, janelas com vidraças e chão assoalho. A casa de madeira antiga continua, não raro ao lado da construção mais recente e serve de cozinha ou paiol" (FERRAZ, 1950, p. 215).

A distribuição espacial de cada lote colonial, apresentada no desenho abaixo, refletia a multiplicidade das atividades rurais dos colonos. A necessidade de ajustar o espaço à atividade policultora e à criação de animais fizeram com que cada propriedade possuísse seus espaços bem demarcados. Em sua maioria, as partes fundamentais estavam assim distribuídas: a casa ficava próxima de riachos e da estrada; os ranchos ficavam aos fundos e abrigava a oficina, um depósito para os utensílios agrícolas e os estábulos. Ao lado da casa ainda estavam um galinheiro, uma horta, um pomar, um chiqueiro e outras criações domésticas. Mais afastados ficavam as pastagens cercadas para cavalos e vacas, assim como os diversos cultivos, geralmente compostos pelo canavial e as roças de milho, feijão, mandioca, batata e arroz.

Figura 4: Estrutura da pequena propriedade rural colonial

Fonte: Desenho da Arq. Anamaria P. R. Teixeira dos Santos, baseado em croqui de Teobaldo Jamundá In: *Centenário de Blumenau 1850 – 2 de setembro – 1950*. Blumenau: Edição da Comissão de Festejos, 1950.

Esta forma de divisão do espaço dentro de uma propriedade rural colonial prevaleceu durante muitos anos, e ainda hoje é possível observar sua presença nos distritos rurais das antigas colônias. Mesmo com áreas cada vez mais fragmentadas, proporcionando propriedades cada vez mais inviáveis economicamente, o modelo de distribuição dos lotes também permanece com o sentido longitudinal em relação às estradas.

A lida rural era caracterizada pelo trabalho familiar. As famílias numerosas representavam mais braços para o trabalho. Assim afirma Paulo Lago:

> A família extensa era ideal, compatibilizando-se com as funções da propriedade rural, policultora e poliprocessadora de matérias-primas. As operações seriam, como se procurou, diversificadas. Havia lavouras para se cuidar, animais para criar, tratar, ordenhar, alimentar; havia argila para fabricação de tijolos, madeira para serrar e para manipulação de equipamentos, utensílios, cercas, construção de patrimônio, abrigo de produtos vegetais e animais, casas, estábulos e pontes. Havia matérias-primas para fabricação de queijo, manteiga, creme, embutidos de carne, farinhas, enfim, serviços que implicavam a participação familiar, de homens, mulheres, crianças, em grande número. Nas colônias, a mão-de-obra não comportava escravos nem assalariados (1988, p. 88).

As virtudes de uma família numerosa estavam condicionadas à manutenção da produtividade da terra. Nos primeiros anos, a fertilidade da terra logo após a derrubada da mata proporcionava altos níveis de produtividade. Entretanto, esta alta produção, que inicialmente deslumbrava os colonos, apresentou forte redução em tempo mais curto do que imaginavam. O uso intensivo das terras pelo sistema de derrubada e queimada não era compatível com o tamanho dos lotes coloniais.

> As *resistências ambientais*, nem sempre perceptíveis, acabam surgindo, surpreendendo agricultores experientes, mas de outros ambientes regidos por mecanismos distintos dos trópicos. O tamanho ideal da propriedade era imaginado sob a lógica de ambientes de *clima temperado* de chuvas pouco insistentes, de superfícies menos enérgicas. O que surpreendeu foi a velocidade do exaurimento de solos que pareciam apresentar excepcionais qualidades (LAGO, 1988, p. 88).

Os problemas com o tamanho da propriedade familiar estavam, portanto, diretamente relacionados as técnicas e procedimentos de uso da terra no clima tropical.

> O tamanho ideal de uma propriedade não é somente uma questão de grandeza espacial. Sua adequação depende de condições mais externas, naturais e sócio-econômicas-culturais. Sob tais influências, o tamanho de uma propriedade pode ser tanto excessivo quando ínfimo. Será ideal, mas sob circunstâncias muito especiais (FERRAZ, 1950, p. 216).

Considerações finais

Portanto, a implantação de colônias de imigrantes no sul do Brasil resultou em significativas transformações ambientais, econômicas e culturais, mas esteve distante de atingir muitos dos objetivos idealizados por seus incentivadores. A colonização europeia não proporcionou ao meio rural brasileiro os avanços técnicos esperados. Além disso, o processo de *privatização das terras*, consideradas vazios demográficos pelo poder público, efetivou o processo de exclusão dos lavradores nacionais e das populações indígenas. Ainda assim, mesmo sem grande parte dos resultados imaginados, este processo de colonização foi responsável pela construção de um novo espaço rural, baseado na pequena propriedade e com um modelo de ocupação que ainda pode ser identificado nas diversas partes do sul do Brasil.

Referências

ABRANTES, Visconde de. Memória sobre os meios de promover a colonização. *Revista de Imigração e Colonização*, ano II, n. 2-3, 1941.

BLOCH, Marc. *A terra e seus homens:* agricultura e vida rural no Século XVII e XVIII. São Paulo: Edusc, 2001.

BOSERUP, Ester. *Evolução agrária e pressão demográfica.* Estudos Rurais. São Paulo: Hucitec/Polis, 1987.

CARDOSO, Ciro Flamarion. *Agricultura, escravidão e capitalismo*. Petrópolis: Vozes, 1979.

DEAN, Warren. *A Ferro e Fogo:* a história e a devastação da Mata Atlântica brasileira. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

DUARTE, Regina Horta. *História e natureza*. Belo Horizonte: Autêntica, 2005.

FERRAZ, Paulo Malta. Como viviam os primeiros colonos. In: *Centenário de Blumenau 1850 – 2 de setembro – 1950*. Blumenau: Edição da Comissão de Festejos, 1950.

HILLESHEIM, Anselmo Antônio. O crescimento do mercado interno numa colônia do Império – O caso de Blumenau: 1850-1880. (Parte 2). In: *Revista Blumenau em Cadernos* – Tomo XLI – n. 6, jun. 2000.

HILLESHEIM, Anselmo Antônio. O crescimento do mercado interno numa colônia do Império – O caso de Blumenau: 1850-1880. (Parte 1). *Revista Blumenau em Cadernos* – Tomo XLI, n. 5, maio, 2000.

KEITH, Thomas. *O homem e o mundo natural*. São Paulo Companhia das Letras, 2001, p. 17.

KLUG, João. Propostas para a agricultura no início do Império: um estudo comparativo entre as ideias de Friedrich von Weech e Carlos Augusto Taunay. *História: Debates e Tendências,* Passo Fundo, v. 1, n.1, p. 21-35, jun. 2009.

LAGO, Paulo Fernado. *Gente da Terra Catarinense:* desenvolvimento e educação ambiental. Florianópolis: Ed. da UFSC/FCC Edições /Ed. Lunardelli/UDESC, 1988.

LINHARES, Maria Yedda. *História Agrária*. In: CARDOSO, Ciro Flamarion. *Domínios da História*. Rio de Janeiro: Campus, 1997.

LINHARES, Maria Yedda; SILVA, Francisco Carlos Teixeira. *A história da agricultura brasileira:* debates e controvérsias. São Paulo: Brasiliense, 1981.

RICHTER, Klaus. *A Sociedade Colonizadora Hanseatica de 1897 e a colonização no interior de Joinville e Blumenau*. Florianópolis: Ed. da UFSC; Blumenau: Ed. da FURB, 1986.

MACHADO, Paulo Pinheiro. *A Política de Colonização do Império.* Porto Alegre: Editora da Universidade/UFRGS, 1999.

MAZOYER, Marcel; ROUDART, Laurence. *História das agriculturas no mundo:* do neolítico à crise contemporânea. São Paulo: Editora da UNESP; Brasília, DF: NEAD, 2010.

PESSANHA NEVES, Delma. A agricultura familiar e o Claudicante Quadro Institucional. In: LOPES, S. A.; MOTA, D. M. da; MAGNO DA SILVA, T. E. (Orgs.). *Ensaios:* desenvolvimento e transformação na agricultura. EMBRAPA, 2002, p. 143-144.

SANTOS, Milton. *Metamorfoses do espaço habitado*. São Paulo: Hucitec, 1997.

SCHAMA, Simon. *Paisagem e memória*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

SEYFERTH, Giralda. *Imigração e cultura no Brasil.* Brasília: Editora da UNB, 1990.

SEYFERTH, Giralda. Imigração, colonização e estrutura agrária. In: WOORTMANN, Ellen F. (Org.). *Significados da Terra.* Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2004, p. 69-150.

SILVA, José Ferreira da. *História de Blumenau*. Florianópolis: Editora Empreendimentos Educacionais Ltda., 1972.

WOORTAMNN, Ellen F. (Org.). *Significados da Terra*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2004.

ZARTH, Paulo Afonso. *Do arcaico ao moderno:* o Rio Grande do Sul Agrário do século XIX. Ijuí: Editora Unijuí, 2002.

Entre florestas e parreirais: a vitivinicultura no Alto Vale do Rio do Peixe/SC[1]

Eunice Sueli Nodari

Introdução

O presente capítulo tem como objetivo discutir aspectos da Vitivinicultura no Alto Vale do Rio do Peixe, tendo como referencial geográfico principal os municípios de Videira, Tangará e Pinheiro Preto, no estado de Santa Catarina.

A produção de vinhos tem sido considerada, a partir do século XX, como uma *commodity* importante em várias partes do mundo. O interesse para tal se deve tanto ao seu valor comercial, quanto aos seus aspectos simbólicos, culturais e estéticos. Além disso, nas últimas décadas o vinho vem sendo associado às questões de saúde, pois pesquisas demonstraram que ele tem efeitos positivos para prevenir e tratar doenças, como, por exemplo, doenças cardiovasculares, além de estar associado a longevidade (GUILFORD; PEZZUTO, 2011).

A vitivinicultura, como tema de pesquisa, acabou despertando o interesse de geógrafos, economistas, historiadores e mais recentemente de antropólogos, que pesquisam sobre esta *commodity* em perspectivas locais, regionais e mundiais. Entre os trabalhos que se destacam, tem-se a coletânea de textos na obra intitulada *Wine and Culture*, em que são discutidos vários temas tais como mercados globais, agencias locais, representações, regiões vinícolas, classes sociais, gênero e os usos da história e da cultura para sustentar a qualidade e a autenticidade do vinho (BLACK; ULIN, 2013).

De acordo com Black e Ulin (2013, p. 6), por muito tempo o vinho era considerado somente como uma bebida alcoólica. Desta forma não des-

[1] Estes resultados fazem parte do projeto de pesquisa intitulado “Dos vinhedos familiares às grandes empresas: a reconfiguração de paisagens no Brasil através da Vitivinicultura”, que conta com o auxílio financeiro do CNPq e Bolsa de Produtividade em Pesquisa do mesmo órgão. É um projeto executado em parceria com Spatial History Project – CESTA/Stanford University.

pertava a atenção para pesquisas de maior folego na área das humanidades. Esta percepção acabava deixando de lado outros aspectos importantes relacionados ao vinho como o ritual, o simbólico e a sua importância social em muitas culturas. Além disso, em muitas sociedades, tanto no passado quanto no presente, o vinho era considerado parte da alimentação, sendo uma importante fonte de calorias. Os autores argumentam que em vários países da Europa o vinho está sempre presente junto com a água nas mesas de almoço e jantar e, muito raramente, é consumido fora das refeições (BLACK; ULIN, 2013).

Assim como em outros países, os estudos no Brasil sobre o tema ainda são escassos nas áreas das ciências sociais e humanas. Isto não significa que a viticultura não esteve presente no Brasil, pois desde o início da colonização portuguesa ocorreu a introdução da uva e a consequente produção de vinhos. Todavia, de forma mais ampla, somente no inicio do século XX, acabou se tornando uma importante atividade industrial e comercial. A concentração dos vinhedos e das industrias inicialmente ocorreu no Sul e no Sudeste e, gradativamente, foi se expandindo para outras regiões como alternativa econômica.

A Vitivinicultura no Brasil

Se compararmos a vitivinicultura brasileira com outros países mais tradicionais na produção de vinhos, observamos que ela é bem diferenciada e tem características distintas. Segundo Camargo et al., a marca da viticultura brasileira é a sua diversidade: as diferentes condições ambientais, variados sistemas de cultivo e os recursos genéticos com ampla variedade. O cultivo está difundido desde o Rio Grande do Sul, a 31º S de latitude, até o Rio Grande do Norte e Ceará a 05º S de latitude. Existe também uma grande variedade de altitude, gerando uma considerável diversidade de ambientes entre as zonas de produção, com regiões de clima temperado, subtropical e tropical (CAMARGO et al., 2011, p. 145).

Desta forma, a expansão deu-se em três biomas: na Mata Atlântica, no Pampa (RS) e na Caatinga (Vale do São Francisco) no Nordeste do Brasil. A maior produção de uvas, de vinhos e derivados se concentra na Serra Gaúcha, no bioma Mata Atlântica, onde desde a vinda dos primeiros imigrantes italianos, na década de 1880, começou o cultivo de videiras e o processamento do vinho. Maestri, em seus estudos, mostra que desde o seu

estabelecimento nas colônias do Rio Grande do Sul, os imigrantes italianos estavam organizando os seus pomares, onde os parreirais apareciam em destaque (MAESTRI, 2005, p. 87).

No bioma Pampa, fronteira com o Uruguai, onde antes os campos eram ocupados pela pecuária e cultivo de grãos como soja e arroz, agora estão cedendo gradativamente espaço também para a vitivinicultura. Na Caatinga, mais especificamente, no Vale do Rio São Francisco, os vinhos são produzidos nas vinícolas instaladas em municípios pernambucanos e baianos. O Vale se transformou em um polo de desenvolvimento tecnológico da fruticultura irrigada. É importante mencionar que o crescimento do setor vitivinícola no Brasil se deu com apoio governamental, assim como de instituições de pesquisa, de qualificação de mão de obra, de representação de trabalhadores e do setor vinícola (POLITA, 2006, p. 143).

A nossa região de estudo, foco da primeira etapa do projeto, está localizada no clima temperado que se caracteriza por um ciclo anual, seguido por um período de dormência induzido pelas baixas temperaturas do inverno. É a viticultura tradicional no Sul e em regiões de altitude do Sudeste do Brasil, nos Estados do Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná, São Paulo e Minas Gerais. Enquanto que nas áreas de clima subtropical têm-se invernos amenos e curtos, mas sujeitos a geadas, assim com um período de dormência natural em junho e julho, ela pode ser trabalhada de forma tradicional, similar ao clima temperado. A viticultura tropical ocorre em regiões onde não existem temperaturas mínimas baixas suficientes para induzir a videira à dormência. Com o crescimento contínuo e uso da tecnologia, podem-se obter duas ou mais colheitas por ano no mesmo vinhedo. Os principais polos são o Vale do Submédio São Francisco, o noroeste paulista e o norte de Minas Gerais (CAMARGO et al., 2011, p. 145).

Todavia, independente da região onde os parreirais foram montados, assim como toda a estrutura industrial para a fabricação do vinho, ocorreram alterações drásticas no meio ambiente. As áreas de clima temperado, após um exaustivo e destrutivo extrativismo das enormes florestas nativas, passaram pela policultura, e, no decorrer das décadas, algumas áreas se tornaram referência na fruticultura com destaque especial à vinicultura.

De acordo com Valduga, a vitivinicultura no Vale dos Vinhedos, assim como em toda a Serra Gaúcha, fortaleceu-se no decorrer do século XX, tornando-se fonte de crescimento regional (VALDUGA, 2007, p. 84). A pesquisadora Ivanira Falcade, em sua tese de doutorado, fez uma análise

das regiões onde já foram demarcadas, para as indicações de procedência do Vale dos Vinhedos, Pinto Bandeira e Monte Belo (RS), assim como o uso da paisagem vitícola como imagem espacial dos seus vinhos (FALCADE, 2011).

Observa-se, através de dados oficiais que as áreas cultivadas no Brasil, em fase de frutificação, estavam em ascensão entre os anos de 1948 a 1952. Em 1948 apresentavam uma área de 34.654 hectares e já em 1952 uma área de 40.565 hectares (IBGE, 1953). Na década de 1990, os dados mostram as áreas destinadas a colheita com os seguintes números: nos anos de 1997/1998, um total de 56.882 hectares, e nos anos de 1999/2000, um total de 59.379 hectares (EPAGRI, 2000, p. 99).

O Alto Vale do Rio do Peixe: entre o passado tradicional e o futuro inovador

A vitivinicultura mais expressiva economicamente, em Santa Catarina, está localizada na Região do Alto Vale do Rio do Peixe, que abrange vários municípios. A viticultura desta região apresenta grande similaridade com a da região da Serra Gaúcha quanto a estrutura fundiária, topografia e tipo de exploração vinícola. A mão de obra geralmente é familiar, e volta-se à produção de uvas destinadas principalmente à elaboração de vinhos de consumo corrente e suco de uva, sendo uma parte menor da produção destinada ao consumo in natura (PROTAS et al., 2002). A vitivinicultura do Alto Vale do Rio do Peixe é responsável por cerca de 80% da produção de uva e vinho no estado, mantendo sua tradição atrelada às origens de seus habitantes, como ocorre na Serra Gaúcha. Grande parte dos produtores e industriais tem ascendência italiana e que migraram para a região oriundos do Rio Grande do Sul e do sul de Santa Catarina. Ao se estabelecerem na propriedade, traziam consigo mudas de parreiras que eram plantadas para produção de consumo próprio.

Santa Catarina, em comparação ao Rio Grande do Sul, teve um processo mais tardio em relação à produção de vinhos de alta qualidade para o mercado consumidor. A partir da década de 1990, os vinhedos localizados na região em estudo, têm o acompanhamento de equipes de pesquisa da Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina – EPAGRI, das Estações Experimentais de Videira e de São Joaquim. As condições climáticas de Santa Catarina, aliadas a latitude e locais com alti-

tudes superiores a 1.000 metros acima do nível do mar, podem ser alguns dos principais responsáveis pelo cultivo de uvas que permitem a elaboração de “vinhos diferenciados por sua intensa coloração, definição aromática e equilíbrio gustativo” (ROSIER, 2003, p. 137).

O futuro da vitivinicultura no Oeste Catarinense já era discutido nos periódicos da região na década de 1930. Augusto Dal Cortivo, contabilista e correspondente de vários jornais, entre eles o Correio do Povo, residente em Caxias do Sul, propôs-se, em 1936, a prestar assessoria por um período de 6 meses, afirmando que “os municípios de Cruzeiro (Joaçaba), Campos Novos, Concordia e Caçador possuem solo e clima próprios para a videira, conforme provas colhidas e pareceres de habilitados técnicos na matéria” (CRUZEIRO, 17 maio 1936, p. 1). O autor do artigo ainda sugere a união dos prefeitos dos 4 municípios, assim como a contratação de um enólogo para percorrer a região “fornecendo instruções práticas aos colonos, quanto à escolha de terras para as novas plantações e seu preparo [...] quais as castas mais apropriadas, para vinho ou para uvas; preparo da cantina e vasilhame, fabricação de vinho, sua conservação, etc.[...] (CRUZEIRO, 17 maio 1936, p. 1).

É interessante observar que, com o apoio dos prefeitos, com presença de representantes do judiciário, do legislativo, assim como do setor terciário e eclesiástico, Augusto Dal Cortivo realizou uma serie de conferências em uma “Campanha Pró-Vitivinicultura no Oeste Catarinense” (A NOTICIA, 28 nov. 1936). O público-alvo maior eram os agricultores.

Na palestra realizada em Caçador, no dia 29 de julho de 1936, o palestrante versou sobre a situação atual e as expectativas para o futuro da região do Oeste. O autor, segundo a reportagem, fez uma análise da indústria e do comércio de madeira e “analisando a sua marcha, os seus lucros e o seu futuro comparados com a vitivinicultura, frisando que a devastação dos pinheirais caminha a passos agigantados e a vida econômica do município ficará fortemente abalada, se não se procurar nova fonte de renda; afirmou que uma videira racionalmente cultivada dura de 50 a 70 anos”. Por ocasião da referida palestra, realizada em Caçador, a prefeitura doaria “como prêmio, ao que montar um parreiral de 2.000 videiras, dentro da técnica, 50 hectares de terra” (A NOTICIA, 11 ago 1936, p. 1).

Ao falar sobre os pinheirais, Augusto Dal Cortivo sabia muito bem que isto iria acontecer, pois já tinha observado o mesmo na região de Caxias do Sul, onde o desmatamento foi anterior e fez com que novas alternativas fossem encontradas, sendo que uma delas, para utilizar o solo desmatado e

com declive, foi a vitivinicultura. No decorrer da década de 1940, a região estava em plena fase do extrativismo vegetal, onde as florestas iam sucumbindo, cedendo espaço a diferentes cultivos, de subsistência, entre elas a vinicultura.

O município de Videira, criado em 31 de outubro de 1943, pelo Decreto-lei 941, foi desmembrado de Campos Novos e "deve o nome ao fato de ser um grande centro vitivinícola do Estado" (ENCICLOPEDIA, 1959, p. 399-400). De acordo com diversas fontes, a primeira plantação de parreiras aconteceu em 1913, com ramos que o senhor Giovanni Crestani trouxe de Urussanga. Outro descendente de italianos, Antonio Ferlin, formou, em 1920, um parreiral com 10.000 mudas de uvas Isabel. A Figura 1 é uma representação fotográfica de parreirais em Perdizes (Videira/SC), um testemunho do cultivo da uva naquela região em 1927. Já na década de 1940, na produção agrícola se destacavam o milho, o trigo e a uva. Neste mesmo período, o município tinha "sete grandes cantinas vinícolas, além de outras pequenas, em poder dos próprios colonos que fabricam o vinho para o seu uso diário" (SILVA, 1950, p. 127). Atualmente, o município de Videira tem uma população de 47.188 pessoas e uma área de 377,9 km^2 (IBGE, 2011), bem diferente daquela na época da criação do município, quando contava com 938 km^2, fruto do desmembramento de outros municípios.

Figura 1: Vista parcial de Perdizes

Fonte: Acervo do Museu da Uva e do Vinho. Videira/SC

O município de Pinheiro Preto foi criado em 1962, desmembrado de Videira, em sua maior parte. É um município com uma área pequena de 65,7 km^2 e uma população de 3.147 pessoas, de acordo com o censo de 2010 (IBGE, 2011). Na época de sua criação, foi mencionado que era "o maior produtor de uva de mesa da região, produzindo ainda uva para vinho" [...] A principal empresa à época dedicada ao ramo era a Irmãos Bressan S.A., fundada em 1948, tendo como sócios fundadores Ernesto Bressan e Reynaldo Bressan (SILVA, 1950, p. 183-185).

O município de Tangará teve origem com a construção da estrada de ferro São Paulo – Rio Grande na década de 1910. A maioria dos moradores eram oriundos do Rio Grande do Sul, que se instalaram em pequenas propriedades, como era o padrão de colonização no Oeste de Santa Catarina (NODARI, 2009). A sua primeira denominação foi Rio Bonito, distrito de Videira. Passa a município, através da Lei n. 247, de 30 de dezembro de 1943, recebendo o nome de Tangará (ENCICLOPEDIA, 1959, p. 362). Na época da sua criação tinha uma área de 631 km^2 e, com o desmembramento de outros distritos, atualmente está limitado a 389,19 km^2 e uma população de 8.748 habitantes (IBGE, 2011).

Segundo Silva, que enaltece a região Oeste em suas escritas, no município de Tangará se observava o seu progresso: "as suas montanhosas e fertilíssimas terras – outrora cobertas de densas florestas – produzem trigo, cevada, linho, milho, feijão, vinhas, etc.". Ainda no mesmo texto é mencionado que "extensos vinhedos cobrem grande área do território do município, e a eles dedica o colono uma atenção toda especial, dado o conhecimento profundo que tem desse importante ramo da atividade rural" (SILVA, 1950, p. 138).

De acordo com dados do IBGE, na década de 1950, a economia tinha a sua base na agricultura, na pecuária e na silvicultura. Nas culturas temporárias, "segundo a importância, temos: trigo, milho, cevada, abóbora, alfafa, feijão (grão), batata-doce, linho, palha, mandioca, aipim, cana de forragem, batatinha, arroz, fumo em fôlha, aveia (grão), linho (semente), melancia, alho, tomate, centeio, ervilha, amendoim com casca, fava; nas culturas permanentes se destacava a uva, seguido de figo, laranja, pêra, maçã, marmelo, pêssego, bergamota, caqui e limão. O extrativismo vegetal ainda tem destaque, interessante é que consta a colheita e venda de 32.000 Kg de pinhão" (ENCICLOPEDIA, 1959, p. 363).

A produção de vinho neste mesmo período ocorria nas seguintes cantinas: Cantina Vinícola Rio Bonito, Irmão Arcari, Simionato & Cia., ambas localizadas na cidade de Tangará. Uma das mais antigas cantinas da região do Alto Vale do Rio do Peixe, a Vinícola Rio Bonito S.A., foi fundada em 1934 por um grupo de industrialistas. Possuía uma produção anual de 300 mil litros de vinho, que eram consumidos em Santa Catarina, Paraná e São Paulo (SILVA, 1950, p. 153-154).

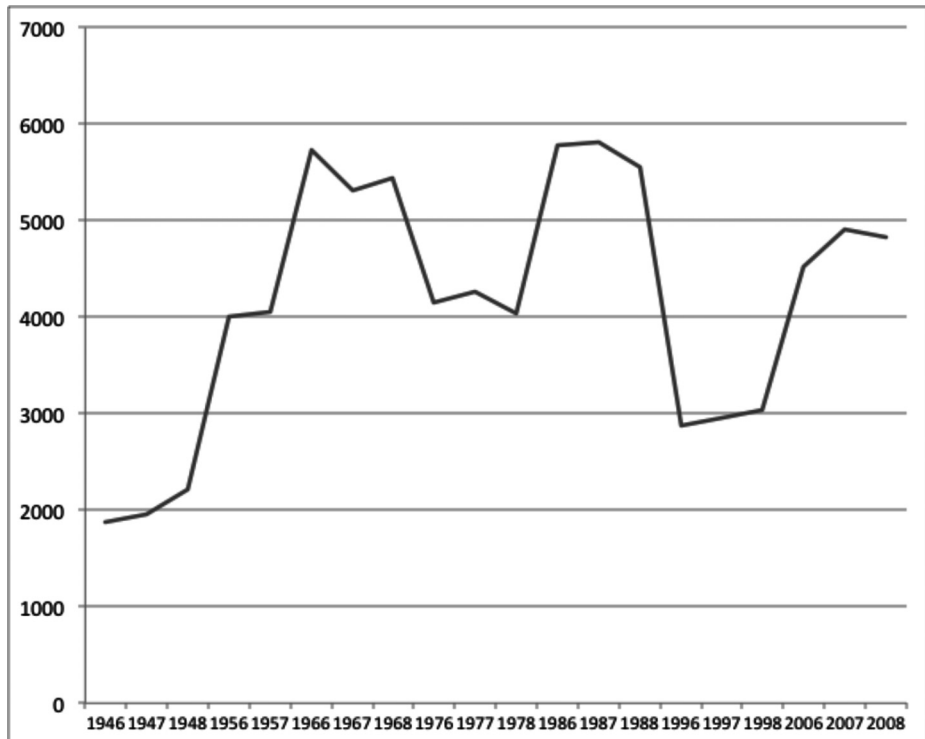
Atualmente, uma das vinícolas que se destaca é a Vinícola Panceri, como um típico modelo de empresa familiar e que traz por gerações a arte de vitivinicultura. A imigração familiar da Lombardia para o Brasil deu-se em 1884, quando Giuseppe Panceri se estabeleceu no Rio Grande do Sul. Seu filho Luigi migrou para Santa Catarina, onde intercalou o seu trabalho com a sua fábrica de tecelagem, a agricultura e as videiras. A produção de vinho era para consumo próprio, e o cultivo de uvas era para venda in natura. Em 1990, Nilo Panceri e seus filhos Luiz e Celso fundam a Vinícola Panceri e vão se estabelecendo gradativamente. No ano de 2000 iniciaram o plantio de uvas viníferas, elaborando vinhos de alta qualidade (MARX, 2010, p. 7).

Em entrevista publicada no dia 13 de junho de 2016, Celso Panceri, proprietário da Vinícola Panceri, deixa claro como entende a sua empresa, que é uma extensão da sua família, e como vê o passado, o presente e o futuro:

> Eu nasci nesse setor. É um negócio de família. Meu avô e meu pai sempre trabalharam com isso. A única coisa que aprendi foi cultivar uvas e fazer vinhos. Somos descendentes de italianos. A gente conserva as tradições italianas. O vinho está na nossa vida como um filho. A gente até emprestou o nome nosso para os vinhos, Panceri. Tivemos sucesso no setor. A gente vive desse setor. Minhas duas filhas estão estudando, mas já colaboram com o nosso negócio (DIÁRIO CATARINENSE, 13 jun 2016).

Com base neste histórico sobre algumas áreas de produção de uva e fabricação de vinho em Santa Catarina, constata-se que o vinho se torna uma *commodity* somente no final do século XX e com os apoios dos governos estadual e federal. No Gráfico 1, que abrange a evolução a partir do ano de 1946, análise feita com intervalos de 10 anos, observa-se um aumento de quase 100% na área cultivada a partir de 1956, mantida uma certa estabilidade na área de cultivo até as décadas de 1980 e 1990, quando ocorre uma queda brusca. De acordo com pesquisadores da EPAGRI, podem ser apontadas várias causas para este declínio, entre elas a síndrome deno-

minada declínio e morte de videiras (DMV ou simplesmente declínio) que "contribuiu significativamente para a diminuição da área cultivada. Também contribuíram para essa redução o alto custo de implantação dos vinhedos e o mercado competitivo, que limita a rentabilidade" (MENEZES-NETTO et al., 2016, p. 13).

Gráfico 1: Anos e áreas cultivadas no Estado de Santa Catarina

Fonte: IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Anuário estatístico do Brasil, anos 1946 a 2008

As cultivares são geralmente classificadas de acordo com seus produtos finais: videira para vinho, uvas de mesa ou para uva passa (THIS et al., 2006). Outro tipo de categorização conforme o uso refere-se a uvas finas, neste caso variedades da espécie *Vitis vinífera*, ou uvas rústicas, também denominadas de uvas comuns, cujas variedades pertencem a espécie *Vitis labrusca*. Na literatura, uvas de mesa podem ser tanto uvas finas como uvas

comuns. No entanto, é possível encontrar a expressão "uva comum" usada como sinônimo de "uva de mesa":

> As uvas podem ser separadas em duas categorias: conforme o uso: de mesa ou comum, normalmente dos cultivares norte-americanas (niagara, isabel) e viníferas, de espécies europeias (*cabernet, carmenere, malbec, merlot, pinot noir, syrah, tannat, tempranillo, chardonay, riesling, sauvignon*). Há cultivares que se prestam para ambos os fins (EPAGRI, 2013, p. 44).

Entretanto, para a elaboração do gráfico não foi feita esta distinção.

A trajetória em busca de vinhos de alta qualidade, feito com uvas finas, contou com o apoio da EPAGRI, na década de 1990, quando os técnicos da empresa incentivaram a implantação de vinhedos de uvas finas na região. De acordo com pesquisadores da EPAGRI, em seus estudos, existem inúmeros fatores e características que devem ser considerados. As características de clima, relevo, cobertura vegetal, manejo dos parreirais, práticas de cultivo, além de aspectos culturais têm influência na tipicidade dos vinhos provenientes das regiões mais altas de Santa Catarina, os chamados vinhos de altitude, produzidos a mais de 900 m acima do nível do mar (VIANNA et al., 2016, p. 216).

De acordo com levantamentos feitos pela EPAGRI, até 2013, haviam sido implantados 590 vinhedos, com uma área de 332,35 hectares, distribuídos em 13 municípios. Os três municípios que estamos considerando, apresentam poucas propriedades. Implantaram vinhedos em 2013, com a classificação de vinhos de elevada altitude. O município de Videira possuía 2 propriedades, com uma área de 12,84 ha, Tangará, 2 propriedades com 22,18 ha, e em Pinheiro Preto não houve a implantação de nenhum vinhedo de elevada altitude (VIANNA et al., 2016, p. 217-200).

A busca pela qualidade dos vinhos envolve diferentes opções, além de apresentar também um outro perfil de produtores, nem sempre ligados a etnia italiana, nem de serem agricultores antes de iniciar a produção. Ao analisar as principais vinícolas que produzem os vinhos de altitude, Flavia Losso observa:

> De maneira geral, são empresários bem sucedidos em outros setores e, por gostarem de vinho (por distintas razões), eles optam por este novo investimento. Porém, somente a paixão pela bebida não seria motivo suficiente para se empreender, e, sim, a oportunidade de ter um bom negócio, inovador que vislumbre a lucratividade e possa desenvolver mais a região economica e culturalmente (LOSSO, 2010, p. 121).

Até o momento ainda não analisamos o histórico de todas as vinícolas, que contempla a etnia dos proprietários, a tradição familiar na área, a razão da fundação das vinícolas, entre outros aspectos, para podermos confirmar ou contestar a afirmação de Losso. Todavia, podemos mencionar que as principais vinícolas no Rio Grande do Sul tiveram origem em propriedades agrícolas familiares, em sua maioria imigrantes e descendentes de origem italiana e que mais tarde se transformaram em grandes empresas, como por exemplo, a Miolo e a Casa Valduga.

A mudança de paradigmas no modelo de colonização e estabelecimento de vinícolas, de uma forma contradiz os padrões tradicionais. Assim temos os vinhedos de altitude, em regiões com mais de 1000 metros acima do nível do mar, estabelecendo-se em colinas consideradas inviáveis no passado pelos imigrantes. Além disso, existem municípios que apresentam somente parreirais de uvas viníferas. Como exemplo, podemos citar São Joaquim, com uma área de 225,0 hectares em produção, Água Doce, com 52,5, e Bom Retiro, com 45,0 (EPAGRI, 2013, p. 48).

Considerações finais

A transição de agricultura para a produção e o comércio vinícola vem de uma longa tradição em vários países. Desta rica tradição e de séculos de erros e acertos cresceu a moderna indústria do vinho. Historicamente, as empresas vitivinícolas mais bem-sucedidas foram aquelas que, de alguma forma, reuniram agricultores e vinicultores em empresas verticalmente integradas (GERACI, 2000).

A região em estudo é tipicamente de policultura, em sua maioria composta de pequenas a médias propriedades rurais, onde a vitivinicultura está gradativamente ocupando um espaço importante. Assim como em outras regiões vinícolas, surgem, ao lado ou junto aos vinhedos, lugares de degustação, pousadas, incentivando assim o enoturismo.

Atualmente existem 2.892 produtores, sendo que, deste total, 962 estão estabelecidos no Alto Vale do Rio do Peixe, e os municípios de Videira, Tangará e Pinheiro Preto têm um total de 484 produtores. A maioria da produção nestes três municípios continua sendo de uvas de mesa ou comum, normalmente dos cultivares Niágara e Isabel.

Os vinhos de altitude, produzidos pelas vinícolas, tem como mercado comprador as classes médias e altas, devido ao custo da produção e,

consequentemente, o valor cobrado. E, por outro lado, as vinícolas que trabalham com vinhos de mesa e sucos também constituem um setor economicamente importante, em razão da crescente demanda.

As paisagens da região já passaram por diferentes fases, sendo que a primeira delas foi o desmatamento em grande escala, no período extrativista, especialmente das florestas com araucárias, que, hoje em pequena quantidade, emolduram os vinhedos.

Provavelmente, outras alterações irão suceder, se levarmos em conta as mudanças climáticas que estão ocorrendo e que colocam a fruticultura, incluindo os vinhedos em clima temperado, em risco nos atuais locais de cultivo. Os parreirais em clima temperado dependem de períodos de frio nos meses de inverno para que haja a produção de uvas de qualidade para a produção de vinhos, dentro do padrão pretendido. A tecnologia nem sempre é suficiente quando envolve aspectos relacionados à natureza, além do fato que o vinho é um produto cultural que exige a intervenção humana em todo o processo.

Referências e fontes

A NOTÍCIA – Joinville, 28 de novembro de 1936.

A NOTÍCIA – Joinville, 11 de agosto de 1936.

BLACK, Rachel E.; ULIN, Robert C. *Wine and Culture:* Vineyard to Glass Bloomsbury Academic. London; New York, 2013.

CAMARGO, U. A. et al. Progressos na viticultura brasileira. *Revista Brasileira de Fruticultura*, Jaboticabal, v. 33, n. especial, p. 144-149, out. 2011.

CRUZEIRO. A vitivinicultura no Oeste Catarinense. *Cruzeiro.* Cruzeiro/Joaçaba, p. 1, n. 112, 17 mai. 1936.

DIÁRIO CATARINENSE, 13 jun. 2016.

ENCICLOPÉDIA DOS MUNICÍPIOS BRASILEIROS. XXXII vol. Rio de Janeiro: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 1959.

EPAGRI. Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina. *Fruticultura Catarinense em Números – 2012-2013*. Florianópolis, 2013.

EPAGRI. Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina. *Síntese Anual da Agricultura de Santa Catarina*. Florianópolis: Epagri/Cepa. Anos 1976 a 2008.

EPAGRI. *Síntese anual da agricultura de Santa Catarina:* 2000-2001. Florianópolis: Instituto Cepa/SC, 2001.

FALCADE, Ivanira. *A paisagem como representação espacial:* a paisagem vitícola como símbolo das indicações de procedência de vinhos das regiões Vale dos Vinhedos, Pinto Bandeira e Monte Belo (Brasil). Tese (Doutorado em Geografia), Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2011.

GERACI, Victor W. The Family Wine-Farm: Vintibusiness Style. *Agricultural History*, v. 74, n. 2 (Spring), p. 419-432, 2000.

GUILFORD, Jacquelyn M.; PEZZUTO John M. Wine and Health: A Review. *American Journal of Enology and Viticulture*. July 2011; DOI: 10.5344/ajev.2011.11013. Disponível em: <http://www.ajevonline.org/content/early/2011/07/26/ajev.2011.11013>. Acesso em: 25 abr. 2016.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Censo demográfico de 2010*. Rio de Janeiro, 2011.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Anuário estatístico do Brasil*, 1946 a 2008.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Produção Agrícola Municipal – Santa Catarina*. 1976 a 2008.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Anuário estatístico do Brasil*. Rio de Janeiro: IBGE, 1953.

LOSSO, Flavia Baratieri. *A produção de vinhos finos de altitude na região vitivinícola de São Joaquim/SC:* Uma alternativa para o Turismo? Dissertação (Mestrado em Turismo e Hotelaria), Universidade do Vale do Itajaí, 2010.

MAESTRI, Mário. *Os senhores da serra:* a colonização italiana do Rio Grande do Sul 1875-1914. 2 ed. rev. e ampliada. Passo Fundo: UPF, 2005.

MALINOVSKI LI et al. 2012. Highlands of Santa Catarina/Brazil: a region with high potential for wine production. *Acta Horticulturae* 931, p. 433-440.

MARX, Naira. *Relatório de Estágio Vinícola Panceri – safra 2010*. Trabalho de Conclusão de Curso Superior. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul – Campus de Bento Gonçalves, 2010.

MENEZES-NETTO, A. C.; SOUZA, A. L. K.; ARIOLI, C. J.; SOUZA, E. L.; HICKEL, E. R.; ANDRADE, E. R.; SCHUCK, E.; ARAUJO FILHO, J. V.; GARDIN, J. P. P.; DALBÓ, M. A.; DAMBROS, R. N. *Declínio e morte de videiras no estado de Santa Catarina:* causas e alternativas de controle. Florianópolis: Epagri, 2016. (Boletim Técnico, 175).

NODARI, Eunice Sueli. *Etnicidades renegociadas:* práticas socioculturais no Oeste de Santa Catarina. Florianópolis: Editora da UFSC, 2009.

POLITA, Fabíola S. *O processo de desenvolvimento do Vale dos Vinhedos*. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Regional), Unijuí, Ijuí, 2006.

PROTAS, J. F. S.; CAMARGO, U. A.; MELLO, L. M. R. *A vitivinicultura brasileira:* realidade e perspectivas. Bento Gonçalves: Embrapa-CNPUV, 2002, Artigos Técnicos. Disponível em: <http://www.cnpuv.embrapa.br/publica/artigos/ vitivinicultura/>. Acesso em: 25 abr. 2016.

PROTAS, J. F. S. *A marca coletiva como estratégia organizacional:* o caso dos vinhos de altitude de Santa Catarina. Bento Gonçalves: Embrapa Uva e Vinho, 2012. (Documentos, 77).

ROSIER, Jean Pierre. Novas regiões: vinhos de altitude no sul do Brasil. In: *Anais* X Congresso Brasileiro de Viticultura e Enologia [e do] Seminário CYTED: Influência da Tecnologia Vitícola e Vinícola na Cor dos Vinhos / Editado por Mauro Celso Zanus, Olga Laureano, George Wellington Bastos de Melo e Sandra de Souza Sebben. Bento Gonçalves, RS: Embrapa Uva e Vinho, 2003.

ROSIER, J. P. Vinhos de altitude: característica e potencial na produção de vinhos nos brasileiros. *Informe Agropecuário*, n. 27, p. 105-110, 2006.

SANTA CATARINA. *Síntese Anual da Agricultura de Santa Catarina:* anos 2000-2001. Florianópolis, 2001.

SILVA, Zedar P. da (Coord.). *Oeste Catarinense*. Rio de Janeiro: Gráfica Laemmert Ltda, 1950.

THIS, P.; LACOMBE, T.; THOMAS, M. R. Historical origins and genetic diversity of wine grapes. *Trends in Genetics*, v. 22, n. 9, p. 511-519, 2006.

VALDUGA, Vander. *O processo de desenvolvimento do enoturismo no Vale dos Vinhedos*. Dissertação (Mestrado em Turismo), Universidade de Caxias do Sul, 2007.

VIANNA, L. F. N.; MASSIGNAN, A. M.; PANDOLFO, C.; DORTZBACH, D.; VIEIRA, V. F. Caracterização agronômica e edafoclimática dos vinhedos de elevada altitude. *Revista de Ciências Agroveterinárias*, v. 15, p. 215-226, 2016.

Os pinhais da fazenda Quatro Irmãos/RS e a *Jewish Colonization Association*[1]

Isabel Rosa Gritti

Introdução

Este texto discute a ação da *Jewish Colonization Association* (ICA) na Fazenda Quatro Irmãos/RS, em relação a sua exploração florestal. A *Jewish*, enquanto companhia colonizadora, fora criada em 1891 com o objetivo de propiciar a emigração dos judeus vitimas de discriminações no leste europeu. Com este propósito, compra, entre outras, a Fazenda Quatro Irmãos com uma área de 93.985 hectares para assentar os imigrantes. Contudo, a ação da Companhia durante o período de atuação em Quatro Irmãos, isto é, de 1909, ano da compra, até 1962 quando se retira da fazenda, fora dominantemente a de exploração florestal, sem nenhuma preocupação com o reflorestamento.

Uma Mina de Ouro: Os pinhais da Fazenda Quatro Irmãos/RS

A instalação de imigrantes europeus e/ou seus descendentes como agricultores na Colônia Erechim localizada na região norte do Rio Grande do Sul, teve a presença de dois agentes colonizadores: o Estado e as Companhias Privadas de Imigração e Colonização, neste caso, a Luce e Rosa e a *Jewish Colonization Association*, mais conhecida como ICA.

A Colônia Erechim, criada pelo Estado em 1908, caracteriza-se pela diversidade étnica e cultural. Aqui estavam indígenas e caboclos. Além deles, foram assentados imigrantes e/ou descendentes de italianos, alemães, poloneses, judeus, russos, austríacos, portugueses entre outros.

---

[1] Este trabalho foi apresentado no 3º Simpósio Internacional de História Ambiental e Migrações, realizado na UFSC em 2014.

No caso dos imigrantes judeus, sua presença está diretamente ligada a atuação da *Jewish Colonization Association*. Esta companhia fora criada em 1891 pelo Barão Hirsch, com o propósito de livrar os judeus das perseguições e discriminações de que eram vítimas no leste europeu. Entendia ele que a única maneira de ajudá-los seria a emigração para regiões onde pudessem viver livremente.

À imigração judaica, inserida no contexto das grandes correntes imigratórias e, por conseguinte, provocada pelos mesmos fatores de expulsão (desequilíbrios demográficos e econômicos nos países de origem) e de atração (a procura de trabalho e o sonho de conseguir um pedaço de terra) junta-se um outro elemento, o das discriminações e perseguições de que os judeus eram vítimas, primeiramente, no império russo e, posteriormente, no nazismo europeu (GRITTI, 1997).

Assim é que, no mesmo ano da criação da *Jewish*, imigrantes judeus oriundos do Leste europeu, mais especificamente do império russo, são assentados na Argentina. Em 1902 a *Jewish Colonization Association* expande sua área de atuação para o Brasil, particularmente para o Rio Grande do Sul. Neste mesmo ano compra uma área de 5.500 hectares no município de Santa Maria, onde, a partir de 1904, inicia o assentamento de imigrantes judeus.

No ano de 1909, a ICA adquire a Fazenda Quatro Irmãos[2] com uma área de 93.985 hectares, na época pertencente ao município de Passo Fundo. A ação da ICA na Fazenda se encerra em 1962. Neste período de meio século são assentados apenas 436 imigrantes judeus nos domínios da *Jewish* em Quatro Irmãos, apesar de seus estatutos a definirem como uma companhia filantrópica, ligada a emigração e assentamento dos judeus.

A atuação da companhia em Quatro Irmãos é constantemente criticada. As críticas mais contundentes dizem respeito ao reduzido número de

---

[2] Como o próprio nome diz, as terras pertenciam a Quatro Irmãos: o coronel David dos Santos, mais tarde Barão dos Campos Gerais, o Dr. José Gaspar dos Santos Lima, juiz de direito da comarca de São Borja e que residiu em Cruz Alta até 1854, Antônio dos Santos Pacheco e Clementino dos Santos Pacheco. Este último residia na fazenda e fora assassinado pelos índios, em 1856. O assassinato teria sido cometido em consequência da insatisfação dos índios, pois "Clementino apossara-se daquela grande extensão de terras, que era patrimônio dos índios, ou pelo menos, considerado como tal, havendo quem diga que ele lhas comprara por irrisória quantia. Um negócio da China" (Jornal o Erechim de 2 de julho de 1930). Arquivo Particular do Sr. Ely Parenti.

imigrantes judeus instalados, críticas estas feitas inclusive pelos lá assentados preocupados com o destino de seus patrícios europeus no período anterior à Segunda Guerra Mundial. O desmatamento da Fazenda Quatro Irmãos também é motivo de preocupação e contestação.

A autorização para que a companhia pudesse atuar no Rio Grande do Sul fora concedida pelo Governo do Estado em 1903 e publicada no jornal *A Federação* de 20 de julho:

> Considerando que a Companhia denominada Jewish Colonization Association, com sede na Inglaterra, organizou-se para promover a imigração de hebreus de vários pontos da Europa e Ásia para diferentes regiões da América; considerando que, de acordo com seus fins institucionais, pretende a mesma Companhia fundar neste Estado núcleos coloniais dedicados aos trabalhos da agricultura, comércio e indústria; considerando, portanto, que os fins da Companhia são de utilidade pública concorrendo para fomentar a imigração e ativar o progresso material; resolvo, na forma do decreto número 434, de 4 de julho de 1891, artigos 47, 51, 52, 53 e 54 conceder a autorização que solicita o engenheiro Eusébio Lapine, para que possa a dita Companhia funcionar neste Estado (A Federação, 20 jul. 1903).

A colonização de áreas despovoadas era um dos propósitos tanto do Governo Federal quanto dos governos provinciais. Desta forma é que a criação de núcleos coloniais, tanto oficiais, isto é, criados pelo Estado, quanto através de companhias de colonização, tornou-se possível. E a ação da *Jewish Colonization Association* está inserida no universo das companhias colonizadoras.

No caso específico do Rio Grande do Sul, o povoamento de regiões pouco habitadas e a consequente valorização destas através da criação de toda uma infraestrutura necessária à fixação dos imigrantes dizia respeito ao programa do Partido Republicano Riograndense (PRR), que governou o Estado, ininterruptamente, de 1891 a 1930.

A *Jewish Colonization Association* foi registrada como uma companhia limitada, em 1891, pelo Barão Hirsch e outros ricos judeus da comunidade de Bruxelas, Londres, Berlim e Frankfurt, com um capital inicial de dois milhões de libras.

O objetivo declarado da associação era assistir e promover a emigração dos judeus de qualquer parte da Europa ou da Ásia e, principalmente, de países em que eles eram submetidos a impostos especiais ou políticos e a outras desvantagens, para qualquer parte do mundo e formar e estabelecer colônias em várias partes do norte e do sul da América e de outros países,

pela agricultura, comércio e outras atividades. Para realizar estes objetivos, a *Jewish Colonization Association* estava autorizada a adquirir qualquer território fora da Europa através de governos estaduais, municipais ou autoridades locais, corporações e pessoas (RAKOS, s/d, p. 201).

Também foi dado poder para estabelecer agências de emigração em várias partes do mundo, para construir, alugar, fretar e equipar navios a vapor e outras embarcações, com o propósito de facilitar a emigração.

Quando da morte do Barão Maurice de Hirsch, em 1896, os diretores e administradores da ICA tinham a sua disposição a grandiosa soma de 8.830.116 libras esterlinas, investidas, em sua quase totalidade, em valores e depósitos bancários. Porém, depois de mais de 10 anos de atividade, a companhia dispunha de umas 300.000 libras de ingressos correntes do enorme capital investido em diversas empresas financeiras da Europa. Some-se a isso os enormes bens adquiridos, com o correr do tempo, no Novo Mundo. Comparadas aos ingressos e ao capital com que contavam as outras organizações, tratava-se de somas enormes. *El Keren Kavmeth le Israel* (Fundo Nacional Judeu), instrumento principal do movimento sionista para a aquisição e o desenvolvimento de terras, informava, em 1905, que, ao final de três anos de atividades, que foram também os anos de apogeu da liderança de Herzel, tinha conseguido coletar de todo o povo judeu apenas a soma de 45.589 libras esterlinas (RAKOS, s/d, p. 203).

Haim Avni diz que o enorme capital próprio da ICA dava aos membros do conselho uma completa independência, e que, no começo de sua atividade, os diretores resolveram não dar ao público informações sobre o capital e os ganhos da companhia, bem como sobre sua decisões. Assim, a opinião pública tinha muito pouca influência sobre as decisões da ICA, o que não acontecia com as demais instituições de amparo aos emigrantes israelitas. Da mesma forma, a campanha que a imprensa judia do leste europeu e de outras regiões desenvolveu contra essa atitude da ICA não mereceu, por parte dela, em sua maioria, reação pública.

Após a morte do Barão de Hirsch, um novo conselho foi eleito. Este era composto por S. H. Goldschmidt, Narcise Leven, Salomão Reinach, Alfred L. Cohen, Herbert Lousada, Chief Rabbi Zadockahn, Claude J. G. Montefiori, Leopold Schioss, Julius Plotke, Dr. Edmund Lachmann e Franz Philipson.

Para Jeffrey Lesser o novo conselho da *Jewish Colonization Association* possuía muito pouco do espírito bondoso do Barão. Em 1900, eles decidi-

ram "expandir o alcance da organização, sempre com a ideia de que uma coincidência de interesses poderia ser estabelecida entre benevolência e capitalismo" (LESSER, 1989, p. 27). O Canadá foi uma das mais novas nações escolhidas pela colonizadora judaica. E, em 1901, a ICA enviou seu diretor argentino David Cazés e Eusébio Lapine, engenheiro agrônomo e administrador-chefe da colônia argentina de Entre Rios, para estudarem as condições de expansão no sul do Brasil. As informações que eles colheram foram boas e a "Companhia decidiu que o Rio Grande do Sul, devido à sua proximidade com as colônias argentinas, à sua religião tolerante, comandada constitucionalmente, e ao seu desejo por novos imigrantes, seria um bom lar para os judeus russos" (LESSER, 1989, p. 25).

A *Jewish Colonization Association* inicia sua longa trajetória de atividades no Brasil e, mais, especificamente, no Rio Grande do Sul, no ano de 1902. Nesse ano, a ICA comprou sua primeira propriedade no estado, em Pinhal, no município de Santa Maria.

Esse primeiro núcleo judaico no Rio Grande do Sul foi denominado de Filipson, em homenagem ao então vice-presidente da ICA e presidente da *Compagnie Auxiliaire de Chemins du Fer au Brésil*, empresa belga arrendatária, na época, da rede da Viação Férrea do Rio Grande do Sul.

Em 1904, a ICA dá início a sua atividade de colonização. Inicialmente, instala, em Filipson, 37 famílias judias, num total de 267 pessoas vindas da Bessarábia, em lotes de 25 hectares de terra de mato e campo. Além disso, quando de sua chegada, os imigrantes receberam uma casa para moradia, instrumentos de trabalho agrícola, duas juntas de bois, duas vacas, um cavalo e, enquanto não pudessem viver do produto das colheitas, a ICA lhes dava um suprimento em dinheiro, variável de acordo com o número de pessoas da família.

O fato de a colônia Filipson estar instalada nas proximidades da estrada de ferro administrada por Franz Philipson, pareceu a Lassance Cunha um elemento importante para a sua prosperidade, pois que, "sem dúvida, será motivo para que se interesse pela prosperidade desta e de outras colônias que estabelecer, pelos resultados pecuniários que delas advirão no transporte de produtos coloniais pela estrada de ferro" (CUNHA, 1908, p. 254).

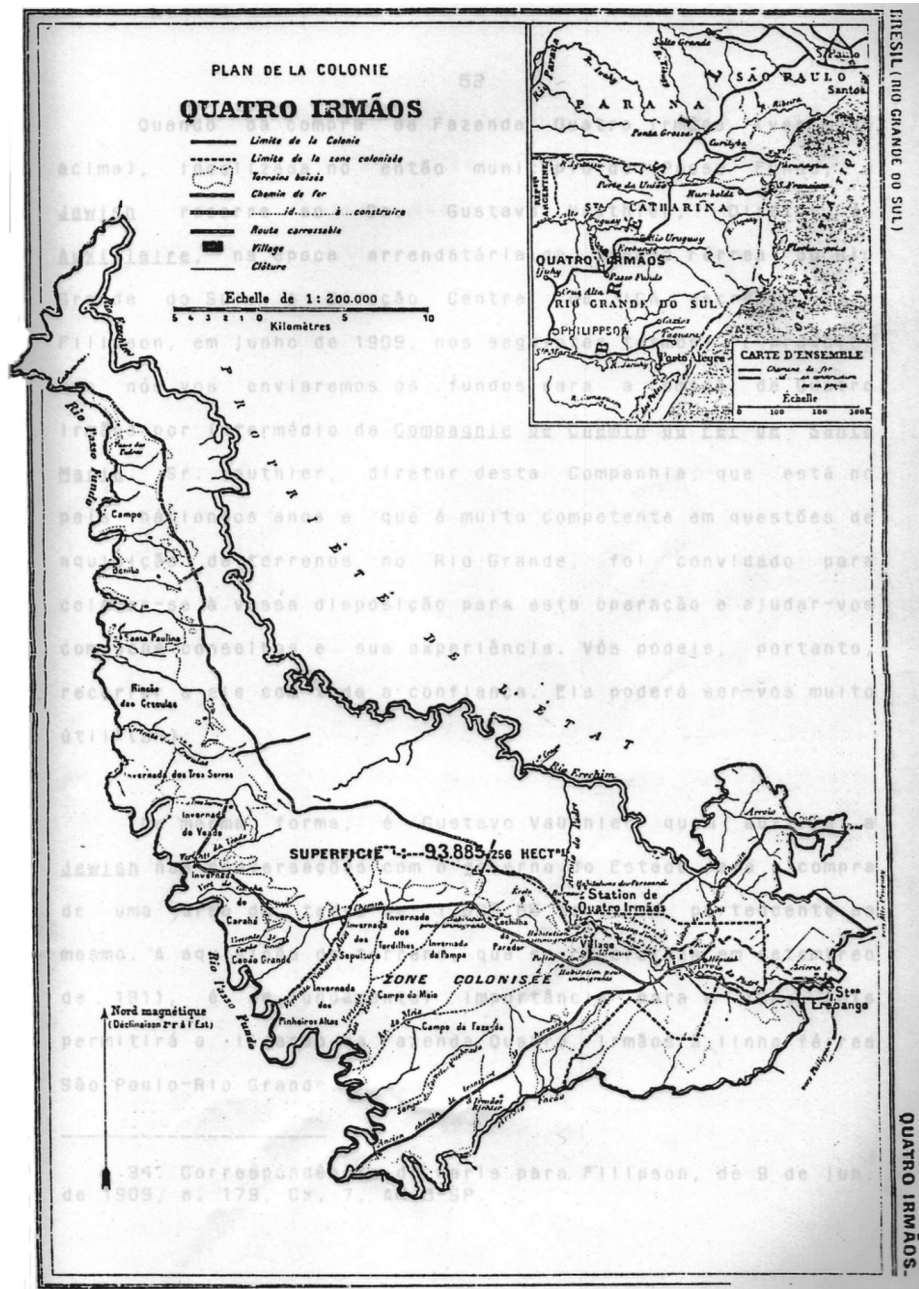
Contudo, a tão esperada e propalada prosperidade da colônia Filipson não aconteceu, o que não impediu que a ICA adquirisse novas áreas no

estado e, não acidentalmente, nas proximidades da linha férrea. Assim, quando, em 1909, a *Jewish Colonization Association* compra a Fazenda Quatro Irmãos, onde pretende criar um novo núcleo israelita, a colônia Filipson encontra-se praticamente despovoada.

A localização da nova área adquirida pela ICA no estado é similar à colônia Filipson. Ela encontra-se nas proximidades da linha férrea São Paulo-Rio Grande, ainda em construção pela *Compagnie Auxiliaire de Chemins du Fer au Brésil*.

Se, por um lado, o governo do estado viu, na ação da *Jewish*, a possibilidade de concretizar alguns de seus objetivos, como o de povoar as regiões pouco povoadas, através da imigração, por outro lado, podemos constatar uma afinidade de interesses entre a ICA e a *Compagnie Auxiliaire de Chemins du Fer*.

Como toda companhia colonizadora, a ICA, "antes de receber os imigrantes, prepara-lhes os lotes coloniais construindo moradias, hortas, roças, etc. de modo a facilitar-lhe o trabalho no período inicial de adaptação e mediante inventários, fornece-lhes ferramentas agrícolas, animais e tudo o mais que é necessário para a agricultura. Isto feito, a Associação lavra com os colonos contratos de Promessa de Compra e Venda sobre os lotes por eles ocupados" (BACK, 1958, p. 275).

Figura 1: Mapa de Quatro Irmãos

Fonte: acervo da autora

A riqueza florestal da Fazenda Quatro Irmãos

O interesse da ICA pelas florestas de Quatro Irmãos não era recente. A avaliação das florestas e a viabilização de sua exploração são anteriores à atividade de colonização israelita, ocorrida a partir de 1912.

Seis meses após a compra do domínio, isto é, em janeiro de 1910, a direção central da *Jewish* comunicava através de correspondência ao diretor da Colônia Filipson "a visita próxima de um enviado especial do Sr.Teixeira Soares para estudar a questão da floresta em nossa propriedade, com a finalidade de vos apresentar um relatório detalhado sobre o valor da mesma" (Correspondência da ICA, 10 jun. 1910).

É significativo o fato de que, no ano de 1911, foram feitas, por diferentes pessoas, quatro avaliações das florestas existentes no domínio recentemente adquirido pela *Jewish*. Dentre as avaliações realizadas neste ano, citamos a opinião do engenheiro florestal da Bromberg e Cia. de Porto Alegre: "Este senhor ficou maravilhado e me fez grandes elogios à qualidade das madeiras. Expressou-me sua autorizada opinião de que nossa sociedade não deveria ainda empreender a exploração das madeiras, alegando que esta indústria não terá seu verdadeiro valor a não ser dentro de alguns anos" (Correspondência da ICA, 5 de jan. 1911).

A importância atribuída pela ICA à riqueza florestal de seu domínio de Quatro Irmãos pode ser confirmada pelo fato de que é o diretor-geral da companhia que vem para o Rio Grande do Sul, em 1911, colher informações em relação ao mercado madeireiro. Em julho de 1911, o diretor da colônia Filipson escrevia para a direção central em Londres: "Acompanhando o Sr. Oungre, em diferentes centros, como Porto Alegre, Rio Grande, Pelotas, Rivera, ocupei-me de colher informações sobre o comércio de madeira. O Sr. Oungre pôde constatar, por toda parte, um grande entusiasmo por esta indústria, sobretudo no dia em que todas as informações forem reunidas para poder exportar a madeira para a República Argentina e Uruguai" (Correspondência da ICA, 6 jul. 1911).

A riqueza florestal existente na mais nova propriedade da *Jewish Colonization Association* é por demais evidente no entusiasmo do diretor da colônia Filipson. Em 6 de fevereiro de 1911, Leibovich exclamava: "Os cálculos a respeito do valor da madeira provam suficientemente as grandes riquezas que há por explorar, e eu não saberia fazer melhor comparação do que chamando-as de mina de ouro" (Correspondência ICA, 6 fev. 1911).

A preocupação por parte da ICA com a exploração das florestas existentes nos 93.985 hectares da Fazenda Quatro Irmãos é constante. Em 1915, quando o Sr. Forbes planejava vir ao Brasil para avaliar os domínios da *Brazil Railway*, a direção central da ICA pedia para que a administração de Quatro Irmãos ficasse atenta à forma pela qual esta empresa pretendia explorar o seu domínio de Três Barras. Da mesma forma, pedia para que o diretor de Quatro Irmãos ficasse atento ás notícias referentes à navegabilidade do Rio Uruguai, porque "esta questão representa o mais alto interesse para o desenvolvimento do comércio de nossas colônias" (Correspondência da ICA, 4 mar. 1915).

Como consequência do interesse pela exploração florestal, a ICA toma o cuidado de incluir, nos contratos de promessa de compra e venda realizados com os colonos israelitas, uma cláusula proibindo-os de desmatar o lote adquirido, sem a prévia autorização da companhia. Da mesma forma, os terrenos só eram vendidos aos não israelitas após a ICA ter extraído a madeira dos respectivos lotes, através de um contrato de exploração florestal, em que a companhia arrendava uma determinada área arborizada aos madeireiros, israelitas ou não, para que a explorassem.

A exploração florestal na Fazenda Quatro Irmãos é intensificada com a Primeira Grande Guerra, período favorável à indústria madeireira, uma vez que, nesta época, não sofria a concorrência dos produtores europeus, exportando, assim, para os países vizinhos, a Argentina e o Uruguai.

A construção do ramal férreo Quatro Irmãos – Erebango, numa extensão de dezenove quilômetros, está diretamente ligada à exploração florestal, principal atividade desenvolvida pela ICA em seu domínio de Quatro Irmãos. Este ramal ligaria a sede da fazenda à linha da Viação Férrea do Rio Grande do Sul.

Já em 1911, a construção do ramal férreo estava definida. A riqueza florestal da fazenda foi o fator determinante para a sua construção, uma vez que a exploração das florestas só seria possível com a existência de um meio de transporte que ligasse a fazenda à Rede da Viação Férrea do Rio Grande do Sul.

Além da preocupação com a segurança dos 93.985 hectares da fazenda constantemente ocupada por colonos em busca de terras, a ICA enfrentou sérias denúncias em relação ao desmatamento por ela realizado.

Em 1951, o representante do Partido Trabalhista de Vila Campinas, Distrito de Quatro Irmãos, em correspondência ao governador do Estado

Ernesto Dornelles, acusa a *Jewish Colonization Association* de estar desmatando indiscriminadamente e não aproveitando de forma integral o pinheiro abatido.

A denúncia apresentada ao governador do Estado é contestada pelo Delegado Florestal do Rio Grande do Sul, Henrique Luiz Roessler, que diz ser "lamentável que mais uma vez a ICA esteja sendo molestada com expediente desta natureza, quando é sabido que é uma das poucas que cumprem as suas obrigações com o Serviço Florestal" (Ofício n. 3.689, 30 jun. 1951).

A Jewish toma conhecimento da denúncia feita contra ela pelo Delegado Florestal Henrique Luiz Roeesler que, além da cópia da denúncia entregue ao governador, envia para a administração de Quatro Irmãos a resposta ao pedido de informações que apresentará ao governador do Estado. "Estou passando estas cópias às vossas mãos em caráter confidencial para que examineis os motivos da denúncia e providências cabíveis, sem represálias, unicamente para fins preventivos" (Ofício n. 3.689, 30 jun. 1951).

Em resposta ao pedido de informações solicitado pelo governador do Estado, Henrique Luiz Roessler diz que a *Jewish Colonization Association* tem sido constantemente denunciada ao poder público como destruidora dos pinhais de sua propriedade e argumenta que a

> empresa requereu, regular e anualmente, ao Serviço Florestal, licenças para derrubar os pinheiros de sua exploração, tendo inicialmente reflorestado com eucaliptos, na proporção exigida, fazendo ainda experiências com essências nobres e pinheiros, passando, desde 1948, a plantar essencialmente o pinheiro, na proporção de 5 mudas para cada árvore abatida acima de 40 cm de diâmetro. A ICA está perfeitamente enquadrada nos dispositivos do Código Florestal, estando as suas obrigações de reflorestamento em dia, conforme foi verificado pessoalmente pelo signatário deste em diversas diligências de vistorias procedidas na Fazenda Quatro Irmãos (Ofício n. 3.688, 15 jun. 1951).

O Delegado Florestal Henrique L. Roessler encerra a resposta dada ao governador dizendo: "Em compensação à devastação observada nos pinhais nativos da ICA, seria interessante o denunciante fazer uma visita também ás áreas de reflorestamento da empresa, onde várias centenas de milhares de pinheiros novos provam o zelo dos seus dirigentes pela perpetuação da essência nas terras da sua propriedade, não negociáveis em lotes" (Ofício n. 3.688, 15 jun. 1951).

Apesar de o delegado florestal afirmar que a ICA repovoava as áreas desmatadas com o plantio de novas árvores e que passara, "desde 1948, a

plantar essencialmente o pinheiro", os resultados do reflorestamento, observados em 1959, diferem totalmente do apregoado. O diretor de Quatro Irmãos avalia o resultado do reflorestamento, em substituição aos pinheiros abatidos:

> Como resultado do reflorestamento, temos atualmente uma área de aproximadamente 200 hectares com plantio de eucaliptos, cuja idade varia entre um e dez anos. Esta área de terra está incluída nas nossas reservas. Infelizmente, esse eucaliptal não tem valor comercial maior do que se fosse apenas considerado o valor da terra. Este plantio de eucaliptos foi uma consequência do compromisso de reflorestamento a que estávamos sujeitos por lei (Correspondência n. 1.524, 23 maio 1959).

A relação bastante "próxima" da ICA com o Delegado Florestal do Rio Grande do Sul, evidente no caso acima relatado, pode ser novamente confirmada, quando anula o ato do delegado florestal de Erechim que indeferiu em 1949, um pedido de desmatamento de 11.350 pés de pinheiro feito pela *Jewish*.

Em 1949, o delegado florestal de Erechim, Antônio Pereira de Souza indefere um pedido da *Jewish Colonization Association* para derrubar 11.350 pés de pinheiro. Antônio Pereira de Souza alegava que a solicitante estava na obrigação de reflorestamento de 153.706 pés de pinheiros, e as matas de propriedade da requerente estão condicionadas à cláusula restritiva do art.15 do referido código, tendo-se em vista a constituição de reserva florestal, declarada de utilidade pública pelo Decreto Estadual número 658, de 10 de março do ano em curso (A VOZ DA SERRA, 20 maio 1949).

Interessante destacar que, apesar de tornar sem efeito o indeferimento determinado pelo delegado florestal de Erechim, Antônio Pereira de Souza, em relação ao pedido da ICA de cortar 11.350 pés de pinheiro em 1949, Henrique Luiz Roeesler reconhece, no ano seguinte, o trabalho do delegado florestal de Erechim, inclusive lembrando sua atuação em defesa do reflorestamento na Fazenda Quatro Irmãos, além de considerá-lo como o melhor delegado florestal. É o que ele declara no atestado expedido em São Leopoldo em 4 de abril de 1950. Roeesler, escreve:

> Atesto, em razão do meu cargo, que o Sr. Antônio Pereira de Souza, desde o ano de 1942, vem exercendo as funções de Delegado Florestal com rara inteligência e capacidade, energia e imparcialidade, atuando sempre com serenidade e equilíbrio e impondo o respeito ao Serviço Florestal em toda zona nordeste do Estado, cujo centro é Erechim, sede de sua delegacia. Intransigente protetor das nossas florestas e apaixonado fomentador do reflorestamento, conseguiu criar uma nova mentalidade florestal entre os madei-

> reiros de sua zona. À sua iniciativa cabe a campanha contra a exploração ilegal das florestas dos redutos indígenas deste Estado e das do patrimônio público, assim como a repressão contra a devastação sem reflorestamento dos extensos pinheirais da Empresa Colonizadora Jewish Colonization Association e tantos outros de relevância. Encarregado da fiscalização da caça e da pesca, conseguiu disciplinar e moralizar esses esportes, impedindo a continuação da destruição da fauna na vasta região sob a jurisdição. Como organizador tem demonstrado qualidades invulgares, sendo considerado por nós como o nosso melhor delegado (Atestado, 4 abr. 1950).

A situação em que se encontrava Quatro Irmãos, após meio século de atuação da ICA, confirma que o interesse da companhia foi prioritariamente econômico, dedicando-se à exploração florestal e à venda de terrenos, o que não se apropria aos princípios e objetivos de uma companhia colonizadora, que se intitulava filantrópica e preocupada com a sorte de seus irmãos israelitas.

Apoiando o pedido da Legião da Boa Vontade, que solicitava à *Jewish Colonization Association* a doação de um prédio e de uma pequena área de terra para instalação, em Quatro Irmãos, de um estabelecimento de recuperação de menores, o diretor da ICA em Quatro Irmãos argumentava, em abril de 1962:

> À mercê de um pugilo de homens despreendidos e abnegados, a nossa Associação, colaborando nessa ideia, estaria concluindo com chave de ouro as suas atividades de longos anos em Quatro Irmãos. Apesar de nossa inglória tarefa de colonização, é lamentável e inegável que o povoado de Quatro Irmãos, depois que foram concluídas as atividades de exploração de pinheiros que existiam em nossa Fazenda, tornou-se uma vila de atividade inexpressiva e um aglomerado de gente humilde e sem trabalho, onde impera a absoluta miséria. Uma infância abandonada e faminta prolifera nas ruas semidesertas do povoado. Os adultos vivem de pequenos expedientes, sem encontrar trabalho fixo. Quatro Irmãos não é hoje nem sombra daquele povoado promissor de 8 ou 10 anos atrás, quando as atividades extrativas de madeira proporcionavam trabalho a dezenas de famílias. Não deixa, pois, de ser elogiável e, sobre todos os pontos de vista, digna, essa idealização de amparo aos mais desprotegidos da sorte (Correspondência da ICA, 16 abr. 1962).

Considerações finais

Podemos concluir que a *Jewish Colonization Association* preocupou-se e ocupou-se primeiramente com as condições adequadas à exploração da riqueza florestal da fazenda e, só num segundo momento, com a instalação

dos imigrantes israelitas. Estes tiveram participação decisiva na valorização dos 93.985 hectares da Fazenda Quatro Irmãos, através do povoamento e do consequente trabalho por eles desenvolvido na fazenda, incluindo-se a construção do ramal férreo.

Referências e fontes

ATESTADO de 04 de abril de 1950, do Ministério da Agricultura – Serviço Florestal Delegacia Regional do RS, em São Leopoldo, para Antônio Pereira de Souza. Arquivo Particular Antônio Pereira de Souza.

AVNI, Haim. *Argentina y la Historia de la immigración judia (1810-1950)*. Buenos Aires: Editorial Universitaria Magnes, 1983.

BACK, Leon. Imigração judaica no Rio Grande do Sul. In: BECKER, Klaus (Org.). *Enciclopédia Rio-Grandense*. v. 5. Canoas: Ed. Regional,1958.

CORRESPONDÊNCIA da *Jewish Colonization Association* (ICA), de Filipson para Paris, 10 junho de 1910, n. 235. *Pesquisas Regionais*, Erechim, n. 7, ano 5, nov. 1982.

CORRESPONDÊNCIA da *Jewish Colonization Association* (ICA), de Filipson para Paris, 5 de janeiro 1911, n. 263. *Pesquisas Regionais*, Erechim, n. 7, ano 5, nov. 1982.

Correspondência da *Jewish Colonization Association* (ICA), de Filipson para Paris, 6 de fevereiro de 1911, n. 268. *Pesquisas Regionais*, Erechim, n. 5, ano 7, jul. 1985.

CORRESPONDÊNCIA da *Jewish Colonization Association* (ICA), de Filipson para Paris, 6 de julho de 1911, n. 283. *Pesquisas Regionais*, Erechim, n.15, ano 7, jul. 1985.

CORRESPONDÊNCIA da *Jewish Colonization Association* (ICA), de Quatro Irmãos para Londres, 16 de abril de 1962, n. 1777, cx. 19, m. 2. AHJB-SP.

CORRESPONDÊNCIA da *Jewish Colonization Association* (ICA), de Quatro Irmãos para Londres, 16 de abril de 1962, n. 1777, cx. 19, m. 2. AHJB-SP.

CORRESPONDÊNCIA da *Jewish Colonization Association* (ICA), de Paris para Quatro Irmãos, 4 de março de 1915, n. 418, cx. 8, m. 1. AHJB-SP.

CORRESPONDÊNCIA n. 1.524, de 23 de maio de 1959, de Quatro Irmãos para Paris, cx. 19, m, 4. AHJB-SP.

CUNHA, Ernesto Antonio Lassance. *O Rio Grande do Sul:* contribuição para o estudo de suas condições econômias. Rio de Janeiro: Imprensa Naional, 1908.

GRITTI, Isabel R. *Imigração Judaica no Rio Grande do Sul:* A *Jewish Colonization Association* e a colonização de Quatro Irmãos. Porto Alegre: Martins Livreiro Editor, 1997.

GRITTI, Isabel R. O Reflorestamento na Fazenda Quatro Irmãos. *Perspectiva*, Erechim, ano 20, n. 80, p. 111-118, dez. 1998.

JORNAL A VOZ DA SERRA, Erechim, 20 maio 1949.

LESSER, Jeffrey H. *Pawns of the powerful:* jewish immigration to Brazil, 1904-1945. Tese (Doutorado em História), New York City, New York University, 1989.

OFÍCIO n. 3.688, de 15 de junho de 1951, do Delegado Florestal do RS, Henrique L. Roessler, ao Ilmo Sr. Dr. Diretor de Terras e Colonização da Secretaria da Agricultura, Porto Alegre, cx. 17, m. 3. AHJB-SP.

OFÍCIO n. 3.689, de 30 de junho de 1951, do Ministério da Agricultura – Serviço Florestal de São Leopoldo, RS, ao Sr. Herbert Schall, da Administração da ICA em Quatro Irmãos, cx. 17, m. 3. AHJB-SP.

RAKOS, Kennee S. Baron de Hirsch, the Jewish Colonization Association and Canada. (Documento sem informações, existente na biblioteca do Instituto Cultural Judaio Mar Hagall de Porto Alegre, s/d).

História Ambiental e as migrações no Reino Vegetal: a domesticação e a introdução de plantas

Samira Peruchi Moretto

Introdução

Estudar a domesticação de uma espécie vegetal é um processo dinâmico, ultrapassa fronteiras e aponta a importância dos seres humanos para as frequentes modificações da paisagem. Caso se parta do pressuposto de que o meio ambiente está em constante transformação e que os seres humanos fazem parte deste contexto, pode-se observar que vivemos em associação com o meio circundante, mudando e adequando-nos a ele. A domesticação de plantas é exemplo bastante vivaz dessa correlação. Através da metodologia da História Ambiental, pode-se utilizar a domesticação de plantas para a compreensão de tais processos dinâmicos, envolvendo os seres humanos e a natureza. A História Ambiental, segundo Donald Worster, apresenta-se em uma nova premissa:

> A história ambiental é, em resumo, parte de um esforço revisionista para tornar a disciplina da história muito mais inclusiva nas suas narrativas do que ela tem tradicionalmente sido. Acima de tudo, a história ambiental rejeita a premissa convencional de que a experiência humana se desenvolveu sem restrições naturais, de que os humanos são uma espécie distinta e "super-natural", de que as consequências ecológicas dos seus feitos passados podem ser ignoradas (2003, p. 199).

O cultivo de vegetais propiciou não somente a multiplicação, mas também certa independência dos seres humanos. A domesticação de plantas possibilitou e possibilita produção de matérias-primas e, mais importante ainda, a garantia de alimentos. Esforços para explicar a necessidade dos seres humanos em iniciarem a domesticação e as origens da agricultura apoiam-se em basicamente três fatores: mudança ambiental, pressão demográfica e mudanças na organização social.

Por um longo período de tempo – cerca de sete milhões de anos – todos os seres humanos que habitavam a Terra se alimentavam exclusivamente da coleta de plantas e da caça de animais (DIAMOND, 2008, p. 182). Não havia a produção de alimentos, pois os seres humanos dependiam dos proventos que a natureza fornecia. Diferentes fatores influenciaram para alterar seus hábitos alimentares e modos de obtenção de alimentos.

O crescimento demográfico também pode ser apontado como causa da falta de alimentos e, consequentemente, das expansões territoriais dos povos nos períodos Neolítico e Paleolítico (CAVALLI-SFORZA, 2003, p. 127). Todavia, o clima, o relevo e a vegetação influenciaram de forma direta e indireta na produção de alimentos pelos seres humanos. Houve a necessidade de plantio de alimentos para suprir a necessidade da população que enfrentou um crescimento demográfico significativo há cerca de 10 milhões de anos. A teoria da transcedentalidade aponta que podem ter ocorrido diferentes fatores responsáveis pelo início da domesticação de espécies vegetais e animais (CAVALLI-SFORZA, 2003, p. 133).

Autores como Brian Hayden, Neil Canuel e Jennifer Shanse que discutem a gênese da domesticação dos cereais, argumentam que o aumento da demanda por cereais, inicialmente para propósitos de fermentação para produção da cerveja, levou à domesticação de cereais para a fabricação da bebida. Expondo o trabalho de uma perspectiva comparativa global, os autores afirmam que parecem não existir exemplos etnográficos de simples caçadores-coletores primitivos que faziam álcool. Isto pode ser devido a um bom número de razões, como a falta de recipientes com tamanho ideal, ou de tecnologia de ebulição, a alta mobilidade dos grupos, ou outros fatores logísticos. Parece que apenas com o advento de caçadores-coletores complexos, semi-sedentários ou sedentários, como os do sudeste da Austrália, os primeiros relatos de bebidas alcoólicas começam a aparecer. Desta forma, houve também a necessidade de domesticar os componentes responsáveis pela fermentação. Os autores concluem que festejar e fabricar a cerveja, muito provavelmente, forneceu um elo fundamental entre o aumento da complexidade nas técnicas e a adoção de cultivo de cereais (HAYDEN et al., 2013, p. 102).

Oliver Dietrich realizou uma pesquisa a respeito dos grupos humanos que viveram em Göbekli Tepe, na Turquia, no período neolítico; e também aponta que fatores ligados à religiosidade foram responsáveis pela motivação destes grupos no que diz respeito à sedentarização. A antiga

cidade de Göbekli Tepe era um local central de religiosidade para grupos caçadores/coletores, onde realizavam diferenciado sistema de crença transcendental. A religião e a construção de templos por estes grupos podem ser considerados os seus reais motivos para a sedentarização. O aparecimento precoce da arquitetura religiosa monumental em Göbekli Tepe está mudando profundamente a imagem de um dos momentos-chave da história, o surgimento da agricultura e da cannabis pecuária (DIETRICH, 2012, p. 51).

As inovações em práticas e de utensílios proporcionaram as expansões territoriais. A descoberta de novas fontes de alimentos, aliada ao desenvolvimento de novos meios de transporte e desenvolvimento do poderio militar, permitiram as primeiras grandes migrações humanas em massa. Porém, mesmo com tais avanços, os novos alimentos encontrados não foram suficientes para limitar os povos primitivos, que continuaram a praticar a caça e a coleta. Mesmo na atualidade, ainda existem povos coletores e caçadores, que não sobrevivem a partir das práticas agrícolas.

A maioria dos povos que habitaram o planeta sedentarizaram-se, mas o nível de sedentarização não foi o mesmo para todos os grupos sociais:

> Povos diferentes iniciaram a produção de alimentos em diferentes períodos da pré-história. Alguns, como os aborígines australianos, nunca chegaram a este estágio. Entre aqueles que adquiriram o hábito, alguns, por exemplo, os antigos chineses, desenvolveram essa prática por conta própria, enquanto outros, inclusive os antigos egípcios, aprenderam com seus vizinhos (DIAMOND, 2008, p. 84).

Warren Dean afirmou que os indígenas brasileiros tiveram um processo mais lento de sedentarização, motivados pela abundância dos recursos naturais. Não havia a necessidade da preocupação com o estoque ou reservas de subsídios, já que havia uma densidade significativa de floresta a garantir sustento (1996, p. 43).

As práticas nômades diminuíram, já que havia a necessidade de tomar conta do que fora cultivado em locais estagnados. Ser caçador-coletor significava ter como função a busca incessante por comida, já que a falta levava à abstinência. Sedentarizar-se foi uma forma alternativa e cômoda para melhorar a produção de alimento. Portanto, a maior parte do desenvolvimento agrícola foi dependente das transferências de plantas (BEINART; MIDLETON, 2009, p. 161).

A sedentarização auxiliou a elevação da taxa demográfica. Consequentemente, pode-se afirmar que a prática da agricultura alterou o modo de vida das diferentes sociedades. Houve uma nova divisão nas tarefas dos

grupos, já que uma parte da população ficaria responsável pelo cultivo da horta e dos pomares. As sociedades criaram suas relações sociais, políticas e militares, baseadas no novo sistema de produção de alimentos: a agricultura. O aumento populacional estimulou o incremento das técnicas para a produção alimentícia.

As primeiras formas de praticar a agricultura não eram tão agressivas e prejudiciais ao meio ambiente, comparadas às monoculturas em grande escala, praticadas após as colonizações do século XV. Os grupos sociais que se sedentarizaram tinham uma vida menos desgastante, comparados aos coletores-caçadores. Estes poderiam passar vastos períodos sem alimentos cultivados e precisavam de habilidades para garantir a caça. Contudo, os grupos que domesticavam plantas e animais também precisavam ser detentores de conhecimentos.

Os praticantes da agricultura deveriam estar atentos às condições do tempo e à fertilidade do solo. A caça e a coleta não foram abandonadas abruptamente; é um equívoco achar que houve rompimento de uma atividade em detrimento a outra, pois a caça, até a modernidade recente, complementou a alimentação de diferentes grupos. A agricultura foi acompanhada pela domesticação de animais. Os caçadores coletores da América, mesmo após a sedentarização, domesticavam cerca de três ou quatro espécies animais. Os cães foram os primeiros animais domesticados neste continente por estes grupos, pois auxiliavam na caçada (CROSBY, 1993, p. 39).

No entanto, praticar a agricultura modificou a paisagem e a relação do homem com a floresta. Warren Dean afirma que hábitos foram modificados, como a queimada na Mata Atlântica, que antes era utilizada para atrair a caça ou por mero descuido e que, deu vez a queimadas em grandes extensões para o uso da terra. A floresta que nunca havia sido queimada era fértil e livre de sementes invasoras, não necessitando de tantos cuidados. Assim, a floresta sofreu consequências diretas da agricultura. As queimadas e as derrubadas frequentes colocavam em risco a reestruturação natural do meio:

> Todos os regimes agrícolas representam transtorno a um ecossistema natural. Na verdade, procuram congelar a secessão natural em seu estágio mais primitivo, introduzindo plantas cultivadas, que, em seu estado selvagem, tinham sido espécies precursoras. Esse tipo de lavoura chamado de itinerante ou de derrubada e queimada, é menos evasivo, porque imita a escala natural de perturbação e, em vez de congelar permanentemente o processo de sucessão, apenas exporá de forma temporária (DEAN, 1996, p. 43).

Com a evolução das práticas agrícolas e do colonialismo, ocorreu um aumento e uma troca de espécies pelo mundo. Estas espécies eram provedoras de alimentos, serviam como condimentos, tinham funções medicinais ou eram oleaginosas, eram também fornecedoras de fibras. A fecundação de plantas, que antes era feita pela água, pelo vento e pelos animais ocasionalmente passou a ter interferência dos seres humanos, facilitando a dispersão e a germinação das sementes das plantas. Em alguns lugares, a domesticação de animais só foi possível com a introdução de espécies exóticas, gramíneas e forragens, que serviriam de alimento para os animais criados. A domesticação de plantas auxiliou no processo do crescimento demográfico dos seres humanos e alterou profundamente a sua relação com o meio natural. Charles Darwin, em alguns de seus estudos sobre evolução, coloca a domesticação como um claro exemplo da seleção em ação. Os seres humanos, intencionalmente ou inusitadamente, fizeram a seleção de certos traços. Junto com a comunicação e o uso de ferramentas, a domesticação de plantas e animais associados ao surgimento da agricultura foram um dos instrumentos fundamentais da evolução humana. Segundo Alfred Crosby, os detentores de tecnologia e conhecimento para domesticar obtiveram melhores resultados referentes à expansão:

> Os povos que herdaram as plantas cultivadas e os animais domesticados das culturas avançadas do Sudeste da Ásia (europeus, indianos, chineses e outros) prosperaram e multiplicaram-se, mas se assim o fizeram foi tanto apesar quanto por causa de organismos, instituições e modos de civilização (1993, p. 40).

Questionamentos tais como "quando, como e por que?" despertaram o interesse de pesquisadores para estudar a domesticação de plantas e animais. O estudo e a história da domesticação geraram uma série de teorias e termos que se confundem e tendem a ser utilizados erroneamente. Segundo o pesquisador e geneticista Gideon Ladizinsky, atualmente professor da Hebrew University, em Israel, a definição do conceito dos termos agricultura, cultivo e domesticação são de suma relevância para o entendimento dos mesmos:

> Agricultura, no sentido mais amplo pode ser considerada como uma estratégia de subsistência por intermédio da criação de plantas e animais, silvestres ou domesticados.
> Cultivo define as atividades físicas que são relevantes e associadas com a agricultura.

> Domesticação – é um processo que é baseado no deslocamento genético das populações domesticadas, tornando-as mais bem adaptadas para o ambiente criado por cultivo, mas ao mesmo tempo, mal adaptado ao seu habitat original. Isso é geralmente aplicável às culturas de sementes que sob cultivo perderam o mecanismo de dispersão natural, em muitas plantas se deslocam a novos ambientes ou aplicação de propagação vegetativa que os tornam dependentes dos seres humanos, também é considerado como a domesticação (1998, p. 11).

A utilização de termos propostos por Ladizinsky pode facilitar no entendimento da história da domesticação, uma vez que esta aparece explicitamente como uma ação antrópica, passível de agentes humanos. Domesticação de plantas é realizada por humanos e motivada por escolhas. Algumas espécies domesticadas são preteríveis a outras. Existem muitos fatores que contribuem na escolha de uma espécie para domesticação, sendo estes econômicos, culturais, sociais, naturais, bem como adaptabilidade entre outros. Não há de se entender como um processo ingênuo, sem intrínsecas razões.

No Brasil, o processo de domesticação foi iniciado pelos indígenas que foram responsáveis pela difusão de muitas espécies. Os indígenas foram responsáveis pelas modificações complexas passíveis de estudos para melhor entendimento da diversidade local. A coexistência de grupos indígenas em certas áreas só foi possível após a domesticação de espécies alimentícias. Primordialmente, estas domesticações eram realizadas com espécies nativas, mesmo assim foram responsáveis pela alteração na flora.

O processo, denominado mais radical, decorrente da domesticação e principalmente da aclimatação de plantas, ocorreu após o processo de colonização da América. Foram muitas espécies introduzidas e aclimatadas neste período, modificando mais uma vez os biomas aqui existentes. Com a introdução de espécies exóticas pelos europeus, propiciou-se no Brasil a adaptação de milhares de espécies não nativas.

Muitas das plantas que foram aclimatadas no Brasil, ou levadas para outros países, não foram devidamente registradas. Tais notificações só começaram a ser regularizadas após a criação do Jardim Botânico, no Rio de Janeiro, após a chegada da família real portuguesa, no Brasil, em 1808. Mesmo sendo incumbência do Jardim Botânico, era priorizado o registro de saída e de entrada das plantas com interesses econômicos latentes (DEAN, 1996, p. 141).

A domesticação e a introdução de plantas como objeto de pesquisa

Muitos trabalhos já foram feitos observando a domesticação e a migração de espécies vegetais. Como exemplo, pode ser utilizado o livro do Warren Dean, *A Luta pela borracha no Brasil* (1989), obra pioneira no estudo de tal temática. Michael Pollan, professor de jornalismo da Universidade de Berkley, que estuda há 25 anos a introdução e a utilização de plantas, realizou estudos a respeito da domesticação, considerou que as espécies de plantas e os animais, sem mencionar o mimetismo passaram por processos evolutivos de transformação, em que apreenderam formas de se destacar frente a outras espécies. Pollan afirma que existe a participação de outras espécies, além da antropização, no processo de migração de espécies:

> Nós pensamos automaticamente em domesticação como algo que fazemos para outras espécies, mas faz sentido pensar também, como certas plantas e animais têm realizado para nós uma estratégia inteligente e evolutiva para avançar seus próprios interesses. As espécies que têm passado os últimos dez mil anos ou mais para descobrir a melhor forma de alimentar, curar, vestir, intoxicar (2001, p. XVI).

Propõe, desta forma, que a escolha por certas espécies a serem domesticadas, tendem a ocorrer não de forma natural, mas de acordo com as propriedades oferecidas pelas outras espécies aos seres humanos. Afirma, assim, que algumas espécies tiveram mais sucesso quanto à dispersão perante outras, denominando este fenômeno como "algumas lojas de sucesso da natureza". Assim como os seres humanos, as plantas também apresentam estratégias de sobrevivência.

As plantas apresentam características que promovem algumas transformações naturais que beneficiam os seres humanos de forma geral. As plantas são consideradas por Pollan como alquimistas da natureza, especialistas em transformar a água, o solo e a luz solar em uma matriz de substâncias preciosas. Assim como os seres humanos passaram por processos de transformação para se adaptarem ao meio ambiente, as plantas alteraram-se a esta forma, mantiveram-se ou tornaram-se úteis aos seres humanos e a outros organismos do ecossistema a que elas pertencem. As plantas apresentam-se tão dinâmicas que os seres humanos não tendem a apreciar plenamente a sua complexidade e sofisticação.

Outros pesquisadores consideram que os seres humanos se destacam na relação de domesticação de espécies, como afirma Melinda A. Zeder,

diretora de Arqueobiologia do *Program of the Smithsonian Institution's National* do Museu de História Natural da Universidade da Califórnia. A autora afirma que os seres humanos rapidamente assumiram um papel dominante, por serem livres para escolher entre as variantes genéticas de outras espécies, desta forma podendo manipular o comportamento e a domesticação de espécies (mesmo para seu próprio prejuízo). Afirma também que a domesticação não pode ser simplesmente definida como um acontecimento biológico ou um fenômeno cultural, mas, sim, precisa ser vista como um mutualismo biológico, em que a transformação biológica é catalisada pelo comportamento humano, através da aprendizagem e de influências culturais.

Zeder (2006) é editora do livro *Documenting Domestication: New Genetic and Archaeological Paradigms*, que faz uma análise sobre a interação dos seres humanos e as alterações no meio natural. O livro foi dividido basicamente em duas partes: animais e plantas. Já na introdução da obra os autores destacam que a relação dos seres humanos com o meio ambiente é bastante complexa e que nem sempre a causa ou o grau de interação podem ser mensuráveis e compreensíveis. No entanto, a pressão e a seleção humana geraram alterações nas demais espécies. Estas de fato influenciam umas às outras, mas nada é tão profundo como a ação humana. O próprio conhecimento dos seres humanos não somente foi capaz de catalisar mudanças, mas também soube analisar a dinâmica dos demais seres.

Warren Dean, ao pesquisar a domesticação e a disseminação da borracha, aponta quais foram os principais propósitos que levaram outros países a domesticarem esta espécie. A matéria-prima fornecida pela planta, a borracha, tornou-se um importante aparato nas crescentes indústrias mundiais. Após a descoberta de suas propriedades elásticas, passou a acompanhar o ferro e o aço dentro das indústrias. Neste caso, a principal motivação, ou "desejo", assim denominado por Pollan, foi o econômico. Produzir borracha em outros países significaria reduzir os elevados custos da importação.

Além dos problemas dos custos da importação, havia preocupação com quantidade de matéria-prima, uma vez que a quantidade de árvores nativas e produtoras de borracha foram declaradas, na metade do século XIX, como incipientes. Desta maneira, disseminar a planta significaria também suprir as necessidades mercadológicas. Porém, este processo de disseminação da planta não ocorreu de forma lícita.

Dean expôs como a borracha foi disseminada e amplamente motivada pela questão econômica, descartando a preocupação com o meio ambiente.

Esta ambição descomedida fez com que o plantio ocorresse de forma diferenciada da ocorrência natural da espécie, isto é, para otimizar o espaço, foram plantadas árvores bem próximas umas das outras. Quando o fungo apareceu, sua dispersão foi facilitada pela proximidade das plantas, uma vez que ela ocorre de forma anemocoria (pelo vento). A proximidade das plantas fez também com que se dificultasse o tratamento das árvores afetadas pelo fungo. Segundo Dean, uma vez mais a ambição humana foi sobreposta às necessidades de um ecossistema.

As migrações de espécies vegetais e interesses por trás das dispersões

Estudar a domesticação e a disseminação de uma espécie significa entender redes sociais de interesse, além de questões ligadas às transformações ambientais. Stuart McCook, historiador, professor da Universidade de Guelph, optou por fazer uma história transnacional do café, seguindo as epidemias que o afetam. O café, bebida consumida em abundância nas mais diversas culturas, foi introduzido em vários países, incluindo o Brasil.

McCook legitima a contribuição do seu estudo das pragas para a história ambiental, afirmando que as epidemias agrícolas podem ser acidentais, mas elas não são aleatórias: são naturais e antrópicas. Os patógenos causadores de epidemias frequentemente seguem o movimento de pessoas; a expansão global das epidemias muitas vezes espelha a expansão global de pessoas:

> Tal como as epidemias humanas, as epidemias agrícolas constituem-se em dispositivos úteis que permitem aos historiadores a condução de comparações seriais cruzadas no interior de uma sociedade, assim como comparações históricas de longa duração através de sociedades. As mudanças nos padrões e distribuição de uma epidemia necessariamente se refletem – e causam – mudanças nas relações entre as sociedades humanas e seus ambientes naturais. A história das epidemias agrícolas, portanto, pode oferecer aos historiadores uma importante ferramenta para a escrita da história ambiental das commodities e da agricultura (MCCOOK, 2009, p. 88).

Assim como o próprio processo de domesticação e disseminação, as epidemias agrícolas aparecem nas paisagens agrícolas movidas parcialmente por valores humanos. Portanto, são eventos fundamentalmente históricos, "situados em locais e tempos particulares, modelados simultaneamente por forças naturais e humanas" (MCCOOK, 2009, p. 3).

Outras espécies domesticadas foram temas de outros pesquisadores. A batata, também estudada por Pollan, por sua tamanha importância, recebeu atenção de outros estudiosos. O inglês John Reader, autor da obra *Potato: a story of the propitious esculent*, analisa o processo de domesticação da batata, focando sua transferência da América do Sul para a Europa a partir de 1600. Na obra, o autor segue as etapas, os destinos e as consequências ecológicas e sociais da domesticação da batata por diferentes locais, fora do seu centro de origem (READER, 2008).

A batata foi considerada por Reader como planta de domesticação antiga, comparável com ao arroz, ao trigo e ao milho. Esses grãos espalharam-se pelo mundo todo e se consolidaram nas dietas de numerosos povos. São hoje os três primeiros alimentos cultivados e consumidos pela humanidade. O sucesso pela escolha da domesticação da batata deu-se principalmente pelo fato dela ser um cultivo confiável e produtivo e um alimento de fácil preparo e alta qualidade nutricional. Este tubérculo pode ser cultivado em terras e condições climáticas distintas das exigidas pelos grãos tradicionais e/ou em combinação com outros cultivos.

John Soluri, em sua obra *Banana Cultures: Agriculture, Consumption, and Environmental Change in Honduras and the United State* (2005), examinou a relação entre o consumo em massa de um produto tropical – banana, nos Estados Unidos, e as alterações ambientais e sociais em Honduras, durante o final do século XIX e o século XX, em função desta cultura. Soluri elenca questões sobre a temática da banana: patógenos persistentes, alteração da paisagem e, principalmente, como um produto por excelência consumido para subsistência passou a ser aceito internacionalmente, não deixando de fora uma análise bastante detalhada do mercado consumidor do produto.

Marcos Gerhardt (2013), que propôs fazer a história da erva-mate (*Ilex paraguariensis*), mostra como as sociedades da América Meridional se envolveram com seu extrativismo, cultivo, comércio e consumo, durante o século XIX e nas três primeiras décadas do XX. Utilizando a abordagem da história ambiental, o autor estudou a conservação dos ervais nativos e as mudanças socioambientais que estes sofreram durante o período abordado. Analisou também as ligações da atividade ervateira com os projetos de colonização e as iniciativas de expansão do mercado do mate por meio da propaganda baseada no conhecimento científico da época.

No Brasil, a degradação de vários biomas e ecossistemas desde os tempos coloniais favoreceu, também, a invasão biológica de animais e plan-

tas. Entre as espécies exóticas, encontram-se muitas de origem africana. Sílvio Marcus de Souza Correa, organizou a obra *Bioses africanas* (2012), reunindo pesquisas a respeito da introdução de espécies africanas no Brasil.

A introdução de plantas e a disseminação de algumas espécies nem sempre foram benéficas aos ecossistemas que as receberam, como no caso da cana-de-açúcar. No entanto, algumas espécies domesticadas foram responsáveis por servirem de fonte de alimento a muitas sociedades e paralelamente propiciaram o estabelecimento de cidades, estados e até mesmo países. Mesmo havendo desejos intrínsecos, o processo de domesticação e introdução de plantas é bastante complexo, pois envolve não somente questões ligadas ao meio ambiente, mas também questões socioculturais.

Existiram fatores que levaram à escolha da domesticação e da introdução de espécies. Lucidamente, algumas espécies foram preteridas às outras. Os aspectos culturais estão ligados diretamente aos usos em geral de uma espécie do reino vegetal. As espécies vegetais têm distintas funções numa sociedade, como o fornecimento de madeira, um importante produto visado e explorado há muitos séculos. A própria composição florestal pode ser utilizada para proteção de algumas áreas.

Considerações finais

Segundo Warren Dean, a transferência de espécies e a aclimatação de espécies nativas são atividades que apresentam significados diferentes em contextos mercantilistas, liberais, científicos e comerciais, e essas atividades oferecem também uma perspectiva útil para a interpretação desses mesmos contextos. Dispõem, desta maneira, explicações para o sucesso ou insucesso de certos ramos de desenvolvimento agropecuário e industrial e demonstram a complexidade do relacionamento do ser humano com o resto do mundo biótico. A introdução e a adaptação de cada nova espécie ou variedade representa uma mudança não somente no balanço comercial do país, mas também no balanço dos elementos que compõem os ecossistemas e a própria sociedade (DEAN, 1992).

Quando a espécie é comestível, o paladar e a inserção nos hábitos alimentares são essênciais para aceitação de uma espécie. Neste grupo se enquadram as espécies frutíferas que tiveram um importante papel na alimentação do reino animal. Como explica Charles Clement:

> Assim, árvores frutíferas devem ter contribuído significativamente para a capacidade de suporte humano – a capacidade da paisagem de fornecer alimentos nutritivos suficientes e outros materiais para garantir a reprodução humana. Como produção de alimentos, estas espécies tornaram-se dominantes, inúmeras árvores frutíferas foram domesticadas e muitas espécies foram modificadas pela seleção (2006, p. 165).

Os fatores fitofisionômicos são muito importantes para a introdução de espécies frutíferas. Existe a necessidade de a planta adaptar-se às condições de solo, clima e altitude. Existem divergências explícitas na domesticação e na introdução de espécies. A intencionalidade existente na domesticação é uma diferenciação em potencial. Pode ser adotado o seguinte conceito para espécie introduzida: qualquer espécie intencional ou acidentalmente liberada pelo ser humano em um ambiente fora de sua área de distribuição natural. Dessa forma, do ponto de vista ecológico, a introdução é entendida como a inserção de uma espécie a uma dada região, de forma proposital ou não. Enquanto que a domesticação é necessariamente dotada de intencionalidade, em suma uma ação antrópica, que ocorreu na área de distribuição natural da espécie.

Na América do Sul, mais especificamente na região meridional, apenas no século XIX foram relatadas as espécies introduzidas. O botânico alemão Otto Berg, no ano de 1877, publicou uma lista com cerca de 150 espécies de plantas europeias que haviam sido introduzidas apenas na província de Buenos Aires e na Patagônia, Argentina. Em função disso, muitas espécies nativas da região foram sucumbindo às espécies exóticas. Na região dos pampas, segundo o relato de alguns botânicos, na década de 1920, somente um quarto das espécies existentes na região eram nativas (CROSBY, 1993, p. 146).

A migração e introdução de espécies nem sempre se mostrou triunfante, mas também, nem todas as espécies introduzidas são indesejadas pelos seus introdutores. No século XX, com os avanços tecnológicos, a biogeografia conseguiu trazer algumas respostas a respeito da domesticação e da dispersão de algumas espécies. A alimentação tem uma relação bastante direta com a escolha, a domesticação e a dispersão das plantas. A partir do século XIX, desenvolvimentos de vias de rodagens e aprimoramentos tecnológicos de conservação e refrigeração dos alimentos fizeram com que espécies vegetais produzidas em diferentes partes do planeta chegassem a locais onde essas espécies não eram nativas ou produzidas. É legível que nos séculos que antecederam este período, onde a troca de alimentos perecíveis era mais difícil, havia maior necessidade de migrar e domesticar as plantas.

Referências

BALTER, Michael. Seeking Agriculture's Ancient Roots. *Science*, 29, june 2007, p. 1830-1835.

BEINART, William; MIDLETON, Karen. Transferências de plantas em uma perspectiva histórica: o estado da discussão. *Topoi*, v. 10, n. 19, jul./dez. 2009, p. 160-180.

CAVALLI-SFORZA, Luigi Luca. *Genes, povos e línguas*. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

CLEMENT, C. R. 1492 and the loss of Amazonian crop genetic resources. I. The relation between domestication and human population decline. *Economic Botany,* 53(2), p. 188-202, 1999.

CLEMENT, Charles. Fruit trees and the transition to food production in Amazonia. BALÉE, William; ERICKSON, Clark L. (Eds.) 2006 *Time and Complexity in the Neotropical Lowlands:* Studies in Historical Ecology. New York: Columbia University Press.

CORREA, Sílvio Marcus de Souza (Org.). *Bioses africanas no Brasil*. Notas de história ambiental. Itajaí: Casa Aberta, 2012.

CROSBY, Alfred W. *Imperialismo ecológico:* a expansão biológica da Europa 900-1900. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

DEAN, Warren. *A ferro e fogo*: A história e a devastação da Mata Atlântica Brasileira. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

DEAN, Warren. *A Luta pela borracha no Brasil.* Um estudo de história ecológica. São Paulo: Nobel, 1989.

DEAN, Warren. *A botânica e a política imperial:* introdução e adaptação de plantas no Brasil colonial e imperial. São Paulo: IEA/USP, 1992 (Série História das Ideologias e Mentalidades, Coleção Documentos, v. 1).

DIAMOND, Jarred. *Armas, germes e aço*: os destinos das sociedades humanas. Rio de Janeiro: Record, 2008

DIETRICH, Oliver. Göbekli Tepe: A Stone Age ritual center in southeastern Turkey. *Actual Archaeology Magazine.* Anatolia. Anual. Summer 2012.

GERHARDT, Marcos. *História ambiental da erva-mate.* Tese (Doutorado em História), Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2013. Disponível em: <http://www.bu.ufsc.br/teses/PHST0458-T.pdf>. Acesso em: 29 jul. 2013.

HAYDEN, Brian; CANUEL, Neil; SHANSE, Jennifer. What Was Brewing in the Natufian? An Archaeological Assessment of Brewing Technology in the Epipaleolithic. *J Archaeol Method Theory* (2013) 20:102-150. DOI 10.1007/s10816-011-9127-y.

LACOSTE, Pablo; CASTRO, Amalia; YURI, José Antonio. Construcción de la cultura de apreciación de la fruta aporte de Las mil y una noches. *Varia Historia,* Belo Horizonte, v. 28, n. 48, p. 647-668, jul./dez., 2012.

LADIZINSKY, Gideon. *Plant evolution under domestication.* Dordrecht: Kluwer Academic, 1998. BALÉE; William. The Research Program of Historical Ecology. *Annual Review of Anthropology*. v. 35, p. 75-98 (Volume publication date October 2006). First published online as a Review in Advance on April 26, 2006.

MCCOOK, Stuart. La Roya del Café en Costa Rica: epidemias, innovación y medio ambiente, 1950-1995. *Revista Historia,* n. 59-60, enero-diciembre, p. 99, 2009.

POLLAN, Michel. *The Botany of Desire:* a plants-eye view of the world. New York: Random House, 2001.

READER, John. *Potato:* a story of the propitious esculent. New Haven: Yale University Press, 2008.

SOLURI, John. *Banana Cultures:* Agriculture, Consumption, and Environmental Change in Honduras and the United States. Texas: University of Texas Press, 2005.

ZEDER, Melinda A. Central Questions in the Domestication of Plants and Animals. *Evolutionary Anthropology*, n. 15, p. 105-117, 2006.

ZEDER, Melinda A. *Documenting Domestication:* New Genetic and Archaeological Paradigms. Berkeley: University of California Press, 2006.

WORSTER, Donald. Transformações da terra: para uma perspectiva agroecológica na História. *Ambiente e Sociedade*, v. 5, n. 2, 2003.

Paisagem e uso comum da Floresta Ombrófila Mista pela população cabocla do oeste de Santa Catarina

Marlon Brandt

Introdução

Este texto tem por objetivo discutir o uso comum da terra pela população cabocla e como essa prática modelou a paisagem dos espaços dominados pela Floresta Ombrófila Mista do Oeste de Santa Catarina entre a metade do século XIX e a primeira metade do século XX. Procura-se demonstrar que práticas como a extração da erva-mate e a criação de animais em comum, além de conservar morfologicamente a paisagem florestal, eram costumeiras e uma importante fonte de renda para diversas famílias caboclas da região. O termo "caboclo" neste texto baseia-se no emprego dado por Paulo Pinheiro Machado (2004, p. 48) que utiliza a palavra com o mesmo sentido dado "pelos habitantes do planalto, ou seja, o habitante pobre do meio rural". Embora, conforme o autor, "não haja uma conotação étnica nesta palavra, frequentemente o caboclo era mestiço, muitas vezes negro. Mas a principal característica desta palavra é que distingue uma condição social e cultural, ou seja, são caboclos os homens pobres, pequenos lavradores posseiros, agregados ou peões".

Práticas relacionadas ao usufruto em comum da terra e dos recursos naturais implantados por comunidades para a geração de benefícios mútuos e o manejo de recursos disseminaram-se em diversos espaços no planeta. É provável que muitas formas tenham desaparecido ou assumido novas feições, como apontam Margaret McKean e Elinor Ostrom (2001, p. 87), "na medida em que as comunidades tradicionais optaram por outras relações ambientais, particularmente à luz de mudanças tecnológicas". Em muitos casos esses regimes sofreram e vêm sofrendo com a legislação, que desconsidera essa forma de regime de propriedade ou uso da terra, além da interferência ou inserção de pessoas externas a uma determinada comunidade

ou região. Estes elementos, ao se apropriarem daquele espaço, promovem, na quase totalidade dos casos, a desarticulação das redes sociais do lugar, seja pelo cercamento, destruição ambiental ou pela própria expropriação dos moradores, culminando não apenas no declínio ou mesmo término do usufruto em comum da terra, mas também de outras práticas sociais de cunho coletivo.

No Brasil são inúmeros os exemplos de áreas de uso comum, e é vasta a sua distribuição espacial, cujo uso, conforme Alfredo Wagner Berno de Almeida (2004, p. 12), aparece "combinado tanto com a propriedade quanto com a posse, de maneira perene ou temporária", podendo ser encontrados em comunidades não urbanas e urbanas, e se caracterizam pelo usufruto em comum de recursos como peixes, plantas medicinais, produtos do extrativismo vegetal e atividades relacionadas à criação de animais (DIEGUES, 2001). Verifica-se nesses espaços a existência de uma rede complexa de elementos naturais e humanos, cuja interação se reflete na paisagem. Esta, vista como a materialização da ação humana ao longo do tempo, detém não somente uma dimensão espacial, mas também histórica, entendida como o resultado da acumulação de atividades que expressam uma imbricada relação que envolve diferentes objetos e ações em variadas escalas temporais (SANTOS, 2004, 2006). Analisar a construção de uma paisagem implica, contudo, não apenas descrever o ambiente e os modos de vida de suas populações, mas também, como destaca Paul Claval (2004, p. 70-71), compreender "as relações complexas que se estabelecem entre os indivíduos e os grupos, o ambiente que eles transformam, as identidades que ali nascem ou se desenvolvem", pois, "o mundo que nós estudamos é moldado pela ação dos homens e se encontra marcado por seus saberes, seus desejos e aspirações".

Serão abordados nesse capítulo três importantes períodos histórico-geográficos da trajetória da população cabocla na região para compreender sua relação com a floresta e suas práticas de uso comum. Em ordem cronológica, o primeiro foi o processo de interiorização do povoamento, rumo às florestas do oeste catarinense a partir do século XIX, construindo uma paisagem baseada em um modelo sociocultural de adaptação ao meio, desenvolvendo atividades relacionadas a agricultura de subsistência, atividades extrativistas e de criação. O segundo capítulo aborda as diferenciações dentro da Floresta Ombrófila Mista em relação a sua composição vegetal e de que forma ela promoveu diferenciações espaciais na ocupação e no uso de

seus recursos naturais, analisando a extração da erva-mate e a criação de animais. A terceira parte propõe discutir como o processo de transformações nessa paisagem, a partir das primeiras duas décadas do século XX, promovidas pela apropriação privada da terra, a colonização e o aporte de madeireiras levaram a uma série de rupturas e ao término das práticas de uso e acesso em comum da floresta na região.

Povoamento das florestas às margens das fazendas dos campos

Até a chegada dos europeus, a região era ocupada por grupos indígenas dos grupos Kaigang, Xokleng e Guarani, quando então passou a ser alvo de incursões de jesuítas e, mais tarde, de bandeirantes provenientes da província de São Paulo à procura de alguma forma de riqueza, incluindo a escravização dos indígenas. Essa paisagem passou a ser modificada pela ação do homem, principalmente com a ocupação portuguesa na primeira metade do século XVIII, que marcou a formação das primeiras fazendas pastoris nas áreas de campos e a abertura dos caminhos de tropas destinados ao transporte de gado muar, bovino e cavalar, interligando por terra o Rio Grande do Sul ao sudeste e às regiões mineradoras.

Dominava nos campos sulinos uma economia de caráter pastoril, com baixa ocupação demográfica, em que a ação humana na paisagem se fazia perceber principalmente pela presença de rebanhos nas áreas de campos. As vastas formações de floresta que cercavam os campos consistiam em um espaço inadequado para as atividades econômicas predominantes, pois impedia "a maior extensão das áreas de campo, e portanto, de alimento para o gado" (LAGO, 1988, p. 264).

Essas florestas, às margens das propriedades pastoris, surgiram assim como um espaço possível de ocupação, principalmente a partir do final da primeira metade do século XIX, quando as principais áreas de campos já haviam sido apropriadas para a criação de gado, contribuindo, nas palavras de Paulo Pinheiro Machado (2004, p. 355), "para a maior presença social de posseiros e sitiantes independentes". A posse surgiu como uma forma extralegal de acesso à terra ainda no período colonial, quando o acesso oficial a estas ocorria a partir da concessão de sesmarias. De acordo com Emília Viotti da Costa (1999, p. 175), "todas as pessoas que penetravam nas regiões do interior – áreas sem nenhum valor comercial – podiam controlar um pedaço de terra, desde que fossem capazes de enfrentar os índios

e sobreviverem na selva". Assim, para a autora, "a disponibilidade de grandes extensões de terra tornou-a acessível àqueles que não tinham condições de participar da economia comercial, permitindo-lhes sobreviver no âmbito da economia de subsistência" (COSTA, 1999, p. 175).

Como agentes dessa expansão espacial, é possível incluir ex-escravos, negros libertos, foragidos da justiça, ex-agregados, peões e descendentes de fazendeiros em busca de novas terras. Partiam principalmente das grandes áreas de fazendas de criação, situadas, ao leste, nos campos de Lages, Curitibanos e Campos Novos, enquanto por parte do Paraná provinham dos Campos Gerais, de Guarapuava e de Palmas. A instabilidade política do Rio Grande do Sul, principalmente nos anos da Revolução Farroupilha (1835-1845) e da Revolução Federalista (1893) trouxe um acréscimo a este contingente populacional, ocupando não apenas os campos, mas também as florestas, mais ao norte (AURAS, 2001). No oeste catarinense, a extração da erva-mate, que ocorria desde o final do século XIX, teria também atraído não apenas moradores de origem brasileira, mas também famílias provenientes da Argentina e do Paraguai (PARANÁ, 1899; CORRÊA, 1970).

Nesse cenário de ocupação, campos e florestas representavam não apenas paisagens distintas, mas também diferentes modos de vida e possibilidades de independência dos laços até então costurados com as fazendas das áreas de campos. Autores como Rinaldo Arruda (1999) destacam que o modo de povoamento empreendido pelos portugueses no Brasil ao longo do período colonial foi um dos responsáveis pela formação de um modelo sociocultural de adaptação ao meio, em que tanto sua ocupação quanto a utilização dos recursos naturais se devem às influências indígenas, às quais se incluem mais tarde também as heranças africanas e o caráter cíclico e irregular do povoamento. Isso pode ser também visto no oeste catarinense. As sucessivas levas populacionais passaram a adotar, ressignificar e construir práticas sociais e espaciais condizentes com o meio, desenvolvendo o conhecimento sobre o funcionamento de seu ecossistema e a utilização dos recursos encontrados em áreas como as de domínio da Floresta Ombrófila Mista. Essas podem ser encontradas em práticas como a caça, a pesca a agricultura de subsistência, a extração da erva-mate e a criação de animais "à solta".

Extração da erva-mate e criação de animais "à solta"

A Floresta Ombrófila Mista, popularmente conhecida como Floresta de Araucária, Mata de Araucária ou Mata dos Pinhais dentre outras denominações, dada a presença dominante da araucária (*Araucaria angustifolia*) na fisionomia da paisagem, vista de cima pode parecer homogênea. Porém esta apresenta subformações e submatas com diferentes espécies que assumem maior ou menor presença em algumas áreas, relacionadas a aspectos como clima e relevo. Encontram-se, além da araucária, diversas espécies de lauráceas, mirtáceas e aquifoliáceas como a erva-mate (*Ilex paraguariensis*), formando assim dois grupos distintos de comunidades como araucárias e lauráceas, como apontam Pedro Furtado Leite e Roberto Miguel Klein (1990). Na primeira, que parte do Planalto Norte, alto Vale do Rio do Peixe rumo ao oeste, a araucária se distribui de forma esparsa em um bosque composto por cerca de 70 a 90% de árvores pertencentes a espécies como a imbuia (*Ocotea porosa*), sendo essa a espécie mais representativa, além de outras, como a canela-amarela (*Nectandra lanceolata*), canela-preta (*Nectandra megapotâmica*), canela-fogo ou canela-pururuca (*Cryptocarya aschersoniana*) acompanhada de espécies como a sacopema (*Sloanela monosperma*), guabirobeira (*Campomanesia xanthocarpa*) e a erva-mate (*Ilex paraguariensis*). No outro grupo, localizado entre a parte sul do Vale do Rio do Peixe e ao leste na região do município de Lages, a araucária forma um estrato superior bastante denso, sobre um estrato de 60 a 80% de espécies como a canela-lageana (*Ocotea pulchella*), espécie dominante, canela-amarela (*Nectandra lanceolata*), canela-guaicá (*Ocotea puberula*), canela-fedida (*Nectandra grandiflora*), guabirobeira (*Campomanesia xanthocarpa*) e diversas mirtáceas e aquifoliáceas.

Essas diferenças encontradas dentro de uma mesma formação vegetal influenciaram na natureza de ocupação e nos diferentes usos dos seus recursos naturais, como ressaltou, por exemplo, Maurício Vinhas de Queiroz (1981, p. 32) ao descrever a paisagem e os modos de vida da população cabocla em seu estudo sobre a Guerra do Contestado (1912-1916): "[se] os campos nativos marcam as superfícies por onde se estendeu a frente pastoril, os trechos de floresta indicam aquelas por onde se espalhou a atividade extrativa".

A produção ervateira, que até meados do século XX seguia o modelo indígena, era realizada normalmente nos meses de inverno, quando todo o

trabalho dependia somente da força familiar, em que poderia ocorrer a exploração em comum dos vastos ervais encontrados em terras devolutas (BRANDT; SILVA, 2014). A erva-mate seria inclusive moeda corrente, vendida a comerciantes locais, muitos deles argentinos – alguns dos quais também ervateiros –, na base da troca por gêneros alimentícios e outros produtos de consumo não produzidos nas suas terras, como tecidos, sal açúcar, café, pólvora, dentre outros. Moradores locais poderiam também ser assalariados ou tarefeiros na coleta da erva-mate para diversas companhias ervateiras que se instalaram na região fronteiriça a partir da segunda metade do século XIX (FERRARI, 2011).

A produção tinha destinos variados, dependendo de sua localização. Nas áreas mais ao oeste, o destino eram as empresas argentinas localizadas na fronteira e comerciantes locais ou filiais de ervateiras paranaenses localizadas na região de Porto União. De lá o produto poderia seguir, via estrada de ferro, aos portos do Paraná e de Santa Catarina. A construção e operação, na primeira década do século XX, da Estrada de Ferro São Paulo-Rio Grande, cujo traçado seguia o rumo do Rio do Peixe, dinamizou a produção ervateira nas áreas próximas, atraindo ervateiros interessados em explorar as terras, e comerciantes que despachavam o produto, tendo como destino os países do Prata e o Rio Grande do Sul (PARANÁ, 1899; CORRÊA, 1970; GOULARTI FILHO, 2012).

Essa exploração ervateira na região, realizada tanto por caboclos que viviam nas florestas quanto por companhias ervateiras, seria um dos fatores que contribuíram para o assentamento mais efetivo da população na região, principalmente na fronteira com a Argentina, então principal mercado consumidor. Desse fluxo surgiram núcleos de povoamento como Dionísio Cerqueira, em Santa Catarina, Barracão e Santo Antônio do Sudeste, no Paraná, ainda em fins do século XIX (FERRARI, 2011).

Nas florestas onde a erva-mate escasseava, era a criação que assumia o papel de principal fonte de renda. Nesses espaços, Vinhas de Queiroz (1981, p. 35) menciona que "onde quer que fossem raras as *minas* de erval", era a "roça cabocla" que substituía o aproveitamento da erva-mate, sendo, em outros lugares, complemento das atividades extrativas, fato também apontado por Roberto Lobato Corrêa (1970) em relação ao sudoeste do Paraná. Era a "roça cabocla" formada, de acordo com Arlene Renk (2006, p. 107), a partir da adoção de "uma prática costumeira de dividir as terras em terras de plantar e terras de criar".

Nas áreas que compunham as "terras de plantar", ocorria uma policultura com rotação de terras que, conforme Vinhas de Queiroz (1981, p. 36), estabelecia no milho "o centro da lavoura, consorciado ao feijão e por vezes à abóbora e à melancia". Cultivavam, sob o sistema de rotação de terras, formando a roça após derrubarem e queimarem parte da floresta. Essa técnica, conhecida como coivara, quando praticada em amplas áreas de terras, com baixa densidade demográfica, permitindo assim a possibilidade de amplos intervalos de descanso da floresta, representa, conforme Emilio Moran (2009, p. 21), "um método sensato e barato para obter produtos vitais", pois, por ser praticado em pequenas dimensões, permitia uma recomposição mais fácil do solo pela absorção de suas cinzas. Na "roça cabocla" eram cercados não os espaços de criação, mas "terras de plantar", para evitar a invasão de animais. Após a abertura da roça, esta poderia ser cercada com tábuas lascadas de pinheiros, os chamados rachões, trincheiras abertas ao solo ou mesmo araucárias que, derrubadas, fechavam o perímetro das roças (BRANDT, 2015).

Já as "terras de criar" abrangiam o restante das terras. Enquanto o bovino era criado nas áreas abertas, o suíno vivia nas florestas, sendo a principal criação de muitas famílias. A criação de suínos era comum no Brasil desde o período colonial. Warren Dean (2004) argumenta que essa forma de criação possivelmente era a responsável pela conservação e/ou disseminação da vegetação florestal, embora pudesse promover impactos na fauna local, ao competir com espécies nativas por alimento e espaço. Nas florestas, o porco, por ser um animal onívoro, encontra maior variedade de alimentos disponíveis em comparação com os herbívoros bois, cavalos e mulas, criados nas áreas de campos. Comiam de tudo: frutos caídos, sementes, raízes, relva e qualquer animal pequeno (CROSBY, 1993). Para sua criação, existia, por parte da população cabocla, todo um calendário formado pelos ciclos da natureza, regulados pela oferta de frutas locais na primavera e no verão e do pinhão, abundante no outono. Essa alimentação era completada com o milho, cultivado nas "terras de plantar" (BRANDT, 2015).

Por necessitar de pouco manejo, o porco, que era criado "à solta", também conhecido como porco "alçado", consistia na principal fonte de renda, sobretudo para as famílias que não dispunham de ervais ou grandes áreas de campos em suas terras. Marcados por seus proprietários com diferentes cortes nas orelhas, os animais possuíam uma ampla mobilidade, compartilhando em comum terras de diferentes criadores em busca de alimento, pelo

fato destas não possuírem cercas – e isso persistiu até a colonização –, "uma vez que a amplitude de terras o dispensava", como aponta Arlene Renk (2004, p. 28). As divisas entre posses ou propriedades legalizadas consistiam em marcos naturais, como córregos, rios ou mesmo árvores marcadas a facão.

Os animais poderiam ser destinados tanto à subsistência das famílias quanto à comercialização. Após a captura, os animais eram confinados em uma encerra de milharal aberta em meio à floresta para continuar a engorda, ou em um mangueirão cercado para impedir a invasão dos animais soltos (QUEIROZ, 1981; CORREA, 1970). Seguiam, então, para a venda em vilas próximas e pequenas fábricas de banha localizadas no Vale do Itajaí, em Porto União ou no Paraná. Com a implementação da Estrada de Ferro São Paulo-Rio Grande, surgiram novos destinos, que poderiam ser as pequenas fábricas de banha e matadouros que se instalaram a partir da colonização nos nascentes núcleos urbanos às margens da ferrovia, ou a comerciantes que os despachavam para Paraná, São Paulo ou Rio Grande do Sul (CORRÊA, 1970; ESPÍNDOLA, 1999).

É possível dizer que esses espaços constituíam o que Sueli Ângelo Furlan (2006, p. 4-5) denomina como uma "floresta cultural". No entender da autora, esta é manejada por populações que usufruem de seus recursos de forma compartilhada, em que se observa o desenvolvimento de práticas condizentes ao ambiente, além de conhecimentos sobre o seu funcionamento e sua utilização de forma sustentável. Eram práticas sociais, espaciais e econômicas efetivadas através de um conjunto de normas e costumes, fundamentadas na tradição e na memória, e que também serviam como uma espécie de delimitação territorial dessas populações (BRANDT; NODARI, 2011). Para a população cabocla, a floresta não representaria "apenas a incidência de uma espécie vegetal ou uma 'mancha' como se diz cartograficamente, mas [também] uma expressão identitária, traduzida por extensões territoriais de pertencimento" (ALMEIDA, 2004, p. 28). Estes espaços foram, contudo, se desagregando e reduzindo, à medida que avançava uma nova dinâmica socioespacial, representada pela apropriação privada da terra, acompanhada pela colonização, cercamento das terras e a exploração madeireira.

Apropriação privada da terra e transformações na paisagem

Com a Lei de Terras em 1850, as terras devolutas passaram a ser valorizadas de acordo com as terras privadas, o que dificultava o acesso à

terra por brasileiros pobres ou por imigrantes que aportavam no país desde a segunda década do século XIX (SABOYA, 1995). Essa transformação da terra em mercadoria teve efeitos profundos no processo de ocupação territorial brasileiro, sobretudo a partir da Primeira República, quando as terras devolutas passam ao domínio dos Estados. A política de terras de Santa Catarina, formulada em fins do século XIX, estava direcionada a desenvolver a agricultura e a pecuária, em terras consideradas "desabitadas". Fica evidente, como salienta Paulo Pinheiro Machado (2004, p. 139), "a formulação de uma política de terras ligada ao estímulo da colonização europeia, voltada para o desenvolvimento de uma lavoura comercial – submetida aos interesses de capital mercantil e de empresas particulares especializadas em especulação com terras".

No caso da erva-mate, à medida que essa passava por um processo de mercantilização mais intenso, as terras onde se realizavam tais atividades passavam a ser alvo da apropriação privada, precarizando o acesso à terra e o uso dos ervais em comum pelos caboclos. Em relação à apropriação dos ervais, comenta Maurício Vinhas de Queiroz (1981, p. 64) que "a coleta do mate vinha tendendo a fazer-se cada vez mais e freqüente em terras de propriedade privada". Controlados por *coronéis*, nesse caso uma referência ao "chefe local" (MONTEIRO, 1974), o Estado concedia a estes e seus apaniguados terras devolutas ricas em ervais. Nesse processo eram frequentes as expulsões violentas de posseiros que viviam ou usufruíam dessas terras. Além da apropriação, a concessão para exploração dos ervais pelo Estado aos *coronéis*, era outro expediente que coibia a coleta da planta nessas terras pelos moradores locais (QUEIROZ, 1981; CAVALLAZZI, 2003).

Para diversas famílias caboclas que viviam sob o regime da posse, em áreas até então marginais à economia pastoril predominante nos campos, essa política foi experimentada como sendo o início da intensificação de um processo de transformações socioespaciais relacionadas principalmente à questão da terra. Essa condição deu origem a diversas situações de disputa pela sua posse, sendo a Guerra do Contestado, que ocorreu na região entre os anos de 1912 a 1916, o principal marco de resistência da população cabocla (MACHADO, 2004, p. 139).

Os anos posteriores ao conflito marcam a intensificação da exclusão e da marginalização da população cabocla com a colonização e a exploração madeireira, tornando mais precário o acesso e o uso das florestas também em práticas como a criação de animais "à solta". Cada animal neces-

sitava, como aponta Roberto Lobato Corrêa (1970, p. 93), de cerca de cinco hectares de floresta. "Ela é, pois, uma atividade de áreas de muito baixa densidade demográfica, e, à medida que o povoamento de colonos progredia, essa atividade afastava-se para áreas mais remotas".

A colonização no oeste catarinense teve início a partir da década de 1920, com a atuação de diversas companhias colonizadoras privadas, colocando, de acordo com Eunice Sueli Nodari (2009, p. 34), "em prática a opção de uma migração dirigida a grupos específicos que se adequassem aos padrões estabelecidos pelo governo estadual e por elas próprias, ou seja, que povoassem e colonizassem a região ordeiramente". Às companhias colonizadoras interessava a venda dessas terras. Se, para o governo, colonização quer dizer povoamento e desenvolvimento de áreas "desabitadas", para uma companhia particular, "quer dizer negócio; ela quer ganhar dinheiro e é certo que ganhará se conseguir uma boa qualidade de terra e também gente de boa qualidade" (WAIBEL, 1949, p. 172). A escolha, por parte dos colonizadores, de "gente de boa qualidade" não incidiu sobre a população cabocla, mas, sim, sobre os teutos e ítalo-brasileiros estabelecidos, ao longo do século XIX, nos núcleos de colonização do Rio Grande do Sul. Quando Léo Waibel (1949, p. 174) escreveu o artigo intitulado *Princípios da colonização européia no Sul do Brasil*, no final da década de 1940, o processo de colonização da região ainda estava em pleno desenvolvimento, "semeando povoados ao longo das estradas e rios, na direção norte, onde está o sertão desabitado", embora quase todas as terras já houvessem sido apropriadas "por indivíduos ou companhias particulares, que especulam sobre a expansão do povoamento em futuro próximo".

Desconsiderada pelas autoridades públicas, a população cabocla passaria a ser denominada como "intrusa" dessas terras que habitavam, em muitos casos, há mais de uma geração e que agora seriam concedidas e retalhadas para a venda aos colonos. O avanço das relações de mercado envolvendo a terra passou, a partir de então, a transformar a paisagem através da inserção de atividades socioeconômicas externas. O costume de se criar "à solta", por exemplo, deu origem aos primeiros atritos. A criação sem cerca promovia a desvalorização das terras próximas aos caboclos, pelo risco de invasão dos animais nas lavouras. Os colonos, ao se instalar nas terras, tratavam de derrubar a floresta para o cultivo, cuja produção era voltada à comercialização de seus produtos, principalmente o trigo e o milho, de forma aberta, mantendo a criação fechada, diferentemente das pe-

quenas plantações da "roça cabocla", dando origem a diversas situações de tensão, promovidas pela incompatibilidade entre as concepções de uso e acesso à terra de colonos e antigos moradores (BRANDT, 2015).

É possível imaginar que a população cabocla esperasse que os colonos se adaptassem às suas práticas de uso da terra, demonstrando a disposição de se "enquadrarem" de maneira semelhante ao que até então ocorria com a chegada de novos moradores que compartilhavam seus costumes. Porém os colonos "formavam grupos bastante fechados, dentro da sua identidade étnica com suas retóricas, símbolos e rituais através dos quais defendiam a manutenção, e, se necessária, a renegociação das suas práticas socioculturais" (BRANDT; NODARI, 2011). Acrescenta-se a esse elemento o baixo custo da terra, se comparado ao das áreas de colonização gaúchas, o que possibilitava a compra de terras contíguas, permitindo que as famílias permanecessem unidas, o que já não ocorria no Rio Grande do Sul (NODARI, 2009).

A exploração dos recursos madeireiros acompanhou esse processo, sendo, inclusive, um dos objetivos colocados desde o início por algumas empresas colonizadoras. Além das colonizadoras, atuavam também grupos do ramo originários do Rio Grande do Sul ou empresas com capital localmente acumulado. Nas áreas mais próximas ao Rio Uruguai, era o próprio rio que servia como escoadouro da produção, seguindo de lá para a Argentina, enquanto no Vale do Rio do Peixe a ferrovia tornou possível e economicamente viável a instalação de um grande número de serrarias que acompanhavam seu traçado, em virtude da facilidade de escoamento (CESCO, 2004; GOULARTI, 2002; NODARI, 2009).

Se antes o uso da madeira destinava-se principalmente às necessidades locais, geralmente extraída pelos próprios ocupantes da terra ou por serrarias de pequeno porte cuja produção visava o abastecimento local, na construção de casas e galpões, a exploração agora passa a dar-se em um volume muito maior (CARVALHO, 2006). A introdução de máquinas, como motosserras e caminhões para o transporte das toras e tábuas serradas, em substituição a serras e juntas de boi, por exemplo, resultaram na aceleração do processo de transformação da paisagem das florestas. O aumento na extração significava também o avanço sobre áreas cada vez mais remotas, à medida que escasseavam as madeiras economicamente viáveis próximas à ferrovia.

Esta devastação também seria a responsável por erradicar muitos ervais nativos da região. No início da colonização, famílias de colonos tam-

bém passaram a explorar o produto, porém o desenvolvimento da produção ervateira em terras argentinas foi o responsável pelo declínio da produção do lado brasileiro. Ervais cultivados a partir de sementes de erva-mate que foram transpostas e cultivadas em território argentino no começo do século XX tornaram a província de Misiones uma das principais produtoras do país a partir da década de 1930, não mais necessitando da importação do produto brasileiro. Entrava assim em declínio a produção ervateira na região, sendo substituída simultaneamente pela atividade madeireira (FERRARI, 2011; GOULARTI FILHO, 2012). Essa madeira que seria comercializada nas regiões mais próximas à fronteira com a Argentina, aproveitando os mesmos circuitos já estruturados pelo fluxo da produção ervateira, passando, do lado catarinense, por Dionísio Cerqueira (FERRARI, 2011).

Essas atividades em pouco mais de três décadas deixaram marcas profundas tanto na paisagem quanto no destino de diversas famílias excluídas do acesso e do uso da floresta e seus recursos. Muitos partiram em busca por novas terras, mais distantes, onde inevitavelmente seriam expulsos novamente, ou passaram a trabalhar como assalariados em alguma serraria ou indústria ervateira local que explorava os ervais remanescentes. A extração da erva-mate era vista pelos colonos e colonizadores como uma atividade inferior, desqualificada, de baixa remuneração, em que o trabalho era, na maioria das vezes, sazonal e itinerante (RENK, 2009). A partir de então, para autores como Arlene Renk (2006, p. 194), a atividade ervateira passou a constituir um ofício étnico: "os produtores de erva-mate são colonos ou fazendeiros; e os extratores, invariavelmente, os caboclos. Neste caso, a extração é naturalizada como atividade de caboclos [...]. O corte da erva é 'só com eles'. 'Eles só fazem isso e só sabem fazer isso'". Aqueles que ainda conseguiram legalizar ao menos parte da posse, mantiveram algumas práticas de sua cultura, como a lavoura no regime da policultura e da coivara ou a criação de animais, que passaram a ter sua circulação restrita pela formação de lavouras, criados fechados pelas cercas ou chiqueiros, ao modo praticado pelos colonos.

Considerações finais

A "roça cabocla", envolvia técnicas de manejo da floresta e de seus recursos através da policultura itinerante, extração da erva-mate e a criação

de animais "à solta", moldando o que pode ser chamado de paisagem cabocla na região. Além de conservar morfologicamente a paisagem florestal, a "roça cabocla" era, como foi visto, uma prática costumeira e uma importante fonte de renda para diversas famílias da região.

A apropriação privada da terra e o posterior avanço da colonização e da exploração madeireira fizeram com que as vastas florestas que predominavam na paisagem passassem por profundas transformações, fragmentando espaços antes usufruídos pela população cabocla em atividades como a criação de animais e o extrativismo. Com a colonização, diferentes concepções de vida, de visões de mundo, de temporalidades e espacialidades, que antes eram independentes, estranhas entre si, passam a coexistir em um mesmo espaço, com incompatíveis formas de apropriação e uso da terra, fragmentando não apenas a paisagem florestal, mas também práticas costumeiras de uso da floresta e de seus recursos naturais.

Às famílias posseiras ou àquelas que não se enquadraram na nova lógica de uso da terra, restaram a marginalização e a exclusão, com seus descendentes passando a compor significativa parcela dos moradores das periferias das cidades da região formadas a partir do crescimento populacional de diversos núcleos coloniais. Sem uma qualificação profissional ou oportunidades de emprego, muitos encontram-se desempregados ou buscam sobreviver com trabalhos temporários, compondo também considerável parte dos acampamentos e assentamentos do MST da região (PERTILE, 2013; RENK, 2009).

Discutir e dar visibilidade a cultura cabocla é fundamental para valorizar as práticas socioespaciais dessa população, bem como seu conhecimento tradicional dos usos da terra e de seus recursos naturais. Esses constituem seu legado material e imaterial para a região.

Referências

ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. Terras tradicionalmente ocupadas: processos de territorialização e movimentos sociais. *Revista de Estudos Urbanos e Regionais*, v. 6, n. 1, p. 9-32, maio, 2004.

ARRUDA, Rinaldo. "Populações tradicionais" e a proteção dos recursos naturais em unidades de conservação. *Ambiente & Sociedade*, ano II, n. 05, p. 79-94, 1999.

AURAS, Marli. *Guerra do Contestado:* a organização da irmandade cabocla. 4. ed. Florianópolis: UFSC, 2001.

BRANDT, Marlon; NODARI, Eunice Sueli. Comunidades tradicionais da Floresta de Araucária de Santa Catarina: territorialidade e memória. *História Unisinos*, São Leopoldo, v. 15, n. 1, p. 80-90, 2011.

BRANDT, Marlon; SILVA, Naiara Sampaio. A coleta da erva-mate pela população cabocla do Vale do Rio do Peixe e Oeste de Santa Catarina: apropriação privada da terra e rupturas (décadas de 1900 a 1940). *Sociedade e natureza*, Uberlândia, v. 26, n. 3, p. 459-469, 2014.

BRANDT, Marlon; SILVA, Naiara Sampaio. Criação de porcos "à solta" na Floresta Ombrófila Mista de Santa Catarina: paisagem e uso comum da terra. *História,* São Paulo (online), v. 34, p. 303-322, 2015.

CARVALHO, Miguel Mundstock Xavier de. *O desmatamento das florestas de araucária e o Médio Vale do Iguaçu:* uma história de riqueza madeireira e colonizações. Dissertação (Mestrado em História) – Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2006.

CAVALLAZZI, Rosângela Lunardelli. *Contestado:* tempo do camponês, espaço da propriedade privada. Florianópolis: Fundação Boiteux, 2003.

CESCO, Susana. *Desmatamento e Migração no Alto Vale do Rio o Peixe:* discussões sobre o "progresso" e transformação ambiental. Dissertação (Mestrado em História), Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2004.

CLAVAL, Paul. A paisagem dos geógrafos. In: CORRÊA, Roberto Lobato; ROSENDAHL, Zeny (Orgs.). *Paisagens textos e identidade*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2004.

CORRÊA, Roberto Lobato. O sudoeste paranaense antes da colonização. *Revista Brasileira de Geografia*, Rio de Janeiro, n. 1, ano 32, jan./mar., p. 87-98, 1970.

COSTA, Emília Viotti da. Política de terras no Brasil e nos Estados Unidos. In: *Da Monarquia à República:* momentos decisivos. 7. ed. São Paulo: Unesp, 1999.

CROSBY, Alfred W. *Imperialismo ecológico:* a expansão biológica da Europa (900-1900). São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

DEAN, Warren. *A ferro e fogo:* a história e a devastação da Mata Atlântica. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

DIEGUES, Antônio Carlos. Repensando e recriando as formas de apropriação comum dos espaços e recursos naturais. In: DIEGUES, Antônio Carlos; MOREIRA, André de Castro (Orgs.). *Espaços e recursos naturais de uso comum*. São Paulo: Nupaub/USP, 2001.

ESPÍNDOLA, Carlos José. *As agroindústrias do Brasil:* o caso Sadia. Chapecó: Grifos, 1999.

FERRARI, Maristela. *Interações transfronteiriças na zona de fronteira Brasil-Argentina:* o Extremo-Oeste de Santa Catarina e Paraná e Província de Misiones (Século XX e XIX). Tese (Doutorado em Geografia) – Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina, 2011.

FURLAN, Sueli Ângelo. Florestas Culturais: Manejo Sociocultural, Territorialidades e Sustentabilidade. *Agrária*, São Paulo, n. 3, p. 3-15, 2006.

GOULARTI FILHO, Alcides. *Formação econômica de Santa Catarina*. Florianópolis: Cidade Futura, 2002.

GOULARTI FILHO, Alcides. Complexo ervateiro e a pequena produção mercantil em Santa Catarina. *Diálogos*, Maringá, v. 16, n. 1, p. 179-215, jan./abr., 2012.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Manual Técnico da Vegetação Brasileira*. 2. ed. Rio de Janeiro: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, 2012.

LAGO, Paulo Fernando. *Gente da terra catarinense* – desenvolvimento e educação ambiental. Florianópolis: UFSC; FCC; Lunardelli; Udesc, 1988.

LEITE, Pedro Furtado; KLEIN, Roberto Miguel. Vegetação. In: FUNDAÇÃO INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Geografia do Brasil:* região Sul. V. 2. Rio de Janeiro: IBGE, 1990.

MACHADO, Paulo Pinheiro. *Lideranças do Contestado:* a formação e a atuação das chefias caboclas (1912-1916). Campinas: Ed. da Unicamp, 2004.

McKEAN, Margaret A.; OSTROM, Elinor. Regimes de propriedade comum em florestas: somente uma relíquia do passado? In: DIEGUES, Antônio Carlos; MOREIRA, André de Castro (Orgs.). *Espaços e recursos naturais de uso comum*. São Paulo: Nupaub/USP, 2001.

MONTEIRO, Duglas Teixeira. *Errantes do novo século*. São Paulo: Duas Cidades, 1974.

MORAN, Emilio F. Interações homem-ambiente em ecossistemas florestais: uma introdução. In: MORAN, Emilio F.; OSTROM, Elinor (Orgs.). *Ecossistemas florestais:* interações homem-ambiente. São Paulo: Editora Senac São Paulo; EdUSP, 2009.

NODARI, Eunice Sueli. *Etnicidades renegociadas:* práticas socioculturais no Oeste de Santa Catarina. Florianópolis: Editora da UFSC, 2009.

PARANÁ, Sebastião. *Chorographia do Paraná*. Curitiba: Typ. da Livraria Econômica, 1899.

PERTILE, Noeli. Espacialidade das ações humanas: o trabalho cotidiano na agricultura familiar do Oeste catarinense. In: CAMPOS, Nazareno José de; BRANDT, Marlon; CANCELIER, Janete Webler. *O espaço rural de Santa Catarina:* novos estudos. Florianópolis: Ed. da UFSC, 2013.

QUEIROZ, Maurício Vinhas de. *Messianismo e conflito social:* a Guerra Sertaneja do Contestado,1912-1916. 2. ed. São Paulo: Ática, 1981. (Coleção Ensaios, n. 23).

RENK, Arlene Anélia. *Narrativas da diferença*. Chapecó: Argos, 2004.

RENK, Arlene Anélia. *A luta da erva:* um ofício étnico da nação brasileira no oeste catarinense. 2. ed. Chapecó: Argos, 2006.

RENK, Arlene Anélia. Expropriação do campesinato do Oeste catarinense. In: GODOI, Emília Pietrafesa de; MENEZES, Marilda Aparecida de; MARIN, Rosa Acevedo (Orgs.). *Diversidade do campesinato:* expressões e categorias: construções identitárias e sociabilidades. V. 1 São Paulo: Editora Unesp; Brasília: Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural, 2009.

SABOYA, Vilma Elisa Trindade de. A Lei de Terras (1850) e a Política Imperial – seus reflexos na Província de Mato Grosso. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 15, n. 30, p. 115-136, 1995.

SANTOS, Milton. *Pensando o espaço do homem*. 5. ed. São Paulo: EdUSP, 2004.

SANTOS, Milton. *A natureza do espaço:* técnica e tempo, razão e emoção. 4. ed. São Paulo: EdUSP, 2006.

WAIBEL, Léo. Princípios da colonização européia no Sul do Brasil. *Revista Brasileira de Geografia*, Rio de Janeiro, v. 12, n. 2, p. 159-222, abr./jun. 1949.

O aumento da população humana (colonização e crescimento vegetativo) e os impactos sobre a floresta com araucária – séculos XIX e XX

Miguel Mundstock Xavier de Carvalho

Introdução

A dinâmica do desmatamento global acompanha de perto o crescimento demográfico, uma vez que a explosão populacional do último século está diretamente relacionada com o aumento da oferta de alimentos e, portanto, da expansão dos rebanhos e dos campos cultivados em detrimento das florestas.[1] Como afirmou John McNeill, "o aumento secular da população humana nos últimos 250 anos é um dos mais curiosos e consequentes elementos da história moderna, bem mais importante do que a maioria dos historiadores reconhecem" (2006, p. 184). O crescimento populacional humano ao longo do século XX também está fortemente relacionado com o aumento do consumo de lenha, uma vez que o gás de cozinha (um recurso não renovável que no entanto ajudou a poupar as florestas nesse sentido) só se tornou comum na região da floresta com araucária na década de 1970 em diante. Além disso, o fato de o Brasil ser um país muito pobre em carvão mineral significou uma baixa utilização industrial de carvão ou mesmo de outros combustíveis fósseis, uma vez que a abundância de florestas por muito tempo significou lenha acessível e barata

[1] O crescimento populacional no século XX é um processo disseminado no mundo todo e abrange as mais variadas culturas e sociedades. Acompanha de perto o aumento da produção de alimentos. A diminuição ou estabilização da população em geral só existe quando há guerras, conflitos, epidemias, catástrofes climáticas ou com a disseminação do uso de métodos contraceptivos nas sociedades urbanizadas. A relação entre agropecuária e crescimento populacional em sociedades agrárias pode ser considerada um processo retroalimentador, pois os agricultores se beneficiavam de famílias numerosas para o aumento da mão de obra, ao mesmo tempo em que a família numerosa exigia uma área de cultivo cada vez maior para sustentar a todos com as calorias adequadas.

(BRANNSTROM, 2012). A seguir é feita uma análise do papel do aumento demográfico e seu impacto sobre o ecossistema floresta com araucária.

Agropecuária, lenha e desmatamento

Para uma avaliação geral do papel da agropecuária e do uso da lenha no desmatamento da floresta com araucária, elaborou-se uma tabela sobre o aumento da população humana na região da floresta com araucária de 1872 a 1960 (Tabela 1). A simples confecção dessa tabela demandou um considerável trabalho de coleta de dados dispersos e também a consulta de mapas e bibliografia especializada para que se pudesse chegar a um resultado o mais confiável possível.

O pressuposto básico é o de que o aumento da população humana na região da araucária, seja pelo crescimento vegetativo seja devido ao fluxo migratório, teve um impacto de grande alcance na floresta com araucária, como foi o caso em qualquer lugar do mundo, especialmente a partir da Revolução Industrial. De acordo com Michael Williams:

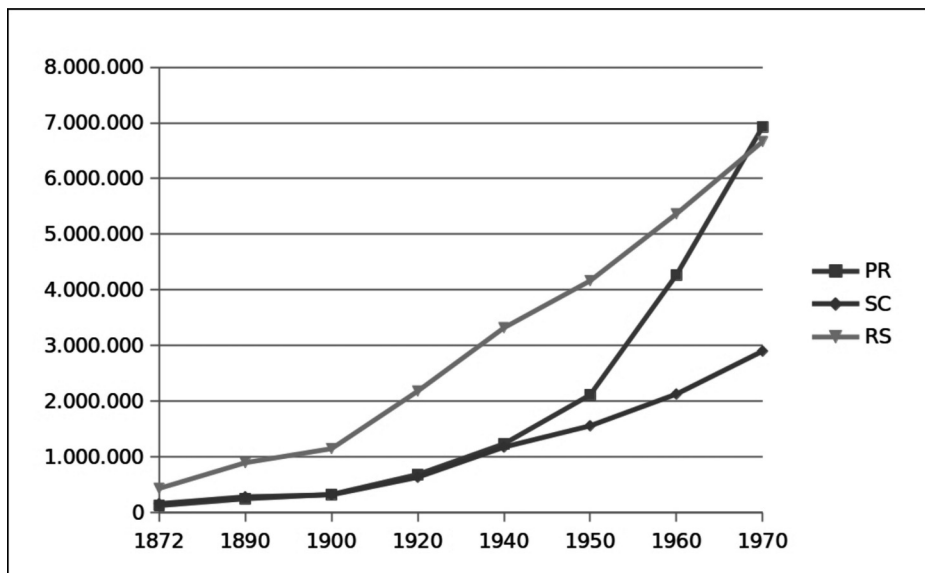
> Desde 1700 a população do mundo tem mostrado uma tendência ao aumento praticamente irredutível, e o aumento nos números tem tido um impacto severo nas florestas do mundo. O total global era de 769 milhões em 1750, e dentro de 100 anos tinha praticamente dobrado para 1.260 milhões, para dobrar novamente para alcançar 2.515 milhões em 1950. A relação entre o número total de pessoas em um dado território e o desmatamento tem sido mostrada repetidamente como sendo positiva; é talvez uma força de que nós podemos estar absolutamente certos a respeito. O incremento de 270 milhões de pessoas em 150 anos e sua inevitável dispersão significou a necessidade por mais terra para cultivar comida, mais madeira para prover abrigo e mais lenha para cozinhar e para o aquecimento. Os sistemas de pousio foram encurtados e intensificados, e em outros lugares a floresta foi derrubada para dar vez as plantações intensivas ou aos cultivos comerciais dos camponeses. O peso dos números populacionais pairou e ainda paira pesadamente sobre a floresta (2006, p. 235).[2]

Além do crescimento vegetativo da população, favorecido pela alta taxa de natalidade e pela diminuição da mortalidade, a região da araucária foi afetada pela externalidade do excepcional crescimento da população

[2] Quanto à menção ao incremento de 270 milhões, parece ser um engano de Williams, pois esse número fica fora de contexto nesse parágrafo. De qualquer maneira, o argumento do autor não fica prejudicado.

europeia nos séculos XVIII e XIX. Assim, ao menos 52 milhões de pessoas deixaram a Europa e a Rússia entre 1840 e 1930, a maioria para a América do Norte, mas também para a América Latina e Oceania (WILLIAMS, 2006, p. 237). Leo Waibel estimou para o ano de 1934 que a população de origem europeia nos três estados do sul do Brasil era de 1.643.000 (1949, p. 180).[3]

A seguir temos o Gráfico 1, relativo ao crescimento populacional dos três estados do sul do Brasil, entre 1872 e 1970, período em que ocorreu uma intensa exploração madeireira e colonizadora, o que acarretou no quase total desaparecimento das florestas primárias com araucária.

Gráfico 1: Evolução histórica da população dos três estados do sul do Brasil (1872 a 1970)

Fontes: RECENSEAMENTO, [S.I.: s.n.]. BRASIL, 1898; BRASIL, 1905; BRASIL,1928; BRASIL, 1950; BRASIL, 1955; BRASIL, 1960; BRASIL, 1970

No entanto, para uma análise mais refinada sobre o impacto da população humana sobre a floresta com araucária, elaborou-se a Tabela 1

[3] É preciso lembrar que Waibel estimou a população de origem europeia, e não simplesmente o número de imigrantes europeus que o sul do Brasil recebeu, pois nesse número estão incluídas pessoas descendentes de imigrantes, mas nascidas no Brasil.

sobre a população da região da araucária, calculando apenas a população dos municípios que se localizam (ou que se localizam principalmente) na região da araucária, ou seja, no planalto sul-brasileiro. Para os detalhes dos dados, ver o Apêndice ao final do capítulo.

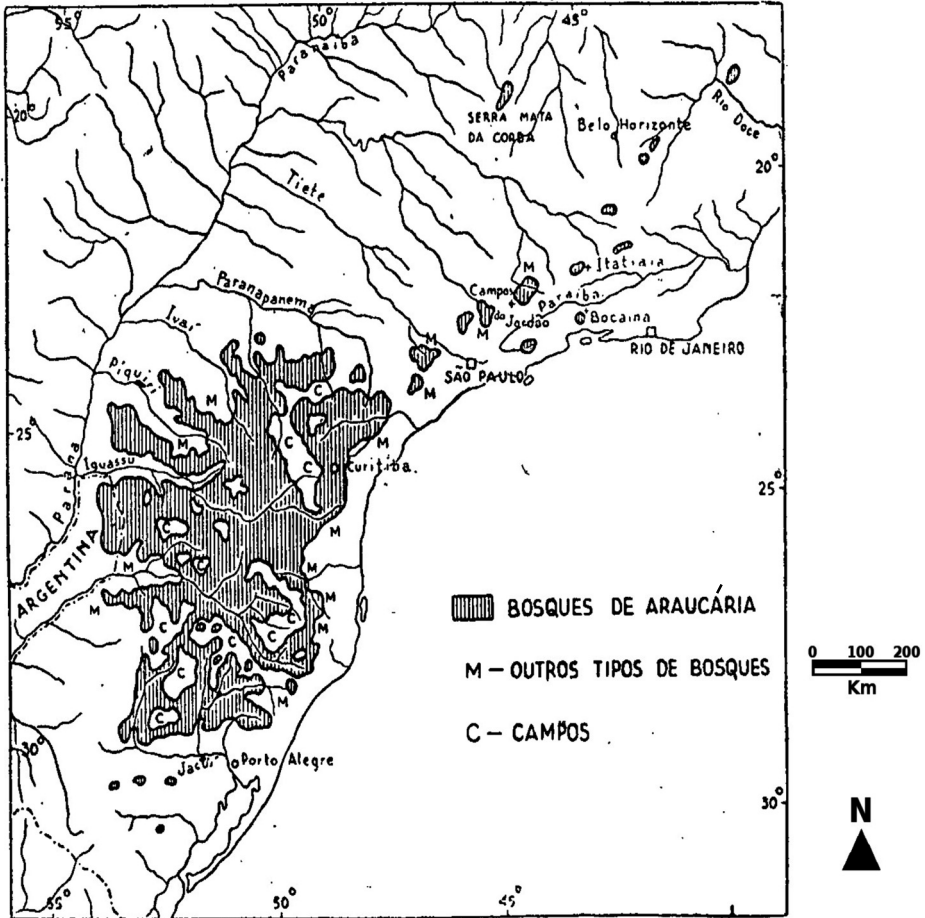
Tabela 1: População humana na região da araucária e estimativa do consumo anual de lenha somente para cozinhar (em toneladas) (1872-1960)

População humana da região da araucária (a)					
	Paraná	Santa Catarina	Rio Grande do Sul	Total	Consumo anual de lenha somente para cozinhar (em toneladas) (b)
1872	100.047	12.785	69.312	182.144	437.145
1890	207.529	38.738	169.838	416.105	998.652
1900	278.226	46.958	220.586	545.770	1.309.848
1920	567.731	167.135	521.661	1.256.527	3.015.664
1940	871.762	431.387	871.389	2.174.165	5.217.996
1950	1.156.087	518.419	1.047.809	2.722.315	6.533.556
1960	1.966.097	703.480	1.255.627	3.925.204	9.420.489

(a) – Calcula-se a população humana da região da araucária somando a população de todos os municípios localizados (ou principalmente localizados) na área original da floresta com araucária. Para uma discussão da metodologia e das limitações desses cálculos, ver o Apêndice.
(b) – O dado do consumo de lenha foi baseado na estimativa de Aníbal P. de Souza de que o consumo anual *per capita* de lenha para cozinhar era de 6 m³. 1 m³ de lenha pesa cerca de 0,4 tonelada, segundo esse mesmo autor.
Fontes: SOUZA, 1950, p. 264, 271; RECENSEAMENTO, [S.I.: s.n.]; BRASIL, 1898; BRASIL, 1905; BRASIL, 1928; BRASIL, 1950; BRASIL, 1955; BRASIL, 1960.

A Tabela 1 demonstra claramente a maior população do Paraná na região da floresta com araucária em comparação com Santa Catarina e Rio Grande do Sul. Isso se explica por basicamente dois fatores. Em primeiro lugar, o estado tem uma área maior de ocorrência natural da araucária em relação aos outros estados e uma faixa litorânea bastante reduzida, o que encorajou desde cedo a ocupação do planalto. Em segundo lugar, circunstâncias históricas, como a ligação da província com São Paulo e a rota dos

tropeiros colaboraram para a fixação da capital do estado e importantes núcleos de povoamento e colonização europeia no planalto.[4]

Mapa 1: Área de ocorrência natural da floresta com araucária (Floresta Ombrófila Mista)

Fonte: HUECK, 1961

[4] A Tabela 1 está delimitada apenas até 1960 em virtude da grande complexidade dos dados para a década de 1970, pois durante a década de 1960 surgiu um grande número de novos municípios, o que colabora para dificultar bastante os cálculos de qual era a população da região da araucária.

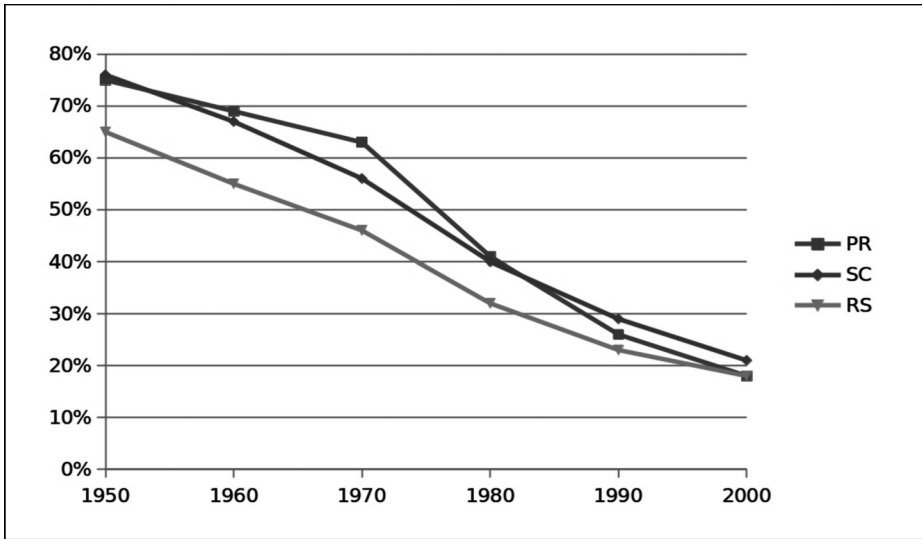
Observando-se a Tabela 1, entende-se também porque a floresta com araucária estava numa situação muito bem conservada em 1872, pois a população humana de acordo com o recenseamento desse ano era de 182 mil habitantes nos municípios da região da araucária, o que significava cerca de 0,7 habitante por km².[5] Se considerarmos, por exemplo, que essa população estava dividida em famílias de 7 pessoas em média, isso significa uma área média de 9,7 km² ou 970 hectares por família. Claro que isso é uma média, mas não é difícil imaginar que, para os padrões tecnológicos e de consumo do século XIX, essa era uma área de sobra para o sustento dessa hipotética família. Na prática, porém, as famílias não viviam em latifúndios de 970 hectares, mas uma porcentagem significativa das pessoas vivia em pequenas propriedades de 25-30 hectares, relativamente próximas umas das outras, e o avanço sobre as matas nativas se dava em levas (a chamada fronteira agrícola).[6] O fim da fronteira agrícola na região da araucária deu-se na década de 1950, com a (re)ocupação do extremo sudoeste do Paraná (Biblioteca Pública do Estado do Paraná, 1950). Nessa época, a população humana da região da araucária era de 2.722.315, o que significava 10,7 habitantes por km², o que representou um adensamento humano 15 vezes maior do que em 1872. Há de se considerar também que o nível de consumo e a capacidade humana de retirar materiais da natureza (através da tecnologia) se ampliaram consideravelmente nesse período de apenas 80 anos. Como exemplo disso, está a própria evolução tecnológica da indústria madeireira.

Além da Tabela 1, é importante para a discussão do impacto ambiental da população humana sobre a floresta com araucária apresentar um gráfico (Gráfico 2) sobre a evolução da população rural nos três estados do sul do Brasil, uma vez que as cidades, e especialmente as grandes cidades, modificam a relação das populações humanas com os seus recursos naturais.

---

[5] Considerando que a área original do ecossistema era de 253.793 km², segundo RIBEIRO et al., 2009, p. 1.148.

[6] Essa estimativa de 25-30 hectares não pode ser considerada exata, pois embora esse fosse o tamanho considerado padrão do lote colonial, muitos brasileiros ou caboclos viviam em terrenos não legalmente delimitados que poderiam significar mais ou menos do que esse valor, dependendo até das atividades econômicas desenvolvidas.

Gráfico 2: Evolução histórica da população rural nos três estados do sul do Brasil: porcentagem em relação ao total da população de cada estado (1950-2000)

Fonte: BRASIL, 2001, p. 55

O Gráfico 2 inicia em 1950 em virtude do censo populacional discriminar pela primeira vez a população rural da população urbana, até por que era já notável um crescente processo de urbanização da população brasileira como um todo. O que se pode perceber desde 1950 é um declínio constante da população rural em termos relativos à população urbana nos três estados do sul, devido não só ao processo de industrialização do país e das oportunidades de emprego e de busca de maior qualidade de vida nas cidades[7], mas também à precarização das condições econômicas do campo após 1970 com a modernização agrícola (Revolução Verde), que colaborou para a exclusão econômica da maioria dos agricultores e ao mesmo tempo aumentou a produtividade e diminuiu a necessidade de mão de obra para atender a demanda por alimentos (ALMEIDA; PETERSEN; CORDEIRO, 2001).

[7] Desnecessário é lembrar que a busca por uma vida melhor nas cidades nem sempre foi alcançada, ficando muitas vezes no plano das expectativas.

Como se pode observar ainda no Gráfico 2, a população rural era maior do que a população urbana no Paraná e em Santa Catarina até a década de 1970, e no Rio Grande do Sul até a década de 1960. Considerando ainda que o transporte de mercadorias era caro e precário em muitas regiões, pela ausência de estradas asfaltadas em quase todas as localidades até as décadas de 1960 e 1970, e pela existência de poucas ferrovias, é razoável supor que a maior parte do alimento consumido pela população humana da região da araucária era produzido localmente até pelo menos a década de 1960. Caso isso seja verdadeiro, é possível estabelecer uma forte correlação no período anterior a 1960 entre o aumento da população humana e o aumento da área cultivada para alimentar mais pessoas. Para uma análise das décadas mais recentes, essa correlação não seria mais possível, pois com o desenvolvimento e o barateamento dos transportes, a população (principalmente a urbana) consome cada vez mais alimentos produzidos a centenas ou milhares de quilômetros de distância. Assim, um habitante que vive hoje na área do ecossistema da floresta com araucária pode muito bem consumir quase todos os alimentos produzidos em regiões exteriores à área original do ecossistema.[8]

Além do mais, a quase completa ausência de adubação nas lavouras antes da década de 1960 significava que o pousio era necessário para evitar grandes perdas na produtividade.[9] A prática do pousio significava que uma área significativamente maior de terra precisava ser utilizada (em detrimento das florestas) para produzir a mesma quantidade de alimentos que as técnicas agrícolas introduzidas pela Revolução Verde nas décadas de 1960 e 1970 deram condições de produzir em uma área muito menor. No entanto, não podemos nos esquecer de que as próprias técnicas e métodos da Revolução Verde também causaram sérios problemas ambientais e sociais, como a eutrofização de fontes, rios e lagos devido aos adubos químicos, a contaminação do meio ambiente e de milhares de agricultores por agrotóxicos, além da erosão e compactação do solo pelo uso de tratores (CARVA-

---

[8] Para uma discussão sobre as implicações ecológicas da comida produzida localmente, entre outras questões, ver SINGER e MASON, 2007. Michael Pollan é um autor que ficou famoso com a defesa da comida produzida localmente, porém acaba defendendo o "local" sem uma profundidade crítica em alguns aspectos, como os direitos dos animais (POLLAN, 2007). Para uma crítica a Pollan, ver SINGER; MASON, 2007 e STANESCU, 2010.

[9] Sobre o uso bastante disseminado do pousio no sul do Brasil no século XX anteriormente à Revolução Verde, ver WAIBEL, 1949.

LHO; NODARI; NODARI, 2017). É preciso lembrar também que as técnicas e os métodos desenvolvidos pela agricultura orgânica/agroecológica não têm recebido o mesmo volume de investimentos financeiros públicos e privados para que possam demonstrar todo o seu potencial.

Além da questão dos alimentos produzidos e consumidos localmente e da prática do pousio, é possível estabelecer outra correlação significativa entre o aumento da população da região da araucária e a expansão do desmatamento: o consumo de lenha. Anteriormente à década de 1970, com a disseminação do uso do gás de cozinha, a lenha era o combustível básico das cozinhas e também para o aquecimento nos gélidos invernos do planalto. Considerando ainda que até essa época a maior parte da população vivia no campo, como mostra o Gráfico 2, não é difícil imaginar que a lenha era coletada localmente e raramente deveria ser trazida de regiões distantes, como é comum ainda nos dias de hoje na zona rural (CARVALHO, 2011).

Por outro lado, a expansão da indústria madeireira na região da araucária, embora também influenciada pelo aumento populacional dessa mesma região, vai bem além desse limite. O aumento da população da região da araucária significou que mais casas, mais igrejas, mais pontes, enfim, mais infraestrutura feita de madeira (ou de tijolos cozidos com lenha) retirada da floresta com araucária era necessária. No entanto, o uso da madeira da araucária, principalmente após a entrada da Companhia *Lumber* na década de 1910, deixou de ser apenas um uso local e passou cada vez mais ao longo do século XX a abastecer regiões distantes e alheias ao ecossistema, como as cidades de São Paulo, Rio de Janeiro, Buenos Aires e Montevidéu. A madeira da araucária passou a ser uma *commodity* destinada a abastecer as necessidades de madeira de cidades em rápido crescimento populacional (e crescimento per capita também) localizadas dentro ou a centenas ou milhares de quilômetros fora do ecossistema.

Assim, o que diferencia a exploração madeireira de outras formas de destruição da floresta realizadas até então é que, pela primeira vez, a floresta estava sendo destruída em larga escala para atender demandas externas ao ecossistema, externas aos habitantes do planalto. Anteriormente à exploração madeireira da araucária, a expansão da pecuária nos campos nativos e a extração da erva-mate também tiveram algum impacto sobre a mata, embora em escala muito menor.

Considerações finais

Essas correlações estabelecidas entre o aumento da população local e o desmatamento merecem estudos mais detalhados para se conhecer o seu real alcance. A intenção foi apenas apontar importantes correlações para que se possa ter uma compreensão mais clara de quais foram os fatores responsáveis pelo processo histórico de desmatamento das florestas com araucária.

Apêndice
População da região da araucária no Paraná, em Santa Catarina e no Rio Grande do Sul (1872-1960)

A metodologia utilizada consistiu na inclusão dos municípios localizados na área original da floresta com araucária (ver Mapa 1). Em alguns casos houve a exclusão de alguns municípios devido às várias mudanças e aos desmembramentos que ocorreram e também para compensar a inclusão de outros municípios que estão apenas parcialmente inseridos na região da araucária. Para decidir quais municípios estavam na área do ecossistema, foram utilizados mapas da vegetação e informações sobre latitude, altitude e história política dos municípios recolhidos na *internet*. Em alguns casos, a população dos municípios é colocada entre parênteses para mostrar nesses casos específicos o quanto a inclusão de determinados municípios interfere no total. Como se pode notar, calcular a população da região da araucária está, portanto, sujeito a imprecisões, embora estas não afetem significativamente os resultados para os nossos propósitos. O período analisado é de 1872 a 1960, 1872 por ser a data do primeiro recenseamento e 1960 por ser um período ainda com menos municípios, pois a partir de 1970 apareceu um grande número de novos municípios, o que tornaria muito mais difícil a tarefa já trabalhosa de calcular a população da região da araucária.

Paraná
1872
População total do estado: 126.722
População da região da araucária: 100.047
Municípios incluídos: Curitiba, São José dos Pinhaes, Votuverava (posteriormente Rio Branco do Sul), Arraial Queimado (posteriormente Bocaiuva do Sul), Campo Largo, Príncipe (Lapa), Rio Negro, Palmeira, Castro, Ponta Grossa, Guarapuava.

Paraná
1890
População total do estado: 249.491
População da região da araucária: 207.529
Municípios incluídos: Araucaria, Assunguy de Cima, Bocayuva, Campo Largo, Castro, Colombo, Conchas, Curitiba, Deodoro (Piraquara), Entre Rios (Guaragi, distrito de Ponta Grossa), Glycerio (Campina Grande do Sul), Guarapuava, Imbituva, Jaguaryahiva, Lapa, Palmas, Palmeira, Pirahy, Ponta Grossa, Rio Negro, São João do Triumpho, São José da Boa Vista, São José dos Pinhaes, Tamandaré, Thomazina, Tibagy, União da Victoria, Votuverava (posteriormente Rio Branco do Sul).

Paraná
1900
População total do estado: 327.136
População da região da araucária: 278.226
Municípios incluídos: Araucaria, Assunguy de Cima, Bella Vista de Palmas (Clevelândia), Bocayuva, Campina Grande, Campo Largo, Castro, Colombo, Conchas, Curityba, Deodoro, Entre Rios, Guarapuava, Imbituva, Jaguaryahiva, Lapa, Palma, Palmeira, Pirahy, Ponta Grossa, Rio Negro, São João de Capanema (Prudentópolis), São João do Triumpho, São José da Boa Vista, São José dos Pinhaes, Tamandaré, Thomazina, Tibagy, União da Victoria, Votuverava, Ypiranga.

Paraná
1920
População total do estado: 685.711
População da região da araucária: 567.731
Municípios incluídos: Araucaria, Assunguy de Cima, Bocayuva, Campina Grande, Campo Largo, Castro, Clevelandia, Colombo, Conchas, Curityba, Deodoro, Entre Rios, Guarapuava, Iraty, Jaguariahyva, Lapa, Palmas, Palmeira, Palmyra, Pirahy, Ponta Grossa, Prudentopolis, Rio Branco, Rio Negro, Santo Antonio do Imbituva, São João do Triumpho, São José da Boa Vista, São José dos Pinhaes, São Matheus, São Pedro do Mallet, Tamandaré, Teixeira Soares, Thomazina, Tibagy, União da Victoria, Ypiranga.

Paraná
1940
População total do estado: 1.236.276
População da região da araucária: 871.762
Municípios incluídos: Araucária, Bocaiuva, Campo Largo, Castro, Cerro Azul, Clevelandia, Curitiba, Guarapuava, Imbituva, Ipiranga, Irati, Jaguariaíva, Lapa,

Malé, Palmas, Palmeira, Piraí, Piraquara, Ponta Grossa, Prudentópolis, Rebouças, Reserva, Rio Azul, Rio Negro, São João do Triunfo, São José dos Pinhaes, São Mateus, Sengés, Teixeira Soares, Tibagi, Tomazina, União da Vitória, Venceslau Braz.

Paraná
1950
População total do estado: 2.115.547
População urbana: 528.288 (25%)
População rural: 1.587.259 (75%)
População da região da araucária: 1.156.087
Municípios incluídos: Araucária, Bocaiúva do Sul, Campo Largo, Campo Mourão, Castro, Cerro Azul, Clevelândia, Colombo, Curitiba, Curiúva, Guarapuava, Ibaiti, Imbituva, Ipiranga, Irati, Jaguariaíva, Lapa, Laranjeiras do Sul, Mangueirinha, Mallet, Palmas, Palmeira, Piraí do Sul, Piraquara, Pitanga, Ponta Grossa, Porto Amazonas, Prudentópolis, Rebouças, Reserva, Rio Azul, Rio Branco do Sul, Rio Negro, São João do Triunfo, São José dos Pinhais, São Mateus do Sul, Sengés, Teixeira Soares, Tibagi, Timoneira (Almirante Tamandaré), Tomazina, União da Vitória e Wenceslau Braz.

Paraná
1960
População total do estado: 4.268.239
População urbana: 1.310.969 (30%)
População rural: 2.952.752 (70%)
População da região da araucária: 1.966.097
Municípios incluídos: Almirante Tamandaré, Arapoti, Araruna, Araruva (posteriormente Marilândia do Sul), Araucária, Barracão, Bituruna, Bocaiúva do Sul, Campina Grande do Sul, Campo Largo, Campo Mourão, Candido de Abreu, Cascavel, Castro, Cerro Azul, Chopinzinho, Clevelândia, Colombo, Contenda, Coronel Vivida, Cruz Machado, Curitiba, Curiúva, Faxinal, Francisco Beltrão, Guaraniaçu, Guarapuava, Ibaiti, Imbituva, Ipiranga, Irati, Jaguariaíva, Japira, Lapa, Laranjeiras do Sul, Mallet, Mangueirinha, Manuel Ribas, Ortigueira, Palmas, Palmeira, Pato Branco, Paulo Frontin, Pinhalão, Piraí do Sul, Piraquara, Pitanga, Ponta Grossa, Porto Amazonas, Prudentópolis, Rebouças, Reserva, Rio Azul, Rio Branco do Sul, Rio Negro, Santo Antonio (posteriormente Santo Antonio do Sudoeste), São João do Triunfo, São José dos Pinhais, São Mateus do Sul, Sengés, Teixeira Soares, Tibagi, Tijucas do Sul, Toledo, Tomazina, União da Vitória, Wenceslau Braz.

Santa Catarina
1872
População total do estado: 159.802
População da região da araucária: 12.785
Municípios incluídos: Lages e Conceição dos Coritibanos.

Santa Catarina
1890
População total do estado: 283.769
População da região da araucária: 38.738
Municípios incluídos: Coritibanos, Lages, São Bento, São João de Campos Novos, São Joaquim da Costa da Serra.

Santa Catarina
1900
População total do estado: 320.289
População da região da araucária: 46.958
Municípios incluídos: Campo Alegre, Campos Novos, Costa da Serra, Curytibanos, Lages, São Bento.

Santa Catarina
1920
População total do estado: 636.605
População da região da araucária: 167.135
Municípios incluídos: Campo Alegre, Campos Novos, Canoinhas, Chapecó (11.315), Cruzeiro (13.335), Curitybanos, Itayopolis, Lages, Mafra, Porto União, São Bento, São Joaquim.

Santa Catarina
1940
População total do estado: 1.178.340
População da região da araucária: 431.387
Municípios incluídos: Bom Retiro, Caçador, Campo Alegre, Campos Novos, Canoinhas, Chapecó (44.327), Concordia (32.658), Cruzeiro (36.174), Curitibanos, Itaiopolis, Lajes, Mafra, Porto União, São Bento, São Joaquim.

Santa Catarina
1950
População total do estado: 1.560.502
População urbana: 305.445 (19%)

População rural: 966.214 (81%)
População da região da araucária: 518.419
Municípios incluídos: Bom Retiro, Caçador, Campo Alegre, Campos Novos, Canoinhas, Chapecó (96.626), Joaçaba (48.299), Curitibanos, Itaiopolis, Lajes, Mafra, Porto União, São Bento do Sul, São Joaquim, Videira (23.625).

Santa Catarina
1960
População total do estado: 2.129.252
População urbana: 688.358 (32%)
População rural: 1.440.894 (68%)
População da região da araucária: 703.480
Municípios incluídos: Água Doce, Bom Retiro, Caçador, Campo Alegre, Campos Novos, Canoinhas, Chapecó (52.089), Joaçaba (34.088), Curitibanos, Herval do Oeste, Itaiopolis, Lajes, Mafra, Papanduva, Ponte Serrada, Porto União, Rio das Antas, Rio Negrinho, São Bento do Sul, São Joaquim, Tangará, Videira.

Rio Grande do Sul
1872
População total do estado: 434.813
População da região da araucária: 69.312
Municípios incluídos: Cruz Alta (30.662), Passo Fundo, Santo Antonio da Patrulha (Desse último município apenas as freguesias de S. Francisco de P. de Cima da Serra, N. S. de Oliveira da Vaccaria, S. Paulo da Lagoa Vermelha)

Rio Grande do Sul
1890
População total do estado: 897.455
População da região da araucária: 169.838
Municípios incluídos: Bento Gonçalves, Caxias, Cruz Alta (16.440), Lagoa Vermelha, Passo Fundo, Santo Antonio da Palmeira, São Francisco de Paula de Cima da Serra, São Martinho (14.925), Soledade, Vacaria.

Rio Grande do Sul
1900
População total do estado: 1.149.070
População da região da araucária: 220.586
Municípios incluídos: Alfredo Chaves (posteriormente Veranópolis), Antonio Prado, Bento Gonçalves, Caxias, Cruz Alta (23.671), Garibaldi, Lagoa Vermelha, Palmeira, Passo Fundo, São Martinho (12.885), Soledade, Vacaria, Villa Rica (8.163).

Rio Grande do Sul
1920
População total do estado: 2.182.713
População da região da araucária: 521.661
Municípios incluídos: Alfredo Chaves, Antonio Prado, Bento Gonçalves, Bom Jesus, Caxias, Cruz Alta (42.046), Erechim, Garibaldi, Guaporé, Julio de Castilhos, Lagoa Vermelha, Palmeira, Passo Fundo, São Francisco de Paula, Soledade, Vacaria.

Rio Grande do Sul
1940
População total do estado: 3.320.689
População da região da araucária: 871.389
Municípios incluídos: Alfredo Chaves, Antonio Prado, Bento Gonçalves, Carazinho, Caxias, Cruz Alta (57.515), Farroupilha, Flores da Cunha, Garibaldi, Getulio Vargas, Guaporé, José Bonifacio (Erechim), Julio de Castilhos (21.269), Lagoa Vermelha, Palmeira, Passo Fundo, Prata, São Francisco de Paula, Sarandi, Soledade, Vacaria.

Rio Grande do Sul
1950
População total do estado: 4.164.821
População rural: 2.742.841 (65%)
População urbana: 1.421.980 (35%)
População da região da araucária: 1.047.809.
Municípios incluídos: Antonio Prado, Aparados da Serra, Bento Gonçalves, Carazinho, Caxias do Sul, Cruz Alta (64.721), Erechim, Farroupilha, Flores da Cunha, Garibaldi, Getulio Vargas, Guaporé, Julio de Castilhos (24.618), Lagoa Vermelha, Nova Prata, Palmeira das Missões, Passo Fundo, São Francisco de Paula, Sarandi, Soledade, Vacaria, Veranópolis.

Rio Grande do Sul
1960
População total do estado: 5.366.720
População rural: 2.985.937 (55%)
População urbana: 2.380.783 (45%)
População da região da araucária: 1.255.627.
Municípios incluídos: Antonio Prado, Arvorezinha, Bento Gonçalves, Bom Jesus, Campinas do Sul, Canela, Carazinho, Carlos Barbosa, Casca, Caxias do Sul, Chapada, Constantina, Cruz Alta, Erechim, Farroupilha, Flores da Cunha, Garibaldi,

Gaurama, Getulio Vargas, Gramado, Guaporé, Ibirubá, Julio de Castilhos, Lagoa Vermelha, Machadinho, Marau, Não me toque, Nova Petrópolis, Nova Prata, Palmeira das Missões, Passo Fundo, Sananduva, Santa Barbara do Sul, Santo Augusto, São Francisco de Paula, São José do Ouro, São Valentim, Sarandi, Seberi, Soledade, Tapejara, Vacaria, Veranópolis, Viadutos.

Fonte do apêndice: RECENSEAMENTO, [S.I.: s.n.]; BRASIL,1898; BRASIL, 1905; BRASIL, 1928; BRASIL, 1950; BRASIL, 1955; BRASIL, 1960.

Referências

ALMEIDA, Sílvio Gomes de; PETERSEN, Paulo; CORDEIRO, Angela. *Crise socioambiental e conversão ecológica da agricultura brasileira:* subsídios à formulação de diretrizes ambientais para o desenvolvimento agrícola. Rio de Janeiro: AS-PTA, 2001.

BRANNSTROM, Christian. A madeira foi o combustível que moveu a industrialização brasileira? In: FRANCO, José Luiz de A.; DUTRA e SILVA, Sandro; DRUMMOND, José Augusto; TAVARES, Giovana Galvão. *História Ambiental:* fronteiras, recursos naturais e conservação da natureza. Rio de Janeiro: Garamond, 2012, p. 39-75.

CARVALHO, Miguel Mundstock Xavier de. Os fatores do desmatamento da Floresta com Araucária: agropecuária, lenha e indústria madeireira. *Esboços*, Florianópolis, v. 18, n. 25, p. 32-52, ago., 2011.

CARVALHO, Miguel Mundstock Xavier de; NODARI, Eunice Sueli; NODARI, Rubens Onofre. "Defensivos" ou "agrotóxicos"? História do uso e da percepção dos agrotóxicos no estado de Santa Catarina, Brasil, 1950-2002. *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*, Rio de Janeiro, v. 24, n. 1, p. 75-91, jan./mar. 2017.

HUECK, Kurt. Transcrição – Distribuição e habitat natural do Pinheiro-do-Paraná (*Araucaria angustifolia*): contribuições para a pesquisa fitossociológica paulista. *Boletim Geográfico*, IBGE, n. 165, p. 709-723, nov./dez., 1961.

McNEILL, John R. Population and the Natural Environment: Trends and Challenges. *Population and Development Review*. The Political Economy of Global Population Change: 1950-2050, v. 32, 2006.

POLLAN, Michael. *O dilema do onívoro:* uma história natural de quatro refeições. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2007.

RIBEIRO, Milton Cezar et al. The Brazilian Atlantic Forest: How much is left, and how is the remaining forest distributed? Implications for conservation. *Biological Conservation*, n. 142, p. 1.148, 2009.

SINGER, Peter; MASON, Jim. *A ética da alimentação:* como nossos hábitos alimentares influenciam o meio ambiente e o nosso bem-estar. Rio de Janeiro: Elsevier, 2007.

SOUZA, Aníbal P. de. A lenha como base do progresso industrial. *Anuário Brasileiro de Economia Florestal*, Rio de Janeiro; Instituto Nacional do Pinho, ano 3, n. 3, 1950.

STANESCU, Vasile. "Green" Eggs and Ham? The Myth of Sustainable Meat and the Danger of the Local. *Journal for Critical Animal Studies,* v. 8, n. 1/2, 2010.

WAIBEL, Leo. Princípios da Colonização Europeia no Sul do Brasil. *Revista Brasileira de Geografia*, ano XI, n. 2, p. 159-217, 1949.

WILLIAMS, Michael. *Deforesting the Earth:* from prehistory to global crisis: an abridgment. Chicago: The University of Chicago Press, 2006.

Fontes primárias

BIBLIOTECA Pública do Estado do Paraná. *Mapa fitogeográfico do Estado do Paraná*. Organizado e desenhado pelo Serviço de Geologia e Petrografia do Instituto de Biologia e Pesquisas Tecnológicas da Secretaria de Agricultura, Indústria e Comércio em colaboração com o Instituto Nacional do Pinho. Levantamentos, dados, pesquisas e construção de Reinhard Maack. 1950.

BRASIL. Ministério da Indústria, Viação e Obras Públicas. Directoria Geral de Estatística. *Synopse do recenseamento de 31 de dezembro de 1890*. Rio de Janeiro: Officina da Estatística, 1898. Disponível em: <http://biblioteca.ibge.gov.br/>. Acesso em: 05 maio 2017.

BRASIL. Ministério da Indústria, Viação e Obras Públicas. Directoria Geral de Estatística. *Synopse do recenseamento de 31 de dezembro de 1900*. Rio de Janeiro: Typographia da Estatística, 1905. Disponível em: <http://biblioteca.ibge.gov.br/>. Acesso em: 05 maio 2017.

BRASIL. Ministério da Agricultura, Indústria e Commercio. *Recenseamento do Brazil:* realizado em 1 de Setembro de 1920. V. 4 (2ª parte). Tomo II. Rio de Janeiro: Typographia da Estatística, 1928. Disponível em: <http://biblioteca.ibge.gov.br/>. Acesso em: 05 maio 2017.

BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Recenseamento Geral do Brasil:* 1 de Setembro de 1940. Censo Demográfico. Rio de Janeiro: Serviço Gráfico do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 1950. Disponível em: <http://biblioteca.ibge.gov.br/>. Acesso em: 05 maio 2017.

BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *VI Recenseamento Geral do Brasil: 1950.* Censo Demográfico. Rio de Janeiro: 1955. Disponível em: <http://biblioteca.ibge.gov.br/>. Acesso em: 05 maio 2017.

BRASIL. Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Censo Demográfico de 1960:* VII Recenseamento Geral do Brasil. Disponível em: <http://biblioteca.ibge.gov.br/>. Acesso em: 05 maio 2017.

BRASIL. Ministério do Planejamento e Coordenação Geral. Fundação IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Departamento de Censos. *Censo Demográfico de 1970.* VIII Recenseamento Geral. Disponível em: <http://biblioteca.ibge.gov.br/>. Acesso em: 05 maio 2017.

BRASIL. Ministério de Planejamento, Orçamento e Gestão. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Sinopse preliminar do Censo Demográfico 2000*. V. 7. Rio de Janeiro: IBGE, 2001, p. 55. Disponível em: <http://biblioteca.ibge.gov.br/>. Acesso em: 05 maio 2017.

RECENSEAMENTO do Brazil 1872. [S.I.: s.n.]. Disponível em: <http://biblioteca.ibge.gov.br/>. Acesso em: 05 maio 2017.

Movimentações e relações com a natureza dos Kaingang em territórios da bacia hidrográfica Taquari-Antas e Caí, Rio Grande do Sul

Luís Fernando da Silva Laroque

Introdução

O Kaingang é um povo pertencente ao Grupo Linguístico Macro-Jê, família dos Jês Meridionais, que, atualmente, totaliza em torno de 38 mil pessoas (IBGE, 2012). Tradicionalmente, conforme Laroque (2009), encontravam-se estabelecidos em territórios localizados nas bacias hidrográficas dos rios Tietê, Feio, Aguapeí e Paranapanema (São Paulo); bacias hidrográficas dos rios Tibagi, Ivaí, Piquiri e Iguaçu (Paraná); e bacias hidrográficas entre os rios Iguaçu e Uruguai (em Santa Catarina). Avançavam pelos territórios das bacias hidrográficas dos rios Peperi-Guaçu e Santo Antônio (Misiones, na Argentina) e ainda sobre os territórios das bacias hidrográficas do Lago Guaíba, rios Jacuí, Sinos, Caí, Taquari-Antas e Uruguai (no Rio Grande do Sul).

A presença no território, as movimentações e sua relação com a natureza estão diretamente relacionadas ao mito de origem, segundo o qual os ancestrais *Kamé* e *Kayrucré*, na serra do *Crijijimbé* (Serra Geral), norteiam a cosmologia indígena (BORBA, 1908; NIMUENDAJÚ, 1993). No decorrer do processo histórico, esta cosmologia foi sendo reelaborada, e as representações simbólicas conferem sentidos às suas práxis materiais e sociais.

O objetivo deste estudo consiste em analisar os indígenas Kaingang na perspectiva das movimentações e das relações com a natureza no decorrer dos séculos XIX, XX e XXI, em territórios da bacia hidrográfica do Taquari-Antas e Caí. A metodologia, com base em aportes teóricos de autores que estudam a territorialidade e a História Ambiental, como Seeger e Castro (1979), Ramos (1988), Little (1994), Tommasino (1995, 2000

e 2004), Worster (1991), Dean (1996), Corrêa (2008) e Bublitz (2008), caracteriza-se por uma abordagem qualitativa com análise de conteúdo. Os dados foram coletados em revisão bibliográfica, em fontes documentais do Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul, nas produções do projeto de pesquisa "Arqueologia, História Ambiental e Etno-história", coordenado por Neli Galarce Machado, e nas pesquisas de campo e nas produções do projeto de pesquisa, "Identidades étnicas em espaços territoriais da Bacia Hidrográfica do Taquari-Antas/RS: história, movimentações e desdobramentos socioambientais" e do projeto de extensão "História e cultura Kaingang em territórios da Bacia Hidrográfica do Taquari-Antas", ambos coordenados por Luís Fernando Laroque, e vinculados ao Programa de Pós-Graduação em Ambiente e Desenvolvimento da Universidade do Vale do Taquari (Univates).

Movimentações e territorialidade Kaingang ao sul do Brasil Meridional

No Rio Grande do Sul, do início da Conquista Ibérica até o século XIX, os indígenas Kaingang ocupavam territórios que se estendiam desde o Rio Uruguai até o Rio Jacuí, mais precisamente nos limites compreendidos "[...] a noroeste, o Rio Piratini; a nordeste, o Rio Pelotas, baixando até o Litoral no Município de Torres; ao sul, a mata das bacias dos rios Caí, Taquari e Jacuí, isto é, a região entre os meridianos de 50º e 55º oeste de Greenwich, e os paralelos, aproximadamente, de 27º 50' e 29º 50' de latitude sul" (BECKER, 1975, p. 40). Na literatura também aparecem com o nome de Ibiraiaras, Guananases, Caaguás, Coroados, Bugres, entre outros, conforme aparece no mapa (Figura 1). Do ponto de vista sociopolítico, organizavam-se em parcialidades comandadas por um *Pã'í mbâng* (liderança principal), bem como, os *Pã'í* (lideranças menores), que, por sua vez, representam as várias famílias do grupo.

Figura 1: Tradicionais territórios Kaingang no Rio Grande do Sul

Fonte: Silva (1968)

Na visão das Sociedades Indígenas, o conceito de ambiente, sobretudo o de território, não é apenas o lugar geográfico de onde são obtidos os recursos para a subsistência, mas, sim, um espaço "de dimensões sócio-político-cosmológicas mais amplas" (SEEGER; CASTRO, 1979, p.104). Nesse sentido, segundo Ramos (1988, p. 14), a concepção de ambiente e limite territorial não é estranha às sociedades nativas, mas, sim, "o sentido de exclusividade e de policiamento de um território" nos moldes concebidos pela Sociedade Colonial e Pós-colonial.

Frente a essa divergência de concepções, situações envolvendo questões territoriais entre os Kaingang, Guarani e, posteriormente, os não índios, tais como os colonizadores lusos e imigrantes alemães e italianos em territórios da bacia hidrográfica Taquari-Antas nos parecem não ser tão rígidas, porque, mesmo guerreando entre si, estes grupos étnicos conviveram num mesmo território, tanto antes quanto após a chegada dos coloni-

zadores. Na concepção Kaingang, segundo Tommasino (2000), as categorias espaciais são as "*emã*" (aldeias fixas), construídas em áreas de campo; e os "*wãre*" (abrigos provisórios), instalados nas florestas e nas margens dos rios, onde permaneciam por semanas ou meses e estabeleciam os diversos sistemas de representação e conexões entre o mundo natural (homens, animais, plantas) e o sobrenatural (espíritos humanos, espíritos animais e espíritos das plantas).

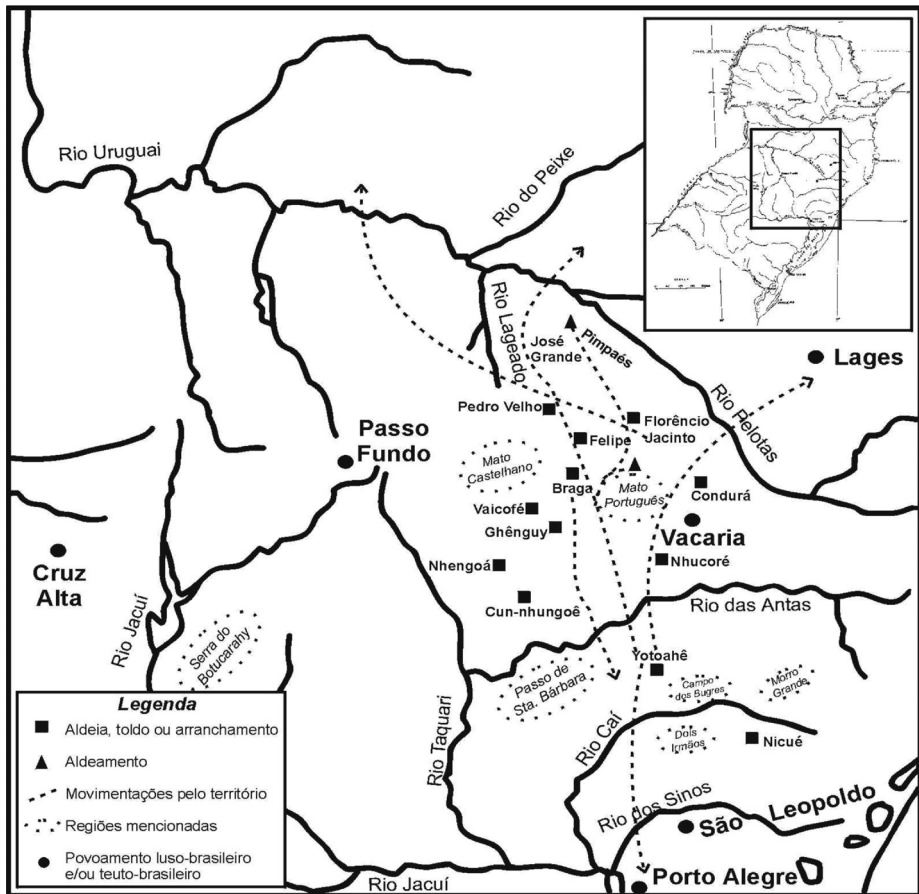
Corrobora para a questão o fato de que, no estado do Paraná, ainda conforme Tommasino (1995), os Kaingang utilizavam os grandes rios para delimitar os territórios e os rios menores para estabelecer os domínios de cada subterritório, fronteiras naturais e sociais que eram respeitadas em suas movimentações. Isto é, enquanto os rios Paranapanema, Ivaí, Piquiri e Iguaçu tornaram-se obstáculos naturais e sociais para delimitar os territórios de grupos Kaingang rivais, os afluentes deles, por sua vez, limitavam os subterritórios ocupados pelos grupos menores. Laroque (2000), transpondo essa interpretação para os demais territórios Kaingang, como é o caso do Rio Grande do Sul, defende a hipótese de que grandes rios como o Uruguai, o Inhacorá, o Guarita, o Passo Fundo, o Jacuí, o Sinos, o Caí e o Taquari-Antas, estes últimos selecionados para o presente estudo, servissem como demarcadores de limites fronteiriços dos territórios ocupados pelas parcialidades das lideradas Kaingang de *Fongue*, *Nonohay*, *Votouro*, *Nicafim*, bem como, Braga, *Yotoahé* e Nicué, que viviam em áreas da bacia hidrográfica Taquari-Antas e Caí, possível de observar no mapa (Figura 2).

Considerando que os conceitos de natureza e sociedades são produzidos culturalmente, especificamente para os indígenas Kaingang, o ambiente e, consequentemente, sua história ambiental constituem-se num entrelaçamento, envolvendo relações de reciprocidade entre o universo humano e o não humano. Nesse sentido, temos:

> Na concepção Kaingang, cada ambiente é habitado por seres naturais e sobrenaturais; as matas contêm animais, vegetais e seres sobrenaturais. Portanto, ao mundo visível corresponde um mundo invisível, que é necessário reconstituir. A mata possui um espírito-guardião ou "dono", que é o *nem tãn*. O rio tem o seu *gój tãn*; a serra, o seu *krín tãn*, e assim por diante. Sendo a natureza múltipla, também são múltiplos os "espíritos-donos" (TOMMASINO, 2004, p. 159).

Do ponto de vista geomorfológico e ambiental, o tradicional território Kaingang no Rio Grande do Sul compreendia três regiões fitogeográficas associadas à Mata Atlântica, como é o caso da Floresta Ombrófila Mis-

ta, da Floresta Estacional Decidual e dos Campos (Savana ou Estepes). No que diz respeito às ocupações Jê Meridionais no Período Pré-Colonial, bem como, do século XVI ao XVIII, estudos arqueológicos têm demonstrado o manejo ambiental envolvendo plantas, tais como pinhão, milho, amendoim, abóbora, palmito e medula da palmeira; a caça de animais, como é o caso de antas, porco-do-mato, espécies de aves e a coleta de mel e larvas; e também a pesca de espécies de peixes. Sendo assim, trata-se de um espaço repleto de significado social e simbólico, onde, portanto, a territorialidade Kaingang se expressa envolvendo relações entre ser humano e natureza.

Figura 2: Movimentações de parcialidades Kaingang no tradicional território

Fonte: Laroque (2000, p. 151)

Movimentações e processos de (des)territorialidade Kaingang em áreas da bacia hidrográfica Taquari-Antas e Caí no século XIX

Na Província de São Pedro do Rio Grande do Sul, inserida no projeto colonizador de fins do século XVIII e século XIX, temos a chegada dos imigrantes açorianos, alemães e italianos. Seguindo dinâmicas internas do povoamento, são estabelecidos em pequenas áreas, principalmente, em territórios nos vales dos rios Jacuí, Sinos, Caí e Taquari-Antas, o que contribui para as movimentações indígenas e o processo de (des)territorialidade Kaingang.

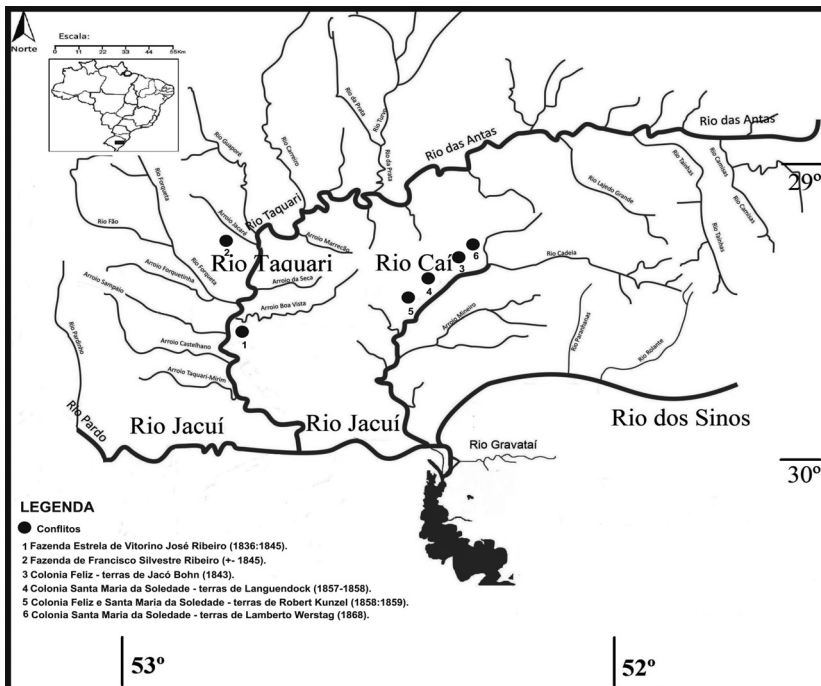
Vale salientar, sobretudo a partir de 1757, que os espaços territoriais da bacia do Taquari-Antas, que até então pertenciam aos Campos de Viamão, desmembram-se destes e passam a fazer parte da freguesia de Triunfo (KUHN, 2004; CHRISTILLINO, 2004). Nesse contexto de meados do século XVIII até meados do século XIX, frentes expansionistas e reconfigurações fundiárias são responsáveis pela instalação das primeiras sesmarias e fazendas em territórios da bacia hidrográfica Taquari-Antas, como é o caso da Sesmaria de José da Silva Lima, em 1798; a Sesmaria de João Inácio Teixeira, em 1800; a Sesmaria de Francisco Antonio de Souza, em 1813; a Sesmaria de Ricardo Vila Nova, em 1815; a Fazenda da Estrella, em 1830, de posse de Victorino José Ribeiro; e a Fazenda dos Conventos, 1846, de posse de Francisco Silvestre Ribeiro (VEDOY, 2015; GREGORY, 2015).

A contrapartida Kaingang constitui-se em investidas guerreiras contra o colonizador que adentrava seu tradicional territorial, como é o caso do conflito ocorrido em 1836, na Fazenda da Estrella, quando o pardo Joze Antonio é morto a flechada (CORRESPONDÊNCIA 19 dez. 1836). Situação semelhante ocorre no ano de 1845, quando os Kaingang movimentam-se por áreas dos rios Taquari e Caí, eles revidam a presença dos colonizadores em seus territórios de coleta, caça e pesca.

> Não posso deixar de significar a V. Sª que não mi consta que este Districto fosse invadido pelos selvagens, antes do dia 29 de Janeiro dia em que V. Sª datou seo Officio, e que a requisição foi feita por prevenção para guardar-se lugares que o ano passado forão amiaçados e que por isso fiquei privado de fazer a perseguição onde elles apparecerão por estar esperando que seria attendida a requisição que fis ao mesmo Delegado. V. Sª deve estar ao facto que os selvagens todos os veroens costumão descer a serra e atacar as habitações dos pacíficos moradores, não só deste districto como do Cahy, Santo

> Amaro e como ultimamente aconteceo nas Fazendas de Francisco Silvestre Ribeiro, Maria Francisca do Rosário, Amaro Rodrigues, (CORRESPONDÊNCIA, 15 fev. 1845).

Em se tratando dos territórios Kaingang mais próximos da bacia hidrográfica do Caí, muitos dos quais estavam sendo transformados em colônias para atender aos interesses do projeto envolvendo a imigração alemã, cujo núcleo inicial foi a Feitoria do Linho Cânhamo/São Leopoldo, apontam-se conflitos com parcialidades indígenas, possivelmente lideradas por Braga, *Yotoahé* e *Nicué,* contra estes colonizadores. Ilustram a situação, incursões guerreiras dos Kaingang em áreas da Colônia Feliz, envolvendo a família de Jacó Bohn, em 1843; e a de Robert Kunzel, em 1858/1859, bem como em territórios da Colônia Santa Maria da Soledade contra a família Languendock, em 1857/1858 e a família de Lamberto Wersteg, em 1868, conforme se identifica no mapa (Figura 3).

Figura 3: Conflitos entre Kaingang e colonizadores em territórios da Bacia Hidrográfica Taquari-Antas e Caí

Fonte: Vedoy (2015, p. 81)

O ambiente territorial das bacias hidrográficas do Taquari-Antas e Caí também se insere no contexto fitogeográfico caracterizado pela predominância centro-norte da Floresta Ombrófila Mista e na porção centro-sul, da Floresta Estacional Decidual. Segundo Wolf (2016), em sua pesquisa arqueológica sobre estruturas subterrâneas Jê no território, a vegetação é composta por *Araucaria angustifolia*, árvores, arbustos e várias espécies de *Myrtaceae* com presença de inúmeras frutíferas. Entre as espécies de animais, aponta-se o veado-campeiro, o bugio, a anta, a cutia, o tatu-galinha, o ratão-do-banhado, o porco-do-mato, a paca, o aracuã, a saracura, o inambu, a marreca-pé-vermelho, o tucano-de-bico-verde, o lambari, a piava, o pintado, o dourado, o jundiá, o cascudo e o cará.

Com base na perspectiva analítica de Little (1994), tendo em vista as atividades de subsistência material e a reprodução social presente na memória do grupo, em nosso entendimento, a ocupação e a movimentação das parcialidades Kaingang nos territórios em estudo foram constantes, tanto antes ou mesmo durante os primeiros contatos com o projeto colonizador no século XIX. O engenheiro Afonso Mabilde, que conviveu com os indígenas Kaingang durante suas atividades como agrimensor na abertura de estradas do Pontão até o Caí, relata:

> Os pinheirais em que os selvagens têm seu alojamento são repartidos e divididos e em territórios correspondentes, em tamanho, ao número de indivíduos que componham as tribos. Cada tribo subordinada com o seu chefe (cacique subordinado) tem o seu alojamento particular (todos juntos formam o alojamento geral), em territórios que lhe é indicado pelo cacique principal. Este pequeno alojamento sempre se acha situado sobre um caminhozinho que segue de uma a outra tribo, geralmente passando pelo centro do pinheiral, em direção longitudinal à serra a qual se acha o mesmo situado. [...]
> O território do pinheiral, compreendido entre duas marcas, pertence exclusivamente à tribo que nele habita por ordem do cacique principal e nesse território é que todos os indivíduos daquela tribo apanham o pinhão para seu sustento. A invasão de outra tribo, para esse fim, é motivo de uma guerra de extermínio, para a qual são convocadas todas as demais tribos (MABILDE, 1983, p. 126-127).

Nesse contexto, é possível perceber a existência de duas lógicas operantes no que se refere à história ambiental: a dos indígenas e a dos colonizadores. Ou seja, enquanto os Kaingang se relacionam com a natureza a partir das relações de reciprocidade e da memória, presentes no mito de origem, os colonizadores, sejam eles fazendeiros ou imigrantes, partem do

pressuposto do "espaço vazio", situação que legitimava seu estabelecimento no território, semelhante aos relatos analisados por Dora Corrêa, em fins do século XVIII, na Capitania de São Paulo, ao salientar que "[...] induzem o leitor a imaginar tanto vazios humanos e, portanto, culturais, quanto um território indígena, Xakclan (Kaingang), dentro das fronteiras fixadas pelo Tratado de Madri" (CORRÊA, 2008, p. 137).

Assim, a diminuição do ambiente por causa da (des)territorialização indígena nos possibilita compreender as investidas Kaingang nas fazendas e colônias mencionadas, localizadas em áreas da bacia hidrográfica do Taquari-Antas e Caí. Ou seja, os eventos envolvendo a busca de alimentos para a sustentabilidade, como, por exemplo, animais domésticos, milho, mandioca, feijão, abóbora, entre outros, como também as incursões guerreiras, precisam ser analisados no sentido social e simbólico, considerando a existência de uma rede de alianças e de conflitos intrínseca entre as parcialidades Kaingang, detentoras de prestígio, que faz parte da própria identidade Kaingang.

Juliana Bublitz (2008) salienta que as relações dos imigrantes com a floresta subtropical consistia na derrubada da vegetação para impor o domínio sobre a natureza, entretanto, não podemos descartar um misto de medo e admiração, porque, conforme afirma Warren Dean (1996), no estudo sobre a mata atlântica brasileira, a floresta é vista como um lugar inóspito para os humanos. Esta situação não era diferente no Rio Grande do Sul, pois, pelo imaginário da época, a floresta estava repleta de tigres, cobras, onças, além dos indígenas Kaingang. Ilustrando situações envolvendo a (des) territorialidade Kaingang, considerando suas investidas que dificultavam o desenvolvimento e o progresso das colônias, em ambientes da margem direita da bacia hidrográfica do Caí, temos um relato do ex-inspetor colonial Adalberto Jahn, publicado em 1871, informando o seguinte:

> Quando em 1832 os habitantes da Picada Dous Irmãos forão extraordinariamente incommodados pelos indígenas selvagens, resolverão quatro moços robustos e corajosos estabelecer-se nos fundos dos primeiros dezesseis prazos coloniaes da ala de Leste da dita Picada, e ahi fundarão a Linha denominada: Quatro Colônias, constituindo-se assim uns baluartes contra aquelles indígenas [...] Passados os anos, não havia mais o que recear de taes selvagens (JAHN apud BUBLITZ, 2008, p. 328).

Tendo em vista a efetivação da colonização que passava pela liberação dos tradicionais territórios Kaingang, o governo da Província de São Pedro do Rio Grande do Sul, conforme Nonnenmacher (2000), em fins de

1845 e início do ano de 1846, recorre à política dos Aldeamentos Indígenas, como é o caso de Guarita, Nonoai e Campo do Meio. Isto é, instigava-se um processo de deslocamentos dos *Pã'í mbâng* e *Pã'í* com as parcialidades indígenas que lideravam para o norte da província e legalizava-se o processo de (des)territorialidade Kaingang, em áreas das bacias hidrográfica do Taquari-Antas e do Caí.

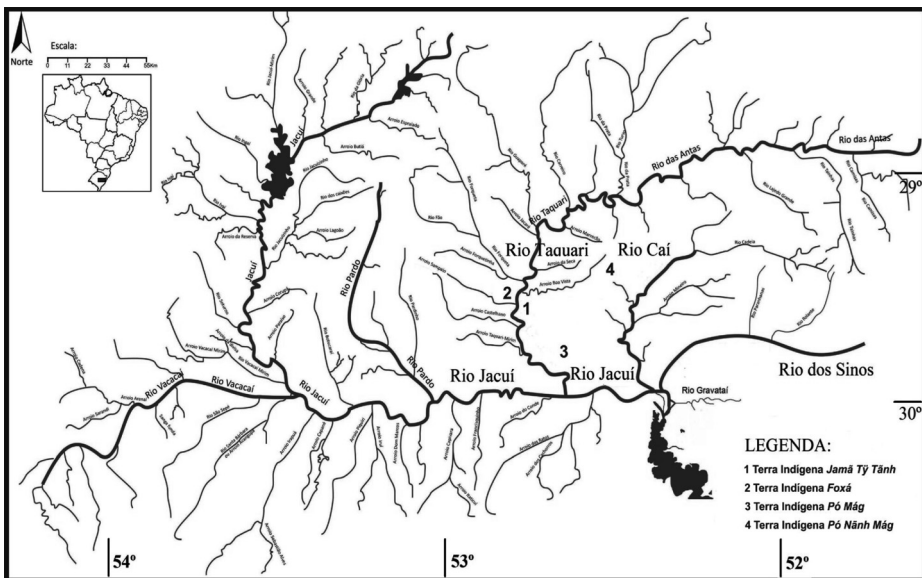
Movimentações e processo de (re)territorialidade Kaingang em áreas da bacia hidrográfica Taquari-Antas e Caí no século XX e XXI

Efetivada a colonização no decorrer do século XIX, a partir das primeiras décadas do século XX, no Rio Grande do Sul, ocorre a multiplicação de cidades, situação que atinge regiões dos tradicionais territórios indígenas, como é o caso de áreas da bacia hidrográfica do Taquari-Antas, do Caí, do Sinos e do Lago Guaíba. Assim, neste contexto, insere-se o processo de (re)territorialidade Kaingang, em espaços presentes em sua memória, mas agora localizados em contextos urbanos, entre os quais apontam-se as comunidades indígenas *Jamã Tÿ Tãnh*, em Estrela; *Foxá*, em Lajeado; *Pó Mág*, em Tabaí; *Pó Nãnh Mág,* em Farroupilha, localizadas no mapa (Figura 4). Mas também temos a *Por Fi Gâ*, em São Leopoldo; bem como a *Jamã Fág Nhin* (na Lomba do Pinheiro), *Rhátej* (no Morro Santana) e *Jamã Tupeng Pó* (Morro do Osso), em Porto Alegre.

Esse fenômeno não é algo novo, considerando que Roberto Cardoso de Oliveira (1968) já chamava atenção que aldeias urbanas devem ser entendidas como forma de manutenção da cultura e da memória tribal. Situações recentes nesse sentido são os estudos de Baines (2001); Mussi (2006); Nunes (2010); Rosado e Fagundes (2013); Lappe e Laroque (2015); Souza, Haetinger e Laroque (2016).

Especificamente nos territórios da bacia hidrográfica Taquari-Antas, situa-se a Terra Indígena *Jamã Tÿ Tãhn*, localizada no Km 360 da BR 386, sob jurisdição do município de Estrela. Os Kaingang, conforme Silva (2016), deslocando-se da Gruta dos Índios em Santa Cruz do Sul, estabeleceram-se na área, em meados da década de 1960, possivelmente, pertencente a uma parcialidade que não aceitou fixar-se nos aldeamentos indígenas durante o século XIX e continuou a movimentar-se pelo território. A terra indígena

conta com 15 ha de área ocupada, onde vivem 29 famílias, totalizando aproximadamente 150 pessoas. No local, há 29 casas, um centro cultural e uma escola. A liderança é exercida pelo cacique Carlos Soares e pelo vice-cacique Vanderlei de Melo. Vale salientar que o processo de (re) territorialidade neste local deve-se ao fato de o umbigo do patriarca da comunidade, Manoel Soares, estar enterrado nesta região (GONÇALVES, 2008). Portanto, a escolha do lugar para os Kaingang, conforme Nimuendajú (1993), tem um significado cultural, por envolver uma intrínseca relação entre terra, cultura e natureza.

Figura 4: Comunidades Kaingang e territórios da bacia hidrográfica Taquari-Antas e Caí

Fonte: Acervo Projeto História e Cultura Kaingang/Univates, Lajeado/RS

Há, também, os Kaingang da Terra Indígena *Foxá*, que se localiza no Km 67 da RS-130, na cidade de Lajeado. Em fins do século XX e início do século XXI, deslocaram-se de Nonoai, Guarita, Votouro e Serrinha, também num processo de (re)territorialidade, para áreas da bacia hidrográfica Taquari-Antas. Estabeleceram-se, inicialmente, nas proximidades da rodoviária do município de Lajeado e, posteriormente, onde se localiza a comunidade indígena em questão (LAPPE, 2015). Esta terra indígena tem uma

área ocupada de 5,8 ha, onde se concentram, em média, 25 famílias, que totalizam 100 pessoas. A área contém 15 casas, uma escola e barracas improvisadas para comercializar o artesanato. A liderança é exercida pelo cacique Vicente Garcia pelo vice-cacique Jocelino. Segundo as categorias espaciais e temporais Kaingang propostas por Tommasino (2000), a presença destes Kaingang em territórios da bacia do Taquari-Antas, inicialmente, pode ser considerada um *wãre* (acampamento provisório) e, posteriormente, um *emã* (aldeia fixa). Se, no passado (*wãxí*), estabeleciam-se a fim de coletar cipós, caçar e pescar, no tempo atual (*urí*), visam a encontrar melhores condições de vida, sobretudo, relacionadas a locais próximos de matas, onde seja possível coletar materiais para a confecção de artesanato e sua posterior comercialização.

A Terra Indígena *Pó Mág* surgiu no ano de 2013. Localiza-se no km 385 da BR 386, na área de jurisdição do município de Tabaí. Trata-se de um desdobramento da Terra Indígena *Foxá*, em decorrência de medidas compensatórias da duplicação da BR 386[1], empreendimento que impactou diretamente nos Kaingang estudados neste trabalho. Os Kaingang desta comunidade são oriundos de Nonoai, Voutouro, Tenente Portela ou provenientes de deslocamentos internos das aldeias localizadas em contextos urbanos nas cidades de Lajeado, São Leopoldo e de Porto Alegre. A área ocupada desta terra indígena é de 1,16 ha, onde vivem 9 famílias que somam uma média de 40 pessoas. Há, nesta área, 4 casas, 1 escola e um galpão improvisado para confeccionar o artesanato. A liderança do grupo é exercida pelo cacique André *Fongue*, e a vice-liderança, pelo cacique Joel. Salienta-se que o processo de (re)territorialidade dos Kaingang da *Pó Mág* não se diferencia das demais, tendo em vista que seu estabelecimento em territórios da Bacia Taquari-Antas “[...] diz respeito à sua manutenção cultural, em dar continuidade às suas práticas rituais assim como [...] seu relacionamento com as outras dimensões pela qual perpassam sua sociedade, o não humano e a natureza [...]” (BUSOLLI, 2015, p. 97).

Nos territórios da bacia hidrográfico do Caí, aponta-se a Terra Indígena *Pó Nãnh Mág*, localizada na Estrada da Linha Julieta, 722, Linha San-

[1] Com vista a fomentar o desenvolvimento econômico da Região Vale do Taquari/Rio Grande do Sul, a duplicação da BR 386 recebeu investimentos do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) do governo federal. Mas como o empreendimento atingiu diretamente uma comunidade Kaingang e indiretamente seis, o EIA/RIMA exigiu medidas compensatórias e mitigatórias, dentre as quais a aquisição de terras.

ta Rita, município de Farroupilha, que, desde 2006, conta com a presença dos Kaingang. Segundo Invernizzi (2015), este processo de (re)territorialidade indígena também se insere nos deslocamentos dos Kaingang provenientes dos antigos aldeamentos de Guarita, Nonoai, bem como de Tenente Portela, Cacique Doble, Ligeiro e Carreteiro, sobretudo, a partir de 1999, quando são intensificados em direção aos territórios de planalto, mais precisamente, entre a bacia hidrográfica do Sinos e a bacia hidrográfica do Taquari-Antas. A Terra Indígena *Pó Nãnh Mág* constitui-se de uma área ocupada de 0,78 ha, onde vivem aproximadamente 15 famílias, totalizando 60 pessoas. Conta com 12 casas, uma escola, um centro cultural, sob a liderança da cacique Silvana *Kréntãnh* Antônio e um grupo de aconselhadores.

Sendo assim, compreendemos estas movimentações e processos de (re)territorialidade como resultantes da expropriação imposta aos Kaingang, durante a colonização, mas, também, devido às dinâmicas internas e externas do grupo, uma vez que a memória, a vida nos aldeamentos e o tempo dos antigos (*wãxi*) continuam operantes, tanto no espaço da aldeia (*emã*) e dos acampamentos provisórios (*wãre*), quanto no tempo atual (*uri*), onde passado e presente são orquestrados simbolicamente. Corroborando com a questão, o estudo de Tommasino sobre os Kaingang do Paraná traz a seguinte explicação:

> Minha pesquisa revelou que os Kaingang se (re)territorializaram nos seus antigos territórios, hoje invadidos pelas cidades e fazendas [...]. Apesar de todas as tentativas de apagá-los enquanto grupo étnico, os Kaingang continuaram a se deslocar de acordo com seu sistema próprio, construído ao longo da sua história de contato. Mantiveram parte de seus costumes antigos que foram redefinidos, e foram inventando novos padrões, sempre de acordo com os princípios da lógica Kaingang. Se é evidente que muitos elementos da cultura nacional estão presentes na vida dos Kaingang, há muitos aspectos não evidentes que revelam o quanto as aparências são enganadoras. Sob a aparência de uma 'integração' e 'assimilação', escondem-se significados, representações e símbolos que revelam que o universo prático-simbólico Kaingang continua sendo reproduzido, modificado pelo contato, mas sem perder sua especificidade (TOMMASINO, 2000, p. 216).

No que toca à história ambiental, o estudo de Balduíno Rambo (1994) relata que, na primeira metade do século XX, em áreas da bacia hidrográfica do Taquari-Antas e Caí, animais como a onça, a anta, o bugio, o tamanduá e o papagaio poderiam ser encontrados. Entretanto, em relação à vegetação, informa que "[...] nos rios Taquari, Caí e dos Sinos, pouco resta das

belas matas ribeirinhas de outrora, substituídas por milhares de plantações de arroz. Ao longo do Jacuí, o bárbaro sistema de converter em lenha para a capital tudo o quanto se prestasse para combustível alterou profundamente o aspecto primitivo da vegetação" (RAMBO, 1994, p. 180).

Referente às relações entre homem e natureza, aponta-se a própria nominação das terras indígenas, localizadas em territórios da bacia hidrográfica Taquari-Antas. *Jamã Tÿ Tãnh*, por exemplo, segundo os interlocutores Kaingang pesquisados, significa aldeia dos coqueiros ou os coqueiros, que também vivem aqui. *Foxá,* na língua Kaingang, é cedro, atribuição dada à terra indígena, conforme relatos Kaingang, em decorrência das várias árvores desta espécie no entorno da aldeia e também por ser o nome do bairro onde está localizada. *Pó Mág* significa pedra grande, em alusão a uma parede rochosa incrustada na moraria que circunda a Terra Indígena. Situação semelhante observa-se na *Pó Nãnh Mág,* localizada em áreas da bacia hidrográfica do Caí, cujo nome da Terra Indígena também faz alusão às montanhas e aos morros com araucárias, que, segundo as narrativas Kaingang, vivem próximos a eles.

Nas terras indígenas e no entorno onde cada uma das referidas aldeias está estabelecida, apesar da plantação de eucaliptos, observa-se a presença de expressiva vegetação composta de florestas nativas, capoeiras, gramíneas e pastagens. Considerando os etnoconhecimentos indígenas, foi identificada por interlocutores Kaingang a presença de espécies como guabirora (*peguã*), pitanga (*jymy*), açoita-cavalo (*ketyjun*), figueira (*kevõfy*), cedro (*foxá*), coqueiros (*ténh tej*), cerejeira (*mér jór*), araticum (*kukrej*), samambaia (*angorô*) e urtiga (*korfé*).

Conforme já mencionado, na cosmologia indígena, a natureza não está subordinada ao homem, sendo fundamental o respeito à biodiversidade de todas as espécies e, consequentemente, em muitas situações, a aprendizagem da linguagem dos animais, das plantas, dos ventos e da água, para as relações de reciprocidade com o ambiente. Segundo Rosa (2005), o ambiente Kaingang é composto de domínios xamânicos e entrecruzados: nível subterrâneo (espaço onde os antepassados Kaingag teriam permanecido com os ancestrais míticos *Kamé* e *Kayrucrê*); nível mundo alto (mundo do céu e dos espíritos); e nível da terra (domínio da casa, do espaço limpo e da floresta), onde, respeitando-se a utilização dos recursos naturais, são definidas as zonas para a caça, a coleta, o cultivo e para as redes de relações intra e interaldeã.

Em se tratando dos Kaingang, nosso tema de estudo, vale salientar que estes domínios estão presentes, pois continuam a acreditar na linguagem dos pássaros. A coruja, por exemplo, pode trazer avisos de coisas boas ou não; da taquara, a fibra é utilizada para cestaria; o gomo, para cortar o cordão umbilical dos recém-nascidos, e seus nós, para contagem do tempo; através do banho no rio, o espírito das águas pode levar os males embora; o etnoconhecimento de plantas como cancorosa, quina, pitanga, marcela, entre outras, cuja casca, tronco, flores e folhas são de uso medicinal, envolvendo o espírito da mata. Portanto, a história ambiental, a visão do ambiente e as relações do homem com a natureza, tanto no passado quanto no presente, aproxima-se da reflexão de Worster (1991, p. 201), ao afirmar que "quando ultrapassamos o mundo auto-refletido da humanidade e chegamos à esfera não-humana, a história ambiental encontra o seu principal tema de estudo".

Comentários finais

Considerando o território como fio analítico do estudo e estabelecendo novamente uma interlocução com Paul Elliot Little, com base no trabalho, "Espaço, memória e migração: Por uma teoria de reterritorialização" (1994), que tratou dos indígenas *Sioux* das montanhas de *Black Hills*, é possível perceber que o espaço/memória Kaingang operacionalizado pelo mito fundante envolvendo a Serra do *Crijijimbé,* também engloba áreas do planalto, onde estão localizadas as bacias hidrográficas do Taquari-Antas e do Caí. Sendo assim, é neste espaço que projetam sua territorialidade (categoria envolvendo as relações sociais, políticas e simbólicas); nele também ocorriam as movimentações, respeitando os ciclos da natureza para a sustentabilidade (interpretados por nós como história ambiental); e também os conflitos com os colonizadores no século XIX, acarretando a fundação dos aldeamentos que impactaram diretamente no processo de (des)territorialidade indígena. Constata-se, por fim, que, no decorrer dos séculos XX e XXI, a política de aldeamentos, de toldos, de reservas e de postos indígenas não conseguiu confinar os Kaingang, os quais, acionando a memória e a continuidade de suas movimentações, levou ao processo de (re)territorialidade das comunidades *Jamã Tÿ Tãnh*, em Estrela; *Foxá*, em Lajeado; *Pó Mág*, em Tabaí; e *Pó Nãnh Mág,* em Farroupilha, onde as relações entre ser humano e natureza são orquestradas pela lógica indígena.

Agradecimentos

Ao CNPq, à Fapergs e à Univates pelo auxílio financeiro nos projetos de pesquisa, e à Univates pelo auxílio financeiro no projeto de extensão.

Referências e fontes

BAINES, Stephen Grant. As chamadas "aldeias urbanas" ou índios na cidade. *Revista Brasil Indígena*, Fundação Nacional do Índio, v. 7, p. 15-17, dez. 2001.

BECKER, Ítala Irene Basile. Dados sobre o abastecimento entre os índios Kaingang do Rio Grande do Sul conforme a bibliografia dos séculos XVI a XX. *Estudos sobre o abastecimento indígena*. Instituto Anchietano de Pesquisas. Publicações Avulsas, n. 2, p. 39-59, 1975.

BORBA, Telêmaco. *Actualidade Indígena*. Coritiba, Paraná, 1908. Curitiba: Impressora Paranaense, 1908.

BUBLITZ, Juliana. Forasteiros na floresta subtropical: notas para uma história ambiental da colonização alemã no Rio Grande do Sul. *Ambiente e Sociedade*, Campinas, v. XI, n. 2, p. 323-340, jul./dez. 2008.

BUSOLLI, Jonathan. *A Terra Indígena Pó Mág, Tabaí/RS no contexto da reterritorialidade Kaingang em áreas da Bacia Hidrográfica Taquari-Antas*. Monografia (Graduação em História), Centro Universitário Univates, Lajeado, 2015.

CORRÊA, Dora Shellard. Descrições de paisagens: construindo vazios humanos e territórios indígenas na capitania de São Paulo ao final do século XVIII. *Varia Historia*, Belo Horizonte, v. 24, n. 39, p. 135-152, jan./jun. 2008.

CORRESPONDÊNCIA de 19/12/1836. Correspondência do Corpo de Polícia de Taquari ao Presidente da Provincia Joze de Araújo Ribeiro. *Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul*. s.n.

CORRESPONDÊNCIA de 15/02/1845. Correspondência de Francisco Mathias de Souze e Ávila, subdelegado de Polícia ao Sr. Juis de Direito e chefe de Polícia da Provincia Dr. Manoel José de Freitas Travassos. *Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul*. Correspondência da Polícia. Maço 57.

CHRISTILLINO, Cristiano Luís. *Estranhos em seu próprio chão:* o processo de apropriações e expropriações de terras na Província de São Pedro do Rio Grande do Sul (O Vale do Taquari em período de 1840-1889). Dissertação (Mestrado em História da América Latina), Universidade do Vale do Rio dos Sinos (Unisinos), São Leopoldo, 2004.

DEAN, Warren. *A ferro e fogo*: a história e a devastação da Mata Atlântica brasileira. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

GONÇALVES, Jaci Rocha. *Relatório Final Antropologia na área de duplicação da BR-386, Triunfo, Tabaí, Taquari, Fazenda Vila Nova, Bom Retiro do Sul e Estrela-RS, Aldeia Kaingang TI Estrela*. Tubarão: Universidade do Sul de Santa Catarina (Unisul), 2008.

GREGORY, Josemir José. *Fazenda da Estrella: um estudo de caso envolvendo posse territorial e negociações no sul do Brasil durante o século XIX*. Lajeado-RS: Monografia (Graduação em História), Centro Universitário Univates, Lajeado, 2015.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Censo Demográfico 2010*: Características gerais dos indígenas. Rio de Janeiro, 2012.

INVERNIZZI, Marina. *Historicidade Kaingang na Terra Indígena Pó Nãnh Mág, em Farroupilha/RS*. Monografia (Licenciatura em História). Centro Universitário Univates, Lajeado, 2015.

KÜHN, Fábio. Gente da fronteira: sociedade e família no sul da América portuguesa – século XVIII. In: GRIJÓ, Luís Alberto; KUHN, Fábio; GUAZZELI, César Augusto (Coords.). *Capítulos de história do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004, p. 47-75.

LAPPE, Emeli. *Espacialidades sociais e territoriais Kaingang*: Terras Indígenas *Foxá* e *Por Fi Gâ* em contextos urbanos dos rios Taquari-Antas e Sinos. Dissertação (Mestrado em Ambiente e Desenvolvimento), Centro Universitário Univates, Lajeado, 2015.

LAPPE, Emeli; LAROQUE, Luís Fernando. Indígenas e Natureza: a reciprocidade entre os Kaingang e a natureza nas Terras Indígenas *Por Fi Gâ, Jamã Tÿ Tãnh* e *Foxá*. *Desenvolvimento e Meio Ambiente*, v. 34, p. 147-156, ago. 2015.

LAROQUE, Luís Fernando da Silva. Lideranças Kaingang no Brasil Meridional (1808-1889). *Pesquisas Antropologia*, n. 56, São Leopoldo: Instituto Anchietano de Pesquisas/Unisinos, 2000.

LAROQUE, Luís Fernando da Silva. Os Kaingangues; Momentos de historicidades indígenas. In: BOEIRA, Nelson; GOLIN, Tau (Orgs.). *História Geral do Rio Grande do Sul – Povos Indígenas*. Passo Fundo: Méritos, 2009, v. 5, p. 81-108.

LITTLE, Paul Elliot. Espaço, memória e migração. Por uma teoria de reterritorialização. *Revista de Pós-Graduação em História da UNB*, Brasília, v. 2, n. 4, p. 5-25, 1994.

MABILDE, Pierre F. A. B. *Apontamentos sobre os Indígenas selvagens da Nação Coroados dos matos da Província do Rio Grande do Sul*. São Paulo: IBRASA/Pró-memória/ INL, 1983.

MUSSI, Vanderléia Paes Leite. *As estratégias de inserção dos índios Terena*: da aldeia ao espaço urbano (1990-2005). Tese (Doutorado), Universidade Estadual Paulista, Assis, 2006.

NUNES, Eduardo Soares. Aldeias urbanas ou cidades indígenas? Reflexões sobre índios e cidades. *Espaço Ameríndio*, Porto Alegre, v. 4, n. 1, p. 9-30, jan./jun., 2010.

NIMUENDAJÚ, Curt. *Etnografia e indigenismo*: sobre os Kaingang, os Ofaié-Xavante e os índios do Pará. Campinas: Editora da UNICAMP, 1993.

NONNENMACHER, Marisa Schneider. *Aldeamentos Kaingang no Rio Grande do Sul*: século XIX. Porto Alegre: EdiPUCRS, 2000.

OLIVEIRA, Roberto Cardoso de. *Urbanismo e tribalismo*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1968.

RAMBO, Balduíno. *A fisionomia do Rio Grande do Sul*: ensaio de monografia natural. 3. ed. São Leopoldo: Unisinos, [1942] 1994.

RAMOS, Alcida Rita. *Sociedades Indígenas*. São Paulo: Ática, 1988.

ROSA, Rogério Reus Gonçalves. *"Os Kujá são diferentes":* um estudo etnológico do complexo xamânico dos Kaingang da terra indígena de Votouro. Tese (Doutorado em Antropologia Social), Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2005.

ROSADO, Rosa Maris; FAGUNDES, Luiz Fernando Caldas (Orgs.). *Presença indígena na cidade*: reflexões, ações e políticas. Realização Núcleo de Políticas Públicas para Povos Indígenas. Porto Alegre: Gráfica Hartmann, 2013.

SEEGER, Anthony; CASTRO, Eduardo B. Viveiros de. Terras e territórios indígenas do Brasil. *Encontros com a Civilização Brasileira*. Rio de Janeiro, n. 12, p. 101-113, 1979.

SILVA, Juciane Beatriz Sehn da. "*Eles vira que o Índio tem poder, né!*": o protagonismo Kaingang da Terra Indígena Jamã Tÿ Tãnh/Estrela diante do avanço desenvolvimentista de uma Frente Pioneira. Dissertação (Mestrado em Ambiente e Desenvolvimento), Centro Universitário Univates, Lajeado, 2016.

SILVA, Riograndino da Costa e. *Notas à margem da História do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Globo, 1968.

SOUZA, Ana Hilda Carvalho; HAETINGER, Claus; LAROQUE, Luís Fernando da Silva. A busca pelo reconhecimento da identidade étnica Macuxi e Wapichana no contexto urbano de Boa Vista, Roraima, Brasil. *Multitemas*, Campo Grande, v. 21, n. 50, p. 51-82, jul./dez.. 2016.

TOMMASINO, Kimiye. *A história dos Kaingang da bacia do Tibagi:* uma Sociedade Jê Meridional em movimento. Tese (Doutorado em Antropologia), Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas de São Paulo, São Paulo, 1995.

TOMMASINO, Kimiye. Homem e natureza na ecologia dos Kaingang da Bacia do Tibagi. In: TOMMASINO, Kimiye; MOTA, Lúcio Tadeu; NOELLI, Francisco Silva (Orgs.). *Novas contribuições aos estudos interdisciplinares dos Kaingang*. Londrina: Eduel, 2004, p. 355-413.

TOMMASINO, Kimiye. Território e territorialidade Kaingang. Resistência cultural e historicidade de um grupo Jê. In: MOTA, Lúcio Tadeu; NOELLI, Francisco Silva; TOMMASINO, Kimiye (Orgs.). *Urí e Wãsi – Estudos Interdiciplinares dos Kaingang*. Londrina: Ed. UEL, 2000, p. 191-226.

VEDOY, Moíses Ilair Blum. *Contatos Interétnicos*: Sesmeiros, fazendeiros, imigrantes alemães e indígenas Kaingang em territórios das bacias hidrográficas do Taquari-Antas e Caí. Lajeado: Monografia (Graduação em História), Centro Universitário Univates, Lajeado, 2015.

WOLF, Sidnei. *Arqueologia Jê no alto Forqueta e Guaporé/RS*: um novo cenário para um antigo contexto. Lajeado: Tese (Doutorado em Ambiente e Desenvolvimento), Centro Universitário Univates, Lajeado, 2016.

WORSTER, Donald. Para fazer história ambiental. *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, v. 4, n. 8, p. 198-215, 1991.

Entre decretos, disputas judiciais e conflitos armados: batalhas entre Estado, camponeses e indígenas pela posse da Reserva Florestal de Nonoai/RS[1]

Sandor Fernando Bringmann

Introdução

Quem visualizar o mapa do Rio Grande do Sul através de imagens de satélite, mesmo distraidamente, verificará que muito pouco restou da Mata Atlântica que, em tempos pretéritos, cobriu parte significativa do seu território. Se em período anterior à ocupação europeia do território gaúcho o percentual coberto por este bioma chegou a 39,7%,[2] na atualidade, restam apenas 2,69% de cobertura florestal (MARCUZZO et al., 1998). Este pequeno percentual encontra-se diluído em meio a lavouras, a centros urbanos, às áreas onde a agricultura mecanizada não alcança (morros e serras) ou ainda em reduzidos espaços destinados à conservação da flora e da fauna.

Em cada região do estado, a devastação da mata atlântica possui uma historicidade e uma temporalidade específicas. As regiões norte e noroeste, lócus geográfico deste artigo, compõem, em termos fisiográficos, os denominados Planalto Médio e Alto Uruguai (BORGES FORTES, 1959). Nelas, o processo de desmatamento teve início no final do século XIX, quando descendentes de imigrantes italianos e alemães, fugindo da escassez de terras das antigas colônias das Encostas Inferior e Superior do Nordeste, passaram, gradativamente, a migrar para as novas colônias abertas pelo go-

[1] Este artigo é uma versão revisada e atualizada de um texto apresentado no 3º Simpósio Internacional de História Ambiental e Migrações, ocorrido entre os dias 05 e 07 de novembro de 2014 na Universidade Federal de Santa Catarina, em Florianópolis.

[2] Em sua constituição original, o bioma Mata Atlântica cobria praticamente toda a parte norte do Rio Grande Sul, englobando as regiões fisiográficas do Litoral, da Serra Geral, dos Campos de Cima da Serra, do Planalto Médio e do Alto Uruguai (BORGES FORTES, 1959; MARCUZZO et al., 1998).

verno, fenômeno que Jean Roche vai descrever como "o salto para o Planalto" (ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL/SECRETARIA ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE, 2005, p. 48). Já no século XX, o desmatamento destas áreas potencializou-se a partir da exploração madeireira e pela abertura de novas glebas para a agricultura, especialmente entre os anos 1940 e 1970 (MARCUZZO et al., 1998).

Uma olhada um pouco mais cuidadosa à imagem de satélite também permitirá ao observador identificar, na região que compreende o Alto Uruguai, três pequenas manchas verde-escuras, tal como ilhas solitárias em um mar de lavouras, que atualmente as cercam. Estas áreas não estão lá por mero acaso. São constituídas por um parque florestal estadual, voltado para a preservação da fauna e da flora remanescentes, e duas Terras Indígenas demarcadas pelo governo brasileiro, destinadas às populações Kaingang existentes na região.

O parque florestal é o Parque Estadual do Turvo e fica localizado no município de Derrubadas. Localiza-se em uma área de fronteiras, fazendo divisa com o estado de Santa Catarina e a província de Misiones, Argentina, ambos separados pelo Rio Uruguai. Foi criado em 11 de março de 1947 como uma Reserva Florestal, no governo de Walter Sá Jobim. Tornou-se Parque Estadual em 1954, constituindo-se em uma das primeiras unidades de conservação criadas no Rio Grande do Sul e a maior área de proteção ambiental integral deste estado, com uma área de 17.492 hectares (ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL/SECRETARIA ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE, 2005, p. 48, 2005, p. 48).

Outra área em que se observam os vestígios da Mata Atlântica resistente na região do Alto Uruguai é a Terra Indígena Guarita, de população majoritariamente Kaingang. Com um total de 23.406,87 hectares, demarcados pelo governo estadual em 1918 e assumida juridicamente pelo Serviço de Proteção aos Índios (SPI) em 1941, a TI Guarita possui na atualidade uma cobertura florestal de aproximadamente 70% de seu território (ISA, 2014).

A terceira "ilha" que se visualiza no mapa é o objeto principal de análise deste artigo. Pertence hoje à Terra Indígena Nonoai, espaço demarcado em 1911 pela Diretoria de Terras e Colonização do Rio Grande do

[3] Embora seja considerada uma área demarcada para os Kaingang, na atualidade existe uma aldeia Guarani que ocupa uma parcela desta Terra Indígena. Este fato é comum em outras áreas indígenas demarcadas para os Kaingang nos estados do RS, SC e PR.

Sul, para abrigar a população Kaingang da região.[3] Com uma extensão de 34.976 hectares, dos quais cerca de 15.000 destinados à constituição de uma reserva florestal, a área possui uma história repleta de disputas e conflitos em instâncias governamentais, jurídicas e departamentais pela posse do patrimônio territorial e florestal nela existente. É sobre esta história de disputas que versará este texto.

Terra Indígena Nonoai: Aldeamento, Toldo e Posto Indígena

O espaço de terras hoje denominado Terra Indígena Nonoai, localizado na região noroeste do estado do Rio Grande do Sul, foi criado oficialmente em 1846, no contexto de uma política imperial de aldeamentos.[4] Na província gaúcha, os aldeamentos estavam destinados à concentração dos indígenas Coroados (os atuais Kaingang), ocupantes das matas e campos das porções norte e nordeste da província. Para o governo provincial, o principal objetivo da organização de aldeamentos era livrar as áreas próximas a Cruz Alta e Passo Fundo da influência indígena e de suas "correrias", liberando-as para a colonização. Não há evidências exatas sobre o tamanho desta área. Segundo Ligia Simonian e Telmo Marcon, com base em dados cartográficos e documentais do século XIX, é possível que atingisse aproximadamente 360 mil hectares (SIMONIAN, 1981; MARCON, 1994).

Nos primeiros anos do século XX, já sob o regime republicano, o antigo aldeamento indígena tornou-se Toldo Indígena Nonoai, sob a responsabilidade da Secretaria de Negócios e Obras Públicas do RS, cuja subordinada *Diretoria de Terras e Colonização* (DTC), era responsável pela delimitação e demarcação das reservas indígenas. Neste cenário, o então diretor da DTC, o engenheiro e político positivista Carlos Torres Gonçalves, alcançou destaque por ter organizado, em 1909, o chamado *Serviço de Proteção Fraternal aos Indígenas do Rio Grande do Sul* (PEZAT, 1997; RODRIGUES, 2007). Este serviço foi criado com a missão de garantir que uma parcela das terras demarcadas

[4] Trata-se do "Regulamento acerca das Missões de catequese e civilização dos Índios" (Decreto n. 426 de 24/07/1845), que estabelece as diretrizes gerais da política indigenista do Império. Através do Decreto n. 426, complementam-se as atribuições do Ato Adicional de 12 de maio de 1834, que previa para as assembleias provinciais a função de legislar sobre a catequese e a civilização dos indígenas, e da Lei de 21 de Junho de 1841, que autorizava os governos provinciais a estabelecerem missões nas áreas indígenas. Com o novo Regulamento de 1845, toda a responsabilidade da catequese e aldeamento dos indígenas fica a cargo das províncias, as quais deveriam criar cargos de Diretores Gerais e Diretores de Aldeamentos. Ver: CUNHA, 1992.

fosse destinada aos indígenas. A partir das demarcações efetuadas pela DTC, Nonoai tem sua área delimitada em 1911, atingindo uma extensão de 34.976 hectares. Composto por campos nativos, entrecortado por matas de araucária e ervais, o Toldo de Nonoai tinha seu território vinculado ao Distrito de Nonoai, então pertencente ao município de Sarandi.

O *Serviço de Proteção Fraternal* pode ser caracterizado como uma política assistencialista. Tinha como linha mestra garantir a proteção dos indígenas sob dois aspectos principais: em primeiro lugar, no quesito material e, subsequentemente, no aspecto moral. Resumidamente, sob o ponto de vista material, o governo pretendia possibilitar a garantia da subsistência dos indígenas através de seus próprios recursos. Já sob o ponto de vista moral, buscava-se garantir o respeito à sua organização própria, seus costumes e às suas crenças. Todavia, com a destituição de Torres Gonçalves da direção da DTC em 1928, logo após a eleição de Getúlio Vargas à presidência do estado, o *Serviço de Proteção Fraternal aos Indígenas do Rio Grande do Sul* é praticamente esquecido pelos secretários subsequentes.

A década de 1930 marca, por conseguinte, o fim da política indigenista de influência positivista, uma marca particular de Carlos Torres Gonçalves. Há uma mudança de postura com relação aos indígenas, advinda com as novas políticas do PRR, agora muito mais preocupado em atender às oligarquias rurais e empresas colonizadoras. Nesse momento, de acordo com Lígia Simonian, o estado passa a atuar direta e indiretamente como expropriador oficial das terras dos índios (SIMONIAN, 1981, p. 133). Ocorre, dessa forma, uma invasão acentuada dos territórios indígenas por parte de pequenos posseiros, peões desempregados e, sobretudo, por grandes e médios agricultores em busca de terras para o cultivo agrícola de maior escala, a exemplo do trigo que, à época, surgia como o principal produto cultivado no estado. A grave situação força o governo gaúcho a entregar a tutela dos indígenas do estado à União. Esta, através do Serviço de Proteção aos Índios, inicia em princípios de 1941 a instalação de Postos Indígenas a partir dos já existentes toldos.

A criação da Reserva Florestal de Nonoai

A instalação de um Posto Indígena pelo SPI em Nonoai causou muitos inconvenientes para alguns moradores da região, sobretudo para comerciantes, agricultores e madeireiros, que usufruíram fartamente da mão

de obra indígena e dos recursos naturais existentes dentro da área quando da tutela estadual. Estes inconvenientes se deram, em grande parte, porque ao efetivar-se a tutela federal sobre os índios, o governo federal incluía entre seus propósitos a vigilância ao patrimônio existente nas áreas, principalmente do patrimônio florestal. Não foram raros os atritos envolvendo funcionários do SPI e antigos beneficiários dos toldos.

De acordo com informações apresentadas nos relatórios do primeiro encarregado de Nonoai, Francisco Vieira dos Santos, foram frequentes as ameaças sofridas por ele e pelos demais funcionários do SPI, quando se iniciaram os trabalhos de estruturação do Posto Indígena (Ofício-Relatório n. 10 do PIN Nonoai. In: Boletim Interno n. 12, 30 nov. 1942). Além disso, moradores dos arredores incitavam os índios a desobedecerem as novas regras e a abandonarem os serviços. Isso acontecia, segundo Vieira dos Santos, porque a instalação do posto prejudicou alguns indivíduos que usufruíam das terras dos índios para interesses pessoais (Ofício-Relatório nº 10 do PIN Nonoai. In: Boletim Interno n. 12, 30 nov. 1942).

O repúdio à instalação de um Posto Indígena não ocorreu apenas em Nonoai. É importante frisar que, na região sul do Brasil, em praticamente todas as áreas indígenas que o SPI passou a administrar a partir de 1941, existiram certos segmentos da sociedade regional que mantinham empreendimentos ou outros interesses no interior das mesmas. Camponeses, comerciantes e madeireiros, em muitos casos, aliavam-se com as próprias lideranças indígenas ou funcionários do estado, visando conseguir autorização para o corte de madeiras dentro das reservas, extração de minérios ou mesmo para o arrendamento de lotes de terras para cultivo.

Sob a administração do SPI, há uma proibição inicial de todas as relações de arrendamentos, associações para extração de madeira ou outras atividades que não tivessem contrato firmado e autorizado pelo próprio órgão indigenista. Isso possibilitou uma relativa proteção às matas existentes nos Postos Indígenas. Como as regiões norte e noroeste do RS apresentavam grande crescimento agropecuário na década de 1940, a cobertura florestal destas áreas foi seriamente atingida. Este fator tornou as áreas indígenas refúgios de mata nativa e, ao mesmo tempo, alvos da cobiça de muitos empresários madeireiros, que viam nestes locais importantes nichos de negociatas.

É importante salientar que o governo estadual tinha ciência desta questão. Por isso mesmo, alegando preocupação com o futuro das matas

existentes nos Postos Indígenas, o governador Walter Sá Jobim ratifica um decreto sobre ocupação de terras no estado proposto em 1941, pelo então Interventor Osvaldo Cordeiro de Farias. Este decreto reduzia as áreas indígenas demarcadas nos anos de 1911 e 1918, fixando, com base no Regulamento de Terras do RS e à revelia dos interesses das populações indígenas, um novo critério de ocupação nos Postos Indígenas: 75 hectares por família e 25 hectares por índio solteiro e maior de 18 anos (CIMI, 1978, p. 4). As terras excedentes a esse critério seriam destinadas à formação de reservas florestais, sob controle exclusivo do Estado.

Oficialmente, a consolidação desta proposta ocorre com a homologação do Decreto n. 658, de 10 de Março de 1949, o qual destinou cerca de 25 mil hectares pertencentes aos Postos Indígenas Nonoai e Serrinha para o fim de constituírem reservas florestais (SIMONIAN, 1981, p. 138). Somente do Posto Indígena Nonoai, a área destinada à formação da reserva florestal foi de 19.998 hectares, restando ao usufruto dos indígenas os restantes 14.900 hectares. A justificativa do governo estadual era que o SPI, por meio de seus projetos desenvolvimentistas, estava extraindo madeiras das áreas indígenas, o que colocava em risco a conservação da flora típica daquela região (CIMI, 1978, p. 04).

Uma das cláusulas do Decreto n. 658, previa que os indígenas que ocupavam as áreas destinadas à reserva florestal deveriam abandoná-las. A tarefa de remoção das famílias indígenas do parque florestal foi designada ao próprio encarregado do Posto Indígena Nonoai, Francisco Vieria dos Santos, como indica ofício encaminhado ao encarregado pelo Inspetor Florestal Luís Fagundes:

> Levamos ao conhecimento de VS. que esta Inspetoria recebeu ordens do Sr. Secretário da Agricultura, Indústria e Comércio, para proceder com urgência a retirada dos selvícolas que moram dentro dos limites da Reserva Florestal lindeira ao Toldo de Nonoai. [...] Sabedores que somos, de que o Serviço de Proteção aos Índios a quem estão subordinados os acima referidos, está sob orientação de SV, vimos pelo presente, solicitar os vossos bons ofícios, no sentido de que seja determinado aos mesmos, se retirarem com urgência da mencionada reserva. [...] Cumpre-nos também vos informar, que a resolução do Sr. Secretário está fundamentada no prejuízo constante que os índios aí habitantes vêm causando anualmente as matas da aludida reserva (BRASIL, Ministério da Agricultura/SPI. **Ofício n. 62.** 04 jul. 1950).

Cerca de 30 famílias indígenas ocupavam a área. Para agilizar a remoção destas, o Inspetor Florestal solicita a Francisco Vieira que proceda

urgentemente com a mudança e explicita que, caso não o fizesse e os indígenas se mostrassem reticentes, estava "com ordem de empregar força" (BRASIL, Ministério da Agricultura/SPI. Ofício n. 15, 14 jul. 1951). Mesmo argumentando que a reserva florestal não cumpria com o seu objetivo, pois, não obstante a proteção do estado, estava sendo invadida por empresas agrícolas que exploravam a área para plantio, por caçadores permanentes e exploradores de pedras semipreciosas, Francisco Vieira acaba procedendo a desocupação (BRASIL, Ministério da Agricultura/SPI. Ofício n. 15, 14 jul. 1951).

Lígia Simonian reforça essa afirmação, explicando que, após a demarcação oficial da reserva florestal, esta sofreu "invasões de peões, lavradores, agregados, meeiros, todos expulsos do campo ante a solidificação dos cultivos do trigo e da soja no Estado" (SIMONIAN, 1981, p. 139). O fato destacado por Simonian denota um fenômeno recorrente no RS a partir da década de 1950, quando ocorre o esgotamento das terras destinadas à colonização. Este cenário de escassez de terra potencializa o processo de intrusão nas reservas indígenas e florestais no estado, culminando em mais espoliações.

A espoliação oficial da Reserva Florestal de Nonoai

Entre 1962 e 1964 o governo do RS promove vários atos de esbulho contra as terras indígenas existentes no estado, fruto de políticas fundiárias contraditórias e excludentes. Para assentar parcelas da população destituída da terra, condenou-se outras a abandonarem as suas. Neste período, vários postos indígenas foram retalhados ou completamente extintos para atenderem à "reforma agrária" promovida pelo governo de Leonel de Moura Brizola (SIMONIAN, 2009; CARINI; TEDESCO, 2012; BRINGMANN, 2015). No tocante à Reserva Florestal de Nonoai, pelo Decreto n. 13.795 de 10 de Julho de 1962, foram designados 2.499 hectares desta para assentamento de camponeses sem terra, totalizando 143 lotes (CIMI, 1978, p. 8). Em princípio, não houve nenhum parecer contrário ao ato governamental por parte do SPI.

Não surpreende a inércia do órgão indigenista federal, pois as inúmeras denúncias que levaram à sua extinção em 1967 incluem favorecimentos a empresas e empresários ante o patrimônio territorial e florestal de diversas áreas indígenas. No caso de Nonoai, ao fomentar a prática dos

arrendamentos na área do posto, o órgão indigenista alimentava a esperança de uma massa de camponeses excluídos da terra de possuírem sua gleba. Esses camponeses fixavam-se na área e convenciam outras famílias a fazerem o mesmo, ainda que sem contrato firmado com o SPI. O resultado destes arrendamentos possibilitou que, em 1963, houvesse mais camponeses do que indígenas dentro do PI Nonoai, (cerca de 600 famílias camponesas, de acordo com os dados do Conselho Indigenista Missionário) (CIMI, 1978, p. 8).

Do mesmo modo, a concessão de parte da Reserva Florestal de Nonoai para reforma agrária atrai mais camponeses sem terra para a região, muitos dos quais acabam invadindo outras partes desta, além do próprio posto indígena. O próprio secretário da agricultura do RS, Adolfo Fetter, ao tomar conhecimento deste processo por meio da queixa levada a ele pelo cacique de Nonoai, Antônio Nascimento, denuncia a prática: "a reserva de mato, zelada para futura utilização está sendo arrasada pelos intrusos; os índios vêm sofrendo toda sorte de perseguições, espancamentos, destruição dos ranchos e lavouras, por parte dos intrusos" (RIO GRANDE DO SUL/SECRETARIA DE AGRICULTURA, 1963. In: CIMI, 1978, p. 8).

É importante salientar que as invasões contavam com a conivência velada do *Instituto Gaúcho de Reforma Agrária* (IGRA). Conforme noticiado no *Jornal Última Hora*, o IGRA, ao não impedir a ocupação da reserva florestal e do Posto Indígena Nonoai, permitiu a existência de uma falsa sensação de segurança aos sem terra que pretendiam lotes nessa área (BRASIL, Ministério da Agricultura/SPI. 21/08/1963, p. 8). Os camponeses sem terra produziram inclusive um documento no qual apresentam suas pretensões nas áreas invadidas. No documento, denominado "Memorial", o presidente da Associação dos Agricultores Sem Terra de Nonoai e Sarandi, Afonso Nunes Barros, informa que existiam aproximadamente 500 colônias vagas na fazenda Sarandi, 750 na Reserva Florestal de Nonoai, 750 no Toldo Nonoai, 100 na reserva da Serrinha. Baseando-se nestes dados, Barros informa que somente na área indígena de Nonoai e na reserva florestal poderiam ser assentadas cerca de 1500 famílias sem terra (RIO GRANDE DO SUL/SECRETARIA DE AGRICULTURA, 1963. In: CIMI, 1978, p. 8).

Como se percebe, já havia estatísticas prontas sobre as áreas, a partir de cálculos que reproduzem o velho lema "muita terra pra pouco índio". Frente a tal situação, paulatinamente vai ocorrendo o abandono do posto

por parte de muitas famílias indígenas. O capitão dos índios de Nonoai, Vainard Cassemiro, em relato à CPI promovida pela Assembleia Legislativa do RS para apurar o caso em 1967, ressaltou que:

> [...] houve luta dos intrusos e índios, sendo que um destes foi morto e vários ficaram feridos; um índio foi assassinado a pedradas [...]. Muitos índios saíram da seção Porongos por causa dos intrusos, indo para a seção Bananeiras ou para Iraí, e outros fugiram para as colônias, extraviados. Os índios recuam a medida que os intrusos avançam ocupando as suas terras. Os intrusos já tomaram a seção de Porongos e cercam a área dos índios por todos os lados [...] (ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL/ASSEMBLEIA LEGISLATIVA. CPI 1967/1968, p. 5).

Mediante a gravidade da questão, finalmente o SPI intervém, solicitando obediência à legislação que garante as terras do PI Nonoai aos indígenas. Da mesma forma, a Reserva Florestal passa a ser protegida por legislação estadual, o que faz com que o governo envie tropas da Polícia Militar à região, visando controlar excessos e realizar a retirada dos posseiros, tanto da área indígena quanto da reserva. O aparato policial enviado a Nonoai, entretanto, ao invés de trazer mais tranquilidade para a região e resolver a questão, parece ter piorado a situação, suscitando uma tensão sem precedentes no município e na região:

> A operação conjunta da Polícia e da Brigada Militar para acabar com a manifestação dos camponeses sem terras que acamparam em Passo Feio terminou com vários incidentes. O acampamento dos "sem terra" foi arrasado e incendiado; líderes sindicais porto-alegrenses que para lá se dirigiram, levando mantimentos para os acampados, foram presos e trazidos para a capital e o prefeito de Nonoai, Jair Calixto, está praticamente prisioneiro em seu gabinete de trabalho com a cidade ocupada por brigadianos. [...] a cidade de Nonoai esta virtualmente ocupada pelas forças da Brigada Militar, que patrulham as ruas armados de fusis e metralhadoras. Nenhum forasteiro pode transitar pela cidade sem que seja acompanhado por um brigadiano (ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL/ASSEMBLEIA LEGISLATIVA. CPI 1967/1968, p. 5).

A intervenção do estado por meio de sua força policial serviu muito mais para aumentar a violência na região do que para contê-la. Muitos depoimentos apresentados na CPI que investigou a invasão do Posto Indígena e da Reserva Florestal de Nonoai apontam casos de violência e torturas praticados contra camponeses posseiros e contra indígenas.

Após ouvir os depoimentos de representantes dos diversos setores dos governos estadual e federal, como a Secretaria Estadual de Agricultura, SPI, Instituto Brasileiro de Reforma Agrária (IBRA), além de lideran-

ças indígenas e camponesas, os deputados concluem a CPI, da qual resultam importantes resoluções. Entre as principais, destacam-se as seguintes: a) reconhecimento do direito dos índios nas terras demarcadas; b) recuperação das terras dos índios e reincorporação das áreas destinadas à reserva florestal; c) afastamento de todos os intrusos existentes na área de Nonoai, concedendo-lhes terras em outros locais (Folha da Tarde, 21/12/1967, In: CIMI, 1978, p. 13, SIMONIAN, 1981, p. 148-149). As resoluções desta CPI, no entanto, nunca foram cumpridas, e tanto o PI quanto a Reserva Florestal de Nonoai, assim como várias outras áreas indígenas no Rio Grande do Sul, continuaram ocupadas por posseiros ao longo das décadas de 1960 e 1970.

O florescer do movimento indígena em Nonoai

A década de 1970 inicia sem grandes avanços no tocante à situação envolvendo posseiros e indígenas, mesmo com a emergência de uma nova agência indigenista no país.[5] Perante a inércia dos organismos governamentais, a população do Posto Indígena Nonoai organiza-se e passa a reagir de maneira mais ostensiva no sentido de recuperar suas terras.

Em 1974, o clima de tensão na área era grande. Em maio deste ano, o jornal Estado de São Paulo divulgava que "a qualquer momento poderá ocorrer um grave conflito armado entre os 1200 Kaingang de Nonoai e os seis mil agricultores que trabalham nas terras reclamadas pelos índios" (Estado de São Paulo, 17 maio 1974, In: CIMI, 1978, p. 26). O mesmo jornal informou em agosto de 1975 que os Kaingang das áreas indígenas do Rio Grande do Sul "deixam transparecer nos seus atos sua revolta. As ameaças se sucedem e muitos têm partido para a ação direta destruindo roçado dos invasores" (Estado de São Paulo, 30 ago. 1975, In: CIMI, 1978, p. 32).

A situação exigiu medidas urgentes por parte dos governos federal e estadual. Destarte, um grupo de trabalho com representantes da FUNAI, do INCRA e do governo gaúcho é organizado para estudar a questão dos intrusos e arrendatários das áreas indígenas do Rio Grande do Sul. Os dados apresentados pelo grupo, ainda em 1975, indicam que havia mais de

[5] A partir de 1967, quando o SPI é extinto após inúmeras denúncias de corrupção contra funcionários, o governo federal rearticula a política indigenista em torno da Fundação Nacional do Índio (FUNAI).

900 famílias camponesas plantando e morando no Posto Indígena Nonoai, o que totalizava 5.207 pessoas. A área ocupada pelas famílias camponesas era de 9.634,2 hectares, o que equivalia a 64,6% da área total da reserva (Estado de São Paulo, 30 ago. 1975, In: CIMI, 1978, p. 33). O principal resultado das atividades promovidas pelo GT é que reconheceu a necessidade de restaurar o mais rápido possível a posse da terra aos indígenas.

Entre as ações propostas para evitar o confronto entre índios e posseiros estava o reassentamento dos últimos em outras áreas do estado ou fora dele, em caráter definitivo. Cinco alternativas de locais para reassentamento dos camponeses são elencadas: Polígono de Altamira, PA; Zona de Cáceres, MT; Ariquemes, RO; áreas da União no próprio RS e lotes individuais concedidos por meio de crédito fundiário. Ficou estabelecido também que a retirada dos camponeses caberia inicialmente à FUNAI e o INCRA se incumbiria do reassentamento das famílias (Estado de São Paulo, 30 ago. 1975, In: CIMI, 1978, p. 34-35). Obviamente houve muita resistência por parte de posseiros, muitos dos quais assentados há anos na área indígena e constituindo considerável patrimônio.

Assim como ocorreu com a CPI de 1967, as ações do grupo de trabalho reverberaram muito mais em ações de gabinete do que em medidas práticas e efetivas. Frente ao marasmo das desocupações por parte dos órgãos competentes, entre os anos de 1976 e 1977, os indígenas de Nonoai passaram a se organizar através de comissões de índios formadas para pressionar diretamente os presidentes da FUNAI e da República para uma solução definitiva. Os indígenas contaram com muitas adesões à causa, principalmente por parte de entidades religiosas, como a Pastoral da Terra e o Conselho Indigenista Missionário (CIMI). Contaram ainda com apoio de setores ligados a universidades, por meio de antropólogos, sociólogos e indigenistas, que passaram a atuar no sentido de defender as áreas indígenas (CARINI; TEDESCO, 2012, p. 46).

O antagonismo entre índios e camponeses se acirrou em 1978, quando, no mês de maio, após inúmeras assembleias e reuniões, os Kaingang levam a cabo medidas drásticas para pressionar os posseiros a abandonarem a área. Entre as primeiras ações computadas estão os incêndios nas escolas, consideradas fortes mecanismos retentores dos posseiros na área indígena (SIMONIAN, 1981, p. 177). Foram sete as escolas rurais queimadas, que haviam sido construídas pelas prefeituras das cidades limítrofes do posto indígena. Na sequência, armando-se de porretes, arcos e flechas, lan-

ças e algumas armas de fogo, os Kaingang deram início ao processo de expulsão dos quase três mil camponeses que ainda ocupavam suas terras (FERNANDES, 2003, p. 220-221)

Como lembra Simonian, grupos de índios sem número específico eram organizados e armados para darem a "ordem de saída" (SIMONIAN, 1981, p. 184). A Brigada Militar intervinha nas ações, vigiando o despejo movido pelos indígenas. Estes, por seu turno, continuaram a cobrar os prazos dados aos posseiros, que, em sua maioria, saíam às pressas da área, instalando-se nos arredores das cidades de Planalto e Nonoai. Abrigavam-se em acampamentos provisórios ou nas casas de conhecidos, até a definição de um local onde seriam reassentados (CIMI, 1978, p. 100-101, CARINI; TEDESCO, 2012, p. 49).

No final do mês de maio de 1978, aproximadamente 500 famílias já haviam abandonado a área indígena. Os Kaingang assumiram a tarefa de reconstruí-la, organizando-se para ocupá-la efetivamente e iniciar a caminhada para uma recuperação ambiental, cultural e populacional. Entre as lideranças, consolidou-se o discurso de criar condições necessárias para o retorno de muitas famílias indígenas que, desde a intensificação da intrusão, haviam-se espalhado pelo Rio Grande do Sul, por Santa Catarina e pelo Paraná (CIMI, 1978, p. 101). Foi neste momento que a Reserva Florestal de Nonoai começa a ser requisitada pelos Kaingang de maneira mais enfática.

Considerações finais: a retomada da Reserva Florestal de Nonoai como símbolo da luta indígena

Após a reconquista da terra, os Kaingang denunciaram e confrontaram a exploração efetuada pela própria FUNAI, através do Departamento Geral do Patrimônio Indígena (DGPI), órgão responsável pelos projetos de desenvolvimento agropecuário nas áreas indígenas brasileiras. O DGPI produzia soja no PI Nonoai e a renda obtida raramente era revertida em benefício da comunidade indígena. No tocante à Reserva Florestal de Nonoai, embora tenha sido sugerida sua reintegração à área indígena pela CPI de 1967, nenhuma ação nesse sentido correu ao longo das décadas de 1970 e 1980. A reserva florestal continuava vigiada por guardas florestais que impediam a entrada dos indígenas.

Cansados da espera e das promessas governamentais de que a reserva voltaria ao controle dos indígenas de Nonoai, as lideranças deste posto começam um movimento de reivindicação bastante forte entre o final dos anos 1980 e início de 1990. Em 1992, cerca de 250 indígenas, entre os quais muitas mulheres e crianças, rompem o cerco da guarda florestal e reocupam a reserva, onde permanecem acampados por vários anos, enquanto o processo corria na justiça (ZERO HORA, 17 fev. 1992). Ao mesmo tempo em que se negociava o retorno da reserva florestal para os Kaingang, entidades ecológicas do RS e SBPC mobilizaram-se para impedir que o governo estadual devolvesse a área à comunidade indígena. Sua justificativa era de que a reserva havia sido destruída ao longo dos anos pelos próprios índios, ao permitirem a caça predatória, as queimadas criminosas e a exploração de pedras semipreciosas e madeira (CORREIO BRAZILIENSE, 22 jan. 1994).

Não obstante os inúmeros protestos por parte de ONGs ambientalistas e instituições de ensino e pesquisa do estado, no ano de 2003, a Reserva Florestal de Nonoai é finalmente devolvida à população Kaingang e Guarani de Nonoai, através do Decreto Presidencial n. 03, de 10 de fevereiro de 2003 (BRASIL, 2003).

No cômputo geral desse processo, algumas reflexões merecem lugar na finalização deste texto. Ao analisar o processo de criação da Reserva Florestal de Nonoai, é possível observar uma atuação incisiva do governo do estado do RS como expropriador oficial dos indígenas em dois momentos principais. Primeiramente, com a demarcação de uma reserva florestal à revelia dos interesses indígenas. Mesmo sabendo tratar-se desta área uma das mais importantes fontes de coleta de matéria-prima para a confecção de artesanato e de alimentos de origem vegetal e animal pelos índios, o governo fixa decretos excludentes e fornece forte aparato policial para impedir a entrada destes na área. Da mesma forma, é o próprio estado que atua como espoliador oficial, permitindo invasões e depredações por parte de posseiros, intrusos ou arrendatários, ou mesmo concedendo uma boa parcela da reserva para o assentamento dos sem terra, promovendo uma reforma agrária em terras pertencentes aos indígenas.

Neste contexto, o SPI e a FUNAI se mostram extremamente inoperantes, sendo ora coniventes com as ações do governo gaúcho, ora esquivando-se de suas responsabilidades para a defesa dos direitos territoriais da população que atendiam. Por conta disso, é possível afirmar que a recuperação da reserva e sua redemarcação como área indígena é fruto muito

mais das pressões protagonizadas pelos índios, por meio de mobilizações políticas e ações armadas, do que por ações das agências indigenistas que parecem ter abandonado as prerrogativas pelas quais foram criadas.

Com relação ao destino da reserva, apesar de homologada em 2003, vários recursos tramitam na justiça para que a área hoje conhecida como Terra Indígena Nonoai-Rio da Várzea retorne ao estado como reserva florestal. Cerca de 400 indígenas ocupam este espaço atualmente, onde mantêm roçados de subsistência e coletam material para produção de artesanato. O cacique desta TI, José Lopes do Nascimento, garante que existe uma ocupação sustentável da área, afirmando inclusive que mantém uma guarda indígena para protegê-la de madeireiros, caçadores e mineradores.

Quanto ao receio de ecologistas de que a reserva seria devastada, isto não se confirmou. Percebe-se que, desde 2003, não se registraram grandes impactos na sua flora, a qual mantém uma cobertura florestal em ótimo estado de conservação. Todavia, não há dados que possam garantir o mesmo com relação à fauna. Em se tratando de cobertura florestal, conforme destacado no início do artigo, as imagens atuais de satélite permitem observar a sua permanência praticamente intacta, mantendo-se como uma pequena ilha isolada em meio às lavouras que a circundam.

Referências

BORGES FORTES, Amyr. *Aspectos Fisiográficos, Demográficos e Econômicos do Rio Grande do Sul*. Serviço Social da Indústria, 1959.

BRASIL, Presidência da República. Decreto de 10 fev. 2003. Disponível em: <http://legis.senado.gov.br/legislacao/ListaTextoIntegral.action?id=223612&norma=236213>. Acesso em: 12 fev. 2017.

BRINGMANN, Sandor Fernando. *Entre os Índios do Sul:* Uma análise da atuação indigenista do SPI e de suas propostas de desenvolvimento educacional e agropecuário nos Postos Indígenas Nonoai/RS e Xapecó/SC (1941-1967). Tese (Doutorado em História), Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Florianópolis, 2015.

CARINI, Joel João. *Estado, Índios e Colonos:* o conflito na reserva indígena de Serrinha – norte do Rio Grande do Sul. Passo Fundo: Editora UPF, 2005.

CARINI, Joel; TEDESCO, João Carlos. O Conflito de Nonoai: um marco na história de lutas pela terra. In: ZARTH, Paulo A. (Org.). *História do Campesinato na Fronteira Sul*. Porto Alegre: Letra & Vida; Chapecó: Universidade Federal da Fronteira Sul, 2012, p. 33-57.

CIMI. *Boletim Luta Indígena:* informativo dos índios e missionários do Sul do Brasil. n. 6. Xanxerê, ago. 1978.

CORREIO BRAZILIENSE. Ambientalistas denunciam queimada no Parque Nonoai, p. 14, 22 jan. 1994. Disponível em: <https://documentacao.socioambiental.org/noticias/anexo_noticia/12065_20100514_104423.pdf>. Acesso em: 12 fev. 2017.

CUNHA, Manuela C. da (Org.). *História dos Índios no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

FERNANDES, Ricardo Cid. *Política e Parentesco entre os Kaingang:* uma análise etnológica. Tese (Doutorado em Antropologia Social), Universidade de São Paulo, São Paulo, 2003.

ISA. Instituto Socioambiental. *Terra Indígena Guarita*. Disponível em: <http:// www.socioambiental.org>. Acesso em: 12 set. 2014.

SIMONIAN, Ligia T. L. *Terra de Posseiros:* um estudo sobre as políticas de terras indígenas. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social). Museu Nacional, UFRJ, 1981.

SIMONIAN, Ligia T. L. Política/ação anti-indigena de Leonel de Moura Brizola. In: GOLIN, Tau; BOEIRA, Nelson (Orgs.). *Povos Indígenas*. Passo Fundo: Méritos, 2009. p. 469-496. (Coleção História Geral do Rio Grande do Sul, 5).

MARCON, Telmo (Org.). *História e cultura Kaingang no sul do Brasil*. Passo Fundo: Ed. UPF, 1994.

MARCUZZO, Silvia; PAGEL, Sílvia Mara; CHIAPETTI, Maria Isabel Stumpf. *A reserva da biosfera da Mata Atlântica no Rio Grande do Sul:* situação atual, ações e perspectivas. São Paulo: Conselho Nacional da Reserva da Biosfera da Mata Atlântica, 1998. (Série Estados e Regiões da RBMA, 11).

PEZAT, Paulo Ricardo. *Auguste Comte e os fetichistas:* estudo sobre as relações entre a Igreja Positivista do Brasil, o Partido Republicano Rio-Grandense e a política indigenista na República Velha. Dissertação (Mestrado em História), UFRGS, Porto Alegre, 1997.

ROCHE, Jean. *A colonização alemã e o Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Editora Globo, 2 v. 1969.

RODRIGUES, Cíntia Régia. *As populações nativas sob a luz da modernidade:* a proteção fraterna no Rio Grande do Sul (1908-1928). Tese (Doutorado em História). Unisinos, São Leopoldo, 2007.

ANAIS 8ª Assembleia dos Chefes Indígenas. Depoimento do chefe Kaingang Candetê. Ijuí/RS. 16 a 18 abr. 1977, p. 28. Disponível em: <http://www.docvirt.com/docreader.net>. Acesso em: 12 fev. 2017.

BRASIL, Ministério da Agricultura/SPI. *Ofício n. 62 da Secretaria da Indústria e Comércio do RS ao encarregado do PI Nonoai Francisco Vieira dos Santos*. Erechim. 4 jul. 1950. Microfilme 058. Fotograma 1326. SEDOC/Museu do Índio-RJ.

BRASIL, Ministério da Agricultura/SPI. *Ofício n. 15 do encarregado do PI Nonoai Francisco Vieira a Dival José de Souza, Chefe da IR7*. Nonoai. 14 jul. 1951. Microfilme 058. Fotograma 11425 a 1427. SEDOC/Museu do Índio-RJ.

BRASIL, Ministério da Agricultura/SPI. *Recortes Jornal Última Hora*. 21 ago. 1963. p. 8. Microfilme 059. Fotograma 0143. SEDOC/Museu do Índio-RJ.

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL/ASSEMBLEIA LEGISLATIVA. CPI para apurar a situação em que se encontram os índios do Toldo Nonoai e os chamados "agricultores sem terra". Porto Alegre, 1967/1968.

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL/SECRETARIA ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE. *Plano de manejo do Parque Estadual do Turvo*. Porto Alegre, 2005.

RELATÓRIO 25/08/1914. *Relatório da Diretoria de Terras e Colonização de 9 de julho de 1914*, publicado no Relatório da Secretaria de Estado das Obras Públicas apresentado ao presidente Antonio Augusto Borges de Medeiros, presidente do Estado do Rio Grande do Sul em 25 de agosto de 1914. Porto Alegre: Officinas Graphicas da Livraria do Globo, 1914.

RELATÓRIO 07/1930. *Relatório da Diretoria de Terras e Colonização de 1929*, publicado no Relatório da Secretaria de Estado das Obras Públicas apresentado ao presidente Getúlio Vargas, presidente do Estado do Rio Grande do Sul em Julho de 1930. Porto Alegre: Officinas graphicas d'A Federação. 1930, p. 766.

WESTPHALEN, Moysés. Reforma Agrária nas Terras dos Índios. *Jornal Correio do Povo*. 3 jul. 1963. p. 9. Arquivo do Museu de Comunicação Social Hipólito José da Costa MCSHJC/Porto Alegre-RS.

ZERO HORA. Índios querem área do Parque Florestal. 17 fev. 1992. Disponível em: <https://documentacao.socioambiental.org/noticias/anexo_noticia/11792_20100507_091317.pdf>. Acesso em: 12 fev. 2017.

Fontes

BRASIL, Ministério da Agricultura/SPI. *Boletim Interno n. 4.* 2 fev. 1942. SEDOC/Museu do Índio-RJ.

BRASIL, Ministério da Agricultura/SPI. *Boletim Interno n. 12.* 30 nov. 1942. SEDOC/Museu do Índio-RJ.

BRASIL, Ministério da Agricultura/SPI. *Boletim Interno n. 14.* 31 jan. 1943. SEDOC/Museu do Índio-RJ.

BRASIL, Ministério da Agricultura/SPI. *Boletim Interno n. 17.* 30 abr. 1943. SEDOC/Museu do Índio-RJ.

BRASIL, Ministério da Agricultura/SPI. *Boletim Interno n. 22.* 30 set. 1943. SEDOC/Museu do Índio-RJ.

La yerba mate en el prisma de la historia ambiental, Misiones (Argentina)

María Cecilia Gallero

Introducción

La yerba mate es una de las producciones más representativas de la economía de la Provincia de Misiones, Argentina. Por largo tiempo extraída de los yerbales naturales, fue explotada sin mayores efectos en la selva que la cobijaba hasta fines del siglo XIX. Sin embargo, esta situación cambió cuando comenzó a explotarse comercialmente, y de manera radical cuando pasó a cultivarse.

Este capítulo tiene como objetivo mostrar la transformación que sufrió el medioambiente de Misiones a partir de la implementación de los yerbales cultivados a principios del siglo XX. Para ello, se ha tomado como estudio de caso la Cooperativa de "Productores de Yerba Mate de Santo Pipó S.C.L.", pues además de ser la primera cooperativa especializada, fue fundada por suizos que migraron con el fin de dedicarse al cultivo de la yerba mate.

Estudiar la producción de la yerba mate a través del prisma de la historia ambiental permite explicar el impacto provocado por los seres humanos en el territorio misionero. En este sentido, la llegada de inmigrantes suizos tuvo especial repercusión en la mudanza de una economía extractiva a una productiva, pues contribuyeron a arraigarla como cultivo intensivo y explican la razón por la cual la Argentina sea el principal productor mundial de yerba mate, seguido por Brasil y Paraguay (INYM, 2017).

El rastreo bibliográfico sobre la yerba mate realizado merecería un extenso análisis, que aquí se presenta como una escueta síntesis por razones de extensión. Al respecto, es necesario aclarar que a principios del siglo XX la producción historiográfica se remite a los aspectos productivos de la yerba y a sus formas de industrialización (GALLARDO, 1898; GALARZA, 1914; ASTRADA, 1925; GIROLA, 1923), para pasar a los problemas que generó su producción (DAUMAS, 1930; FURNUS, 1930; BUNGE, 1936; MACKINNON & COELHO, 1932; MUELLO, 1929 y PASTORE, 1936),

o analizarla desde su economía (BILLARD, 1944; FREAZA, 2002). De hecho, la tesis doctoral de Alfredo Bolsi (1986) es una investigación pionera en la Argentina para la historia ambiental yerbatera, pues estudia la relación de la yerba mate con el poblamiento de Misiones, desde sus fases extractiva y productiva; y la reciente tesis doctoral sobre *História ambiental da erva-mate* (2013) de Marcos Gerhardt evidencia el interés que genera la pesquisa sobre los cambios socioambientales en la extracción, comercio y consumo de la yerba en Brasil.

Los trabajos de Angélica Amable y Liliana Rojas (1989), Raúl Martínez Crovetto (1995), Alejandro Larguia (2006), Javier Gortari (2007), Gerónimo Lagier (2008) y Pau Navajas (2013) tratan distintos aspectos sobre la historia de la yerba mate, en tanto que la tesis de Víctor Rau (2012) se enfoca en su cosecha y los modos de producción y Daniel Slutsky (2014) analiza el complejo yerbatero en el nordeste de la Argentina. Ténganse en cuenta que el área actual de producción nacional abarca Misiones y el nordeste de Corrientes.

En el mundo, la yerba mate desempeña un papel muy importante en el contexto cultural, histórico y económico de la región misionera. Se trata de una planta cuya composición química posee diversos compuestos de interés y, además de los usos tradicionalmente conocidos, se están desarrollando nuevos productos, como energéticos, suplementos alimenticios, remedios, cosméticos y productos de limpieza. El modo más usual de beberse es como mate (infusión caliente), tereré (infusión fría) o mate cocido (en saquitos de té).

La creciente demanda de yerba mate en los mercados de América del Norte, Europa y Asia dan como resultado el crecimiento vertiginoso de las investigaciones científicas sobre esta especie, que pueden apreciarse en el congreso *Sul-americano da erva mate,* a nivel internacional que se inició en Curitiba en el año 1997 y ha tenido la séptima edición en Erechim en el 2017.[1]

El eje vertebral de este capítulo ha sido organizado en tres partes: una primera da cuenta de los antecedentes de la yerba, haciendo énfasis en las características de la economía extractiva; una segunda analiza y describe la

[1] Luego de más de veinticuatro años de encuentros, se formalizó el Convenio de Cooperación entre los institutos de los tres países productores: IBRAMATE de Brasil, INYM de Argentina, y el Centro Yerbatero Paraguayo <http://www.jornalboavista.com.br/site/print/28704>. Acceso en: 09 maio 2017.

llegada de profesionales que inician la producción del "oro verde" a gran escala, y en la última se exploran los cambios generados por la implantación de los yerbales cultivados.

Algunos antecedentes de la yerba mate, de la economía extractiva y otras yerbas

La yerba mate, *Ilex paraguariensis St. Hilarie*[2], debe su nombre a la descripción que hizo el explorador francés Augustin Saint-Hilaire, quien entre 1816 y 1822 recorrió Brasil y Paraguay estudiando y describiendo plantas y animales, muchas de ellas de la Selva Paranaense que se extendía en gran parte de la antigua "Provincia Jesuítica del Paraguay" (MAEDER, 2013), de allí el apelativo de *paraguariensis*.

Esta característica le otorga a la yerba mate no sólo una ubicación especial en el globo terráqueo, sino además, un margen de estudio que se ve acotado a los límites geográficos propios de su especie, pues la yerba es un ejemplar natural del soto bosque de la Selva Paranaense, la cual también es conocida como Bosque Atlántico del Alto Paraná o Mata Atlántica Interior[3]. Investigaciones como las de Dean Warren (1996), Mundstock Xavier de Carvalho (2010) o Diogo de Carvalho Cabral (2014) dan cuenta de las transformaciones que ha sufrido la Mata Atlántica, mientras que la compilación realizada por Ibsen de Gusmão Câmara (2005) analiza la situación de la biodiversidad y sus perspectivas de conservación.

Un breve recorrido sobre la yerba mate da cuenta que la población Guaraní la utilizaba otorgándole un rol social y un rol de intercambio, especialmente para el trueque con otros pueblos prehispánicos, como los Incas, Charrúas o Araucanos; siendo la misma recolectada exclusivamente de las plantas nativas existentes en la selva.

A los pocos años de iniciada la conquista, la yerba pasó a ser un producto codiciado, tal es así, que los españoles de la ciudad de Asunción

[2] La yerba mate, cuyo nombre vernáculo además del mismo es *caá* o *ka'a* (planta) en Paraguay y erva-mate o congonha en Brasil. Es descripta como un árbol perenne de 8 a 20 metros de altura y 0.20 a 1.50 metros de diámetro, con una copa redondeada y follaje denso de color verde oscuro (SPICHIGER, 1989, p. 44).

[3] El Bosque Atlántico o Mata Atlántica del Alto Paraná es la ecorregión más grande (471.204 km^2) que se extiende desde los faldeos occidentales de la Serra do Mar, en Brasil, hasta el este de Paraguay y la provincia de Misiones, en la Argentina (DI BITETTI; PLACCI; DIETZ, 2003).

desde temprano pretendieron tener la exclusividad del negocio, pidiendo al Rey que "las islas y montes que hay en la comarca que dicen de maracayu [...] conozcan ser pertenecientes a la dicha ciudad y en ellas se pueda beneficiar la dicha yerba..."[4]. Aunque al poco tiempo, Hernando Arias de Saavedra prohibió su comercio, los jesuítas consiguieron que la sexta Congregación Provincial del año 1637 aprobara "no sólo la producción de la yerba mate para consumo de las reducciones, sino también para la exportación" (ROULLIÓN ARRÓSPIDE, 1997, p. 224).

Fue así como la yerba se convirtió en un excelente recurso para las reducciones, pues encontraron la manera de cultivarla cerca de las mismas transformándose en un producto muy importante para la economía reduccional (RIVAROLA PAOLI, 1986; MÖRNER, 1968).

Con la expulsión de los jesuítas en 1767, sobrevino una etapa de desestructuración en la región que se vio acentuado por el proceso independentista, en el que la expansión territorial se dio en áreas no dominadas por los imperios español y portugués (LEAL, 2013, p. 51). La evolución yerbatera que nos ocupa, forma parte de un proceso más amplio en el cual los países vecinos, Brasil y Paraguay desempeñaron papeles de importancia al explotar comercialmente la yerba mate. Alfredo Bolsi lo sintetiza así: mientras Brasil se vio favorecido por la enorme extensión de los yerbales paranaenses que abarcaban buena parte de sus planaltos y se constituyeron en una sólida base para alimentar sus pretensiones comerciales; Paraguay, se convirtió en el gran exportador sudamericano de yerba mate haciendo uso de los amplios manchones de yerba natural que poseía (BOLSI, 1986, p. 37).

Las tierras misioneras que habían sido disputadas por Paraguay y la provincia de Corrientes, tuvieron sus límites definidos con dicho país luego de la Guerra de la Triple Alianza (1865-1870), y con Brasil después del Laudo Cleveland (1895).

En el territorio misionero, hasta entonces y aún por muchos años, la yerba provenía de las plantas silvestres que crecían en manchones con gran densidad de árboles en la selva, llamadas islas. El *Reglamento para la Explotación de los Yerbales Fiscales*, cuidadosamente elaborado y publicado

[4] "Peticiones de los procuradores de la Asunción para que se ponga estanco a la yerba", Asunción 7 de noviembre de 1602. Documento 3428, Biblioteca Nacional, Colección Gaspar García Viñas, Buenos Aires.

en 1876, evidencia el temprano agotamiento de los yerbales naturales (BOLSI, 1986, p. 53). Una de las principales consecuencias de su aplicación tuvo relación con el poblamiento, pues prohibía expresamente el establecimiento de asentamientos permanentes en el área de yerba mate silvestre (SAGASTIZÁBAL, 1984, p. 21-26).

Aunque no existen registros de yerbales que hayan sido cultivados en el siglo XIX, el naturalista Amado Bonpland recibió una concesión para poner en marcha en Santa Ana una empresa yerbatera[5] (ARECES, 2010, p. 162). Aunque este intento terminó en cautiverio, Bonpland describe que el yerbal de Candelaria era el único implantado en tiempo de los jesuítas que podía ser explotado comercialmente, pero no lo cosechaban por temor a los paraguayos (MACHON, 2004, p. 23).

Las riquezas naturales de la selva misionera serían explotadas por Corrientes, como lo evidencia la creación de la "Jefatura Militar en Misiones para la Policía y protección de yerbales" (1856), institución que sentó las bases de la actual Policía de la provincia.

Poco antes de la creación del Territorio Nacional de Misiones (1881), el Ministro de Gobierno correntino, Manuel Mantilla, en un intento vano por mantener el control sobre este territorio, presentó una *Memoria a la Honorable Cámara Legislativa de la Provincia* que informaba los datos necesarios para "ilustrar la cuestión referente a Misiones". En dicho documento había un apartado dedicado especialmente a los yerbales situados en las "Altas Misiones, extendiéndose sobre una inmensa zona del territorio transitable solamente por estrechas picadas, parajes muy distantes de los centros de población más avanzados" (MANTILLA, 1879, p. XCV). Con la federalización de Misiones, el Estado Nacional se encontró con que la tierra había pasado a manos privadas en su gran mayoría. Sin embargo, la legislación establecida en Corrientes continuó vigente, permitiendo la explotación económica de los yerbales a través de concesiones. En las tierras particulares comenzaron a surgir obrajes que tenían como principal interés beneficiarse de la extracción de "maderas de ley", las que a medida que se volvían escasas, cobraban interés otras menos valiosas pero más abundantes,

[5] Amié Jacques Bonpland (n. 1773 en La Rochelle Francia), conocido como Amado Bonpland estuvo cautivo del Dictador José Gaspar Rodríguez de Francia entre 1821-1831, período en el cual ejerció su profesión como médico y se ocupó de la agricultura y ganadería. Luego se instaló en Santa Ana, actual Bonpland en la provincia de Corrientes, lugar en el que residió hasta su fallecimiento el 11/05/1858.

y así de modo sucesivo, se fueron reiterando los ciclos de extracción depredadora, sin que hubiese una adecuada reposición natural de las especies extraídas (GARCÍA FERNÁNDEZ, 2002, p. 28).

La extracción de la yerba se realizaba en comitivas, tal como lo había descrito Ruiz de Montoya muchos años antes: “Tiene la labor de aquesta yerba consumido muchos millares de indios; testigo soy de haber visto por aquellos montes osarios bien grandes de indios, que lastima la vista el verlos...” (RUIZ DE MONTOYA, [1639] 1989, p. 63). El trabajo excesivo que suponía para los indígenas buscarla; faenarla y trasladarla había sido una de las principales oposiciones de los jesuítas al laboreo de la yerba. Una realidad que se reiteró en la figura del mensú, la que atraviesa el imaginario local (GALLERO, 2013), y reflejó la dura realidad laboral de los trabajadores de la yerba mate natural en un medio selvático como la Mata Atlántica, situación que se reitera en los cablocos cosecheros de yerba mate en Brasil, como bien retrata Gerhardt (2009, 2011 y 2013). En Argentina este período se inicia aproximadamente en 1875 con la explotación de yerbatales situados en la selva del actual territorio de Misiones, y finaliza en 1930, cuando se prohíbe por ley la extracción de yerba mate de los bosques naturales, ya completamente sustituida por la producción bajo cultivo (RAU, 2012, p. 40).

Para finalizar este apartado, se muestra la división de los yerbales naturales en la concesión realizada en el año 1904.[6] En el mismo se encuentran los respectivos permisos y resoluciones que habían sido otorgados a propietarios particulares para la explotación de los yerbales. Es interesante ver uno de los mapas que se adjunta al pedido de los solicitantes (Imagen 1), en el cual se ubican los campamentos de los interesados, como ser E. Deagustini y Cía., Antonio Alvez, Carlos Bosetti, Arturo Escalada, Nuñez y Gibaja. De la imagen se desprende que las picadas abiertas eran transitadas hacia los campamentos, y, que además, los yerbales no estaban formados como manchones uniformes, sino que se encontraban mezclados con otros árboles del monte, lo que dificultaba su localización.

---

[6] Los yerbales fueron divididos en cuatro secciones: 1) Yerbales viejos, situados al oeste del arroyo Acaraguay o Barra Bonita; 2) Yerbales nuevos, los comprendidos entre ese último arroyo y la picada de Fracrán o Paggi sobre el río Uruguay; 3) Yerbales de San Pedro, situados entre la picada mencionada y el límite con Brasil; y 4) Yerbales de San Antonio, los situados en la región limitada por los arroyos San Antonio y Uruguaí, y los ríos Iguazú y Paraná. Este documento fue gentilmente cedido por Miguel Angel Stefañuk.

Imagen 1: Plano de Campamentos de yerba del 3º Grupo en San Pedro (1904)

Fonte: Gentileza de Miguel Ángel Stefañuk

El control del gobierno, aunque intentaba mantener el recurso, no llegaba a proteger la capacidad de autorecuperación de los yerbales. Carlos Gallardo presentó un informe que fue publicado con el objeto de "divulgar el conocimiento del estado en que se encuentra la industria yerbatera y las causas que obstaculizan su desenvolvimiento" (1898, p. 1). El declive producido por la expoliación de los yerbales coincidió con los albores de su cultivo, como se verá en el siguiente apartado.

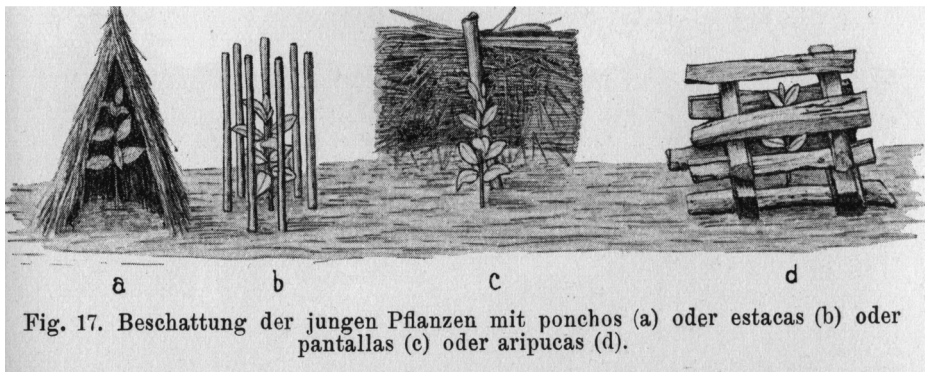
Conocimientos aplicados a la producción del "Oro Verde"

A principios del siglo XX, mientras los yerbales naturales agonizaban y la economía extractiva empezaba a tener fin, la implantación de yerbales cultivados posibilitó la colonización del territorio, y todavía hoy, sigue movilizando su economía. En este sentido, la Colonia de Santo Pipó es paradigmática para estudiarla bajo el prisma de la historia ambiental, pues ayuda a comprender por qué los yerbales impregnan su paisaje.

La estructura socioeconómica del nuevo Territorio Nacional – plantaciones, empresas agroindustriales, etc. – se constituyó principalmente sobre la base de la iniciativa privada. La yerba mate necesitó de un cuidadoso trabajo de investigación para poder cultivarse. Aunque la idea de que este secreto se había ido con la expulsión de los jesuítas estaba muy difundido, Johann Rengger, un viajero suizo y farmacéutico de profesión, que compartió parte de la travesía y cautiverio con Amado Bonpland[7], describió el proceso de cultivo de la yerba en 1826. La descripción que realiza Rengger evidencia cómo la yerba se sigue reproduciendo en el presente, con los cuidados y estudios genéticos que esto implica (SCHERER, 2001; SCHMALCO et al., 2015). A fines del siglo XX, Carlos Thays había redescubierto la forma de hacer germinar la semilla, con la diferencia que la trató con agua caliente. Una observación que se debe remarcar, es que la yerba, como especie del sotobosque, es muy delicada en relación al suelo, con preferencias de las

[7] Johann Rudolf Rengger (n. Baden, Suiza 13 jan. 1795) estudió Ciencias Naturales y Farmacología en Suiza y Alemania. En 1817 obtuvo el grado de Doctor en Farmacología por la Universidad de Tübingen. Un año después, junto con su colega Marcel Longchamp, viajó a Sudamérica donde ambos habrían de ejercer la medicina y efectuar estudios científicos. En julio de 1818 arribaron al puerto de Buenos Aires, donde conocieron a Amado Bonpland. El Paraguay, estuvo retenido por el dictador José Gaspar Rodríguez de Francia, hasta que en 186 se le permitió viajar a Buenos Aires. Rengger falleció en Aarau, Suiza, en 9 out. 1832.

formaciones a partir de basalto, denominados latosoles, medianamente profundos a profundos – conocidos como suelos "rojos" –, además de ser una planta muy susceptible al frío y al calor, y con extrema sensibilidad a la exposición solar. Esto hace que plantación definitiva en el campo requieriese de cuidados especiales, tales como "ponchos" o "pantallas" (Imagen 2) que protegieran a los tiernos plantines de yerba mate (SPRECHER von BERNEGG, 1936).

Imagen 2: Diferentes protectores o pantallas para los plantines de yerba recién trasplantados

Fonte: Sprecher von Bernegg, 1936, p. 339

En San Ignacio se encuentran los antecedentes de los yerbales de cultivo. A Julio U. Martin, fundador de la firma Martin y Cía., "le cabe el honor de haber sido el primer plantador en escala comercial" (NUÑEZ, 1997, p. 116). Martin era un inmigrante suizo francés proveniente del cantón de Vaud, que luego de arribar a la Argentina se estableció en Paraguay en 1885. Mientras estaba allí, el presidente Roca le escribió l: "Usted, señor Martin, se propone hacer en el Paraguay lo que nosotros necesitamos hacer aquí. […] plante yerba mate en nuestro país y haga sus plantaciones en nuestras colonias de Misiones" (MARTIN, 2004, p. 48). Fue así como a fines de 1902, Martin vino a Posadas para reunirse con el gobernador Juan José Lanusse, quien le recomendó que se asociara con su yerno Pablo Allain, un suizo ingeniero agrónomo diplomado en la Universidad de Montpellier –Francia– que experimentaba con la implantación de yerbales en San Ignacio.

Pronto otros suizos se sumaron al nuevo emprendimiento. Como Ernesto Addor, quien también era originario del cantón de Vaud y llegó a San Ignacio del Paraguay para administrar el secadero de yerba de Martin y Cía. El conocimiento del negocio de la yerba atrajo a Eugenio Lagier, un suizo francés que se instaló en Candelaria y desde allí proyectó con su vecino Luciano Leiva – un acaudalado ganadero santafecino – la colonia de Santo Pipó (GENTILUOMO DE LAGIER, 2008). Para ese entonces, Santo Pipó era un obraje destinado a la extracción de maderas de ley, con una población obrera de unos 130 hombres, en tanto que San Ignacio se destacaba por las "yerbas de cultivo", tal como había informado José Elías Niklison en 1914. Esta transición entre los yerbales naturales y los de cultivo fue retratada por Francisco Foulliand en *Historia de la industria yerbatera en Misiones* (1915).

Asimismo, es necesario puntualizar que Eugenio Lagier se vinculó con el gobierno suizo para organizar la colonización e interesar a sus compatriotas en la implantación de yerbales. Especialmente se puso en contacto con los futuros agrónomos de la Escuela Politécnica Federal de Zürich (*Eidgenössische Technische Hochschule* – ETH), en la cual el profesor Andreas Sprecher von Bernegg – especialista en la investigación de plantas tropicales – describió con entusiasmo la *Ilex paraguariensis* y aconsejaba a sus estudiantes no ir solamente a Java a plantar cauchera o al África palmeras de aceite, sino de ir a la Argentina a plantar yerba mate en Misiones (SPRECHER von BERNEGG, 1936, ZIMAN; SCHERER, 1976, p. 167).

La colonia de Santo Pipó fue fraccionada en lotes de 100 hectáreas, lo que evidencia que se planificaron propiedades de tamaño mediano-grande, sobre todo si se tiene en cuenta que en ese entonces el promedio de una chacra en otras colonizaciones era de 25 hectáreas. En este proceso la política se convirtió en un factor de primer orden, como lo evidenció el decreto de 1926, que obligó a los concesionarios de las colonias estatales a plantar y cultivar yerba mate en una fracción de la superficie concedida (BOLSI, 1986, p. 117).

Estos jóvenes ingenieros agrónomos e inmigrantes, desde ahora "yerbateros", vinieron dispuestos a lograr plantaciones modelo a gran escala. Fueron denominados "inmigrantes suizos de élite" (GLATZ, 1997, p. 165), pues en su mayoría eran de origen urbanos, poseían capital propio para invertir. En algunos casos actuaron como representantes de firmas suizas que realizaban inversiones, como fue el caso de Víctor Schöpfer que representaba a Lecoultre y Cía. – una importante fábrica de relojes –; en otros

representaban a amigos o familiares integrantes de bancos suizos que enviaban capitales. Esta característica le dio un tinte particular a Santo Pipó, pues eran profesionales que consiguieron el respaldo de capitales para emprender su sueño de ser "plantadores de yerba mate" o "hierbateros", como se autodenominaron algunos al llegar al puerto de Buenos Aires (GALLERO, 2011, p. 24-25).

Para los europeos fue la "maravilla de la yerba mate, porque se plantaba una vez y se podía cosechar todos los años la misma planta" (ORUETA DE BUZER, entrevista, 2010). Aunque las plantaciones al principio sufrieron reveses, causadas por la sequía o invasión de langostas, entraron a dar sus frutos entre los cuatro y cinco años de haberse iniciado. Esta producción había que sapecar y secar, para lo cual la idea cooperativa ayudaba a afrontar los gastos que implicaba un secadero. François Machon analizaba, casi contemporáneamente, que seguramente los colonos de Santo Pipó establecieron "bajo la forma cooperativa, fábricas centrales a donde irán con su yerba sapecada, como en casa los campesinos van al lugar comunal a separar los granos de trigo" (MACHON, F. 1927).

La Cooperativa "Productores de Yerba Mate de Santo Pipó" (en adelante PYM) tuvo sus comienzos como una sociedad que tenía el objetivo de organizar de manera conjunta la secanza de la yerba producida por los asociados, la que se vio formalizada en una "Asamblea General de Socios del Secadero" el 27 de junio de 1933.

Desde sus inicios, sus fundadores aplicaron conocimientos técnicos, como lo demuestra la implementación de la sapecadora mecánica y un secadero tipo catre (que luego evolucionó al secadero a cinta), ambas invenciones de uno de sus socios: Esteban Roulet. Estas invenciones impactaron a largo plazo, puesto que a partir de este momento la estructura productiva de la provincia iniciara el procesamiento de la producción primaria.

La incipiente producción de yerba mate se tropezó con la competencia brasileña como un primer obstáculo, pues Argentina era un gran mercado demandante de yerba mate que se satisfacía prácticamente a través de la importación. La economía del estado de Paraná se encontraba dominada por la producción de yerba mate con destino a nuestro país (BARSKY; GELMAN, 2001, p. 249; MAGAN, 2004).

Por otra parte, la década de 1930 vino acompañada por un cambio en la producción yerbatera. De ser fuertemente incentivada y propiciada por

el Estado, pasó a ser regulada. Esto se debió a que el aumento de la producción del cultivo en la Argentina comenzó a amenazar con desplazar por completo a la brasileña de su principal mercado. A esto se sumó, que existía un sector de la producción y comercialización representado por los molineros que tenían interés en que continuase ingresando la yerba canchada brasileña, pues constituía su materia prima y les convenía mucho por su bajo precio.

De modo que el destino de la yerba comenzó a estar ligado al del trigo, puesto que, si Brasil adquiría nuestro trigo, Argentina debía seguir comprando yerba brasileña. La gravedad de esta situación estaba dada por la importancia que la exportación de este artículo tenía para el Estado de Paraná, que en el período 1926-1927 había representado casi un 24% del total recaudado por el fisco estadual, siendo el mayor ingreso producido por cualquier ítem en sus rentas. De aquí se desprende que la necesidad de regular la producción de yerba mate argentina fue para dar cabida a la producción brasileña (MAGAN, 2004).

Este fue el comienzo de la actuación de la Comisión Reguladora de la Yerba Mate (CRYM), creada en el año 1935, con el objetivo de evitar que la yerba argentina no se expandiera más allá de las plantaciones existentes. Se estableció un impuesto por cada planta nueva que se radicara y organizó el Mercado Consignatario de la Yerba Nacional Canchada (ZARRILLI, 2007, p. 103). Esta Comisión, que había sido creada para defender al sector económico en crisis, también contribuyó a consolidar el monopolio productivo y comercial, en el que unos pocos molinos controlarían el mercado yerbatero.

Desde ese momento, una de las palabras claves pasó a ser "cupo". La CRYM otorgaba cupos para plantación, cupos de cosecha, se transfería el cupo de un yerbal viejo para reemplazar por uno nuevo, se vendían los cupos pero no el yerbal ni la tierra y en la economía regulada todo giraba en torno al cupo (LAGIER, 2008, p. 147). Con este sistema regulado y con la aceptación de nuevos socios, se constituyó la base productiva de la PYM que funcionó de forma estable secando la yerba de sus asociados.

La provincialización de Misiones (1953) fue testigo de un cambio que marcó un giro en la historia de la PYM: fue la decisión de moler yerba y comercializarla bajo la marca "Piporé". Para poder concretar la industrialización y comercialización de su propia yerba se construyó un molino de 12.000 kilos de capacidad en 8 horas – suficiente para absorber la

producción de los secaderos –, un pequeño edificio administrativo, la ampliación de galpones, elevando la capacidad de almacenaje a cerca de 1.000.000 de kilos, y la construcción de 14 casas para obreros y empleados.

Con la provincialización de Misiones (1953) se logró trasladar la CRYM a la zona productora e impulsar el desarrollo de los molinos locales. Hasta el año 1991 la actividad yerbatera estuvo regulada, año en que se inició un período de libre competencia, caracterizado por la abundancia de la materia prima y la caída paulatina de los precios al productor (FREAZA, 2002, p. 118). Después de 50 años de regulación estatal, la desregulación condujo a un manejo oligopólico de la comercialización, provocando una crisis social inédita que llevó a los gobiernos provincial y nacional a la creación del Instituto Nacional de la Yerba Mate (INYM) en el año 2002, cuya primera función fue mejorar el precio de la materia prima (GORTARI, 2007, p. 401-423), y actualmente su misión "es lograr una actividad yerbatera con la mayor cantidad de actores, competitiva, socialmente responsable, equitativa y ambientalmente sustentable, que ofrezca al mundo productos naturales, genuinos y de calidad" (INYM, 2017).

El cultivo de la yerba mate y la transformación del ambiente

Las huellas dejadas en el paisaje son el reflejo de las transformaciones que ha tenido el ambiente en el tiempo, por ello en este apartado se rastrea el impacto que generó la implementación de la yerba mate como monocultivo.

Como toda actividad agrícola, la primera etapa para realizar un yerbal consiste en definir el lugar adecuado donde instalarlo y proceder a la habilitación del terreno. Para ello hay que eliminar el monte o selva paranaense, proceso que se puede hacer de diferentes maneras. En general, la primera fase reside en machetear el sotobosque y extraer los árboles de mayor porte destinándolos a la industria maderera, luego voltear los árboles secundarios sin valor aserrable para producir leña junto a las copas de los primeros árboles de mayor porte.

Piénsese en la selva paranaense original como un gran manto de 40 metros de altura que estaba en el "climax" de su desarrollo, en el que flora y fauna estaban equilibrados. Esta situación de equilibrio se vio radicalmente modificada con la acción antrópica que reemplazó este medio por un monocultivo de una especie arbórea que normalmente se desarrollaba bajo

la protección del estrato superior del bosque (vegetación umbrófila), como ser araucarias (*Angustifolia)*, lapachos (*Tebebuia heptaphylla)*, palo rosa (*Aspidosperma polyneuron*), cedro (*Cederela fissilis*), etc. Árboles que filtran el agua y la retienen por medio de las raíces, interceptan la radiación solar y protegen a las especies vegetales de los estratos inferiores, como ser la yerba mate.

De modo que para llegar al yerbal, se pasó por un extremo en el cual el bosque es totalmente eliminado con distintos grados de pérdida, ya sea por extracción o quema, en donde el suelo queda, según el caso, más o menos expuesto a factores ambientales del subtrópico: inicialmente con un incremento momentáneo de la materia orgánica, pero debido a la falta de nuevos aportes y la alta de tasa de mineralización rápidamente pierde la materia orgánica mientras se va estableciendo el cultivo, que requiere protección contra el sol, el frío, intensas lluvias, plagas y enfermedades.

Un paso importante era obtener buenas plantas de yerba en el vivero. Las plagas específicas de la yerba mate y algunas oportunistas se concentran en el único material disponible que son las jóvenes plantitas, haciendo más difícil el desarrollo pleno del yerbal. Transcurridos los años, la plantación se convierte en un nuevo tapiz vegetal de escasos metros de altura y en el que se va alcanzando un nuevo equilibrio más o menos estable de acuerdo al manejo y a los cuidados culturales que se extendieron a lo largo de la vida del yerbal, que consisten en cubiertas verdes, control de malezas, devolución de nutrientes exportados con la incorporación de materia orgánica y/o fertilizantes (SCHMALKO et al., 2015).

La erosión del suelo fue uno de los primeros impactos que se estudiaron en el proceso al establecer un yerbal. Alberto Roth realizó prematuras observaciones sobre este problema en Santo Pipó, pues se percató de la fragilidad de los suelos misioneros (ROTH, 1940 y GALLERO, 2014). Estaba claro que al eliminarse la vegetación nativa y trabajarse la superficie de la tierra comenzó uno de los problemas más serios que fue considerado entre las primeras leyes de la Provincia, Ley n. 9 *Conservación del suelo agrícola*[8].

Desde que se plantaron los primeros yerbales en Santo Pipó han pasado muchos años, las primeras plantaciones se registraron en el año 1924. En las 4.000 hectáreas de yerbales que poseen los socios de la PYM,

[8] Ley n. 9, Conservación *del suelo agrícola*. Promulgada el 6 set. 1955.

se registran yerbales de diferentes tamaños que van de media hectárea a bloques que se interconectaron a lo largo del tiempo y de diferentes propietarios en áreas de veinte a doscientas hectáreas. En esta gran variedad de cuadros, la decadencia de los yerbales implantados con anterioridad a la década de 1970 puede atribuirse a una serie de factores concurrentes, entre los que se destaca el manejo del suelo, cosechas inadecuadas en el tiempo y forma, podas incorrectas, enfermedades, plagas y adversidades climáticas. De modo que desde que los yerbales cultivados prosperaron se produjeron cambios más o menos notorios, variando densidades, marcos de plantación, cubiertas verdes, genética de las plantas, entre otras cuestiones técnicas.

La tarea artesanal de la cosecha de yerba mate no se ha podido suplantar a través de los años. Los tareferos cumplen la función de despojar gajo por gajo a la planta de yerba mate, un trabajo meticuloso para no dañar a la planta. Al principio hubo algunos casos de cosecha con escalera en plantas de yerba de gran altura (Imagen 3), pero rápidamente se pasó a formar plantas de menor altura que pueden ser cosechadas desde el suelo (Imagen 4). El profesor Sprecher von Bernegg dio pautas claras de cómo formar el árbol de yerba correctamente para asegurar su supervivencia y mantener el yerbal por varios años (1936, p. 360-366), pautas que fueron realizadas con el intercambio de sus alumnos que estaban llevando a la práctica la realización de los yerbales. Fue así como la yerba se convirtió en un cultivo en Misiones, en los cuales varía la densidad de plantación, pero se mantiene una altura que no sobrepasa los cuatro metros. En tanto que en Brasil, la preferencia por la yerba natural, propició el cultivo de yerbales de mayor altura, entre seis a ocho metros, y que actualmente se la vea como "el principal producto no maderero del país de los agronegocios forestales en la región" (VANDERLEY et al., 2016).

Imagen 3: Cosecha de yerba con escalera en Santo Pipo, c. 1930

Fonte: Gentileza Elisabeth Wuergler

Imagen 4: Cosecha de yerba en Santo Pipo, c. 1920

Fonte: Foto de Gastón Bourquin. Gentileza de Martha de Haller de De Coulon

El sistema de cosecha conocido como “tradicional” sigue siendo practicado por la mayoría de los socios de la PYM. Sin embargo, luego de algunos intentos de cosecha mecanizada entre los años 1990-1991, varios socios han implementado la cosecha semimecanizada. La misma consiste en la división y especialización de las tareas, formando grupos e incorporando diversas herramientas que agilizan y ayudan al proceso de cosecha (DE COULON, 2001). Desde el corte hasta la descarga de la yerba se reduce el tiempo que demanda cada tarea, como ser el corte, quiebre, pesaje, carga y descarga de raídos.

Toda la etapa productiva mencionada la realiza individualmente cada socio, en tanto que las siguientes etapas – industrialización y comercialización – son realizadas cooperativamente. En la actualidad, la PYM cuenta con 58 socios que explotan aproximadamente unas 4.000 ha. de yerbales con diversos rendimientos (entre 1.500 kg y 17.000 kg por hectárea). Según el resumen analítico del INYM de salidas de yerba mate estampillada de molino, la PYM se encuentra posicionada en noveno lugar. Sin embargo, si a esta producción se suma a la exportación, es decir, el mercado interno y el externo, estaría posicionada en el primer lugar como cooperativa productora de yerba mate de la región.

Finalmente, hay que agregar que en Misiones, la creación del Ministerio Provincial de Ecología y Recursos Renovables (1984) hizo efectiva una política que llevó a un notable aumento de Áreas Naturales protegidas, y conllevó a la Ley de Ordenamiento Territorial, Ley n. 3631, sancionada el 30 de noviembre de 1999. A partir de este momento, las nuevas plantaciones de yerba serán más difíciles de realizar en tierras con monte nativo, pues hay que conseguir el permiso que habilite el cambio en el uso del suelo. Lo que propicia que yerbales viejos sean renovados o convertidos en forestaciones y viceversa.

A modo de conclusión

El cultivo de yerba mate no fue solo un cambio en el paisaje, sino que significó una alteración en el orden económico y social de la provincia de Misiones. Esta alteración se vio favorecida por la colonización privada que propició la llegada de inmigrantes que vinieron con la idea de ser “yerbateros”. Este grupo de emprendedores, que habían estudiado juntos – que en algunos casos se conocían desde su niñez –, se unieron con el objetivo

de compartir los beneficios de trabajar en conjunto. Así fue como nació la "Cooperativa Productores de Yerba Mate de Santo Pipó", la que muchos años fue un simple secadero y que luego de afianzarse logró montar un molino. Este cambio implicó que la cooperativa diera un salto con la marca Piporé, la que pasó a ser distribuida en el país – consolidándose en la Patagonia argentina – y exportada, especialmente en Oriente Medio.

Observar la yerba mate bajo el prisma de la historia ambiental permitió dar cuenta de las transformaciones que ha sufrido su producción y el impacto que esto generó en el ambiente. De ser una planta nativa que crecía al resguardo de la selva paranaense, comenzó a ser cultivada, dando paso a una intensa actividad de desmonte para poder implantar yerbales, que según los cuidados culturales tuvieron una producción directamente proporcional a los mismos: a mayor cubiertas verdes, buenas podas, fertilización y cuidado de plagas y malezas, una mayor producción; como puede apreciarse en algunos yerbales que actualmente tienen a una producción que sobrepasa los 17 mil kilogramos por hectárea.

Los estudios sobre la yerba mate se han vuelto más especializados, se ha logrado un profundo conocimiento de sus cualidades químicas, genéticas y productivas; y se está trabajando en cómo desarrollar su cultivo con menores impactos ambientales y ecológicos, lo que plantea un constante desafío para quien emprenda una investigación sobre sus actuales prácticas agroecológicas y su historia.

Entrevistas

ORUETA de Buzer, Angélica, 6 jun. 2010, Posadas.

Fuentes inéditas

ARGENTINA. Buenos Aires. Biblioteca Nacional, Documento 3428, Colección Gaspar García Viñas.

ARGENTINA. Ministerio de Agricultura de la Nación*, Tierras y Colonias, Adj / plano demostrativo lotes que deben licitarse para explotación de yerbales en Misiones*. 1907. Gentileza Miguel Angel Stefañuk.

Fuentes éditas

BARRET, R. *Lo que son los yerbales*. Montevideo: El Arte, 1910.

MACHON, F. *Le Territoire Argentin de Misiones et la Culture du Maté,* Bulletin de la Société neuchateloise de Géographie, 1927.

MANTILLA, M. F. *Memoria presentada a la Honorable Cámara Legislativa de la Provincia de Corrientes,* [s.d.e.], 1879.

NIKLISON, J. E. Informe del Inspector José Elías Niklison, *Boletín del Departamento Nacional del Trabajo*, Número 26, 30-04-1914.

RENGGER, J. R. *Reise nach Paraguay in den Jahren 1818 bis 1826 [Viaje al Paraguay en los años 1818 a 1826],* Aaraux: Sauerlaender, 1835 [Gentileza de Francisco Machón].

RUIZ de MONTOYA, A. *Conquista Espiritual, Hecha por los Religiosos de la Compañía de Jesús en las provincias del Paraguay, Paraná y Tape,* [Estudio preliminar y notas E. Maeder], Rosario, Equipo Difusor de Estudios de Historia Iberoamericana, [1639] 1989.

Referências

AMABLE, María Angélica; ROJAS, Liliana. *Historia de la Yerba mate en Misiones*. Posadas: Ediciones Montoya, 1989.

ARECES, N. "De la Independencia a la Guerra de la Triple Alianza". TELESCA, I. (coord.) *Historia del Paraguay,* Paraguay: Taurus, 2010.

ASTRADA, I. "Progresos de la industria de la yerba mate en la República Argentina". *Revista Farmacéutica*, Buenos Aires, T. LXVII, 1925.

BARSKY, O.; GELMAN, J. *Historia del Agro Argentino, desde la Conquista hasta fines del siglo XX*, Buenos Aires: Grijalbo Mondadori, 2001.

BILLARD, J. J. "Economía de la industria yerbatera argentina". *Instituto de Economía y Legislación*, 1944.

BOLSI, A. "Misiones (una aproximación geográfica al problema de la yerba mate y sus efectos en la ocupación del espacio y el poblamiento)". In: *Folia Histórica del Nordeste,* Resistencia, IIGHI-CONICET-FUNDANORD, n. 7, 1986, p. 9-253.

BUNGE, A. E. "La producción argentina de yerba mate. La cercana tragedia de la yerba mate". *Revista de Economía Argentina*, Buenos Aires, T. XXXV – n. 222, 1936.

CARVALHO CABRAL, D. de. *Na presença da floresta:* Mata Atlântica e histórica colonial. Rio de Janeiro: Garamond, 2014.

CASSAGNE SERRES, A. "Yerbales argentinos: organización, explotación, administración". *Revista de la Facultad de La Plata*. La Plata, Serie 3, T. XVIII, 1929.

DAUMAS, E. "El problema de la yerba mate". *Revista de Economía*, Buenos Aires, 1930.

DE COULON, E. *Innovación tecnológica y proceso de trabajo en la cosecha de yerba mate".* Disertación (Maestría en Administración Estratégica de Negocios), Universidad Nacional de Misiones, Facultad de Ciencias Económicas, 2001.

DI BITETTI, M.; PLACCI, G. y DIETZ, L. *A biodiversity vision for the upper Paraná Atlantic Forest Ecoregion:* designing a biodiversity conservation landscape and setting priorities for conservation action. Washington DC: World Wildlife Fund, 2003.

FOULLIAND, F. *Historia de la Industria Yerbatera.* Posadas: Imp. Alberdi, 1915.

FREAZA, M. A. *Economía de Misiones:* Aspectos y Actividades Relevantes, Posadas: Editorial Universitaria de Misiones, 2002.

FURNUS, A. C. *La yerba mate en Misiones:* el medio ambiente. s.d., 1930.

GALARZA, J. B. "La yerba mate". *Boletín del Ministerio de Agricultura*, Buenos Aires T. XVIII – n. 1 y 2. 1914.

GALLARDO, C. *La Industria Yerbatera en Misiones.* Buenos Aires: Imprenta San Jorge, 1898.

GALLERO, M. C. *El llamado del Oro Verde:* Memorias de Inmigrantes Suizos en Misiones, Florida: Araucaria Editora; Misiones: Consulado Suizo, 2008.

GALLERO, M. C. *Piporé, 80 años haciendo historia en la yerba mate*. Buenos Aires: Productores de Yerba Mate de Santo Pipó, 2011.

GALLERO, M. C. "Memorias inversas: criollos vs. colonos a través de un estudio de caso sobre el imaginario en la colonización de Misiones". In: GIORDANO, Mariana; KLAPPENBACH, Luciana Sudar; ISLER, Ronald (Comp.). *Memoria e imaginario en el Nordeste Argentino.* Escritura, oralidad e imagen. Rosario: Prohistoria, 2013, p. 183-216.

GALLERO, M. C. *Querida Misiones, Hermosa!* A través de las memorias de Alberto Roth. Buenos Aires: Araucaria Editora, 2014.

GARCÍA FERNÁNDEZ, J. "El corredor verde de Misiones". BURKART, R. y otros, *La Selva Misionera.* Buenos Aires: FUCEMA, 2002.

GERHARDT, M. "A produção da Erva-Mate na Perspectiva da História Ambiental". *Revista Brasileira de Agroecologia*, v. 4, n. 2, 2009.

GERHARDT, M. "Colonos ervateiros: História ambiental e imigração no Rio Grande do Sul". *Esboços,* Florianópolis, v. 18, n. 25, p. 73-95, 2011.

GERHARDT, M. *História ambiental da erva-mate*. Tese (Doutorado em História Cultural), Programa de Pós-Graduação em História, Centro de Filosofía e Ciências Humanas da Universidade Federal de Santa Catarina, 2013.

GENTILUOMO DE LAGIER, E. "Las cartas de Eugenio Lagier". In: GALLERO, M. C. (Comp.). *El llamado del Oro verde.* Florida: Araucária Editora, 2008.

GIROLA, C. "Cultivo de la yerba mate. Consumo de la yerba mate". *Museo de la Sociedad Rural Argentina,* Buenos Aires, n. 34, 1923.

GLATZ, M. *Schweizerische Einwanderer in Misiones.* Frankfurt: Peter Lang, 1997.

GORTARI, J. (Comp.). *De la tierra sin mal al tractorazo, hacia una economía política de la yerba mate.* Posadas: Editorial Universitaria de Misiones, 2007.

GUSMÃO CAMARA, Ibsen de (Ed.). *Mata Atlântica:* biodiversidade, ameaças e perspectivas, São Paulo: Fundação SOS Mata Atlântica; Belo Horizonte: Conservação Internacional, 2005.

LARGUIA, A. *Misiones-Itapúa y los pioneros del Oro Verde.* Corrientes: Moglia SRL, 2005.

LEAL, C. "Fronteiras florestais. In: LEAL, Claudia; PADUA, José Augusto; SOLURI, John. *Novas histórias Ambientais da América Latina e do Caribe*. Munich: Rachel Carson Center Perspectives, 2013.

LAGIER, J. *La aventura de la Yerba Mate.* Buenos Aires: Ed. del Autor, 2008.

MACKINNON & COELHO. *Memorial presentado al Ministerio de Relaciones Exteriores:* Yerba mate. Buenos Aires: s.l., 1932.

MACHON, J. F. *El viaje de Amado Bonpland a Misiones en 1821.* Posadas: Creativa, 2004.

MAEDER, E. *Misiones del Paraguay, Construcción jesuítica de una sociedad cristiano-guaraní (1610-1768).* Resistencia: ConTexto Libros, 2013.

MARTIN y Cía. *Julio U. Martin y una empresa de tres siglos.* Rosario: Mimeo, 2004.

MARTINEZ CROVETTO, R. *La yerba mate.* Buenos Aires: Museo de Motivos Argentinos José Hernández, 1995.

MÖRNER, M. *Actividades Políticas y Económicas de los Jesuítas en el Río de la Plata,* Buenos Aires: Paidós, 1968.

MUELLO, C. "Apuntes sobre el cultivo de la yerba mate en la República Argentina". *Revista del Centro Estudiantes de Agronomía y Veterinaria Universidad de Buenos Aires*. Buenos Aires: Imprenta de la Universidad, n. 138, 1929.

MUNDSTOCK XAVIER de CARVALHO, M. *Uma grande empresa em meio à Floresta:* A história da devastação da floresta com araucária e a Southern Brazil Lumber and Colonization (1870-1970). Tese (Doutorado em História), Florianópolis, Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Filosofía e Ciencias Humanas, Programa de Pós-Graduação em História, 2010.

NAVAJAS, P. y MAC DONNEL, M. *Caá Porá:* el espíritu de la yerba mate, una historia del Plata. Corrientes: Establecimiento Las Marías, 2013.

NUÑEZ, J. *Iviraretá, país de árboles.* Posadas: Ediciones Montoya, 1997.

PASTORE, D. "El oro verde". *Revista de Economía Argentina*. Buenos Aires, 1936, T. XXV, n. 146.

RAU, V. *Cosechando yerba mate.* Estructuras sociales de un mercado laboral agrario en el Nordeste Argentino. Buenos Aires: Ciccus ediciones, 2012.

RIVAROLA PAOLI, J. B. *La economía Colonial.* Asunción: Editora Licolor, 1986.

ROTH, A. "Misiones-Probleme", *Deutscher Alto Paraná Kalender,* 1940, p. 71-81.

ROULLIÓN ARRÓSPIDE, J. *Antonio Ruiz de Montoya y las Reducciones del Paraguay,* Asunción: CEPAG, 1997.

SAGASTIZÁBAL, L. de. *La yerba mate y Misiones*. Buenos Aires: Centro Editor de América Latina, 1984.

SCHERER, R. *Mass and Nursery selection of Yerba Mate (Ilex paraguariensis) for Quality improvement in Argentina*. Inaugural-Dissertation. University of Bonn. Cuvillier Verlag: Göttingen, 2001.

SCHMALKO, M.; PRAT KRIKUM, S.; KÄNZI, R. *La Yerba Mate.* Tecnología de la Producción y propiedades. Posadas: Editorial Universitaria, 2015.

SLUTZKY, D. *Estructura Social Agraria y Agroindustrial del Nordeste de la Argentina.* Posadas: Editorial Universitaria, 2014.

SPICHIGER, R. *Flora del Paraguay.* St. Louis, Conservatorie et Jardin Botaniques, Ville de Genève Missouri Botanical Garden, 1989.

SPRECHER von BERNEGG, A. *Tropische und subtropische Weltwirtschaftsplanzen, ihre Geschichte, Kultur und volkswirtschaftliche Bedeutung.* Stuttgart: Verlag von F. Enke, 1936.

WARREN, D. *A ferro e fogo:* a história e a desvastação da Mata Atlântica brasileira. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

ZARRILLI, A. "Quebracho y yerba mate. La producción regional del NEA frente a la crisis (1920-1940)". GIRBAL BLACHA, N.; OSPITAL, M.; ZARRILLI, A. (Eds.). *Las miradas diversas del pasado.* Las economías agrarias del interior ante la crisis de 1930. Buenos Aires: Ed. Nacional, 2007.

ZIMAN, L.; SCHERER, A. *La selva vencida.* Buenos Aires: Marymar, 1976.

Internet

INSTITUTO NACIONAL DE LA YERBA MATE (INYM). *Convenio histórico entre la carne, el vino y la yerba mate argentina*. 2011. Disponible en: <http://www.inym.org.ar/2017/04/25/convenio-historico-entre-la-carne-el-vino-y-la-yerba-mate-argentina/>. Acceso en: abr. 2017.

INSTITUTO NACIONAL DE LA YERBA MATE (INYM). *Misión*. 2017. Disponible en: <http://www.inym.org.ar> Acceso en: mayo 2017.

MAGAN, Victoria. *El intercambio de yerba mate entre Brasil y Argentina y los tratados de comercio de 1933 y 1935*. 2004. Disponible en: <http://www.fee.tche.br/sitefee/download/jornadas/2/h10-04.pdf>. Acceso en: mayo 2017.

VANDERLEY, Porfirio da Silva et al. *Seminário Erva-mate XXI*: Modernização no cultivo e diversficação do uso da erva mate. [recurso electrônico]. Curitiba, Colombo: Embrapa Florestas, 2016.

“O tempo é a minha testemunha”: só as pedras estavam aqui, todo o resto é imigrante

Haruf Salmen Espindola
Maria Terezinha Bretas Vilarino

> Promessa de Nambixoré, do povo Maxacali, no sopé do Mikai-kaka.[1]
> Não vou odiar o branco como ele odeia nós. Tenho certeza: o branco faz parte da natureza como nós. Grito com todas as forças do meu coração: nunca vou perdoar o mal do branco. Tudo tá gravado no sal da terra, na casca das árvores e na luz das estrelas. O tempo é a minha testemunha. Pode o índio não sobreviver ao mundo “andirri” do branco. Mas o branco também não vai sobreviver ao Mikai-kaka, porque o Mikai-kaka é velho e novo como o tempo (MENDONÇA, 1985, p. 29).

Introdução

A proposta de diálogo entre história ambiental e migrações trouxe à lembrança o Mikai-kaka e a floresta, essa que foi uma migrante que penetrou lentamente na bacia do Rio Doce até se estabelecer completamente, apesar das condições variadas e algumas muito adversas. Mikai-kaka do povo Maxacali são as rochas que emergem nuas de vegetação, presentes em toda a região, cuja geologia é do Arqueano e do Proterozoico, desde a bacia do Rio Doce até a do Jequitinhonha, nos estados de Minas Gerais, Espírito Santo e Bahia. Nambixoré deixa claro que Mikai-kaka estava aqui antes dos brancos, dos índios, dos animais e das plantas, antes de tudo. Quando se olha a paisagem do Rio Doce, se avista o Mikai-kaka por todo lado: o leito rochoso dos rios, os paredões de pedra, os pontões de todas as formas e os lajedos de diferentes extensões, clareiras naturais na vegetação, que no

---

[1] Nambixoré é do povo Maxacali, que habitava diferentes áreas entre os rios Pardo e o Doce (sudeste da Bahia, nordeste de Minas Gerais e norte do Espírito Santo). Maxacali é uma língua do tronco Macro-Jê e se refere a diversos grupos, cujos representantes atuais ocupam a terra indígena no município de Bertópolis, no vale do Mucuri, nordeste de Minas Gerais.

passado distante foram utilizadas pelos Tupi-guarani para instalar raspadeiras e pilões.[2] Depois que tudo se for, até o homem branco, o "Mikaikaka continuará ali, indestrutível, firme e eterno". Como Nambixoré, podemos afirmar que só restarão as pedras, como antes somente elas estavam aqui, sendo todo o resto imigrante.

Todos somos imigrantes: dos majestosos jacarandá e jequitibá da floresta tropical ao africano capim-colonião, que substituiu a floresta; dos mosquitos transmissores aos patógenos transmitidos (malária, dengue, chikungunya e zika[3]); dos remotos Tupi-guarani aos brasileiros atuais. Sedimentos depositados sobre as pedras, chegadas e partidas, na longuíssima duração do tempo, são sinais das muitas ocupações bióticas não humanas e humanas, como uma escrita da natureza. Por quase dois bilhões de anos só existiram as pedras, depois se formaram as condições para que emergisse a vida; longo tempo transcorreu até a formação da floresta tropical e, mais ainda, para que esta colonizasse a Bacia Hidrográfica do Rio Doce. Portanto, a vida se introduziu gradativamente, modificando-se ou extinguindo-se, até que muito recentemente (cerca de 1.000 AP) se estabeleceram os primeiros assentamentos humanos.

A Mata Atlântica na bacia do Rio Doce apresenta grande variedade na distribuição espacial, com diferentes formações ligadas aos tipos variados de ambientes produzidos pela geologia, relevo e clima, indo das matas perenifólias às caducifólias. A floresta do Rio Doce impressionou diferentes viajantes naturalistas e exploradores, tais como o Príncipe Maximiliano de Wied-Neuwied, Saint-Hilaire, Friedrich Sellow (falecido no Rio Doce, em outubro de 1831), a Princesa Teresa da Baviera, William John Steains, entre outros; além dos estrangeiros que desempenharam funções no Rio Doce, tais como Guido Marlière, comandante geral das Divisões Militares do Rio Doce (DMRD), entre 1824-1929, e Jean-Antoine de Monlevade, fundador da primeira siderúrgica no Vale do Rio Doce, em 1825 (ROCHA, 1971). Como registrou Steains, na sua expedição da foz ao alto Rio Doce, entre junho de 1885 e janeiro de 1886:

---

[2] Informação presente no estudo arqueológico do EIA/RIMA, elaborado entre dezembro de 1996 e fevereiro de 1998, para o Consórcio da Usina Hidroelétrica de Aimorés, MG.

[3] Segundo dados disponibilizados pela Secretaria Estadual de Saúde de Minas Gerais, em 2017 o Vale do Rio Doce (Leste de Minas Gerais) tem registrado os índices mais elevados de dengue, chikungunya e zika, além do retorno dos surtos de febre amarela.

> O grande encanto dessa região do Brasil está nas imensas florestas virgens que cobrem, com grandiosidade sem par, quase a totalidade da área banhada pelo Rio Doce e seus numerosos afluentes. Em ambas as margens do rio, e durante a maior parte do seu curso, essas belas florestas, abundantes em uma centena de espécies da melhor madeira, chegam até à beira d'água, formando uma muralha quase impenetrável da vegetação tropical mais esplendidamente natural que possa ser imaginada (1888, p. 218).

Até o final do século XIX, a presença humana foi reduzida e esparsa, porém na primeira metade do século seguinte intensificou-se a ocupação e devastou-se a floresta (STRAUCH, 1955). Os vestígios mais antigos de assentamentos humanos, conforme indicações arqueológicas, são de "povos indígenas relacionados à cultura Tupi-guarani", entre 900 e 700 AP (BAETA; MATTOS, 2007, p. 43). Em busca da Serra das Esmeraldas, nos séculos XVI e XVII, os portugueses tiveram contato com povos nômades caçadores e coletores nos rios Doce e Jequitinhonha. Esses nômades, pertenciam a quatro diferentes línguas do tronco Macro-Jê (Botocudo, Maxacali, Puri e Pataxó), distribuíam-se pela área que corresponde atualmente ao norte do Rio de Janeiro, leste de Minas Gerais, norte do Espírito Santo e centro-sul da Bahia.

No século XVIII, com o estabelecimento da mineração na bacia do Rio Doce (Mariana, Peçanha, Antônio Dias, São José da Lagoa, etc.), as diversas expedições prospectivas de riquezas minerais, e com o progressivo avanço da ocupação das terras florestais, criou-se uma zona de contato e conflitos com os povos nativos, particularmente com o Botocudo. No começo do século XIX a Coroa Portuguesa declarou guerra ofensiva aos Botocudo (1808) e ordenou a ocupação militar dos sertões do Rio Doce e do Jequitinhonha. Quartéis foram colocados em pontos estratégicos para o controle territorial, incluindo as margens do Rio Doce, frequentadas, pelo lado esquerdo, por tribos da nação Naknanuk e, pelo direito pelas da nação Nakrehé.[4] Como o povo Botocudo não conhecia a navegação, o rio era uma barreira que impedia o contato entre as tribos dessas nações. Eles não se fixavam e antes das estações das chuvas se retiravam para as terras altas. A ausência de povoamento às margens do Rio Doce foi o principal óbice para a navegação fluvial regular, objetivo maior da guerra ofensiva (ESPINDOLA, 2005).

---

[4] O Rio Doce é o Watu (grande rio) do povo Botocudo (Krenak), que mantém com ele uma relação espiritual.

No século XIX, a Coroa Portuguesa e, depois, o Império do Brasil usaram de vários artifícios para fomentar a fixação de povoamento às margens do Rio Doce: perdão de dívidas e isenção de impostos para a colonização espontânea; manutenção das concessões de sesmarias (mesmo depois da suspensão desse estatuto jurídico pelo Príncipe Dom Pedro, em julho de 1822[5]); envio de degredados; concessão de privilégios e isenções fiscais para companhias de navegação e colonização; envio de missionários para catequese e civilização, entre outros. A história contraria a geografia do grande rio. Como observou Strauch (1955, p. 4), a forma e a extensão da bacia do Rio Doce formam um caminho natural para penetração no planalto, estabelecimento da colonização e garantia da comunicação, transporte e integração. Entretanto, a ocupação concentrou-se nas terras altas e, à medida que se descia para as margens do grande rio, o povoamento permaneceu restrito aos estabelecimentos militares e aldeamentos missionários.

A principal causa (ou das mais relevantes) da não fixação humana no Vale do Rio Doce, propriamente dito, pode ser encontrada em Saint-Hilaire (1974, p. 41 e 78), quando da sua viagem ao Espírito Santo e Rio Doce, em 1818. Ele estava empolgado com a viagem ao Rio Doce e, ao mesmo tempo, com medo: "não posso pensar nessa viagem sem estremecer". O próprio governador da capitania traçou com "as cores mais sombrias a região deserta" e, principalmente o preveniu contra a insalubridade: "O Rio Doce é um inferno". Apesar das ideias otimistas sobre o potencial econômico dos sertões do Rio Doce, o naturalista se mostrou pessimista depois que ele próprio experimentou as dificuldades e viu toda sua comitiva tomada pelas febres intermitentes (malária). As condições adversas também são apresentadas pelos frades capuchinhos italianos do aldeamento de Itambacuri (MG), enviados pelo governo do Império, em 1873, para a catequese e civilização dos índios das bacias do Rio Doce, São Mateus e Mucuri. Eles mencionam os perigos das derrubadas e os sacrifícios do trabalho braçal, mas os piores flagelos eram os mosquitos, as febres e a fome. A irregularida-

[5] Resolução N. 76 – Reino – de Consulta da Mesa do Desembargo do Paço, de 17 de julho de 1822. Resolução: Fique o suplicante na posse das terras que tem cultivado e suspenderam-se todas as sesmarias futuras até a convocação da Assembleia Geral, Constituinte e Legislativa. Com o rubrica de S.ª Real o Príncipe Regente. José Bonifácio de Andrada e Silva. Fonte: Coletânea de Legislação e Jurisprudência Agrária e Correlata organizada por Joaquim Modesto Pinto Júnior e Valdez Farias (Brasília: MDA, 2007, p. 44).

de das chuvas trazia a fome: onde eram abundantes, impediam as queimadas e, sem plantação, provocam a escassez geral de víveres; onde faltava chuva, nada crescia, como ocorria em certos anos, às margens do Rio Doce (PALAZZOLO, 1952).

Apesar dos esforços oficiais, vários fatores mantiveram a bacia do Rio Doce despovoada, exceto na sua porção oeste, onde se localizaram as cidades do período aurífero. No último quartel do século XIX, essa zona aparecia nas cartas geográficas da Província de Minas Gerais como "matas pouco conhecidas e habitadas por indígenas". Os elementos apresentados até aqui já indicam a relevância do assunto para o diálogo entre história ambiental e migrações. Em seguida abordaremos os choques entre assentamentos humanos e ecossistema no Vale do Rio Doce; e de como essa relação se desequilibra com a entrada dos interesses capitalistas, no século XX.

Confederados americanos no Rio Doce: floresta, mosquitos, chuvas e imigrantes

Na segunda metade do século XIX, o esforço para colonizar as terras ribeirinhas do Rio Doce foi entregue às companhias de imigração, organizadas para esse fim. Merece destaque a Colônia de Francilvânia (1857-1860), instalada às margens do Rio Doce, onde hoje se localiza a cidade de Colatina, no Espírito Santo.[6] Foi uma iniciativa de Nicolau Rodrigues dos Santos França e Leite[7], que obteve vasta quantidade de terras para assentar 2.000 imigrantes portugueses, franceses e alemães, em cinco anos: "Os governantes alegraram-se em ver França e Leite explorar o Rio Doce por conta própria" (FISCHER, 2008, p. 63-64). O fracasso da colônia foi atribuído ao Botocudo (KODAMA, 2008, p. 414). Em 1885, Steains (1888b, p. 66-67), não encontrou "o mais leve sinal de que essa tentativa de colonização tenha sido feita". Ele informa o motivo corrente do fracasso: "o assassinato, por um grupo de botocudos, do jovem Avelino (parente próximo do Dr.

[6] A área da antiga colônia, na última década do século XIX, foi ocupada por imigrantes que desceram das serras capixabas, dando origem ao município de Colatina.

[7] O paraibano Nicolau França e Leite (1803-1867) era companheiro de Teófilo Otoni (1807-1869) e com ele participou do jornal "O Philantropo", órgão de difusão da Sociedade Contra o Tráfico de Africanos e Promotora da Colonização, e Civilização dos Indígenas, fundada em 2 de setembro de 1850. Os dois empreenderam projetos pessoais de colonização que tiveram vida breve: Teófilo Otoni dirigiu a Companhia de Comércio e Navegação do Mucuri (1847-1863).

França e Leite)". Nos relatos recolhidos por Steains se encontra a recorrente representação dos Botocudo como "canibais"[8]: depois de porem fogo nas cabanas "que compunham a colônia", os Botocudo teriam dividido "o corpo do pobre Avelino em postas, assaram-no e, depois de descansar um pouco para facilitar a digestão, partiram novamente para seus redutos". Essa representação do Botocudo como obstáculo era forte:

> A divisão binária entre a terra civilizada e a terra selvagem obteve sua expressão geográfica no curso do Rio Doce. Não parecia ser um lugar adequado para estabelecer "núcleos de radiação" e em 1861 José Fernandes da Costa Pereira Junior admitiu que a morte de Avelino mostrou que os sertões do vale do Doce "só lentamente irão atraindo a população". Em 1876 Alves concluiu que de Francilvânia "não resta o mínimo indício".
> Durante a segunda metade do século XIX, o Rio Doce tornou-se uma frente simbólica importante na imaginação da elite do Espírito Santo. [...] Francilvânia é um de vários exemplos. Seu fracasso estabilizou ainda mais a geografia binária imaginada. [...] ...pensava-se, a estrada de ferro faria com que desaparecesse o irritante "outro" – o índio Botocudo (FISCHER, 2008, p. 66).

A experiência da imigração norte-americana originada dos Estados Confederados, derrotados na Guerra de Secessão, em 1865, indica claramente serem outros os motivos que impediam a fixação de assentamentos humanos na floresta tropical, às margens do Rio Doce. Segundo Rocha (1971), dois americanos estiveram no Rio Doce, em 1870, pretendendo estabelecer uma companhia de navegação com linha direta para os EUA. O autor capixaba Manoel Ferreira, em sua *História e Flagrantes de Baixo Guandu*, menciona a presença desses americanos.[9] O geólogo Charles Frederick Hartt (1941) encontrou no Rio Doce esses colonos recém-chegados. O estabelecimento desses confederados no Rio Doce fundamentou-se na promessa de serem as terras baratas e as mais férteis do Brasil, além de poderem comprar escravos.

As dificuldades para a fixação do povoamento às margens do grande rio podem ser encontradas no manuscrito de 1874, "Our Life in Brazil: 1867-1870", de Julia Louisa Keyes, no qual ela descreve as experiências de

---

[8] Estudos recentes têm desconstruído essa versão, com inúmeras provas de que os Botocudos não eram antropófagos nem foram entraves para a ocupação luso-brasileira das terras do Rio Doce (ESPINDOLA, 2005).

[9] Em Baixo Guandu viveu o norte-americano Thomaz, chefe de grande família, fixou-se no lado direito da embocadura do rio (Guandu)... Da prole, lembramo-nos de Laurindo, Franklin, Jonson, Clóvis, David; um Cútis, um Joãozinho. Havia, ainda, mais de uma filha (FERREIRA, 1985).

sua família e dos outros imigrantes, durante os três anos passados no Rio Doce. Outras fontes importantes são as correspondências desses imigrantes e o livro da descendente Judith Jones, que tem o sugestivo título de "Soldado descansa! Uma epopéia norte-americana sob os céus do Brasil" (1967).

Diferente da Colônia de Francilvânia, os imigrantes confederados não eram camponeses pobres em busca de terra ou trabalho. "Não se tratava de um movimento de camponeses repelidos da terra ou de um proletariado miserável em busca de uma pátria em que ganhasse o pão" (RIOS, 1949, p. 944). Eram médicos, oficiais da marinha e do exército confederado, sacerdotes etc., que possuíam recursos financeiros e tinham em comum o descontentamento com o fim da escravidão e com a derrota para a União.[10] Observadores foram despachados para o Brasil, com os objetivos de verificar as alternativas de localização e informar sobre os aspectos socioeconômicos, políticos e ambientais. Os relatórios produzidos, com raras exceções, foram favoráveis, chegando alguns a serem ufanistas. Esse foi o caso do ex-deputado do Alabama e oficial confederado Charles Grandison Gunter, que depois de visitar diferentes lugares, em 1865, decidiu estabelecer uma colônia no baixo Rio Doce, próximo a atual cidade de Linhares, no Espírito Santo.[11]

Gunter conseguiu do governo cerca de 155.400 hectares, além de várias promessas de auxílio. Com um ano instalado no Rio Doce, escreveu aos amigos: "Venha para cá e compre terras... melhor que qualquer nos Estados Unidos, mesmo nas zonas mais férteis do Alabama"; para outro recomenda trazer toda a família, pois com a ajuda dos filhos seria independente em um ano; recomendava: "traga ferramentas consigo, todas que puder, porque as suas são melhores do que as que podem ser adquiridas aqui"; "traga todas as qualidades de sementes"; "traga outras famílias iguais à sua, posso garantir-lhes casa e muita terra abençoada pela Providência,

[10] A maioria trouxe consigo esposa e filhos, alguns ainda bebês. Dos confederados que deixaram os Estados Unidos, logo após a guerra, segundo Richard Burton, 2.070 vieram para o Brasil, dos quais 400 para o Rio Doce (RIOS, 1949, p. 947)

[11] Gunter nasceu na Carolina do Norte, em 1806, mas estabeleceu-se no Alabama, onde fez fortuna como fazendeiro. Depois da Guerra da Secessão migrou para o Brasil, onde faleceu em 1883. (Biography: Charles Grandison Gunter born February 28, 1806 – photographs. By Donna R Causey on February 28, 2013. Publicado no site ***Alabama Pioneers***. Disponível em: <http://alabamapioneers.com/biography-charles-grandison-gunter-born-1806-with-photographs/>. Acesso em: 2 maio 2017.

mais do que qualquer outra que já vi". O ufanismo de Gunter chegou ao exagero: "Quase perdoei nossos inimigos, só pelo fato de ter sido forçado a vir para este país melhor". A primeira leva de sulistas desembarcou no Rio Doce, em 1867, de onde seguiriam para a Colônia Gunter.

> Soubemos que para alcançar nosso destino deveríamos navegar o Rio Doce acima em canoas, após desembarcarmos do vapor sobre a barra. [...] A grande questão das canoas, nas quais realizaríamos a viagem rio acima, foi o assunto que nos deixou absortos. Os homens se reuniram, fazendo planos, e as senhoras consideravam como suportariam a viagem desse modo insólito. Um grupo de cavalheiros tomou uma rota terrestre, a maioria a pé, em companhia do Coronel Gunter. O Sr. Roussell tinha certo número de escravos que o acompanhavam. Um grupo se foi, o restante estava preparado e esperando avidamente. [...] Na vida pioneira o verdadeiro caráter se mostra e uma grande variedade de características se evidencia sob nossa observação (KEYES, 2013, p. 83-85).

Os imigrantes vivenciaram dois momentos distintos: o primeiro marcado pelo otimismo de quem se sentia numa "terra prometida"; o segundo de desespero, de quem se sentia transportado para o "inferno". As correspondências pessoais reproduzidas por Judith Jones (1967) e o diário de Keyes (2013) permitem compreender as situações enfrentadas e as razões do fracasso. No primeiro momento a paisagem tropical do "grande rio" (como Gunter nomeava o Rio Doce, do mesmo modo que faziam os Botocudos, ao chamá-lo de Watu) aparece como uma natureza idílica, na qual os lugares são sempre "muito bonitos", as terras "muito férteis" e a vida maravilhosa. Josephine Foster, em um trecho de sua carta publicada no *New Orleans Times*, em 24 de abril de 1868, diz: "a dez passos atrás da casa começa a floresta interminável que dizem ter muitos animais ferozes, mesmo assim, mamãe e eu e as crianças temos dormido sozinhas muitas noites, sem portas ou janelas e nunca dormimos tão bem em nossas vidas". Keyes conta sobre as festas que realizavam no final do dia de trabalho: "A primeira festa foi em nossa casa":

> Nós tínhamos representantes de quaisquer Estados do Sul à nossa volta. Três jovens rapazes no cômodo eram de Montgomery, Alabama. Dois da Louisiana, um do Texas, um da Flórida, um da Virgínia, um do Tennessee. [...] Entre nós havia colonos da Geórgia e das Carolinas, alguns de diversas partes do país que nós deixamos, e um interesse comum fazia-nos sentir próximos uns dos outros (2013, p. 104-105).

Nesses dias felizes, um momento de susto foi o aparecimento do Botocudo. Keyes (2013, p. 101-102) descreve o medo que tomou conta da vila

e de como os habitantes se trancaram em suas casas. "Americanos agitados. Alguns trêmulos. Índios Booga (sic) estavam na vila". Eram as "coisas mais feias que se pode imaginar" e todos se entregaram "ao desânimo, em seu grau mais baixo". Ficaram paralisados de pânico, "até que uma voz reconfortante, que conhecíamos bem, pediu para entrar". Era o Dr. Dunn e todos o saudaram: os medos foram dissipados. A preocupação era se os índios lhes fariam mal, mas Dr. Dunn foi firme: "Nenhum nesse mundo. [...] Uma arma americana poderia dispersar a raça inteira. Acalmem-se". A situação se normalizou. "A casa estava alegre mais uma vez. As janelas e as portas escancaradas, pois os índios passaram pela cidade e acamparam nas cercanias da vila". Como se verá a seguir, o verdadeiro perigo era outro.

Em 26 de outubro de 1867, Keyes (2013, p. 162) registrou em seu diário: "Não gostamos da ideia da doença em nossa colônia, mas ouvimos que um bom número está tendo febres". Segundo Judith Jones (1967, p. 108-109), depois de um primeiro momento de esperanças em relação ao futuro, com poucas exceções, as famílias começaram a deixar o Rio Doce. As dificuldades surgiram na sequência da alteração do meio para o estabelecimento da colônia: clareiras abertas, queimadas e início das plantações. A suposta terra da promissão acabou expulsando-os: as nuvens de mosquitos; as invasões de formigas, as febres e o clima. Os mesmos problemas das febres e da irregularidade do clima, destacados pelos frades capuchinhos de Itambacuri, estão no relato de Keyes: depois de um ano de muita chuva, que tudo estragou, veio "uma grande seca... matou as verduras, as roças, trouxe a maleita [malária]... não sobrando ninguém que não tivesse sido acometido".[12] Pelo diário de Keyes, descobre-se que os problemas começaram seis meses depois de estabelecida a colônia:

> Quão mudada estava nossa vida na lagoa em relação à sociabilidade agradável dos primeiros seis meses, quando saúde e esperança tornavam cada dia delicioso. Os cavalheiros, que constantemente tinham tremores, estavam em desalento e desanimados. Os escravos nunca estavam aptos, mais da metade por vez, ao trabalho, e aqueles que começaram a desbastar e a plantar com tanto empenho agora estavam desencorajados. As plantações foram destruídas pela seca incomum. Nada parecia ter futuro em nossa bela colônia nova (2013, p. 194).

[12] Evidente que são muitos os fatores que explicam o fracasso da maioria das colônias formadas com imigrantes americanos confederados. Não deixa de ser relevante a dispersão dos núcleos de colonização por todo o vasto território brasileiro, como observou Artur Rios (1949, p. 951), para quem esse foi um dos principais fatores para o malogro, exceto no caso de Americana, no estado de São Paulo.

Keyes anotou no diário, no dia 12 de novembro de 1867: "Mais chuva. As crianças ainda estão tendo tremores, mas não parecem muito doentes. Assim que a febre se vai, elas vão brincar", porém a situação se agravou: "O senhor Spencer estava próximo da morte e muito poucos americanos estavam aptos a remar até mesmo uma canoa pequena, pois quase todos estavam doentes com tremores e febres" (KEYES, 2013, p. 190). A Colônia do Rio Doce foi desfeita, ficando poucas famílias em definitivo, como a do Coronel Gunter, que faleceu em Linhares, em 1883.[13]

Floresta e migração interna

O fracasso da imigração confederada no Rio Doce está relacionado diretamente com a história ambiental e, ao mesmo tempo, confirma os motivos anteriores e posteriores para o não assentamento humano às margens do grande rio. Em um estudo sobre o médio Rio Doce, de 1904, a área é apresentada como um vazio demográfico, coberta de "luxuriante floresta". O estudo estimou a população em 255 mil habitantes concentrada nas terras altas, porém constatou a existência de uma frente de ocupação demográfica se movimentando no sentido de ocupar o interior da bacia do Rio Doce, tendo no café a força motriz da migração (ROSA, 1976). As terras florestais atraíam os posseiros que buscavam os terrenos devolutos (terras públicas): esses migrantes buscavam a "Mata" do Rio Doce.

Entretanto, havia dificuldades diversas a serem enfrentadas. Em 1911, o engenheiro Álvaro da Silveira (1922, p. 496-497), no estudo para fundamentar Minas Gerais nas disputas por limites com o Espírito Santo, além de referir-se às áreas "pestíferas", dominadas pela malária, destaca a irregularidade do clima e a fragilidade hídrica. Sua atenção foi atraída pelos rios e córregos secos, no interior da mais densa floresta. Eram os meses de setembro e outubro de 1911, ano em que a estiagem foi prolongada. Nesse cenário adverso, a construção da ferrovia, iniciada em 1903 (Vitória, ES) e concluída em 1942 (Itabira, MG), produziu a transformação da paisagem e

[13] Seu filho Basil Manley foi nomeado representante consular em Vitória, em 1889, teve ações de ferrovia e ganhou fortuna (JONES, 1967, p. 109-110). Em 1971, o neto do filho de Gunter que foi estudar nos EUA, escreveu, sobre o tio Basil Manley: "... por anos ele enviou dinheiro a minha mãe, grandes quantias no início, mas que foram gradualmente diminuindo, até que ele escreveu que a plantação não estava pagando nada e que mamãe teria que lhe enviar dinheiro para os impostos. Isso foi talvez no ano de 1900" (NEELEMAN, 2016, p. 135).

promoveu o primeiro movimento de adensamento humano do Vale do Rio Doce, propriamente dito.[14] Como deixa claro Demerval Pimenta (1974), a ocupação efetiva do Vale do Rio Doce foi um acontecimento do século XX, cujo fator de penetração foi a Estrada de Ferro Vitória-Minas (EFVM).

Com efeito, no último quartel do século XIX e nas três primeiras décadas do XX, uma frente demográfica de ocupação avançou progressivamente.[15] Na porção meridional da bacia do Rio Doce, esse avanço se liga à expansão cafeeira, a partir da Zona da Mata; na porção setentrional esse movimento foi mais lento, com uma frente cafeeira e outra de pecuária bovina, porém ocupando o Noroeste, com limite no Rio Suaçuí Grande. Na porção setentrional nordeste, tendo contigua a bacia do Rio São Mateus, o movimento ainda foi mais tarde (década de 1930), com base no café. A EFVM atraiu a frente demográfica para as margens do Rio Doce tanto lavradores de subsistência e pequenos cafeicultores quanto alguns criadores de gado provenientes do Jequitinhonha e Norte de Minas. Como registrou Salm de Miranda (1949, p. 53-54), os migrantes eram posseiros (que os agentes do governo tratavam por invasores) e formavam dois grupos bem distintos, sendo pretos ou "roxos" os nacionais e "brancos" os alemães ou italianos (ou seus descendentes), que tinham decido das serras do Espírito Santo. Na década de 1930 essa frente se estabeleceu no Vale do Rio Doce, propriamente dito, e avançou na direção das terras ao norte, penetrando a bacia do Rio São Mateus (WAIBEL, 1955).

A construção da ferrovia junto às margens do Rio Doce foi marcada por grande dificuldade para se conseguir trabalhadores ou para repor os que morriam ou ficavam "imprestáveis" por causa da insalubridade e, particularmente, pela malária. Como medida saneadora e para combater a multiplicação dos casos de trabalhadores doentes, as matas eram derruba-

---

[14] A história da EFVM tem três fases diferentes: 1) período de 1901-1910, no qual o controle era dos engenheiros João Teixeira Soares e Pedro Nolasco Pereira da Cunha, fundadores da empresa; 2) período de 1910-1942, no qual o controle foi da Itabira Iron Ore Company, cujos acionistas eram representados por Percival Farquhar; 3) a partir de 1942 o controle é da Companhia Vale do Rio Doce. A ferrovia avançou rápido durante a primeira fase, chegando a atual cidade de Governador Valadares, em 15 de agosto de 1910. Nesse ano, a ferrovia passou ao controle da Itabira Iron e o traçado foi mudado de Diamantina para Itabira e o objetivo passou a ser o transporte de minério de ferro, objetivo que só se efetivará com a criação da Companhia Vale do Rio Doce, em 1942.

[15] O conceito de frente demográfica de ocupação e o de frente pioneira, como diferentes tempos e produtores de espacialidades distintas são de José de Souza Martins (1996).

das em grande escala e queimadas, como consta na justificativa da diretoria da Companhia Estrada de Ferro Vitória a Minas (EFVM) para a Assembleia Geral Ordinária, de 12 de setembro de 1908. Diz o presidente da companhia, Dr. Teixeira Soares:

> A camada enorme de húmus, que garante uma fertilidade quasi que inexgotável as margens do Rio Doce, encerra o gérmen de febres de máocaracter, que – desaparecem quando se vão descortinando os terrenos por meio das derribadas em larga escala. [...] as derribadas que têm sido feitas para passagem da estrada e o descortinamento gradual dos terrenos estão já produzindo seus benéficos effeitos sobre as condições sanitárias (Relatório da Diretoria da EFVM apud ROSA, 1976, p. 119-120).

Aqui, além de observamos a permanência de uma concepção telúrica[16] da origem das doenças que eram entrave à ocupação, com a afirmação de que o terreno "encerra o germe de febres de mau caráter", podemos perceber que a derrubada da mata era tida como uma medida saneadora que produziria o efeito higienizador.[17] Se o paludismo (malária) funcionou como obstáculo ao povoamento e à exploração, combater a doença se transformou em luta contra a floresta. As clareiras abertas na floresta pela EFVM, os acampamentos dos trabalhadores e as demandas para abastecê-los fomentaram o surgimento de povoações e, desta forma, multiplicavam-se as frentes de exploração dos recursos florestais e de desmatamento para introduzir a agricultura ou pecuária. As estações ferroviárias se constituíram em centros de adensamento demográfico. Na memória do engenheiro Ceciliano de Almeida, que trabalhou na construção da ferrovia, entre 1905 e 1908, se podem constatar as mudanças provocadas pela chegada dos trilhos, que segundo ele, colocavam as poucas aldeias apáticas no rumo do progresso:

> [...] a ponta dos trilhos avizinha-se de Colatina. Breve, o estardalhaço das locomotivas [...] anunciando a penetração, Rio Doce acima, nas florestas virgens paludosas[18]. Profundas alterações sofrerá a região [...] foram dominadas as matas desconhecidas. Na área por elas ocupada, apareceram os

---

[16] De acordo com a "doutrina telúrica", as doenças eram produzidas por emanações malignas provenientes do solo. A terra era a produtora do mal, da doença.

[17] "Campanhas contra endemias rurais, e contra a malária em particular, são elementos constitutivos da saúde pública no Brasil. Desde o início do século XX, inúmeras ações que incluíam investigação, tratamento e profilaxia do impaludismo foram executadas pelo governo federal e por alguns estados da federação. Cf. HOCHMAN, G.; MELLO, M. T. B.; SANTOS, P. R. E. A malária em foto: imagens de campanhas e ações no Brasil da primeira metade do século XX. *Hist. Cienc. Saude-Manguinhos*, Rio de Janeiro, v. 9, supl. p. 233-273, 2002.

[18] Paludosas se refere à presença do paludismo/malária.

> agricultores, tiradores de madeira, exploradores de pedras coradas, pecuaristas e negociantes (1978, p. 6).

Com incentivo da EFVM, a cultura do café e a extração da madeira se tornaram as principais atividades econômicas e geradoras das receitas da ferrovia. Na década de 1920, o transporte de passageiros assumiu a segunda posição na geração de receitas, atrás do café, confirmando o crescente adensamento demográfico ao longo da ferrovia e regiões vizinhas (ROSA, 1976, p. 165).[19] No início da década de 1940 esse adensamento passou a ser impulsionado também pela produção de carvão vegetal, com objetivo de atender as siderúrgicas que se implantavam com apoio do governo de Minas Gerais e as dezenas de fábricas de ferro gusa que se espalharam pela região. Nessa década, o Vale do Rio Doce já apresentava um quadro de desmatamento crescente, em função da combinação da frente de ocupação aberta pela EFVM e do início da indústria do Carvão.[20] Cesar Pinto (1944, p. 213), biólogo do Instituto Oswaldo Cruz e chefe do Serviço de Doenças Parasitárias do Departamento Nacional de Estradas de Rodagem (DNER), descreve a região que encontrou em 1942: "outrora coberta por densas matas virgens em grande parte destruídas hoje pelo homem, para extração de lenha destinada ao fabrico de carvão, consumido pela indústria do ferro".[21]

Entretanto, a opinião pública nacional acreditava e continuou por muito tempo a imaginar, que no Rio Doce existia uma opulenta floresta, como se depreende pelas palavras do grande escritor Câmara Cascudo, escritas em 1956: "lugar para explorar, locar e construir na mata margeante do Rio Doce, onde há árvores contemporâneas do Gênesis".[22] Na verdade,

---

[19] ROSA, Léa Brígida Rocha de Alvarenga. *Companhia Estrada de Ferro de Vitória a Minas. 1890-1940*.

[20] O engenheiro alemão Guilherme Giesbrecht, responsável pela abertura da primeira estrada de rodagem da região (Figueira a Itambacuri), anotou em seu relatório que os moradores da vila de Figueira (Governador Valadares) foram chamados para um evento na praça do coreto, em 1936, no qual ouviram do representante da Companhia Siderúrgica Belgo-Mineira a notícia de que a empresa iniciaria as atividades da usina de João Monlevade e, por isso, precisaria comprar muito carvão vegetal. Disse que a empresa iria apoiar e que a nova atividade traria o progresso, além de contribuir para sanear a região, infestada de malária (SIMAN, 1988, p. 99-100).

[21] O relatório escrito pelo Dr. Cesar Pinto, em 1944, contém o diagnóstico e as ações executadas de combate às doenças que atingiam os rodoviários que construíam a rodovia Rio-Bahia e a população próxima, nos anos de 1942 e 1943. O Diagnóstico foi sobre a área do Vale do Rio Doce, ao longo do trecho da rodovia, entre o município de Governador Valadares e o de Itambacuri (PINTO, 1944).

[22] Essas palavras de Câmara Cascudo foram escritas em 1956, ao prefaciar as memórias do engenheiro Ceciliano Abel de Almeida (1978, p. XII).

a floresta ficou comprometida em seu frágil equilíbrio, quando se multiplicaram as clareiras abertas e se repetiram as queimadas utilizadas pelos agricultores, antes do período das chuvas e da semeadura. Os patógenos e seus transmissores, no entanto, continuavam presentes, dificultando as obras de infraestrutura rodoferroviária e hidroelétrica, limitando o avanço da frente pioneira e, principalmente, prejudicando os grandes investimentos de capitais privados e estatais. Conforme Cesar Pinto (1944, p. 267), os centros urbanos não apresentavam a mínima infraestrutura de abastecimento de água e luz elétrica; não tinham condições sanitárias; estavam tomadas de criadouros de larvas de mosquitos transmissores de malária, cujos surtos eram frequentes.

O enfrentamento desse quadro adverso, a partir de 1942, foi motivado pela combinação dos interesses acima e pelas injunções internacionais ligadas aos interesses aliados na Segunda Grande Guerra. O saneamento e controle dos patógenos foram ações estratégicas imprescindíveis para a implantação dos dois importantes sistemas territoriais: o siderúrgico e o minerador. Nesse sentido, o diálogo entre história ambiental e migração é estabelecido por esses elementos presentes nos processos em tela: floresta tropical, recursos minerais (minério de ferro e mica), implantação de infraestrutura (eixo rodoferroviário), fronteira agrícola, frente pioneira e correntes migratórias heterogêneas (nacionais e estrangeiras).

Guerra contra o mosquito e a desterritorialização da natureza

O Vale do Rio Doce foi incorporado ao projeto nacional-desenvolvimentista, no contexto da Segunda Guerra Mundial e do Estado Novo (1937-1945): esperava-se transformá-lo no “Vale do Ruhr” brasileiro (ESPINDOLA, 2013, p. 263). Isso parecia concretizar-se, conforme reportagem especial da revista Cultura Política, de maio de 1944: “O vale do Rio Doce já possui grandes usinas siderúrgicas e desperta para um grande futuro que nos indica que ali se está formando um verdadeiro vale do Ruhr, no Brasil, zona do ferro e do aço”.[23] Os grandes investimentos mi-

[23] Reportagem especial de “Cultura Política”. Aspecto do Desenvolvimento Social do Brasil. *Revista Cultura Política*, Rio de Janeiro, v. 4, n. 10, maio, p. 31, 1944.

nero-metalúrgicos estabeleceram seus próprios códigos, por meio de um sistema territorial sobreposto ao território que se constituía a partir da fronteira agrícola.

A implantação da rede rodoferroviária e do complexo mineral e siderúrgico criou um cenário regional novo, que resultou na substituição da frente de ocupação demográfica pela frente pioneira, ao fomentar a formação de grandes fazendas de engorda de gado destinado aos frigoríficos do Rio de Janeiro; multiplicação das serrarias de pequeno e grande porte, crescente urbanização com desenvolvimento dos setores secundários e terciários; intensa exploração dos recursos naturais; grilagem e formação de grandes fazendas; e generalização de conflitos pela posse da terra – nos termos indicados por Martins (1991, p. 67-68; 134).

Nesse contexto, tornou-se prioritário o enfrentamento do quadro nosológico adverso (malária, febre amarela, varíola, leishmaniose, hanseníase, diversos tipos de doenças parasitárias e de outras doenças e patógenos (PINTO, 1944). As endemias não podiam impedir a expansão da siderurgia; a exportação de mica para suprir os aliados em guerra[24]; a reforma da EFVM para transporte de minério em grande escala e implantação da Companhia Vale do Rio Doce (CVRD).[25] Também não podiam retardar as obras de construção da rodovia Rio-Bahia (BR 116) e de sua ponte sobre o Rio Doce (PINTO, 1944). Duas frentes se formaram para o combate do que se denominou 'endemias rurais': uma de maior proporção ligada aos Acordos de Washington assinados com os EUA e a Grã-Bretanha, em 1942;[26] a outra estava ligada ao DNER, que construía a rodovia Rio-Bahia, sendo a primeira no sentido Leste-Oeste e a segunda o sentido Sul-Norte, tendo como eixo a cidade de Governador Valadares.

---

[24] A região do Vale do Rio Doce, com centro na cidade de Governador Valadares, respondeu pela maior parte da extração e beneficiamento da mica para exportação.

[25] Em 1942, o governo de Getúlio Vargas encampou os empreendimentos de Percival Farquhar, nacionalizou a *Itabira Iron Ore Company*, incorporou a EFVM e criou a Companhia Vale do Rio Doce (VALE S.A.). A VALE recebeu como atribuição a responsabilidade de promover o desenvolvimento da bacia do Rio Doce (MEDEIROS, 1969), mas efetivamente pouco influenciou os rumos do desenvolvimento regional, restringindo-se ao seu próprio sistema territorial baseado na extração, no transporte e na exportação do minério.

[26] Os "Acordos de Washington" selaram a aproximação entre os governos do Brasil e dos EUA, bem como a adesão brasileira ao "esforço de guerra" dos Aliados contra os países do Eixo, durante a II Guerra Mundial (CAMPOS, 2006, p. 35).

A primeira frente foi conduzida pela agência bilateral (Brasil-EUA) Serviço Especial de Saúde Pública – SESP[27], entre 1943 a 1950: Projeto Rio Doce e Projeto Mica.[28] O primeiro atendeu os centros urbanos e as áreas rurais por onde passava a ferrovia; o Projeto Mica penetrou nas áreas circunvizinhas ao Rio Doce, onde se extraia o feldspato que deu nome ao projeto.[29] O SESP logrou sucesso: erradicação da malária: instalação de serviços de tratamento de água e esgotos nas cidades; formação de pessoal técnico e agentes sanitários e de saúde; campanhas de saúde; educação sanitária e instalação de unidades de saúde. A agência atuou diretamente na mudança de mentalidade e costumes, sobrepondo ao substrato social existente um processo de modernização e uma concepção de mundo técnico-científica (VILARINO, 2015). Além dos nacionais, estiveram presentes técnicos americanos, tanto no comando da reforma da ferrovia e da implantação da indústria de exportação de mica, como da ação sanitária, conforme foi mencionado por Ladislau Sales, médico do SESP e prefeito de Governador Valadares (1955-1959):

> O SESP chegou, chegaram aqueles homens com aqueles chapéus de cortiça, como se vê na África, não é isso? Um chapéu branco, de cortiça, calça branca, etc. Quando viram aquela poeira, passava uma bicicleta levantava poeira, carroça e febre malária, malária, malária, eles não estavam preparados para isso. Então, eles pediram socorro "mande um epidemiologista e mande uma pessoa especializada em doenças tropicais, de países tropicais, porque nós sabemos por alto, mas isso aí a quantidade é muito grande". Era malária, leishmaniose, que come nariz, esquistossomose, horrível, e não havia tratamento muito eficaz.[30]

Desta vez a entrada dos americanos se deu por outra via, pois os tempos eram muito diferentes daqueles da vinda dos colonos confedera-

---

[27] O SESP foi uma agência de saúde pública criada em 1942, a partir dos Acordos de Washington. O objetivo de "implementar políticas sanitárias em áreas econômica e militarmente estratégicas" atenderia, de um lado, interesses americanos imediatos, relacionados às necessidades de guerra, e de aproximação econômica com o Brasil, e, de outro, respondia aos interesses do governo Vargas de expandir no território brasileiro a presença e a autoridade do Estado (CAMPOS, 2006, p. 173-185).

[28] O SESP, com independência frente aos governos locais, assumiu as ações de combate as endemias, de saneamento e de instalação e manutenção de serviços urbanos básicos nas diversas localidades ao longo do Rio Doce/ferrovia e junto às regiões de extração mineral (VILARINO, 2008).

[29] Numa segunda fase, entre 1948 a 1960, o SESP ampliou sua atuação para outras regiões brasileiras e, em Minas Gerais, para fora do Vale do Rio Doce. Em 1951 o Programa Minas Gerais absorveu o Programa Rio Doce (já não funcionava o Programa Mica).

[30] Entrevista concedida ao Núcleo de História Regional da Univale, em 14 dez. 2001.

dos. Os novos americanos chegaram com recursos poderosos, pois traziam na bagagem o saber científico e a experiência do Canal do Panamá (1904-1914), fornecendo os meios para o enfrentamento da floresta e dos agentes que até então auxiliavam na sua conservação. A presença de médicos e engenheiros norte-americanos, segundo Soares (2002, p. 110), "colocou os valadarenses em contato com os americanos e sua cultura", estabelecendo-se "vínculos com os EUA que permitiram a construção, em Valadares, de laços sociais norteadores da opção migratória", que marcariam os valadarenses nas décadas seguintes.[31]

Considerações finais

As múltiplas e complexas interações que se estabeleceram entre ações humanas e o meio natural envolveram agentes com poder desigual em choque com populações sem poder e vulneráveis, submetidas a dinâmicas exógenas. Os processos sociais desencadeados pela combinação desses múltiplos agentes produziram uma paisagem híbrida no Vale do Rio Doce: de um lado os sistemas territoriais ligados ao complexo minero-metalúrgico e, depois de 1970, ao da celulose-floresta de eucalipto; por outro, a realidade das comunidades locais territorialmente estabelecidas e dos ecossistemas fragilizados ou completamente afetados. A formação histórica do território foi marcada por violentos processos de desterritorialização da natureza e, ao mesmo tempo, das pessoas que perderam suas bases existenciais de sobrevivência comunitária e foram obrigadas a emigrar para outras regiões do Brasil e para o exterior.

Se nas primeiras três décadas do século XX, ainda que de forma limitada, a fronteira tinha se mostrado aberta e receptiva aos agentes da economia "camponesa", o quadro modificou-se quando entraram os interesses capitalistas (BORGES, 1988, p. 209). Na década de 1940, o saneamento foi decisivo para a implantação do sistema territorial do complexo minero-metalúrgico e, indiretamente, favoreceu a "frente pioneira": indústria madeireira e pecuária de corte. A combinação da frente pioneira com os interesses capitalistas minero-metalúrgico determinou a rápida redução da área

[31] A migração de valadarenses (referência comum a todo emigrante do Vale do Rio Doce) para os EUA, iniciada modestamente na década de 1960, tornou-se um fenômeno explosivo na década de 1980.

florestal (1930-1960), como indica estudo de 1963, encomendado pela CVRD.[32] A área florestal correspondente à depressão periférica do Rio Doce (vale do médio curso do Rio Doce) ficou limitada a 2,5% da cobertura originária; outras zonas apresentavam variação de 2,5 a 10%, sendo a média geral de 5%para toda a área de influência da CVRD.[33]

O ecossistema florestal ficou reduzido a três pequenas áreas: Parque Estadual do Rio Doce, Parque Sete Salões e Reserva Sooretama (pertencente a Vale). Nas seis primeiras décadas do século XX, a região que recebeu imigrantes de diversas origens (nacionais e estrangeiros, entre os quais alemães, italianos, pomeranos, poloneses, libaneses, sírios e outros), tornou-se um centro expulsor (SOARES, 2002). A região do Rio Doce, conforme estudo realizado pelo governo de Minas Gerais, no final da década de 1980, apresentou os maiores índices emigratórios entre as regiões mineiras, além de possuir municípios com indicadores sociais iguais ou piores que os do Jequitinhonha, nacionalmente conhecido pela pobreza (MINAS GERAIS, 1989, p. 102). No campo econômico, esse processo se expressou no fechamento de empresas ou transferência para outras praças; no campo demográfico pelo esvaziamento demográfico; e no campo ambiental foi marcado pelo desaparecimento da floresta e da fauna, redução da oferta hídrica, perda da capacidade de suporte dos solos e generalizados processos erosivos (MINAS GERAIS, 1989). Como disse o velho Maxacali, no final talvez só fique o Mikai-kaka! Assim, podemos afirmar que a combinação dos fenômenos ambientais, econômicos e demográficos fazem da região objeto relevante para os estudos da relação entre história ambiental e migração.

---

[32] CVRD. *Perspectivas de desenvolvimento industrial da Região do Rio Doce*. III v., São Paulo: SERETE, 1963.

[33] CVRD. *Desenvolvimento Agropecuário da Região de Influência da CVRD:* estudo básico. São Paulo: Planejamento Agro-Industriais – SEITEC, 1969, p. 248, 251 e 259. A Floresta Atlântica cobria 91% da área, os Tabuleiros 7,5% e a vegetação litorânea 1,5%. As zonas de influência da CVRD apresentavam variação de 2,5 a 10% de áreas cobertas de remanescentes de matas nativas, sendo a média geral de 5%. O relatório apresentou como as principais causas da redução a demanda por carvão vegetal e lenha, o desmatamento para uso agropecuário e desperdício, principalmente causado pelos incêndios florestais.

Referências e fontes

ALMEIDA, Ceciliano Abel de. *O desbravamento das selvas do Rio Doce*. 2 ed. Rio de Janeiro: J. Olímpio, 1978.

BAETA, Alenice Motta; MATTOS, Izabel Missagiade. *Habitus*, Goiânia, v. 5, n. 1, 2007.

BORGES, Maria Eliza L. *Utopia e contra-utopia:* movimentos sociais rurais em Minas gerais (1950-1964). Dissertação (Mestrado em História), Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 1988.

CAMPOS, André Luiz Vieira de. *Políticas Internacionais de Saúde na Era Vargas*: o Serviço Especial de Saúde Pública, 1942-1960. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2006.

ESPINDOLA, Haruf S. et al. Apropriação de Terras Devolutas e Organização Territorial no Vale do Rio Doce: 1891-1960. In: ESPINDOLA, H. S.; ABREU, J. L. N. (Orgs.). *Território, sociedade e modernidade*. Governador Valadares: Ed. Univale, 2010, p. 19-58.

ESPINDOLA, Haruf S. et al. Expansão do capital e apropriação de terras florestais no processo de industrialização do Brasil (1891-1960). *Cescontexto*, Coimbra, v. 1, p. 260-296, 2013.

ESPINDOLA, Haruf S. *O Sertão do Rio Doce*. Bauru: Edusc, 2005.

ESPINDOLA, Haruf S.; WENDLING, Ivan Jannotti. Elementos biológicos na configuração do território do Rio Doce. *Varia História*, Belo Horizonte, v. 24, p. 177-197, 2008.

FERREIRA, Manoel Milagres. *História e flagrantes de Baixo Guandu.* 2. ed. Vitória: Fundação Ceciliano Abel de Almeida, 1985.

FISCHER, Georg. Imigrantes de língua alemã e as visões do paraíso da elite capixaba (1847-1862). *Espaço Plural*, Marechal Cândido Rondon, n. 19, p. 59-66, 2º Semestre 2008.

HARTT, Charles Frederick. *Geologia e Geografia Física do Brasil*. São Paulo: Cia. Ed. Nacional, 1941. (Coleção Brasiliana, 200).

JONES, Judith Mac Knicht. *Soldado descansa!* Uma epopéia norte-americana sob os céus do Brasil. São Paulo: Jarde, 1967.

KEYES, Julia Louisa. *Nossa vida no Brasil:* imigração norte-americana no Espírito Santo 1867-1870. Vitória : Arquivo Público do Estado do Espírito Santo, 2013. (O manuscrito original Our life in Brazil: 1867-1870, de 1874, encontra-se no arquivo histórico do estado do Alabama, em Montgomery, nos Estados Unidos.) Disponível em: <https://ape.es.gov.br/Media/ape/PDF/Livros/LIVRO_NossaVidaNoBrasil_Editado.pdf>. Acesso em: 15 maio 2017.

KODAMA, Kaori. Os debates pelo fim do tráfico no periódico. O Philantropo (1849-1852) e a formação do povo: doenças, raça e escravidão. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 28, n. 56, p. 407-430, 2008.

MARTINS, José de Souza. O tempo da fronteira: retorno à controvérsia sobre o tempo histórico da frente de expansão e da frente pioneira. *Tempo social:* Revista de Sociologia da USP, São Paulo, v. 8, n. 1, p. 25-70, maio 1996.

MARTINS, José de Souza. *Expropriação:* violência a questão política no campo. 3 ed. Revisada e ampliada. São Paulo: Hucitec, 1991.

MENDONCA, Jaime Araújo. *Maxacalis*. Rio de Janeiro: M & M Editores, 1985.

MINAS GERAIS. Economia Mineira – 1989: *Diagnóstico e Perspectiva*, Belo Horizonte, BDMG, v. 5, 1989.

MIRANDA, Salm. *Rio Doce:* impressões de uma época. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1949.

NEELEMAN, Gary. *A migração confederada ao Brasil:* estrelas e barras sob o Cruzeiro do Sul. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2016.

PALAZZOLO, Frei Jacinto. *Nas Selvas dos Vales do Mucuri e do Rio Doce*. São Paulo: Cia. Ed. Nacional, 1973.

PIMENTA, Dermeval José. Aspectos do povoamento do Leste Mineiro. *Separata da Revista do IHG MG*, n. 14, Imprensa Oficial, 1974.

PINTO, Cesar. Um ano de combate às doenças parasitárias que atacam os rodoviários da estrada Rio-Bahia, 1942-1943. *Memórias do Instituto Oswaldo Cruz,* Rio de Janeiro, t. 40, fasc. 3, p. 210-352, jun. 1944.

RIOS, José Artur. A Imigração de Confederados Norte-Americanos no Brasil. *Boletim Geográfico*, Rio de Janeiro, ano VII, n. 81, p. 942-956, 1949.

ROCHA, Levy. *Viajantes estrangeiros no Espírito Santo*. Brasília: Ed. Brasília, 1971.

ROSA, Léa Brígida Rocha de Alvarenga. *Companhia Estrada de Ferro de Vitória a Minas: 1890-1940*. Dissertação (Mestrado em História), Universidade de São Paulo, São Paulo, 1976.

SAINT-HILAIRE, Auguste de. *Viagem ao Espírito Santo e Rio Doce*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: EdUSP, 1974.

SILVEIRA, Álvaro Astolpho da. *Memórias Chorographicas*. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1922.

SOARES, Weber. Da *Metáfora à Substância:* redes sociais, redes migratórias e migração nacional e internacional em Valadares e Ipatinga. Tese (Doutorado), CEDAPLAR/UFMG, Belo Horizonte, 2002.

STEAINS, William John. O Valle do Rio Doce. *Revista da Sociedade de Geographia do Rio de Janeiro*, Rio de Janeiro, t. 4, n. 3, p. 213-226, 1888.

STEAINS, William John. An Exploration of the Rio Dôce and its Northern Tributaries (Brazil). *Proceedings of the Royal Geographical Society*, v. 10, n. 1, p. 61-84, 1888b.

STRAUCH, Ney. A Bacia do Rio Doce. *Estudo Geográfico,* Rio de Janeiro, IBGE/CNG, 1955.

VILARINO, Maria Terezinha Bretas. *Da lata d'agua ao SESP:* tensões e constrangimentos de um processo civilizador no Sertão do Rio Doce (1942-1960). Tese (Doutorado em História), Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2015.

VILARINO, Maria Terezinha Bretas. *Entre lagoas e florestas:* atuação do Serviço Especial de Saúde Pública (SESP) no saneamento do médio Rio Doce: 1942-1960. Dissertação (Mestrado em História), Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2008.

WAIBEL, Leo H. As zonas pioneiras do Brasil. *Revista Brasileira de Geografia*, Rio de Janeiro, ano XVII, n. 4, p. 389-422, out./dez. 1955.

A imigração senegalesa: dimensões históricas, econômicas e socioambientais

João Carlos Tedesco

Introdução

O Senegal é um país da África Ocidental (extremo oeste) e subsaariana; possui um território equivalente ao do estado do Rio Grande do Sul, com população em torno de 14 milhões, sendo a população feminina superior (50,90%) em relação à masculina (49,10%), tendo as cidades de Dakar (capital), Thiès, Diourbel, Kaolack, Saint-Louis, Dagana e Ziguinchor como as mais populosas (MALOMANO; FONSECA; BADI, 2015). É um país de grande maioria islâmica, tendo as confrarias Muride, Tijane e Qadirya como as de maior quantidade de adeptos, em particular a primeira e com grande correlação com a dinâmica migratória. A nação conquistou sua independência em relação à França em 1960, sob o comando político de Léopold Senghor.

A imigração senegalesa para a América do Sul, em particular para o centro-sul do Brasil e a região metropolitana de Buenos Aires (Argentina), vem chamando a atenção de pesquisadores, bem como de outros horizontes, principalmente sociais, políticos e religiosos (TEDESCO; MELLO, 2015; KLEIDERMACHER, 2015). É uma imigração que expressa a nova tendência dos fluxos mundiais na direção Sul-Sul, ou seja, de países empobrecidos para os considerados em vias de desenvolvimento.

Para entender os processos que determinam as direções de destino, faz-se necessário também compreender os elementos históricos e conjunturais que produzem as saídas. Nesse sentido, o caso específico do Senegal é paradigmático, pois é um país considerado democrático, sem maiores conflitos bélicos, guerra civil, tensões religiosas e de limites de fronteiras nacionais, realidade essa que dificulta a obtenção do visto que os identifica como refugiados. Desse modo, as causas do fenômeno emigratório devem ser buscadas em outros horizontes.

Figura 1: Mapa da África com indicação para o Senegal

Fonte: Adaptado de Wikimedia Commons. Disponível em: <https://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/thumb/f/ff/Senegal_in_Africa.svg/1084px-Senegal_in_Africa.svg.png>. Acesso em: 21 abr. 2017.

É com essa intenção que propomos dar uma contribuição no sintético texto. Buscamos analisar alguns elementos que dão a dimensão histórica da atual diáspora senegalesa para o mundo.[1] Fizemos um recorte tempo-

[1] Os últimos dados atestam a cifra de mais de 3 milhões em 2016. A grande maioria se encontra na Europa Ocidental, em particular, na França (país colonizador), Itália, Espanha e Inglaterra (CEPED, 2017, p. 11).

ral a partir das primeiras décadas do século XX em razão das duas Guerras Mundiais e a dinâmica de pressão migratória que o país enfrentou sob o regime colonial nesse período, pois há uma estreita ligação com a emigração; correlacionamos alguns períodos de maior expressão de saída com as dinâmicas de desenvolvimento e centralidade no meio rural e na produção agrícola de algumas regiões do país, em particular, o Bassin Arachidier, espaço de grande produção do amendoim, o qual tornou-se o carro-chefe de um processo de modernização produtiva iniciada nos anos 60 e intensificada na década de 1970 e que produziu um amplo espectro do fenômeno (e)migratório. Nesse sentido, entendemos que não é possível compreender a trajetória histórica da emigração senegalesa sem ter presente esses processos sociais, econômicos e ambientais que, interligados com fenômenos de ordem cultural, familiar e religiosa, deram o tom dessa realidade.

O que queremos demonstrar é que nesse cenário das emigrações laborais, as quais caracterizam a grande emigração senegalesa, as causalidades podem ser múltiplas e correlacionais, tendo processos estruturais e subjetivos, ambos de difícil determinação e hierarquia (WIHTOL DE WENDEN, 2005), como importantes. Desse modo, meio ambiente, políticas de tendências produtivistas no meio rural, saberes tradicionais, redefinições sociais de unidades familiares, horizontes religiosos imbricam-se e produzem realidades migratórias.

Elementos da economia colonial do Senegal no período após a Primeira Guerra

A Primeira Guerra Mundial inaugura um novo período da história do Senegal. Durante a referida guerra e no período entre as duas grandes guerras, ocorreu, ao mesmo tempo, o auge da capacidade de atuação das instituições imperialistas principalmente francesas, e as colônias foram integradas ao sistema do capitalismo europeu ocidental (COQUERY-VIDROVITCH, 2010). A orientação da economia estava organizada principalmente pela extração de produtos agrícolas, pautada pela necessidade econômica da metrópole.[2]

[2] Uma análise mais detalhada e de um período mais longo correlacionando dinâmica econômica e política com emigração do Senegal, encontra-se em Tedesco; Mello (2015). Parte do que desenvolvemos nesse item, encontra-se no referido livro.

No fim da Segunda Guerra Mundial, a economia do Senegal continuava sendo majoritariamente agrícola, o que a tornava pouco atrativa para investimentos estruturais, principalmente no campo industrial, sendo a opção mais rentável a alocação da produção em uma economia de mercado, conhecido como *économie de traire*, que consistia no direcionamento da maior parte da produção disponível para ao mercado externo, produção viabilizada pelos métodos tradicionais, fechando o ciclo com a importação de bens de consumo e sistematizando uma rede de dependência da colônia em relação à metrópole. Devido à dependência econômica, a balança comercial apresentava-se em uma posição deficitária aos africanos. É nesse período que a economia do Senegal ganha performance de atrelamento a um sistema produtivo de estreita vinculação à economia mundial, principalmente da cultura do amendoim, da castanha e da criação de gado (COQUERY-VIDROVITCH, 2010).

Em razão da Segunda Guerra, o país foi obrigado a produzir alimentos, mas principalmente o algodão, forçando ainda mais a inserção da população em uma economia de mercado, de produção de culturas exportáveis. As populações eram obrigadas a reverter a baixa dos preços com o aumento da produção (TALL, 2009). A rentabilidade da agricultura teve uma queda vertiginosa, além do que provocou alterações no sistema tradicional de produzir das unidades familiares no meio rural. Foi dada prioridade ao amendoim e ao algodão em detrimento de outras culturais tradicionais dos camponeses.

O esforço de guerra, que orientou a institucionalização de artigos de produção obrigatória, foi especialmente dramático para os africanos. Ao fim da guerra, porém, a França cessou sua compra drasticamente, impactando uma organização construída para esse fim, não preparada para a perda de demanda. Além de desorganizar ainda mais os mecanismos produtivos, a obrigatoriedade da produção e da venda para a França acabou por impossibilitar a produção para o abastecimento interno. Ao fim da guerra, os campos estavam esgotados e as reservas desfalcadas por períodos de estiagem. Isso tudo produziu um grande colapso produtivo, bem como uma crise de alimentos que se alastrou por toda a região, vitimando entre 250 a 400 mil pessoas (COQUERY-VIDROVITCH, 2010).

O período posterior à Segunda Guerra foi apenas o de maior expressão da fome; o sistema de *économie de traite* tornou a falta de alimentos uma constante do período colonial. O país ficou completamente vulnerável às estiagens que se estendiam e se intensificavam por toda a década de 1950,

fazendo com que grande parte da população passasse a procurar os centros urbanos. As epidemias só não foram mais alarmantes devido à operação de sistemas de transporte que auxiliavam no manejo de alimentos para locais mais debilitados. As epidemias foram controladas por campanhas sanitárias iniciadas no período. Porém, essas medidas levavam ao aumento das despesas sociais, que precisavam ser pagas pela população.

No final dos anos 50 e por toda a década de 1960, a migração interna foi muito intensa, inclusive a externa, principalmente em países vizinhos como o Mali e a Guiné Bissau, como estratégia para fazer frente aos limites do processo produtivo rural e o reduzido emprego urbano, em particular, de Dakar. Junto com esse fenômeno migratório interno e externo, um contigente intenso emigrou para a França para fazer parte das fileiras militares, bem como para atuar em setores estratégicos de guerra e do pós-guerra, como é o caso de mineração, pesca, construção civil, agricultura e metalurgia. Para a França, a emigração dos anos 50 tinham também o objetivo de reconstruir as metrópoles destruídas pela Segunda Guerra e construir estradas. Entre os anos de 1950 e 60, núcleos de senegaleses se constituíam em várias regiões industriais da França (POIRET, 1996). Na África, senegaleses emigravam também para colônias francesas em outros países vizinhos da parte oeste e ocidental atuando em setores de comércio, navegação, pesca e agricultura (BADIER, 2008).

A imigração e o nacionalismo no ocidente africano

A questão do nacionalismo no Senegal faz parte de um conjunto de processos relacionados à própria dinâmica das imposições e dos desdobramentos do imperialismo francês exercido durante o período das duas guerras. Da mesma forma que a instituição do sistema colonial se cristaliza, a partir do período da Primeira Guerra Mundial, o movimento nacionalista passa a ser delineado e a representar a própria transformação cultural imposta aos africanos.

Muitos membros da elite tradicional procuraram cooperar com a sua metrópole, visando receber retribuições políticas devido a sua participação no esforço de guerra. Muitos enviaram voluntariamente recursos financeiros, além de manterem a fidelidade à potência colonial e, asseguraram, desta forma, a supressão de revoltas. Contudo, com o fim da guerra, as retribuições desejadas, como uma maior autonomia, que foi propagada pelo discurso do presidente norte-americano Woodrow Wilson por meio dos princípios de

autodeterminação dos povos e de democracia liberal, foram ignoradas pela metrópole. Aliado a isso, a guerra teve um efeito psicológico importante: demonstrou que o homem branco também morria frente aos armamentos modernos e invalidou as justificativas legitimadamente científicas da superioridade racial. Esse conjunto de frustrações e novas percepções tornou os africanos mais propensos a participar de movimentos anticoloniais.

A legislação política sempre buscava suprimir a nova elite educada e os profissionais liberais, porém, com a maior integração cultural, houve o aumento do fluxo de formação desses grupos; também aumentou o número de africanos que iam estudar em escolas do exterior. As áreas urbanas iam congregando grupos que desejavam maior participação e a expansão da agricultura de exportação. Esse processo fez com que o poder econômico dos chefes tradicionais fosse, pelo menos em parte, superado por um contingente de jovens que ficavam mais ricos que os chefes, que passaram a ressentir-se pela falta de legitimidade da detenção de poderes não ligados aos compromissos tradicionais.

A luta contra o colonialismo e, sobretudo, a "tomada de consciência dos negros do mundo inteiro sobre sua condição de vítimas da opressão e da tirania" (BOAHEN, 2010, p. 729), fomentou a arregimentação de novos membros na causa nacionalista, sobretudo na África Ocidental. O Senegal, como centro mais próximo à metrópole, foi um dos principais locais de desenvolvimento de ações políticas devido ao seu relacionamento mais antigo com a França e de ter sido o centro da expansão colonial.

A presença do Islamismo no Senegal sempre se caracterizou como um fenômeno de resistência, sendo fomentador de unidade social e política. Foi um fator importante como motivador de transformações, principalmente nos períodos de crise política que se estenderam durante as relações com os países europeus. A religião islâmica sempre foi um ponto de receio para os colonizadores, pois ela continha características que poderiam fomentar uma sublevação sistemática das populações africanas da região, servindo como um ponto de união com possibilidades de contestar a hegemonia dos europeus (OPOKU, 2010). O medo dos franceses se intensifica em razão da rápida expansão da confraria Mouride. Isso se deve ao contexto de hostilidade da ocupação estrangeira, que torna o grupo religioso bastante atrativo para as populações locais. A confraria possuía uma organização móvel, baseada nas chamadas *dahiras,* pequenos grupos com reuniões periódicas de reza e discussão de problemas, com a referência de um líder espiritual constante e mi-

grante. Esses fatores, aliados a um discurso baseado no trabalho, na obediência e na cooperação, auxiliaram na rápida expansão do número de participantes, e, também, chamou a atenção das autoridades imperialistas, que não viram com bons olhos o surgimento de um grupo coeso no centro produtor de amendoim, em partícular, na região do Bassin Arachidier.

O Islã, também era favorecido pelas tecnologias de comunicação e transporte trazidas pelos europeus, possibilitando sua expansão em áreas antes inacessíveis. A postura francesa, orientada pela necessidade de impor a cultura europeia às populações de suas colônias, para "elevar o nível da população colonizada oferecendo a ela os 'benefícios' da cultura francesa" (DIOP et al., 2010, p. 29), acarretava em uma postura de maior hostilidade dos franceses em relação aos grupos muçulmanos, limitando sua área de influência as regiões em que já se encontravam, algumas vezes reforçando a religião tradicional e legitimando um direito consuetudinário dessas populações (GUEYE; BOAHEN, 2010).

Como já falamos, a guerra servira como potencializadora de atitudes que estavam latentes nas populações. Em 1944, o regime fascista de Vichy foi expulso das colônias, e, com isso, iniciou-se o processo de reestruturação e organização de uma política pós-guerra. A degradação da situação internacional da França, acarretada pela sua postura de restauração colonial, a partir de 1947, com a repressão a movimentos de independência em todas as suas possessões, agravou também a situação das colônias da África Ocidental. A independência política do Senegal[3] se efetiva em 1960 após grandes embates políticos e organizações sociais da sociedade civil no país e nos vizinhos, em particular, no Mali e na Costa do Avorio (LALOU, 1996).

[3] Não é nosso objetivo analisar os processos que produziram a independência política do Senegal, porém, é interessante enfatizar que a ação desse país foi fundamental para desencadear grande parte das independências da África Ocidental. Lideranças políticas souberam costurar acordos com os países vizinhos, viabilizar conferências entre si em torno do tema, bem como permitir a permanência de empresas e empreendimentos franceses no interior do país. As organizações políticas do país desenvolveram muito as noções de negritude e de pan-africanismo. Nesse sentido, obtiveram unidade nacional. A criação da Federação do Mali, em 1959, perpassou um conjunto de reuniões de organização e planejamento, e, apesar do consenso sobre o caráter positivo de uma união política, existia uma divergência quanto à forma e à postura do conjunto, principalmente em relação à França. Em termos de orientação econômica, foi escolhida a perspectiva liberal, mantendo-se a moeda Franco CFA, em alinhamento às ideias prescritas pela metrópole. Evidenciou-se que o processo de independência tendeu a ser uma organização que, em nome de ideais nacionalistas de uma identidade senegalesa, serviu, pela característica de continuidade de políticas, para a ascensão de grupos que formariam uma nova elite dirigente (DIALLO, 2011; BOAHEN, 2010).

A agricultura e o processo migratório

Para sanar a crise econômica e social, além da abertura política, foram colocados em ação programas de estabilização financeira, orientados por órgãos financeiros internacionais como o Banco Mundial e o Fundo Monetário Internacional. Nesse sentido, a década de 1960 demonstra o intenso processo de modernização da agricultura expresso em técnicas advindas de fora (França e Estados Unidos), uso de agroquímicos e de máquinas agrícolas. Tornava-se visível que a independência política não significava independência econômica (FREUD; RICHARD; THÉNEVIN, 2011). A cultura do amendoim na região do Bassin Arachidier passava por um intenso processo de alteração produtiva. Unidades familiares de produção foram pressionadas a abandonar outras culturas e se dedicar à monocultura do amendoim. Sob a orientação de agências de fomento da França, aliadas aos bancos internacionais, bem como às agroindústrias, algumas regiões do Senegal foram pressionadas à especialização produtiva.

Figura 2: Cultura do amendoim na região do Bassin Arachidier, centro-oeste do Senegal

Fonte: Partenariat pour les Forêts du Bassin du Congo. 2017. Disponível em: <http://pfbc-cbfp.org/actualites/items/IITA-Aflasafe.html>. Acesso em: 16 abr. 2017.

O caso da cultura do amendoim, que, na realidade, foi inserida pelos franceses na segunda metade do século XIX, ganha agora, principalmente na grande região do Bassin Arachidier, um performance de cultura de exportação. Muitos pequenos agricultores não tiveram condições de acompanhar as novas exigências (variedades, técnicas produtivas, aquisição de máquinas, dependência em relação às agroindústrias de óleo do amendoim, níveis de produtividade regulando os preços, determinações externas desses, etc.) e foram obrigados a migrar para centros urbanos de regiões como Kaolack, Thiès, Diourbel e Dakar.

A região do Bassin Arachidier, que tem como referência os municípios de Dourbel, Sine-Saloum e Thiès, situa-se na planície do centro-oeste do Senegal e que vai ao sul até Gâmbia. É centenária na produção de amendoim, mas, também, como expressão das transformações do meio rural. Isso tudo foi favorecido também pela estrada de ferro que corta a região e a liga com Dakar.

Na década de 1970, 60% da população rural do país estava localizada nessa região; nos anos 2000, não passou de 26%. A superfície média das unidades familiares no ano 2000 era de 4,68 ha. Com a especialização da monocultura do amendoim, grande parte da receita financeira que o produto promovia nas unidades familiares produtivas servia para comprar outros cereais (arroz, milho, sorgo). Pesquisas feitas nessa região indicam que, no ano 2000, em torno de 20% das famílias possuíam um membro imigrante (DIOP, 2008, p. 89).

A década de 1990 representou um conjuntural aumento dos níveis de pobreza, tributário também da desvalorização do Franco CFA, que sofreu uma queda de 50% em relação ao Franco francês, encarecendo as importações. Em outro viés, a produção agrícola padeceu com a contínua degradação das áreas agricultáveis. Nas regiões costeiras, o processo de salinização acabou por reduzir terras produtivas que, paulatinamente, diminuiu a produtividade, isso tudo somado ao assoreamento de rios e as secas.

Nas últimas décadas, a participação do setor primário na economia passou por uma redução considerável: de mais de 26% do PIB na década de 1970, para 16% nos anos 2000 (HERRERA; QUINTANA; ALONSO, 2010). Esse contexto fomentou a migração interna, via êxodo rural e intracidades para os centros urbanos maiores, principalmente o da capital, Dakar. A cidade concentra hoje quase 30% da população do país.

A agricultura do país sofre com as consequências dos processos de monocultura regional, com a falta de recursos de fomento ao desenvolvimento e alternativas produtivas, com o fato de que, em determinadas regiões, as unidades familiares possuem seus chefes com idade avançada, a juventude migra para as grandes cidades ou para outros países. Em torno de 60% dos cereais consumidos no país (arroz, em particular) são importados. Em 2015, o país importou três vezes mais do que exportou, com isso há grande déficit comercial, o qual é compensado, em grande parte, pelas remessas dos imigrantes que, em 2015, contribuiu com 17% do PIB do país. A taxa de desemprego em 2016 atingiu a marca dos 50% dos trabalhadores (PEA), e o emprego informal absorvia mais de 70% da força de trabalho (CEPED, 2017).

As múltiplas dimensões da emigração

No período colonial, a emigração deu-se como forma de resistência e/ou de pressão do agente colonizador para espaços de seu interesse geopolítico e econômico; no período pós-independência, ela esteve relacionada à crônica falta de oportunidades que o país apresentava. Os países vizinhos, ou próximos, em situações favoráveis, necessitando de mão de obra, passaram a ser, primeiramente, os destinos naturais para esse contingente da população desprovido de meios de produção e de renda. Os efeitos das transformações climáticas afetam economicamente, principalmente as regiões rurais, em processos de redução das áreas cultiváveis.

No final da década de 1990, as políticas de subsídio americano à produção e ao comércio do óleo do girassol e da canola contribuíram para a crise do amendoim no Senegal, pois rivalizaram os óleos de cozinha. Nesse sentido, a emigração para a Europa e os Estados Unidos foi uma consequência também desse processo, assim como o foi em relação ao algodão que formava a base econômica de vários países africanos e sofreu uma grande crise em razão de políticas de preços subsidiados (*dumping*) pelo governo americano ao seu produto no mercado externo, fazendo com que a produção africana perdesse grande parte dos espaços (SOME, 2009). Outro fator conjuntural que fez aumentar a emigração do país, como já falamos, foi a desvalorização do franco CFA (moeda do Senegal) que houve em 1994, a qual reduziu pela metade o poder de compra nas antigas colônias francesas, cujas moedas tinham no franco francês sua correlação monetária. Isso fez com que a emigração se intensificasse por duas razões: uma pela perda

do poder de compra e outra pela possibilidade de ganhar em francos franceses que, em tempo curto, acabaram valendo o dobro do que o CFA, e que permitiu um câmbio vantajoso aos emigrantes e a sua gente no Senegal através de remessas externas.

Desse modo, muitos países da África tiveram compensações financeiras pelas remessas de emigrantes. Em razão disso, passou a ser um bom negócio mandar gente para outros países, em particular, para a Europa e os Estados Unidos. Estima-se que quase 3 milhões de senegaleses estão espalhados pelo mundo, especialmente, pela Europa (França, Itália e Espanha como centrais), sobre uma população de um pouco mais ou menos de 14 milhões. Em 2015, as remessas dos emigrantes atingiram 17% do PIB do país (em torno de U$ 2 bilhões); segundo analistas, isso provoca uma grande dependência do país em relação ao dinheiro enviado pelos imigrantes e, também, não necessariamente promove o desenvolvimento interno, ou seu uso produtivo, em razão de que não é investido em setores que mais necessitam e que sejam germinadores de uma melhor qualidade de vida para a população em geral. Pesquisadores do país enfatizam que há cidades em que em torno de 80% da população depende desse dinheiro externo (FALL, 2010; NDIAYE, 2011).

A emigração é vista como uma estratégia, uma ação racionalizadora em termos econômicos e sociais, familiares e religiosos; ela orienta práticas, aspirações familiares de mobilidade e status social (SAKHO; DIOP; AWISSI-SALL, 2011). Em geral, até bem pouco tempo, eram os homens que emigravam, porém, as mulheres já estão em grande dinamismo. A migração e a emigração de mulheres senegalesas intensificou-se na década de 1990 e provocou profundas transformações na família, nas relações de gênero, pois as mulheres eram apreciadas no contexto da vida familiar. As mulheres imigrantes passaram a contribuir de uma forma mais intensa na economia familiar. Os estudos mais recentes indicam que nas maiores cidades, dentre elas, Dakar, a proporção que era de sete homens para três mulheres em 1990, passou de três homens para duas mulheres em 2014 (SAKHO; DIAL, 2014). Ambos buscam, pela emigração, promover status social ao grupo familiar, responsabilidade moral de ambos os cônjuges em redistribuir seus ganhos no interior do grupo (GOLDBERG, 2003). "A migração é muitas vezes interpretada, à imagem da circuncisão, como um rito de passagem, um marco importante no curriculum individual. Seria preciso partir para ser homem, ter um status social ou reconhecimento" (FALL, 2010, p. 2).

Os filhos emigrantes são a esperança da família; a mulher é valorizada na família pelo sucesso de seu filho; desse modo, mães tentam constituir redes e vínculos para viabilizar a emigração de filhos. "A concorrência entre coesposas leva a mãe a financiar o projeto migratório de seu filho através de suas economias" (SHAKO; DIOP; MBOUP; DIADIOU, 2015, p. 42). Redes familiares, de parentela, de corregionalidade, de agrupamento religioso, de amizades e de interconhecimento, vão produzindo processos migratórios. Essas redes demonstram que os imigrantes são também sujeitos ativos, capazes de produzir estratégias, adaptação em contextos e rede de relações. As redes facilitam saídas e chegadas, gestão da documentação, emprego, comunicação, trocas econômicas e sociais. Elas fazem com que os emigrantes possam manter a unidade familiar e parental ligada com a comunidade de origem (AMBROSINI, 2008).

Estudos revelam certas especificidades de destinos em correspondência com a origem dos fluxos, ou seja, os do Vale do Rio Senegal dirigiram-se para a França e aos vizinhos do Senegal, os do Bassin Arachidier, em grande crise agrícola, emigraram para o sul da Europa (Itália, Espanha e Portugal), os da região de Dakar dirigiram-se para o norte da Europa e para os Estados Unidos. Estudos recentes informam que há uma "fuga de cérebros"; ou seja, os emigrantes possuem, em grande parte, um nível elevado de estudos; 54,2% dos emigrantes, em 2014, possuíam ensino superior (SHAKO; DIOP; MBOUP; DIADIOU, 2015).

Dinâmicas econômicas e socioambientais

Em termos de causalidades estruturais na atualidade no Senegal, como já vimos, estudos demonstram a intensificação da erosão costeira e a salinização dos solos, a baixa atividade da pesca, fruto da destruição da infraestrutura e da alta pesca industrial, a renda decrescente dos produtos agrícolas, o desaparecimento de cobertura vegetal, que expõe o solo a um processo maior de erosão. As secas e a baixa rentabilidade da produção do amendoim também são alguns dos processos internos que fazem com que muitos pequenos agricultores ou toda a família migrem temporariamente para cidades maiores (THIAM; CROWLEY, 2014; NDIONE, 2012).

É necessário também compreender os vínculos coloniais das primeiras décadas do século XX e as duas grandes guerras, a relação do país com os seus vizinhos colonizados pela França, as condições de produção na

região do Vale do Rio Senegal, no norte do país e as transformações da agricultura para a criação de gado, as profundas transformações agrícolas da imensa região do Bassin Arachidier, a centralidade da produção do amendoim e a emigração rural-urbana que esse cenário produziu, principalmente para as cidades de Dakar, Thiès e Kalaouka; nesse cenário está o fenômeno da globalização e a sua consequente metropolização (centralidade econômica das grandes cidades) e internacionalização (da informação, dos contatos e do mundo mercantil).

Vimos que no caso do Senegal as primeiras migrações pós-independência davam-se entre países vizinhos (zona da África Ocidental – Costa do Marfim, Mali, Mauritânia, Cabo Verde, Nigéria) e na dimensão sazonal. Nas décadas de 1970 e 80, a representação de que a riqueza deveria ser buscada na Europa (França, Espanha, Itália, Inglaterra) produziu grandes levas de emigrantes; após final da década de 1990, com as restrições da França e outros países da Europa, os canais da América do Norte apresentaram-se como alternativa. Em 1999, havia em torno de 400 mil senegaleses emigrados; em 2016, calcula-se em torno de três milhões. A partir do início do século XXI, outros destinos foram se constituindo, entre eles, o Brasil (CEPED, 2017).

A possibilidade de emigrar faz com que também seja reduzida a prole familiar dos que ficam, pois há fragmentação da família pela emigração de um dos cônjuges, em geral, o marido/pai; além de que emigrantes nos locais de destino geram menos filhos do que se estivessem no espaço original. Estudos sobre imigração na Europa enfatizam que essa realidade acaba indo na contracorrente do que se espera dos imigrantes. Países como Itália, Alemanha e França contam com os imigrantes no crescimento demográfico do país, porém, isso não acontece com normalidade, pois os imigrantes têm dificuldade em produzir filhos fora de seu local de origem em razão do aumento dos custos de moradia e de sobrevivência, da redução do tempo de trabalho, em geral da mulher/mãe, da ausência de políticas sociais mais efetivas para eles.

Em correspondência com esses processos, redefinem-se inúmeras questões de ordem econômica, territorial e de papéis de gênero na família. A emigração passa a ser uma estratégia para permitir o equilíbrio entre a população e as possibilidades do meio em fazer face às dificuldades socioeconômicas. Ela exerce um amplo processo de mudança nas microrrelações familiares, sociais, culturais, além de ser um grande recurso econômico, demográfico e religioso (GAMBERONI; PISTOCCHI, 2013).

Frente a isso tudo, é necessário perceber processos estruturais e estratégias dos sujeitos/grupos sociais na questão da mobilidade geográfica (JASON; SCHACHTER, 2008). Há, sem dúvida, além dessa questão da família, uma estreita correlação entre economia e imigração. Já é lugar comum nas análises sobre imigração que os sujeitos que emigram melhoram o contexto socioeconômico do cenário de origem através dos fluxos de remessas, pela modernização social e tecnológica (consumo e atividades produtivas, acesso à educação dos filhos, etc.) (BLANCHARA, 2002); nesse sentido, há um ativismo dos imigrantes na dimensão transnacional e o melhoramento das condições de vida no cenário familiar e comunitário de origem.

A mudança ambiental agrava a pobreza e a segurança alimentar, aumentando o desemprego entre jovens, colaborando ainda mais para destruir o frágil equilíbrio econômico doméstico, e a vulnerabilidade das famílias aumenta, das mulheres, em particular. Isso explica o aumento das (e)migrações femininas. As mulheres revelam o contexto de uma sociedade pós-fordista, baseada na emigração dos serviços, na flexibilização no mercado de trabalho; seu papel também é importante na esfera da reprodução fisica e simbólica da família, com suas responsabilidades e deveres (BEAUCHEMIN et al., 2013).

Em 2011 houve a maior seca dos últimos 60 anos no Senegal. Em torno de 30% da população rural passou a ser migrante sazonal, principalmente no período de seca. Em 2012, em torno de 43% da população (cinco a seis milhões) residia no meio rural; boa parte dessa população, não encontrando mais trabalho nas grandes cidades, torna-se um viveiro de emigrantes e, nesse contexto, as mulheres se inserem também (CEPED, 2017). Desse modo, processos econômicos, políticos e demográficos se juntam aos ambientais para produzir uma estrutura de causalidades das emigrações e redefinindo trajetórias até então bastante precisas entre os gêneros na família.

A forte inserção do grupo imigrante senegalês ao horizonte religioso advém também dessa história de situações-limite de vida; o associacionismo (confrarias) religioso e comunitário, revela a necessidade em manterem-se unidos, vinculados e desenvolvendo ações de cunho solidário, como forma de gerenciar as relações com os novos contextos, objetivos e funções (CESCHI; STOCCHIERO, 2006).

Os emigrantes, em geral, invocam a fidelidade às tradições no país de origem; suas esposas, em geral, permanecem com os pais (sogro/sogra) e ocupam-se com os filhos. Com isso, desenvolvem-se processos de auto e

altervigilância, bem como de auxílio mútuo em meio à constituição do núcleo familiar. Há uma grande ausência dos pais na educação dos filhos (muitos filhos viverão muito tempo sem a presença física dos pais), processo esse que delega, em grande parte às mães que permanecem e/ou aos avós o cuidado dos filhos, ainda que se deva entender a importância da família ampliada (parentesco, compadrio e toda a estrutura normativa poligâmica) (DAGUERRE, 2010). Os emigrantes também necessitam lançar mão de coletividades para auxiliar no processo de educação e criação de filhos. Porém, a dimensão de transmigrante (está aqui e está lá ao mesmo tempo), facilitada pelas redes de informação e contato, ameniza um pouco essa dimensão limitada do face a face. Possibilidades de retorno ao local de origem podem acontecer com mais facilidade hoje do que em relação à velha emigração.

Para Sayad (2008), o sujeito imigrante não é do lugar de destino, de seu pertencimento e vínculo; ele está num outro ambiente. Diz o autor que o desejo de retornar significa um *reclamo às origens*, à condição inicial, àquela de emigrante antes de imigrante; é algo que está no âmago da condição de imigrante, que implica uma concepção de tempo em que o futuro é redirecionado como se fosse um *retorno a si mesmo*, ao seu grupo, ou seja, uma retrospectiva pessoal. O retorno também passa a ser idealizado, programado, desejado e viabilizado. Porém, ao retornar, imigrantes têm dificuldade de permanecer por muito tempo, replanejam suas vidas tendo a identidade de emigrante novamente como possibilidade. Desse modo, a emigração, a identidade de imigrante, de retornado e de re-emigrante revela múltiplos dinamismos, movimentos e alterações que se processam na alteração dos territórios e nas condições da vida cotidiana e dos sujeitos que se distanciam e se aproximam; são realidades complexas, não definidas a priori e que operam mudanças subjetivas, valorativas e nas idealizações.

Considerações finais

Com o processo da globalização econômica e informacional, com o aprofundamento da divisão internacional do trabalho (em que países empobrecidos continuam sendo espaço de trabalho, consumo e oferta de matérias-primas) e do já consolidado mapa *mundi* da riqueza e da pobreza, as migrações laborais começam a intensificar-se com novas fronteiras e novos espaços. A mobilidade geográfica, para os senegaleses, constitui-se como

um *modo de vida.* Faz parte de múltiplas estratégias racionalizadas e decididas no interior da família e provocadas por situações-limite vividas no interior do país (TALL, 2002), na idealização de projeção social de quem emigra e da maior garantia de sobrevivência da família (DIAL; SHAKO, 2010).

É possível indicar alguns fatores mais estruturantes que, em países empobrecidos, não só da África, mas em particular, estão nas raízes de muitas das decisões de emigrar. Dentre elas, o passado colonial (em geral, com países da Europa Ocidental) e o desenvolvimento econômico pós-colonial, os macro-programas de ajuste econômico impressos de fora por instâncias econômicas e geopolíticas de cunho neoliberal (SOME, 2009; COUSSY; VALLIN, 1996); programas esses, em geral, sob a falácia da necessidade de "ajustes estruturais", de profunda redução do Estado na economia, os quais imprimem disciplina fiscal, no gasto público, privatizações, flexibilização dos regramentos e garantias no trabalho, agricultura para exportação (por isso a modernização aliada à especialização produtiva), dentre vários outros aspectos (KLEIDERMACHER, 2013).

A emigração de senegaleses, ainda que seja de indivíduos, ou seja, assumida por um ou mais membros da família (em geral, masculinos), envolve o coletivo e a estrutura familiar. A saída de algum membro não significa que o núcleo familiar se fragmenta; ao contrário, fortalece-se, pois a mobilidade de alguns, implica aglutinar outros envolvidos no processo, tais como a família do/da cônjuge, amigos e parentes. O emigrante passa a ser visto como alguém com probabilidade de êxito, de referência social, que incorpora, no horizonte distante, as obrigações familiares, sociais e morais de distribuição de seus ganhos, auxiliando a família (MA GASSOUBA, 1966). Nesse sentido, o trabalho dota o indivíduo de liberdade de ação, de filiação e paternidade divina, energia social à comunidade e da comunidade para a humanidade; é uma prova de sacrifício e de humanização. O homem peregrino é um ser para o trabalho (por isso, a emigração) (KAAG, 2006; GUICHAOUA, 2004; TARRIUS, 1989).

O sacrifício em fazer poupança em outro país é sinônimo de possibilidade de investir no local de origem. Essa lógica entre parcimônia em um local e investimento no outro é lugar comum em meio aos emigrantes senegaleses; eles não investem nos espaços de destino. Esse processo auxilia na vida distante, permite sobreviver a situações adversas (LAHLOU, 2004). Dessa forma, o envio de remessas é entendido como legítimo e compensador não só para a unidade familiar do esposo/esposa, mas para a família

ampliada que pode ser os avós/sogros e, em alguns casos, até parentes. São campos sociais e trocas culturais transnacionais (SASSEN, 2008; AMBROSINI, 2008) constituídos entre quem ficou e quem partiu em que o dinheiro produz a colagem.

A emigração revela um amplo tecido de causalidades, consequências e dimensões sociais. É um fato totalizante da história da humanidade. No caso específico da emigração senegalesa para várias partes do mundo, entre elas, para a América do Sul, não dá para entendê-la sem ter presente as transformações na agricultura, as questões ambientais que assolam vários países da África Ocidental, as consequências da colonização, a fragilidade do Estado em oportunizar renda e emprego à população, bem como processos que se redefinem em horizontes culturais, religiosos e familiares. As múltiplas estratégias de fluxos de que os emigrantes lançam mão devem também ser vistas sob a ótica das oportunidades, das descobertas e atrações. Fechamentos de espaços podem significar aberturas em outros. Nesse sentido, os emigrantes revelam ser sujeitos ativos do mundo contemporâneo, ao mesmo tempo em que são vítimas de múltiplas mudanças ambientais, culturais e religiosas.

Enfim, esse *mundo em movimento*, produzido pelos emigrantes, vem ocasionando muitos conflitos e tensões sociais, redefinindo fronteiras nacionais, políticas de fechamento, legislações restritivas, mortes nos mares e nos muros que dividem países. Os emigrantes desafiam pressupostos da globalização, demonstram a fragilidade dos estados nacionais, bem como a debilidade e, ao mesmo tempo, a resistência de ações integrativas e de acolhida. O mundo do trabalho os acolhe, mas a sociedade, de uma forma geral, não os quer. São tratados ainda como ameaça e com temor. Não há um amplo espectro de políticas e de ações econômicas que tentam resolver a questão pelas suas causas. Fazer isso é também reconhecer a histórica colonização/neo-colonização e suas consequências econômicas, o imperialismo comercial e tecnológico de países centrais do mundo econômico, a pilhagem das riquezas naturais e as políticas que impedem o desenvolvimento autônomo de países de origem dos fluxos. Por isso, não se desenham grandes alternativas e nem alteração no intenso processo em curso, fato esse que colocará ainda a emigração e o emigrante no centro dos grandes debates e embates sociais na contemporaneidade.

Referências

AMBROSINI, M. *Un'altra globalizzazione.* La sfida delle migrazioni transnazionali. Bologna: Il Mulino, 2008.

BADIER. B. *Pour une autre regard sur les migrations*: construire une gouvernance mondiale. Paris: La Découverte, 2008.

BEAUCHEMIN, et al. *Migrations africaines*: le codéveloppement em question. Paris: Armand Collin, 2013.

BLANCHARA, M. Donne senegalese in Italia. Migranti Muridi tra iniziativa femminile e controlo dela confraternita. In: COLOMBO, A.; SCIORTINO, G. (a cura di). *Stranieri in Italia.* Assimilati ed esclusi. Bologna: Il Mulino, p. 91-118, 2002, p. 147-234.

BOAHEM, Albert Adu. A África diante do desafio colonial. In:BOAHEM, Albert Adu (Org.). *História geral da África*: África sob dominação colonial, 1880-1935. Brasília: UNESCO, 2010, v. VII, p. 1-20.

BOAHEN, Albert Adu. Política e nacionalismo na África ocidental, 1919-1935 In: BOAHEN, Albert Adu (Org.). *História geral da África*: África sob dominação colonial, 1880-1935. Brasília: UNESCO, 2010, v. VII, p. 727-756.

CEPED (Centre Population et Developpement). *West African from explosion to proliferation*. 2017. Document.

CESCHI S.; STOCCHIERO A. (A cura di). *Relazioni transnazionali e co-sviluppo.* Associazioni e imprenditori senegalesi tra Italia e luoghi di origine. Torino: Harmattan Italia, 2006.

COQUERY-VIDROVITCH, C. A economia colonial das antigas zonas francesas, belgas e portuguesas (1914-1935). In: BOAHEN, Albert Adu (Org.). *História geral da África*: África sob dominação colonial, 1880-1935. Brasília: UNESCO, 2010, v. VII, p. 401-436.

COUSSY, J.; VALLIN, J. (Eds.). *Crise et population en Afrique*: crises économiques, politiques d´ajustement et dynamiques démographiques. Paris: Les Études de CEPED, n. 13, 1996.

DAGUERRE, V. *L´immigration*: problématiques et défis. Paris: Éditions du Cygne, 2010.

DIAL, F. B.; SAKHO, P. Migration clandestine féminine: Etude de cas de Dakar et sa banlieu. In: CARIM. *Notes d´analyse et de Synthèse*, n. 56, 2010.

DIALLO, M. *A construção do Estado no Senegal e a integração na África Ocidental:* Os problemas da Gâmbia, Casamance e da integração regional. Dissertação (Mestrado em História), Porto Alegre: UFRGS, 2011.

DIOP, M. C. (Ed.). *La Société sénégalaise entre le local et le global*. Paris: Karthala, 2002.

DIOP, M. C. (Ed.). *Le Sénégal des migrations*: mobilités, identités, et sociétés. Paris: Karthala, 2008.

DIOP, Majhemout et al. A África tropical e a África equatorial sob domínio francês, espanhol e português. In: MAZRUI, Ali A.; WONDJI, Christophe. (Orgs.). *História geral da África*: África desde 1935. Brasília: UNESCO, 2010, v. VIII, p. 67-88.

FALL, P. D. *Sénégal. Migrations, marché du travail et développement*. Ginevra: INES, 2010.

FREUD, C.; RICHARD, J.; THÉNEVIN, P. *L´arachide au Sénégal*: um moteur em panne. Paris: Karthala, 2011.

GAMBERONI, E.; PISTOCCHI, F. *L´Africa Occidentale*: ritrato di un´Africa che cambia. Bologna: Pátron-Editore, 2013.

GOLDBERG, A. *Ser inmigrante no es una enfermedad.* Inmigración, condiciones de vida y de trabajo. El proceso de salud/enfermedad/atención de los inmigrantes senegaleses en Barcelona. Tesis de Maestría. Universitat Rovira i Virgili, 2003.

GUICHAOUA, Y. *L´analise microéconomique des relations d´emploi dans le secteur informal urbain. Une étude de cas en Côte d´Ivoire.* Paris: EHSS, 2004. Thèse de Doctorat en Sciences Economiques.

GUEYE, M.; BOAHEN, A. Iniciativas e resistência africanas na África ocidental, 1880-1914. In: BOAHEN, A. (Org.). *História geral da África*: África sob dominação colonial, 1880-1935. Brasília: UNESCO, 2010, v. VII, p. 129-166.

HERRERA, G.; CARILLO, M. C. Trasformazioni familiari nel´esperienza migratoria ecuadoriana. Uno sguardo dal contexto di partenza. *Rivista Mondi Migranti*, n. 3. Milano, p. 63-83, 2010.

JASON, P.; SCHACHTER, R. *Amélioration des données sur la migration en Afrique de l'Ouest et centrale. Utilisation des Enquêtes auprès des Ménages pour l'evaluation de la migration passée, présente et future en Afrique de l'Ouest et du centre.* OIM, Genève, Juillet, 2008. Documento da OIM.

KAAG, M. Il ruolo dela confraternita dei Muiridi nella vita dei migrante senegalesi. In: PALTRINIERI, A. C. (a cura di). *Un futuro in gioco.* Tra muridi senegalesi e comunità italiana. Milano: Franco Angeli, 2006, p. 125-131.

KLEIDERMACHER, G. Entre confrarias y venta ambulante: una caracterización de la inmigración senegalesa en Buenos Aires. In: *Cuadernos de Antropología Social*, n. 38. Buenos Aires: UBA, p. 109-130, 2013.

KLEIDERMACHER, G. Movilidad e insercíon de inmigrantes senegaleses recientes en la Ciudad Autónoma de Buenos Aires. *Revista Internacional de Estudios Migratorios* (RIEM). V. 5 (1), p. 93-118, 2015.

LAHLOU, M. Filières migratoires subsahariennes vers l'Europe (via le Maghreb)." In: MARFAING, L.; WIPPEL, S. (Eds.). *Les Relations transsahariennes à l'époque contemporaine*: un espace en constante mutation. Paris: St. Éditions, 2004, p. 113-140.

LALOU, R. Les migrations internationales en Afrique de l´Ouest face à la crise. In: COUSSY, J.; VALLIN, J. (Eds.). *Crise et population en Afrique*. Paris: CEPED, 1996, p. 346-373.

MA GASSOUBA, M. *L´Islam au Sénégal*. Paris: Karthala, 1966.

MALOMANO, B.; FONSECA, D. J.; BADI, M. K. *Diáspora africana e migração na era da globalização*: experiências de refúgio, estudo, trabalho. Curitiba: CRV, 2015.

NDIAYE, E. M. *L´economie Sénégalaise*: enjeux et problématiques. Dakar: L´Harmattan-Sénégal, 2011.

NDIONE, B. (Ed.). *Les Statistiques des travailleurs migrants en Afrique de l'Ouest:* Synthèse sous-regionale. Projet: Migration de main-d'oeuvre pour l'integration et le developpement en Afrique, Dakar: ILO, 2012.

OPOKU, K. A. A religião na África durante a época colonial. In: BOAHEN, A. (Org.). *História geral da África*: África sob dominação colonial, 1880-1935. Brasília: UNESCO, 2010, v. VII, p. 591-624.

POIRET, C. *Familles africaines em France*. Paris: L´Harmattan, 1996.

SAKHO, P.; DIAL, F. B. Cadre general des migrations sénégalaises. In: *Notes d´analyse et de Synthèse. Module Démographique et Économique*, n. 73. Florence, p. 23-46, 2014.

SAKHO, P.; DIOP, R.; AWISSI-SALL, M. *Migration et genre au Sénégal*. Florence: EUI, 2011.

SAKO, P. S. *Senegal*: storia, economia e risorse. Bologna: L´Arca, 1998.

SASSEN, S. *Una sociologia della globalizzazione*. Torino: Einaudi, 2008.

SAYAD, A. *L´immigrazione o i paradossi dell´alterità. L´illusione del provvisorio*. Verona: Ombre Corte, 2008.

SHAKO, P.; DIOP, R. A.; MBOUP, B.; DIADIOU, D. A emigração internacional senegalesa: das casas no campo às cidades litorâneas. In: HEREDIA, V. B. M. (Org.). *Migrações internacionais*: o caso dos senegaleses no sul do Brasil. Caxias do Sul: Quatrilho Editorial, 2015, p. 23-50.

SOME, A. N. *Migration internationale au Sénegal*: profil national pour le développement de politques stratégiques. Dakar: OIM, 2009.

TALL, S. M. *Investir dans le ville africaine*: les émigrés et l´habitat à Dakar. Paris: Karthala, 2009.

TALL, S. M. L'Émigration internationale sénégalaise d'hier à demain. In: DIOP, M. C. (Ed.). *La Société sénégalaise entre le local et le global*. Paris: Kathala, 2002, p. 549-578.

TARRIUS, A. *Anthropologie du mouvement*. Paris: Paradigmes, 1989.

TEDESCO, J. C.; MELLO, P. A. *Senegaleses no centro-norte do Rio Grande do Sul:* imigração laboral e dinâmica social. Porto Alegre: Letra & Vida, 2015.

THIAM, M. T.; CROWLEY, J. *Impact des changements environnementaux sur les migrations humane.* Études de cas: Sénégal et Côte d´Ivoire. Unesco: Jerin, 2014.

WIHTOL DE WENDEN, C. *Atlas des migrations dans le monde*. Paris: Altrement, 2005.

WIHTOL DE WENDEN, C. *La question migratoire au XXIe siècle*. Paris: Presses de Sciences Po, 2013.

Sobre os autores e as autoras

Eunice Sueli Nodari
Doutora em História pela PUC/RS. Professora no Programa de Pós-Graduação em História e no Programa Interdisciplinar em Ciências Humanas da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Integrante do Laboratório de Imigração, Migração e História Ambiental (LABIMHA UFSC). Pesquisa os temas: história ambiental, desastres ambientais, práticas socioculturais, migrações, florestas, meio ambiente, natureza e biodiversidade.
E-mail: eunice.nodari@gmail.com

Haruf Salmen Espindola
Doutor em História Econômica pela Universidade de São Paulo (USP). Professor titular da Universidade Vale do Rio Doce (Univale), atua no curso de Direito e no Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Gestão Integrada do Território (GIT) da Univale, nas áreas de Ciência Política (graduação) e Estudos Territoriais (pós-graduação). Desenvolve projetos de pesquisa nos seguintes temas: história ambiental, história social e história política.
E-mail: haruf@univale.br

Isabel Rosa Gritti
Doutora em História do Brasil pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUC/RS). Professora na Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS), Campus Erechim.
E-mail: isabel.gritti@uffs.edu.br

João Carlos Tedesco
Doutor em Ciências Sociais pela UNICAMP. Professor na área das Ciências Sociais e no Programa de Pós-Graduação em História da Universidade de Passo Fundo (UPF). Pesquisa os temas: memória, imigração, campesinato, trabalho e movimentos sociais.
E-mail: jctedesco@upf.br

João Klug
Doutor em História pela Universidade de São Paulo (USP). Professor no Curso de Graduação em História e no Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Coordenador do Laboratório de Imigração, Migração e História Ambiental (LABIMHA UFSC).
E-mail: joaoklug@yahoo.com.br

José Augusto Drummond
Doutor em *Land Resources* pela University of Wisconsin, Madison (EUA). Professor no Centro de Desenvolvimento Sustentável (CDS) da Universidade de Brasília (UnB). Atualmente é professor internacional visitante do Department of Geography da University of California in Los Angeles, com apoio de Bolsa Senior da CAPES.
E-mail: jaldrummond@uol.com.br

José Luiz de Andrade Franco
Doutor em História pela Universidade de Brasília (UnB). Professor no Programa de Pós-Graduação em História da Universidade de Brasília (PPGHIS UnB) e no Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável do Centro de Desenvolvimento Sustentável da Universidade de Brasília (PPGDS).
E-mail: jldafranco@gmail.com

Luís Fernando da Silva Laroque
Graduado em Estudos Sociais e História, mestre e doutor em História (área de Estudos Históricos Latino-Americanos) pela Unisinos. Professor adjunto da Universidade do Vale do Taquari (Univates). Atua no Curso de Licenciatura em História e no Programa de Pós-Graduação em Ambiente e Desenvolvimento. Pesquisa os temas: populações indígenas, identidade étnica, história ambiental, territorialidade e história regional do Brasil.
E-mail: lflaroque@univates.br

Manoel P. R. Teixeira dos Santos
Doutor em História pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Professor do Colégio de Aplicação da Universidade Federal de Santa Cata-

rina (UFSC). Integrante do Laboratório de Imigração, Migração e História Ambiental (LABIMHA) do Departamento de História da UFSC.
E-mail: manoelprt@hotmail.com

Marcos Gerhardt
Doutor em História pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Professor no Curso de Graduação em História e no Programa de Pós-Graduação em História da Universidade de Passo Fundo (UPF). Integrante do Laboratório de Imigração, Migração e História Ambiental (LABIMHA UFSC) e do Núcleo de Estudos Históricos do Mundo Rural (UPF).
E-mail: marcos@gerhardt.pro.br

María Cecilia Gallero
Doutora em História pela *Universidad Nacional de Cuyo* (Mendoza, Argentina). Investigadora Assistente no Instituto de Estudios Sociales y Humanos (IESyH), Universidad Nacional de Misiones (UNaM) e Consejo Nacional de Investigaciones Científicas y Técnicas (CONICET). Profesora do Seminario de Metodología de la Investigación Histórica no Profesorado Antonio Ruiz de Montoya.
E-mail: mariaceciliagallero@gmail.com

Maria Terezinha Bretas Vilarino
Doutora em História pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Professora assistente na Universidade Vale do Rio Doce (Univale). Atua no curso de Pedagogia e no Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Gestão Integrada do Território (GIT) da Univale, nas áreas de Educação (graduação) e História da Saúde Pública (pós-graduação). Desenvolve projetos de pesquisa nos seguintes temas: história regional, saneamento, saúde pública, ambiente e educação.
E-mail: maria.vilarino@univale.br

Marlon Brandt
Doutor em História pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Professor no Curso de Graduação em Geografia – Licenciatura e no Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS).
E-mail: marlonbrandt@yahoo.com.br

Miguel Mundstock Xavier de Carvalho
Doutor em História pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Professor na Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS), Campus Laranjeiras do Sul, Paraná, no Programa de Pós-Graduação em Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável e no Programa de Pós-Graduação em História.
E-mail: miguel.carvalho@uffs.edu.br

Samira Peruchi Moretto
Doutora em História pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Professora no Curso de Graduação em História da Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS), Campus Chapecó/SC. Integrante do Laboratório de Imigração, Migração e História Ambiental (LABIMHA UFSC).
E-mail: samiraperuchimoretto@yahoo.com.br

Sandor Fernando Bringmann
Doutor em História Cultural pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Professor do Centro Universitário Municipal de São José (USJ/SC). Integrante do Laboratório de História Indígena (LABHIN UFSC).
E-mail: s_bringmann@yahoo.com.br

Sandro Dutra e Silva
Doutor em História pela Universidade de Brasília (UnB). Professor na Universidade Estadual de Goiás, atuando no Curso de Graduação em História e no Programa de Pós-Graduação em Recursos Naturais do Cerrado. Professor no Centro Universitário de Anápolis (UniEvangélica), com atuação no Programa de Pós-Graduação em Sociedade, Tecnologia e Meio Ambiente.
E-mail: sandrodutr@hotmail.com